



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

SUELI APARECIDA LOPES

**PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO SINDICAL DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ - APP SINDICATO:  
UMA ANÁLISE DE TRAJETÓRIAS NO CONTEXTO DE  
LONDRINA DE 1988 A 2020**

---

Londrina  
2021

SUELI APARECIDA LOPES

**PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO SINDICAL DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ - APP SINDICATO:  
UMA ANÁLISE DE TRAJETÓRIAS NO CONTEXTO DE  
LONDRINA DE 1988 A 2020**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina, no Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Sociologia, como requisito para o Título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Estado, Governança e Democracia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raquel Kritsch.

Londrina  
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

L864      Lopes, Sueli Aparecida.  
Participação feminina no movimento sindical da educação básica do Paraná - APP Sindicato : uma análise de trajetórias no contexto de Londrina de 1988 a 2020 / Sueli Aparecida Lopes. - Londrina, 2021.  
180 f. : il.

Orientador: Raquel Kritsch Kritsch.  
Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2021.  
Inclui bibliografia.

1. Engajamento militante - Tese. 2. Participação política feminina - Tese. 3. Sindicalismo docente - Tese. 4. Análise de trajetória - Tese. I. Kritsch, Raquel Kritsch. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

CDU 316

SUELI APARECIDA LOPES

**PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO SINDICAL DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ - APP SINDICATO:  
UMA ANÁLISE DE TRAJETÓRIAS NO CONTEXTO DE  
LONDRINA DE 1988 A 2020**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina, no Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Sociologia, como requisito para o Título de Mestre.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raquel Kritsch  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Rejania Lemos de Souza  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ileizi Luciana Fiorelli Silva  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 22 de outubro de 2021.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço as professoras pesquisadas, sujeitas da minha pesquisa: Edezina de Lima Oliveira, Leozita Baggio Vieira (in memoriam), Rosemary dias Costa, Isabel Alves de Souza, Sandra Regina Rocha, Giane de Souza Silva, Maria de Fátima Beraldo e Elizamara Goulart Araújo, por toda acolhida, disponibilidade do tempo e sobretudo pela confiança depositada na escuta de parte de suas trajetórias de vida.

Em destaque, agradeço as orientações acadêmicas que combinaram rigor, inteligência e paciência da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raquel Kritsch e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla C. Almeida.

Aos colegas professores e sindicalistas, agradeço o apoio e a parceria: Luiz Carlos Paixão da Rocha, Sidney Paduan, Márcio André Ribeiro, Mariana Leal de Lima, Jonas Costa, Márcia Regina Leal Gomes, Márcia Valéria Scheneider Dias, Isolde Benilde Andreatta, Simei Prantl dos Santos e Julia Maria Morais pelas colaborações, sugestões e acessos aos materiais e dados da história da APP Sindicato em Londrina e em Curitiba. Em particular ao professor, sociólogo, advogado e sindicalista Rogério Nunes Silva, pelos seus comentários, sugestões, indicação de nomes de entrevistas e parceria importante para este trabalho.

Agradeço a inspiração, apoio, compreensão e todo amor de: Márcia M. Lopes de Souza, Roberto B. Ap. Cabrera, Amanda R. Braga, Isadora L. Cabrera e aos familiares: Aline, Paula, Paulo Jr., Sidnei, Paulo, Elenice Ap. Lopes (in memoriam) e Benedita Camargo Kimura (in memoriam).

Não esqueço do acolhimento, conselhos, apoio, torcida e carinho de: Ileizi L. Fiorelli Silva, Ângela M. de Souza Lima e Márcia R. Lemos de Souza. Toda gratidão e inspiração: à Rosana M. Franco, Frida Kahlo, Marielle Franco, Mafalda (Quino), Margarida Maria Alves (marcha das margaridas), Dilma Vana Rousseff (36ª presidente do Brasil), aos colegas da UEL (Lara Joia, Sofia Zambrano, Álvaro Okuda, Luan Nalim e Gabriel Aver). Especialmente às mulheres que almejam um mestrado, atuar no espaço político ou em qualquer lugar e projeto.

Sei que ninguém fala no lugar da outra pessoa, ou impõe limite ao outro. O sentido e a direção são escolhidos e determinados por cada sujeito. Nossa trajetória de vida deve estar nas nossas mãos e não permitirmos que alguém nos diga ou impeça de fazermos algo. Aliás, só fazem conosco aquilo que consentimos. Desde já agradeço, pois, a minha existência aqui tão breve, ainda reserva muito a percorrer e a construir.

LOPES, Sueli Aparecida. **Participação feminina no movimento sindical da educação básica do Paraná - APP Sindicato**: uma análise de trajetórias no contexto de Londrina de 1988 a 2020. 2021. 180 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

## RESUMO

A presente dissertação visou analisar a trajetória de oito mulheres no movimento sindical docente da APP Sindicato em Londrina-Paraná, de 1988 a 2020, tendo como centro, as relações de influência dessas dirigentes sindicais, em seus grupos sociais, como escola, igreja e outros movimentos sociais, bem como a convivência com seus familiares. Esta foi uma pesquisa que partiu de entrevistas realizadas junto às sujeitas mediante questionário semiestruturado e que foi submetido ao comitê de ética da Universidade Estadual de Londrina. A abordagem utilizou a técnica, análise de trajetórias que é recomendada para o exame de modelos reais e causais na Sociologia para observar comportamentos a fim de entender processos estruturais de agências sociais, como neste caso, o engajamento militante da APP sindicato Londrina. O propósito foi de analisar a militância feminina, na APP sindicato: o conteúdo obtido nas análises de trajetórias dessas professoras, sob o olhar do engajamento militante, buscou entender as dificuldades delas de ocuparem cargos de direção dentro desse sindicato docente, formado por 86% de mulheres, entre funcionárias e professoras, mas que ainda apresenta uma realidade visivelmente masculina, quando se trata de representação política. As análises demonstraram, portanto, as condições de militância das entrevistadas diante desse contexto, num meio ainda dominado pelo machismo estrutural, que tende torná-las subalternas nesse espaço público e político. Apesar de avanços na participação feminina, os protagonistas permanecem sendo os homens, sobretudo em cargos de maior visibilidade e poder nessa entidade sindical docente. Em vista disso, conclui-se que o engajamento militante nos moldes concebidos por homens oferece dificuldades para as ativistas mulheres. Toda a sociedade contemporânea requer modificações estruturais a fim de promover uma efetiva igualdade de gênero entre pessoas diferentes.

**Palavras-chave:** engajamento militante; participação política feminina; sindicalismo docente; análise de trajetória.

LOPES, Sueli Aparecida. **Participação feminina no movimento sindical da educação básica do Paraná - APP Sindicato**: uma análise de trajetórias no contexto de Londrina de 1988 a 2020. 2021. 180 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

### **ABSTRACT**

This dissertation aimed to analyze the trajectory of eight women in the labor union movement of the APP Sindicato in Londrina-Paraná, from 1988 to 2020, focusing on the influence relations of these union leaders, with their social groups, such as school, church and others social movements, as well as living with their families. This was a research that started from interviews carried out with the subjects through a semi-structured questionnaire and which was submitted to the ethics committee of the State University of Londrina. The approach used this technique, trajectory analysis that is recommended for examining real and causal models in sociology to observe behaviors in order to understand structural processes of social agencies, such as, in this case, the militant engagement of the APP syndicate Londrina. The purpose was to analyze female militancy in the APP union: the content obtained in the analysis of the trajectories of these teachers, from the perspective of militant engagement, sought to understand their difficulties in occupying management positions within this teacher union, formed by 86% of women, between female employees and teachers, but which still presents a visibly masculine reality when it comes to political representation. Therefore, the analyzes demonstrated the conditions of militancy of the interviewees in this context, in an environment still dominated by structural machismo, which tends to make them subordinate in this public and political space. Despite advances in female participation, the protagonists remain men, especially in positions of greater visibility and power in this teaching union entity. In view of this, it is concluded that militant engagement along the lines conceived by men offers difficulties for women activists. The entire contemporary society requires structural changes in order to promote effective gender equality between different people.

**Key words:** militant engagement; female political participation; teacher unionism; trajectory analysis.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Professora Edezina Lima de Oliveira .....	86
Figura 2 – Professora Leozita Baggio Vieira 2020 (faleceu em 2021 com 80 anos). .....	98
Figura 3 – Professora Rosemary Dias Costa - Londrina – 2019 .....	109
Figura 4 – Professora Isabel Alves de Souza-Ibiporã - 2020 .....	120
Figura 5 – Professora Sandra Regina da Rocha – Londrina 2020 .....	133
Figura 6 – Professora Maria de Fátima Beraldo- Londrina -2021 .....	141
Figura 7 – Professora Giane de Souza Silva – Londrina- 2021 .....	150
Figura 8 – Professora Elizamara Goulart Araújo- Curitiba -2021 .....	158

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Demonstrativo dos dirigentes sindicais de 5 sindicatos do país.....	60
Quadro 2 – Eleitores por sexo, no sul do Brasil, dados de 2018: .....	63
Quadro 3 – Diretores escolares .....	66
Quadro 4 – Feminização do magistério .....	68
Quadro 5 – Quadro atual de sindicalizados homens e mulheres, na APP Sindicato Estadual pelos dados anuais de 1988 a 2021 .....	71
Quadro 6 – Presidentes da APP Sindicato – Estadual.....	77
Quadro 7 – Relação dos núcleos sindicais - (atualizada em 13/05/2021).....	78
Quadro 8 – Dados dos sindicalizados em Londrina - Paraná .....	80
Quadro 9 – Presidentes da APP Sindicato – Londrina.....	81
Quadro 10 – A formação e composição familiar, valores na infância, religião e lugar de origem .....	166
Quadro 11 – O contexto social (formação acadêmica, escolha de profissão e exercício profissional e relações afetivas, amizades, contatos e influências) .....	168
Quadro 12 – As posições ocupadas e a trajetória, o engajamento sindical, o ativismo, nas redes sociais, políticas. ....	169

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCD Paulista	Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul e Diadema Paulista
ACALON	Associação da Criança e do Adolescente de Londrina
ADUEL	Associação dos Docentes da UEL – unificado com o SINDIPROL em 2009.
AL	Alagoas
ALEP	Assembleia Legislativa do Paraná
APEOSP	Sindicato dos professores do ensino oficial do Estado de São Paulo
APL	Associação dos Professores Licenciados de Londrina e região
APLP	Associação dos Professores Licenciados do Paraná
APMF	Associação de Pais Mestres e Funcionários
APNP	Associação dos Professores do norte do Paraná
APP	Associação dos Professores do Paraná
Artsind	Corrente ideológica existente no interior da CUT e da APP Sindicato
BPW Londrina	Associação de Mulheres de negócios e profissionais de Londrina
CA	Centro Acadêmico
CAE	Conselho de Alimentação Escolar de Londrina
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base Social (Igreja Católica).
CEEBJA	Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos de Londrina
CES	Centro de Estudos Supletivos
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
COMPAZ	Conselho Municipal de Cultura de Paz de Londrina
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
CUFA	Central Única das Favelas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DSTs	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ELOS CLUBE	Clube de inspiração portuguesa destinada à cultura e filantropias

EPB	Estudos dos Problemas Brasileiros
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEEL	Instituto Estadual de Educação de Londrina
LGBTQ+	Lésbica, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer e mais.
MP	Ministério Público
MST	Movimento dos Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores sem Teto
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organização Não Governamentais
OSPB	Organização Social e Política Brasileira
PCS	Plano de Cargos e Salários
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PT	Partido dos Trabalhadores
RCO	Registro de Classe online
SINDIPROL	Sindicato dos professores do ensino superior público estadual de Londrina e região – unificado em 2009- Sindiprol /Aduel
SINDISERV	Sindicato dos servidores públicos de Londrina
SINDPD	Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo
SINPRO	Sindicato dos professores das escolas particulares de Londrina e norte do Paraná
SINTEPE	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco
SINTTEL	Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações no Estado do ... (de cada estado da federação)
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UEL	Universidade Estadual de Londrina
ULES	União Londrinense dos estudantes secundaristas
UNB	Universidade Nacional de Brasília
UNE	União Nacional dos estudantes
USP	Universidade de São Paulo
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
JUSTIFICATIVAS METODOLÓGICAS .....	13
<b>1 CAPÍTULO 1 - OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O ENGAJAMENTO MILITANTE</b> .....	24
1.1 BREVE REFLEXÃO SOBRE O SINDICALISMO E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES .....	41
<b>2 CAPÍTULO 2 - PARTICIPAÇÃO FEMININA E SINDICALISMO</b> .....	52
2.1 ASPECTOS DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO SINDICALISMO DOCENTE .....	52
2.2 A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA APP SINDICATO EM LONDRINA NA PERSPECTIVA DO ENGAJAMENTO MILITANTE .....	67
2.3 O CONTEXTO SINDICAL PARANAENSE RECENTE E SEUS DESDOBRAMENTOS EM LONDRINA .....	70
2.4 BREVE HISTÓRICO DA APP – SINDICATO NO PARANÁ E EM LONDRINA.....	75
<b>3 CAPÍTULO 3 - SOBRE A ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS</b> .....	83
3.1 A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA EDEZINA LIMA DE OLIVEIRA – LONDRINA.....	86
3.2 A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA LEUZITA BAGGIO VIEIRA – LONDRINA.....	98
3.3 A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA ROSEMARY DIAS DA COSTA-LONDRINA .....	109
3.4 A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA ISABEL ALVES DE SOUZA-IBIPORÃ.....	120
3.5 A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA SANDRA REGINA DA ROCHA- LONDRINA .....	133
3.6 A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA MARIA DE FÁTIMA BERALDO .....	141
3.7 A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA GIANE DE SOUZA SILVA.....	150
3.8 A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA ELIZAMARA GOULART ARAÚJO .....	158
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	172
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	178

## INTRODUÇÃO

Valendo-se da relevância da organização dos movimentos sociais, com ênfase na estruturação dos engajamentos militantes nos sindicatos, como uma esfera de importante participação feminina, esta pesquisa procurou entender as características da participação das professoras em Londrina- Paraná, na Associação dos Professores do Paraná - APP Sindicato um espaço de busca e reivindicação de perspectivas melhores para a população trabalhadora da educação pública.

A pesquisa centrou no contexto de uma cena política adversa, localizada no final da década de 1980, num recorte social específico, que consiste na atuação de oito professoras estaduais, teve lugar a escolha do tema sobre a participação política dessas mulheres, não se limitando aos cargos compostos por várias secretarias na direção sindical, da APP Sindicato. Logo, a pesquisou considerou as preocupações e os questionamentos recorrentes a respeito das relações de gênero no contexto do sindicalismo docente vivenciado em Londrina, norte do Paraná, em particular a não incidência de mulheres na presidência da entidade desde 1988.

Esta análise buscou entender tal fenômeno e apontar a necessidade da superação do preconceito, discriminação e das desigualdades das relações de poder presentes cotidianamente na sociedade, as quais desfavorecem as mulheres e sobretudo no ambiente do militantismo sindical.

Assim, este trabalho se concentrou no debate sobre a participação política das mulheres militantes sindicais em busca de melhoria para suas vidas, individuais e coletivas, tendo como objetivo central a Análise de Trajetórias de professoras no sindicalismo docente, em especial na APP Sindicato de Londrina, no período de 1988 a 2020. Esta tarefa exigiu, inicialmente um breve histórico sobre os movimentos sociais na contemporaneidade, bem como um levantamento pontual sobre o sindicalismo e a participação feminina, por meio de algumas referências acadêmicas relevantes.

Enfatiza-se que o foco do trabalho foi a Análise de Trajetórias de oito professoras militantes sindicais da APP Sindicato Londrina e as suas jornadas, na busca de entender a participação feminina sob a lente do engajamento militante, em relação aos aspectos de vida dessas professoras, que as levaram ao ativismo sindical.

Assim, esta investigação desenvolveu-se sob à luz de referências

sociológicas, como Pierre Bourdieu e Bernard Lahire e demais autoras e autores que pesquisam a Sociologia Individual, o engajamento militante e o sindicalismo docente feminino.

Em vista disso, este estudo versou, particularmente, sobre a análise das Trajetórias, que consiste num desafio de se ponderar e refletir sobre a dualidade: indivíduo e sociedade; liberdade e determinismo; indivíduo e estrutura. Um esforço de entender as estruturas sociais a partir das jornadas individuais de sujeitas inseridas com suas subjetividades e objetividades aplicadas aos grupos sociais onde vivem e convivem e a repercussão ou não no ativismo sindical desenvolvido.

Portanto, a pesquisa partiu das análises microsociológicas para entender o engajamento militante feminino na cidade de Londrina, norte do Paraná, baseada nos marcadores estudados pelos autores, aqui, nominados. Por conseguinte, a pesquisadora optou por trabalhar com estes três marcadores, conduzindo uma Análise de Trajetórias que lhe pareceram observáveis na coleta das entrevistas:

a) A formação e composição familiar, valores na infância, religião-lugar de origem. Foi considerado, nesta investigação, o processo disposicional (fundado nos primeiros anos de vida, da infância e os primeiros valores adquiridos, princípios; morais, religiosos, por cada professora pesquisada).

b) O contexto social (formação acadêmica, escolha de profissão e exercício profissional. As relações afetivas, amizades, contatos e influências). O relacional, tomado aspecto adquirido ao longo das relações desenvolvidas durante a formação.

c) As posições ocupadas e a trajetória, o engajamento sindical, o ativismo, nas redes sociais, políticas, etc. Essa dimensão, para além da convivência extra relação familiar e capitaneada pela rede de interações culturais, as relações de trabalho, lazer, formação acadêmica, bem como, os contatos políticos estabelecidos com os demais grupos secundários, como associações, igrejas, sindicatos, partidos políticos e demais movimentos sociais ligados às suas militâncias.

A construção destes marcadores, para esta pesquisa, destinou-se a compreender a relevância destes aspectos como característicos para explicar a natureza da militância sindical destas mulheres, suas escolhas que as levaram ao engajamento militante como propósito de vida e o peso dos valores e sentidos que elas deram nas suas vidas, às ações que empreenderam ou não no sindicalismo docente em Londrina. Isto porque no material obtido nas entrevistas, foi possível obter tais elementos fornecidos nas falas e informações das pesquisadas, desta

forma optou-se por estes marcadores, na convicção que contemplem os relatos de vida das oito sujeitas de pesquisa.

A ênfase foi dada sob o radar do engajamento militante, a pesquisa buscou analisar a trajetória ativista das oito professoras, sobre as dificuldades e possibilidades que cada uma mobilizou para sua atuação sindicalista, num espaço político marcado pelo posicionamento social e político, num contexto, muitas vezes, não tão favorável e facilitador para a participação política feminina.

#### JUSTIFICATIVAS METODOLÓGICAS

A investigação focada na entidade sindical docente remeteu-se a duas considerações: primeiro, o fato que existe um protagonismo masculino nas presidências da APP Sindicato, ainda que a entidade conte com a maioria de sindicalizadas, ora funcionárias, ora professoras, a segunda por que, então, foram as oito professoras as entrevistadas em questão?

Foram escolhidas oito professoras com marcadores temporais, geracionais cuja atuação se deu entre a década de 1980 até os nossos dias, elementos geracionais e atuações reconhecidas que, de alguma maneira, favoreceram o encontro, a realização das entrevistas e a percepção de suas militâncias, entendendo suas vivências e atuações práticas no engajamento militante, na APP sindicato nessas últimas décadas.

Assim, apenas uma das entrevistas, de fato, foi presidente da entidade, a professora Edezina Lima de Oliveira enquanto ainda era Associação, em Londrina. As demais são militantes sindicais e/ou dirigentes da APP Londrina, até 2021. Essas ativistas tiveram seus nomes indicados por funcionários e professoras em conversas sobre a pesquisa em foco, por sua relevância e liderança nas escolas e na APP. Essas professoras representarão, portanto, o período estudado da pesquisa, de 1988 a 2020, e os anos de atuação profissional e ativismo militante que ofereceram exemplos das suas disposições e engajamentos nessas cinco décadas apontadas.

Essa característica metodológica de escolha das oito mulheres configura o espectro desta pesquisa qualitativa, centrada na trajetória de vida dessas poucas professoras, num universo dentre milhares delas, existentes na rede estadual em Londrina, localidade onde a pesquisadora reside, trabalha e atua no ativismo

sindical.

Para usar a metodologia da Análise de Trajetória, teve-se, exclusivamente, a três marcadores para a análise das trajetórias, inspirados nos critérios dos pesquisadores, sobre o engajamento militante, Marcelo Kunrath Silva e Bianca de Oliveira Ruskoski, e buscando no material colhido nas entrevistas com as oito professoras da rede estadual, ao observar desde as infâncias, suas socialidades de suas vivências, os valores construídos nas relações familiares, nas moradias e os hábitos fundantes de escolhas futuras. Em seguida, explorou-se o contexto da formação escolar e depois acadêmica, as influências ou contatos recebidos durante o exercício profissional nas escolas e um terceiro indicador, que buscou entender as posições ocupadas, pelas ativistas e como se inseriram no engajamento militante e na rede de relações sindicais.

Os marcadores convencionados, dessa maneira, buscaram retratar a trajetória dessas oito mulheres, professoras e como construíram o seu ativismo no sindicato docente em questão.

A escolha desta temática esteve associada ao pertencimento profissional, tanto quanto à escolha epistemológica e orientação ideológica tanto no campo político, como educacional da pesquisadora. Os referenciais próprios para a opção desta abordagem narrativa pretendida neste trabalho, entender o engajamento militante destas sujeitas, respalda o propósito da pesquisa, calcado na análise das trajetórias destas oito pesquisadas, como que partindo do percurso individual para entender a estrutura e a agência, a APP Sindicato de Londrina, sob quais condições pessoais cada uma das sujeitas pesquisadas empreenderam o seu engajamento militante e atuaram neste sindicato regional.

Na medida em que as análises das trajetórias das sujeitas de pesquisas vão sendo esmiuçadas, relatando as vivências nas relações familiares, sociais e políticas, vão trazendo modos individuais e coletivos que acabam por descortinar elementos próprios, singulares, mas que podem remeter a elementos sociais mais amplos, com aspectos culturais e políticos que revelam características sociais do seu período histórico, bem como do contexto sociocultural daquele grupo ou entidade militante, um estudo do indivíduo, para entender a macro estrutura da APP Sindicato Londrina.

O desejo da realização desta investigação sobre o engajamento militante, com foco no sindicalismo docente, emergiu da própria vivência da mestrandia. Desde

a adolescência, fui motivada por relatos, modelos caseiros dos ensinamentos e convivência com minhas professoras, como a de História, Dulciney Becker (in memoriam) e, igualmente, a de Língua Portuguesa, Rosa Maria Leão Rego Basso, ambas docentes do Ensino Fundamental II. Posteriormente, pelos ensinamentos de outras professoras do Ensino Médio (Magistério 2º grau), como a professora de Língua Portuguesa e Literatura Benê Galvão Ramos. Essas referências humanas foram formadoras da visão de mundo e muito contribuíram para as minhas escolhas acadêmicas e profissionais. As lições recebidas foram para além da sala de aula, e as influências determinantes para minhas escolhas profissionais. Graduei-me em Licenciatura em História na Universidade Estadual de Londrina, UEL, sob a convicção feminista e imbuída do sentimento de desconfiança e curiosidade acadêmica.

Cedo eu aprendi a questionar, pois o mundo pode melhorar e para isso será preciso conhecimento elaborado, organização e coragem para lutar e mudar a ordem imposta das coisas. Além disso, a convivência familiar com minha mãe Elenice Aparecida Lopes (in memoriam), que se destacou no exemplo de mulher trabalhadora e resistente, e com minha irmã, Márcia Maria Lopes de Souza, cidadã, ativista política, professora de arte e educadora, foram fundamentais. Ambas foram inspirações para minha vida.

Como pesquisadora preocupei-me, por conseguinte, com a condição das mulheres, que pareciam estar em desvantagem em relação aos homens. Iniciei os estudos da história das mulheres também por amor às minhas duas filhas: Amanda e Isadora. Como professora e diretora de escola pública estadual por 31 anos, eu busquei formar postura e consciência antimachista para meninas e meninos. Como ativista social, fui militante social e sindical por toda a vida estudantil e profissional, acreditando na consciência cidadã e feminista.

Depois de algumas incursões em estudos de gênero, resolvi pesquisar na APP sindicato, formada por 86% de mulheres, entre funcionárias e professoras da educação básica. Surgiu a indagação que se impunha: Por que, então, havia um número tão pequeno de mulheres na linha de frente das diretorias, da APP, nas decisões em assembleias, no protagonismo dos atos e demais eventos sindicais? O que, afinal, mantém parte das mulheres subalternas e silenciosas nesse ativismo sindical?

Após o amadurecimento das ideias, da troca de argumentos com várias

peçoas, e, sobretudo, sob a orientação acadêmica e metodológica das professoras doutoras: Dr.<sup>a</sup> Raquel Kritsch e Dr.<sup>a</sup> Carla C. Almeida, definiram-se inicialmente, como objeto de pesquisa, cinco professoras abordadas nesta análise, por atuarem desde a década de 1988, algumas até a atualidade, representando diferentes marcadores pessoais, desfrutando da maternidade ou não, com diferentes constituições familiares, histórias de vidas diversas, suas inserções no engajamento e as atuações diversas.

Posteriormente, as pesquisadas tornaram-se oito professoras: após a sessão de qualificação, quando a banca orientou que se aumentasse o universo das pesquisadas para uma maior abrangência dos dois agrupamentos políticos existentes desde 2010 /2011, na APP sindicato, de modo a cobrir também, o grupo estadual e o grupo ao qual pertence os atuais diretores da APP Londrina, chamado Independente, no núcleo sindical de Londrina- sede regional. Todavia, esse grupo independente, não possui natureza jurídica, sendo um grupo de oposição à atual diretoria estadual com sede em Curitiba, por discordâncias dos métodos e posicionamentos na condução dos eventos, mas os dois grupos constituem a APP<sup>1</sup>.

O aumento do número para oito professoras entrevistadas, de modo a abranger, assim, a diversidade ideológica e política das correntes existentes dentro da base de sindicalizadas e dos dirigentes sindicais, foi favorável, do ponto de vista científico e sociológico, pois ganhou maior representatividade no tratamento acadêmico dos dados colhidos nas trajetórias das sujeitas de pesquisa, bem como exemplificou de forma mais precisa as décadas dos períodos cujas atuações militantes foram analisadas.

Portanto, o lócus metodológico constituiu o objeto para análises das trajetórias das professoras que poderiam representar as décadas do período estudado de 1988 a 2020, em Londrina, pois fora o percurso vivenciado das professoras com seus repertórios acionados durante suas convivências e ativismos na APP, a partir de suas narrações em entrevistas, cuja autorização para realização

---

<sup>1</sup> O grupo Independente surgiu entre 2010 e 2011 em nível estadual, como oposição à diretoria da APP Sindicato, no entendimento dela como autônoma, sem interferências externas e disputando as eleições em vários dos vinte e nove núcleos sindicais em todo Estado do Paraná, existentes atualmente. Alegando a defesa do Estatuto da entidade como único, de um sindicato classista, representante dos servidores estaduais- professores e funcionárias em todo o Paraná, filiado ao FES, CUT e CNTE (Relato da Plenária Estadual do Grupo Independente, ocorrido em 24 de julho de 2020). Documento interno da direção estadual do Grupo Independente da APP Sindicato-Professor Luiz Carlos Paixão da Rocha.

foi submetida e aprovada pelo comitê de ética da Universidade Estadual de Londrina.

A metodologia da pesquisa qualitativa passou por estudos de documentos e pela realização de entrevistas com questionário semiestruturado, leituras bibliográficas que versaram sobre o sindicalismo docente na perspectiva do engajamento militante e pesquisas bibliográficas sobre o sindicalismo docente. Além disso, leituras sobre o sindicalismo e sobre análise de trajetória fundada na Sociologia Individual, também aplicada à análise de trajetória dos sujeitos para construção da pluralidade, na dimensão de uma sociedade ampla que contemple a cidadania plena e igualitária sob os aspectos de gênero e demais questões constituíram ferramentas metodológicas relevantes utilizadas na pesquisa.

Assim, a pesquisa incidiu sobre a análise dos elementos fornecidos pelas oito entrevistas e os conteúdos de vidas dessas professoras: as motivações, visões de mundo, concepções políticas, suas capacidades de se mobilizarem ou não suas redes internas e externas para seus ativismos. Diante disso, foram transcritas as entrevistas realizadas pessoalmente, às vezes, por aplicativos de smartphones. Há também fotografias das entrevistadas nos momentos de fala ou fornecidas pelas próprias pesquisadas.<sup>2</sup> A pesquisa nas atas e documentos da APP Sindicato foi autorizada em documento próprio pelo Presidente Márcio André Ribeiro, e algumas Atas da APP Estadual, e foram disponibilizadas pela APP Curitiba<sup>3</sup>.

Para a realização das entrevistas, foram feitos contatos pessoais com as pesquisadas, algumas mais conhecidas que outras. Intercalou-se a realização das conversas com as professoras com pesquisas bibliográficas, leituras e as aulas de algumas disciplinas na Universidade Estadual de Londrina.

As quatro primeiras entrevistas foram realizadas na própria APP Londrina, situada na Avenida Juscelino Kubitschek, agendadas e acolhidas pela própria pesquisadora, com Edezina de Lima Oliveira, Leozita Baggio Vieira (falecida ao final desta pesquisa), Rosemary Dias Costa e Isabel Alves de Souza.

Três entrevistas pareceram representar um sindicalismo ligado ao

---

<sup>2</sup> Apenas a fotografia da professora Edezina de Lima Oliveira que foi realizada nesta ocasião por um professor, colega e sindicalista: Jonas Vieira da Costa em 2019, na APP Londrina.

<sup>3</sup> Os documentos da APP Estadual- sede em Curitiba foram disponibilizados pela Secretária Geral da APP, Márcia Valeria Schneider Dias em outubro de 2020, via telefone celular ou por dados levantados por SIMEI PRANTL DOS SANTOS – funcionário da secretaria dos sindicalizados na APP Curitiba de março a maio de 2021 e Márcia Regina Leal Gomes da APP Curitiba- Sec. dos sindicalizados.

associativismo, que concebem atuações mais pessoais, portanto com ações mais personalistas e assistencialistas. Dessas Edezina foi a única presidente da APP liderando greves desde 1978 a 1985. Leozita foi dirigente da APP sindicato e participante de várias associações, conselhos e ONGs durante toda sua carreira como musicista e professora de arte e de Língua Portuguesa. Rosemary foi professora, supervisora de ensino e diretora de escola, vivendo a maior parte do seu tempo em pequenas cidades do Paraná e em Curitiba. Tornou-se de fato sindicalista depois de aposentada onde atua até hoje, junto a pasta dos aposentados na APP Londrina.

A quarta entrevista foi com Izabel Alves de Souza, a única ativista racionalmente não mãe, dentre as oito sujeitas. Ela foi ativista desde o movimento estudantil secundarista, depois na Universidade Estadual de Londrina, nos centros acadêmicos do curso de letras e desde o início do seu exercício profissional, como professora, foi dirigente sindical por três gestões e teve no ativismo docente, o encontro com o sindicalista Luiz Martins Lima, que se tornou seu marido até então, ambos são professores e ativistas sindicais.

A quinta entrevista foi com Sandra Regina Rocha por contratempos de horários, foi efetivada na casa da mestrandia. O ativismo dessa militante nasceu na juventude no movimento negro. Tornou-se professora depois de atuar em outros ofícios no comércio (começou cedo a trabalhar) e desde o início da carreira de professora, como concursada, passou a militar no sindicalismo, sendo mãe num dia de apuração de eleição sindical, saindo da APP para a maternidade dar à luz a Maria Flora, depois de um processo eleitoral, Sandra continua atualmente dirigente sindical.

As três últimas entrevistas ocorreram virtualmente em 2021, fruto da grande crise sanitária, a pandemia da covid-19; e do isolamento social, as entrevistas com as professoras Giane de Souza Silva, Elizamara Goulart Araújo e Maria de Fátima Beraldo ocorreram remotamente, pela rede mundial de computadores, de suas próprias residências em Londrina em 2021; e foram realizadas por sugestão da banca de qualificação de 01-03-2021, com o objetivo de ampliar o arco político das demais entrevistas realizadas anteriormente. Essas professoras são ativistas sociais desde jovens, tiveram vastas vivências religiosas e nos movimentos de juventudes secundaristas. Fátima vivenciou o trabalho no sindicato dos rodoviários e no movimento negro, antes de ingressar no magistério.

Foram realizadas várias incursões para completar dados, tirar fotos, para assinaturas da autorização e o termo de consentimento livre, conversas por telefone celular, troca de informações por aplicativo de WhatsApp ou e-mails. Todas as oito professoras entrevistadas se demonstraram receptivas e foram, igualmente, generosas ao relatar os conteúdos de suas vidas aqui descritos.

Em geral, o contato com as atas pesquisadas, documentos, levantamento de dados digitalizados e relatos confirmaram que, embora a base da categoria seja composta por maioria feminina, o mesmo não aconteceu na direção, no protagonismo da APP Sindicato ao longo da história, desde 1947, ainda enquanto Associação.

Cabe ressaltar aqui, que na atual composição das diretorias, tanto na sede estadual em Curitiba, como nas vinte e nove sedes/núcleos regionais, por força do estatuto legal da entidade sindical desde 2016, existe a proporcionalidade de mulheres 50% e homens 50%, tanto nas chapas concorrendo às eleições, como na estrutura formal das diretorias. O mesmo não se dá nos cargos de maior poder, como a presidência, a função de maior prestígio e visibilidade na tomada de decisão, embora a instância maior de deliberação e responsabilidade, nas decisões sejam as assembleias da categoria, que, em tese, almejam pela maioria dos presentes, que votam diretamente para as escolhas.

Na prática, em geral, percebeu-se, nos relatos proferidos pelas pesquisadas, que na tomada das decisões, o que se viu foram as mulheres, na sua maioria, relegadas à subalternidade, no dia a dia do sindicato. Como demonstra-se nos quadros 5 e 7. Observando o contexto da APP estadual, somente duas mulheres, até o momento, foram presidentes estaduais com sede em Curitiba: as professoras Isolde Benilde Andreatta, 1987 a 1989 e Marlei Fernandes Carvalho, 2008 a 2011 e 2011 a 2014.

Já na esfera regional de Londrina, foram cinco presidentes da APP Sindicato em 74 anos de história da entidade sindical: as professoras Aracy Turci Sidney, de 1956 a 1957, professora Yolanda Nella Voigt Cosentino, de 1963 a 1969, professora Dayse Aparecida Wolf Franzon, de 1976 a 1979, professora Edezina de Lima Oliveira, de 1982 a 1984 e a professora Alba Maria Perfeito, de 1984 a 1985.

Existem, formalmente na atualidade, cerca de vinte e dois cargos na diretoria, em que (50%) são ocupados por mulheres, com proporção numérica de 50%, todavia a presidência da entidade local é exercida por homens desde 1985, no

caso de Londrina. A seguir, demonstrar-se-á esta realidade nos demais núcleos sindicais em todo Paraná, onde o cenário é diferente, como constata-se no quadro 7.

Compreender melhor as dificuldades das mulheres professoras em atuar com maior protagonismo na APP Sindicato, representante de um universo de servidoras mulheres, tanto professoras da educação básica, do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, bem como das agentes educacionais, responsáveis por serviços administrativos ou pelos serviços gerais de limpeza e manutenção das unidades escolares, consistiu na principal finalidade desta pesquisa, embora pela concepção desse “novo sindicalismo”, pois (BOITO, 1994) postula que as decisões sindicais são tomadas em assembleias na presença dos sindicalizados. O que se ponderou nesta pesquisa, foi a representatividade das mulheres, visto que a maioria das sindicalizadas são elas.

Entretanto, o quadro 7 demonstrou que houve avanços, pois dos 29 núcleos sindicais (filiais da APP em todo o estado), também, apresenta uma paridade, pois 15 presidentes regionais, atualmente, são mulheres.

Entre as sujeitas pesquisadas, das oito professoras do núcleo sindical de Londrina, seis são moradoras da própria cidade, Edezina, Leozita (in memoriam), Rosemary, Sandra, Giane e Maria de Fátima; uma de Ibiporã, a Professora Isabel, atuante na APP Londrina, que congrega o município de Ibiporã, uma moradora ora em Londrina ora em Curitiba, pois atua na APP estadual, na capital do estado, a professora Elizamara Goulart Araújo, mas sendo representante da região de Londrina, na composição da diretoria estadual, a fim de exemplificar a luta diária das mulheres.

Esses exemplos particulares de mulheres serviram como modelos de observação e análise das suas atuações e disponibilidades na participação das atividades sindicais para a compreensão das diversidades e fragilidades apresentadas pelo universo dos milhares de mulheres que compõem a categoria de servidoras estaduais do Paraná.

As desigualdades de gênero, na política, manifestaram-se em vários aspectos, tais como: baixa participação das mulheres em mandatos eletivos, constatação de dificuldade em acessar cargos de mais elevado posto na hierarquia das instâncias de poder e pequena visibilidade nos debates sobre a condição da mulher na sociedade contemporânea, segundo dados da Agência Senado, cresceu o número de candidatas e de mulheres eleitas, nas últimas eleições de 2018, para

vereadoras e prefeitas e 2020 para deputadas, senadoras e presidente. Porém, as mulheres eleitas ainda representam cerca de 33% em relação aos 67% dos homens eleitos (CRESCER, 2020).

Para superar e reverter esse quadro, o movimento feminista e outros segmentos progressistas liderados por mulheres têm operado com uma agenda de ações afirmativas de promoção da participação das mulheres na política, concretizadas por formas de cota e paridade representativa, atos e protestos nas ruas, universidades e em audiências nos parlamentos estaduais, municipais, na Câmara e Senado Federal.

Na prática das instituições da sociedade, cotidianamente persiste uma hegemonia masculina no comando do poder político, jurídico, nas esferas públicas em cargos de gerentes e executivos empresariais e em outras esferas institucionais como no comando das escolas e igrejas, tal qual nas entidades associativas e sindicais. Tais configurações ainda legitimam as desigualdades de gênero, perpetuando o mando masculino sobre as mulheres, sobretudo nos espaços públicos. Em vista disso, tais pressupostos são refutados por uma legião de estudiosas feministas que contestam e combatem essas desigualdades calcadas no preceito do binarismo e na hierarquia que tanto têm desfavorecido as mulheres.

Tantas outras instituições, como igrejas, têm reproduzido a primazia masculina em desfavor das mulheres. Os discursos, concepções e legislações que foram construídos, socialmente, têm desvalorizado e desqualificado as mulheres, sobretudo por concebê-las apenas nas características biológicas. As demais instituições e entidades têm, por séculos, reproduzido esses valores desiguais e injustos.

Conforme o que foi abordado até aqui, a pesquisa ateve-se, essencialmente, aos termos de três marcadores: as condições da infância, primeiros aprendizados e valores da casa e depois, aos grupos de relações sociais-escolares-religiosas, estabelecidos na juventude, formação acadêmica, entre outros. E em terceiro, o padrão existente nas relações sociais e nos contatos políticos acionados ou não no ativismo de cada uma das pesquisadas.

Ficou nítido a presença da desigualdade de gênero e o sexo como determinantes na ocupação de cargos nas estruturas, em posições mais elevadas, que destinam aos homens certos privilégios e uma realidade adversa, desigual e injusta com as populações femininas. Um fator que inspirou esse trabalho é a

pretensão de compreender os aspectos que cristalizam esta dicotomia androcêntrica que ampara a estrutura social, econômica e política da nossa sociedade contemporânea alicerçada numa herança patriarcal arcaica e que tem resistido e permanecido até a atualidade, sentenciando às mulheres posições subalternas.

Para tais fins, ao final deste trabalho, registram-se o quadro das entrevistas, resguardando a intimidade das entrevistas realizadas, com as oito professoras, o objeto de pesquisa, com as posteriores análises de suas trajetórias e a demonstração de participação do ativismo engajado na APP Sindicato em Londrina. A ideia fincou-se partir dos exemplos particulares para buscar as cidadãs plurais da sociedade londrinense como fatores de participação no ativismo sindical, valendo-se do repertório humano de cada uma delas.

Tudo aquilo que é institucional e cientificamente decomposto (a escola, a família, a empresa, o clube esportivo, o partido político ou o sindicato, a Igreja, o grupo de pares, etc.) se recompõe (no sentido de um entrecruzamento) de uma certa maneira em cada indivíduo. Estes dois fatos remetem às realidades estruturais de massa ou de classe, aos interesses coletivos comuns e às formatações e condicionantes coletivos de uma parte, e às possibilidades infinitas de variações sobre os mesmos temas que constituem os indivíduos em sua história relativamente singular, de outra [...] (LAHIRE, 2013, p. 20).

Ressaltou-se, na investigação, a teoria da sociologia do ator plural e adiante a escala individual de Bernard (LAHIRE, 2013). Para ele, essa teoria sociológica não pretende ser uma sociologia do escopo metodológico individualista, mas uma proposta da sociologia que traga à tona as variações individuais de esquemas de ação, as chamadas disposições. Essas disposições são assimiladas pelos atores no decorrer de suas vidas, com as mais diferentes convivências e referências obtidas nos diversos grupos a que cada indivíduo pertence e interage.

Ao perceber que os novos quadros de socialização podem engendrar novas disposições, Bernard (LAHIRE, 2013) pontuou que a ação dos indivíduos dependerá das situações (contextos) que serão as alavancas propulsoras, ou não, para cada indivíduo, consistindo em uma determinada decisão, uma escolha e sua prática social.

Diante das condições de vida de cada entrevistada, essa pesquisa propôs uma reflexão acerca das relações sociais com o foco na militância, com o propósito de identificar as possíveis condições estruturais e talvez subjetivas do engajamento político dessas mulheres, para o entendimento de como elas acessaram ou não os

postos de liderança e como constituíram as suas carreiras de militantes sindicais.

Portanto, a sociologia biográfica que se registrou neste trabalho, esteve totalmente imbricada com a pesquisa empírica e a tentativa buscou estabelecer os parâmetros do registro da trajetória individual de cada pesquisada, partindo da dimensão vertical das disposições individuais, dos sentimentos e visões pessoais, que tanto muniram o registro com as inferências da dimensão horizontal, resultado do grande ciclo da vida toda de cada objeto da pesquisa, seus contextos e impulsionaram ações militantes ou não numa dimensão mais vertical do percurso.

## CAPÍTULO 1 - OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O ENGAJAMENTO MILITANTE

Na história das sociedades contemporâneas e sobretudo das ocidentais, a existência e a realidade dos movimentos sociais ocupam papel de relevo em todo o mundo na medida em que articularam as ações sociais, permitindo às pessoas e aos grupos organizarem-se de modo a atingir de maneira mais eficaz seus objetivos humanitários, a partir de seus contextos de vida.

É possível observar que na história da humanidade, em diversas esferas da sociedade, existiram oportunidades desiguais de gênero, visíveis principalmente no século XIX. À vista disso, o movimento feminista buscou modificar a esfera social, econômica e jurídica, na perspectiva de alterar esse jogo de forças, de sorte que o acesso às oportunidades e ao tratamento nas áreas tanto públicas quanto privadas da macroestrutura social, e em especial no campo do trabalho pudessem ser revistos.

Uma interpretação panorâmica da jornada do Movimento Feminista, assevera uma série de mobilizações que ocorreram no sentido de incluir as pautas das mulheres, nas agendas contemporâneas, pois elas estiveram presentes na participação e na reivindicação por melhores condições de trabalho e vida e, em geral, foram mantidas em posições e cargos intermediários, menos valorizados, do que os destinados aos homens.

De fato, o movimento social tende a demonstrar o grau político da população e a revelar o contexto social de governos, mais ou menos democráticos, bem como a expor a disposição dos sujeitos para reivindicar melhores condições as suas vidas. Essa dimensão implica, sobretudo, no processo de racionalização dos indivíduos e na capacidade de arregimentar habilidades discursivas para tomarem decisões e agirem tanto individual, quanto coletivamente.

Considerando a trajetória histórica dos movimentos sociais, ela se confunde em particular, com o próprio desenvolvimento do capitalismo no mundo ocidental<sup>4</sup>, pois significou, em muitos momentos, como no caso da organização e mobilização dos trabalhadores, a disputa política das classes populares em busca de mudanças no seu estado de vida social, econômica e política.

---

<sup>4</sup> Esse capítulo busca pontuar a história dos movimentos sociais como introdução ao sindicalismo e ao engajamento militante, embora o objetivo principal do trabalho, seja a análise de trajetórias femininas na APP Sindicato Londrina.

Foi por volta do século XV, que se registraram historicamente certos levantes populares por melhores condições de vida e de trabalho, ainda que outrora houvessem ocorridos movimentos populares tanto no oriente como no ocidente. Todavia, com o advento da industrialização, a demanda em questão estimulou o ingresso das mulheres e crianças à classe operária e, diante desse cenário, elas ficaram resignadas aos regimes extenuantes de carga horária de trabalho, pouco descanso, baixos salários e com condições precárias de higiene para a sobrevivência humana.

Dessa maneira, os movimentos sociais, partindo de atos na rua e enfrentamentos políticos, despontaram como relevantes estratégias organizativas para superar a opressão de patrões e governantes, sobretudo na forma de organização em sindicatos representativos de categorias trabalhadoras, bem como na construção de alternativas de sobrevivência em busca de uma vida com direitos mínimos à saúde, à moradia, à educação, ao lazer e à participação política.

Ainda que a cena política tenha se modificado, é o que afirma o pesquisador Ernesto (SEIDL, 2010), a ocorrência dos movimentos acompanhou as dinâmicas sociais, alterando-se devido à complexidade e à diversidade da composição dos diversos grupos e de suas motivações, mas a conquista da participação das mulheres ainda não se faz tão significativa, pois a situação e o papel destinado às mulheres continua secundário e desvalorizado até os dias atuais.

O sentido e a importância dos movimentos sociais podem ser cíclicos, estando relacionados às conjunturas políticas, a crises econômicas sociais ou mesmo por motivação ideológica (FRANK, 1989). No Ocidente, especialmente desde os anos 2000, esses movimentos têm se configurado por colorações políticas e ideológicas diversas, tanto dos setores de esquerda, reconhecidos como mais progressistas, como dos setores de direita, que possuem conformações conservadoras e mais tradicionais em defesa da propriedade privada e de aspectos morais e religiosos, com ideais contrários à ciência (ao uso de vacinas, por exemplo), resistência à imigração, aos direitos das populações LGBTQIA+, além de se manterem também desfavoráveis ao feminismo, aos direitos e às pautas feministas; como ao controle da natalidade, liberação sexual feminina e ao aborto, em particular.

Nas terras brasileiras, conformadas pela colonização católica e toda aculturação moral, social e econômica, o movimento feminista foi marcado pela

resistência de parte da classe média, de setores religiosos cristãos, por setores econômicos ricos ligados à agricultura, ao comércio, à indústria, além da ligação estreita com setores educacionais (educação básica e universitária), tais como alguns setores culturais e turísticos de todo o país (DEL PRIORE, 2012).

No Brasil, em especial nos primeiros anos do século XXI, testemunhou-se a emergência de diversos movimentos sociais conservadores que têm alcançado a finalidade de intervir no rumo das transformações sociais de caráter popular. Esses movimentos têm operado tanto na defensiva quanto na ofensiva frente ao desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, atuando como agentes de mudanças ou permanências sociais, muitas vezes a reboque de seus atores (GUTIERREZ, 2020). Portanto, tanto por pautas circunstanciais: reivindicação por melhorias no transporte; acesso aos serviços dos postos de saúde; existência de escolas próximas; creches; repúdio por violências policiais; questões de trânsito, entre outros; como por agendas mais gerais: ambientais; liberdade às mulheres na sociedade civil; combate à violência contra elas (física, psicológica, patrimonial, sexual, moral e econômica); ao feminicídio; à igualdade de gênero para as mulheres ocuparem todos os espaços públicos que desejar, etc. os movimentos de rua têm acontecido no sentido da promoção de avanços ou retrocessos sociais por todo país.

Alguns recentes modelos de movimentos sociais conservadores, são favoráveis, por exemplo, ao direito ao porte de arma por cidadãos comuns. Estes determinados grupos são assumidamente simpatizantes dos atos de extrema direita defendem a censura, incitam a violência e proferem o discurso de ódio. Eles apresentam atitudes negacionistas quanto aos desastres ecológicos e às epidemias. Negam, assim, os princípios racionais, científicos e de respeito ao próximo.

Tais ativismos ocorrem, inclusive, por meio das redes sociais e alcançam dimensões abrangentes, num evidente retrocesso civilizatório que ameaçam as conquistas feministas, pois remetem às tradições patriarcais de subalternidade das mulheres, num retorno à imagem da mulher como “recatada e do lar”, aprisionada às convenções da concepção maniqueísta que insistem em ver as mulheres ora como “Maria”, ora como “Eva”; ou seja, apenas como virtuosas ou como “promíscuas”.

Tal concepção tem sido superada nas últimas décadas em vários lugares, como no Brasil, onde a heterogeneidade de mulheres tem avançado em visibilidade e em reconhecimento, sobretudo no espaço do ativismo social. Mulheres diversas

têm conquistado campos sociais e também a esfera política, demonstrando um alcance de atuação profissional e, no ativismo, firmam suas pautas de reivindicações humanitárias, sociais e políticas (HIRATA, 2004), pois perceber a sociedade com toda a sua diversidade, significa o aceite desta apresentação, por demandas pela igualdade de direitos e espaços, para o bem comum da sociedade como um todo.

É notório a caminhada do movimento feminista, por décadas, para superar concepções retrógradas e misóginas. E houveram vários avanços, todavia, os últimos anos de governos autocráticos e moralistas, em diversos países como EUA e Brasil, despertou a ação de setores conservadores da população, que se investiram dessas mentalidades discriminatórias e têm arranhado a trajetória dos movimentos sociais, sobretudo, levado à reflexão do ativismo feminista e sindical (CORONEL, 2018).

Vale lembrar que cada movimento social tece sua caminhada junto aos seus membros. Sabe-se da existência da autonomia, em geral, de seus militantes, o que por si confere alternância em suas lideranças. Além disso, há também uma necessidade de permanência dos princípios de cada entidade ou grupo social para demonstração de estratégias e ações que poderão ou não, tornar o movimento social relevante, no sentido da construção de uma sociedade que se quer democrática, em que o Estado possa ser promotor de políticas públicas que privilegiam essa democracia e desenvolva uma sociedade civil plena (FRANK, 1989), nesse sentido a militância docente possui na sua origem o anseio por mudanças.

Em termos teóricos e metodológicos, o terreno da militância, por vezes, tende a parecer escorregadio, pois sob o radar teórico da academia, o debruçar tão somente na história da vida privada, um enfoque micro sociológico (um risco que se corre na análise de trajetórias) ou ainda, por querer enquadrar a história de cada um, do engajamento militante de um indivíduo, numa abordagem para estendê-la ao viés da história pública, da macro história ou da macro sociologia (GUTIERREZ, 2020).

A abordagem macro por vezes, busca transpor-se e elevar-se à consideração das trajetórias, das contribuições dos sujeitos individuais e as suas capacidades de influenciar ou mobilizar outros seres ou recursos para as atividades militantes, na perspectiva de representar a dimensão do movimento social como um todo, pode incorrer em injustiças históricas e sociológicas (SEIDL, 2010). Assim, reduzir, generalizar ou privilegiar, tanto um olhar único na perspectiva individual,

quanto apenas na lógica coletiva, pode reduzir as possibilidades de análise sociológica, que poderia se valer das duas dimensões, tanto o enfoque sobre a trajetória do indivíduo, tanto como o da sociologia coletiva dos movimentos sociais.

Ocorreu por certo, no Brasil, desde a década de 1980, uma intensificação dos movimentos sociais de trabalhadores, tomaram o país, ancorados na inspiração democrática que vinham de outros países latinos e europeus, bem como do próprio clamor popular nos setores populares do país, num processo genuíno de busca pela redemocratização política nacional.

Sabe-se então, que atualmente, fruto das ações nas décadas passadas, os chamados “novos movimentos sociais” consolidaram-se, assim denominados após a década de 1980 no Brasil, por possuírem características que foram se modificando ao longo de sua história, destacando-se a partir da fundação do Partido dos Trabalhadores em 10/02/1980 e a criação da CUT – central única dos trabalhadores em 28/08/1983.

Diante disso, ocorreu o início de um período de reestruturação do trabalhismo no país. Neste sentido, é possível observar que eles apresentaram muita variedade, com algumas características provavelmente temporárias, tendo em comum o sentimento de moralidade que levou seus ativistas a se mobilizarem individualmente, quer por algum ideal de justiça, na causa em defesa de inclusão, pela própria sobrevivência ou até mesmo pela identidade classista, junto às suas categorias trabalhistas e aos seus filiados (FRANK, 1989).

Ao se tratar da militância de mulheres, algumas autoras relatam a história e a memória da militância feminina e registram o preço, muitas vezes alto, pago por mulheres por causa de seus percursos militantes, como castigos físicos, isolamentos, clandestinidade, prejuízos familiares, afetivos e matrimoniais. Além disso, denunciam políticas violentas, repressão policial, encarceramentos, torturas e mortes nas diversas formas de organização e militância desde os séculos de Brasil Colônia, sobretudo nos anos de grandes perseguições governamentais. (DEL PRIORE, 2012; HIRATA, 2004; PERROT, 1998; SOIHET; CONTIJO, 2007; SCOTT, 1995).

No caso da participação feminina na vida política, parece um ideal ainda a ser consolidado, de forma plena, em todas as instâncias da estrutura política e social do Estado brasileiro. A mulher ainda se encontra numa fase de afirmação de cidadania plena, segundo a historiadora Michele Perrot na obra “Mulheres Públicas”

(PERROT, 1998), na qual a autora analisa as implicações da participação feminina no espaço público, consagrado por séculos como sendo naturalmente dos homens. Michele Perrot, aponta que esse direito de participação democrática feminina ainda necessita de afirmação, de consolidação política e de prática social a ser exercitada nas pequenas ações diárias e na vida das pessoas, nas diferentes instituições e entidades.

Conforme os quadros demonstraram as mulheres ocupam posições de liderança em postos nas direções das escolas, nas diretorias regionais da própria APP sindicato. O que se apresenta como uma nova realidade no aspecto da participação feminina em cargos burocráticos e administrativos e nas instâncias decisórias nas escolas, e em parte dos núcleos sindicais da APP em diversos municípios paranaenses.

Pois sim, não é possível conceber a história da humanidade sem a participação das mulheres e da representatividade delas. Para Soihet e Contijo (2007), é impossível estabelecer uma identidade coletiva e homogênea da mulher. Nesse sentido, deve-se romper com a análise superficial da mulher vista como sombra, na condição maniqueísta de ora vítima, ora rebelde. Segundo Soihet e Contijo (2007), a mulher é tanto objeto como sujeito da história. Assim como os homens, e essas questões dependem do tempo e espaço, podendo ser representada de forma passiva frente à opressão, dependendo do enfoque dado, pode-se reforçar a possibilidade das mulheres como sujeitos de si mesmas (atores sociais, bem como protagonistas, nas agências as quais participam e atuam).

Assentada na premissa de que a educação de homens e de mulheres precisa avançar, parece ser consensual a necessidade da inserção da mulher nas mais diferentes dimensões do devir humano. As relevantes reflexões de Soihet e Contijo (2007), apontam para a indispensabilidade de se rever e reconstruir conceitos e paradigmas sobre o papel da mulher na construção sócio-política, cultural e econômica da sociedade capitalista ocidental, sendo premente e justa essa direção.

A existência dos movimentos sociais e da organização sindical, impõe a urgência desse debate, como um pacto civilizatório sobre a participação cidadã, concebida aqui como primordial, para uma sociedade contemporânea capitalista que defenda as premissas democráticas como as mais adequadas para uma sociedade que almeja se consolidar, enquanto civilização e defensora da humanidade fraterna

(GUTIERREZ, 2020).

Mas foi o Estado chamado Moderno quem preconizou o direito ao acesso de todos os povos às riquezas produzidas, bem como a preservação das condições de vida e do meio ambiente, livre de depredações predatórias e consumistas, para que os recursos naturais como solo, água, flora, fauna e energias limpas e renováveis sejam mantidos e distribuídos para o bem de toda forma de vida na Terra e, especial da dignidade dos seres humanos. Cabe nos refletir e ressaltar, portanto, que esta modernidade deve incluir a importância dos movimentos sociais, em especial do sindicalismo. É sobre a promoção da vida humana e sobre o direito à participação política para os membros da sociedade civil, em prol do bem comum e da construção de uma sociedade que se almeja democrática e para todos.

Contudo, sabemos que tratar a atual estrutura social e política nacional requer reconhecer uma realidade de desigualdades, em que uma classe econômico-política dominante se faz presente de diversas maneiras, mantendo uma ordem social capitalista, hegemônica, protegida por um forte aparato jurídico, econômico e sociocultural que lhe reserva privilégios e abundância em detrimento das demais classes sociais recusadas da abundância produzida.

Esta ordem posta, implica numa realidade constitucional desigual, excludente, autoritária, preconceituosa e, por vezes, perversa (BOITO JUNIOR, 1994). Mantém, ainda, a maioria da população na disputa para atender os seus interesses e às suas necessidades básicas de sobrevivência. E uma parcela populacional está impedida de participar dos processos sociais e culturais e os encarcerados, por exemplo, são banidos dessa sociedade de consumo de bens e serviços. Contudo uma parte dela disposta a organizar-se para modificar este status quo.

O presente Estado Capitalista, no qual o Brasil se insere, conta com tais ferramentas jurídicas, parlamentares e executivas, que dificultam, a distribuição das riquezas produzidas pela população. No entanto, existem camadas sociais que sequer acessam o mercado de trabalho, excluídas dele, do estudo e de quaisquer condições de cidadania. Esta parcela substancial da população, vive à margem do bem-estar social e carece de organização para defender seus direitos, esta é a missão dos movimentos da sociedade civil. Todo este contexto serve de base para o surgimento dos movimentos sociais e dos sindicatos, na busca de modificar essa realidade de desigualdade posta para uma população que vive tão somente do seu

trabalho ou da ausência do acesso a ele (ESTANQUE, 2009a).

Nesta perspectiva, foi com o advento da redemocratização do país após os vinte e um anos da ditadura militar, no final de 1988, capitaneadas pela Constituição Federal, onde emerge a demanda pelas reivindicações econômico-sociais das camadas trabalhadoras assumindo proporções relevantes por todo o Brasil. Esta movimentação populacional conduz a modificação da cena política e social dos brasileiros, inserindo de vez, uma emergente agenda social com uma pauta histórica que consolida o ativismo feminino em vários campos da sociedade brasileira.

Tais mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais desencadearam movimentos sociais importantes pelo país. O pioneiro foi o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), em 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná, quando foi realizado o primeiro encontro nacional dos trabalhadores rurais sem terra do Brasil. Esse movimento social de origem camponesa atua até a atualidade, levando a luta pelo direito ao acesso e ao uso da terra por meio da ocupação de terras improdutivas e ociosas, a fim de produzir alimentos sem agrotóxicos e demarcar as terras para os pequenos produtores rurais brasileiros. Este ativismo de base teórica marxista, e tem por inspiração e utopia a Reforma Agrária, e o ideal com o fim dos latifúndios rurais. O MST, é reconhecido internacionalmente, como um movimento social de relevante atuação popular e social e vale-se da presença feminina na sua organização e liderança das estratégias setoriais.

Outro relevante movimento social no Brasil, é o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), com caráter essencialmente social, político e popular, mobiliza pessoas na busca da aquisição de uma casa própria. Foi fundado em 1997, defende principalmente o direito à moradia, à reforma urbana e à diminuição das desigualdades sociais e conta com unidades lideradas por mulheres.

Embora originário nas grandes capitais brasileiras, a CUFA (Central Única das Favelas), criada em 1999 por jovens artistas negros do rap, como Celso Athayde e MV Bill, por exemplo, influenciou a organização de outros movimentos sociais, pelo país. A CUFA trata-se de uma organização totalmente brasileira e atua na defesa de valores humanos, artísticos, culturais, políticos e esportivos para incentivar e valorizar a população negra e periférica.

Tal movimento possui reconhecimento mundial pelas inúmeras ações e eventos que promovem qualidade de vida, saúde e lazer nos espaços esquecidos, sobretudo pelo Estado Brasileiro e pelas políticas públicas nacionais e regionais. E

conta com uma relevante participação das mulheres em especial das mulheres negras nas comunidades periféricas das cidades.

A partir das últimas décadas do século XX, com o avanço das configurações econômicas, políticas e sociais do neoliberalismo, surgiram novos procedimentos dos movimentos sociais. Visto que o Estado burguês neoliberal sofisticou seus instrumentos de regulação e controle através de táticas militares, uso de tecnologias da informação, operação com drones, equipamentos voadores não tripulados, além do uso das redes sociais e demais aplicativos conectados à rede mundial de computadores, a internet, por exemplo, utilizada como estratégias de monitoramento das comunidades pobres dos arredores dos centros urbanos.

No entanto, vale lembrar que os movimentos sociais também exercem um poder social por meio da mobilização de seus participantes. Esse poder social, tanto surge no movimento social, como também é derivado dessa força social mobilizadora de resistência e sobrevivência (GUTIERREZ, 2020).

Nessa interpretação, inclui-se a história das mulheres e todo o seu arcabouço de diversidade (raça, sexualidade, idade e condição sociocultural, religiosa, geográfica, econômica, além de restrição física ou intelectual, etc.). Em outras palavras, no caso das mulheres, uma cidadã brasileira, de qualquer etnia, sexo, condição sexual, orientação política, sendo do campo ou da cidade, pessoa com deficiência, gorda, idosa, religiosa ou não, branca ou não, pobre ou rica, letrada ou não, empregada ou não; deve ter acesso ao trabalho, a um salário digno, e ter igualmente acesso às condições plenas de saúde, liberdade, transporte, lazer, educação e participação política ( as condições interseccionais das mulheres plurais).

Sobre esta perspectiva, reside a lógica, os movimentos sociais, sobretudo os sindicatos, pois apresentam saídas sociais pacíficas, firmando-se como um aparato de busca ao atendimento de direitos humanos, sociais e trabalhistas; O que denota em luta permanente por mudanças políticas, econômicas e sociais. Desde os séculos anteriores e em particular nas últimas décadas deste século XXI, houve uma elevação na participação feminina e feminista, com uma agenda de atos e ações das mulheres, notadamente, no sindicalismo feminino, ancorado numa nova consciência de cidadania na construção de possibilidades de inclusão social (HIRATA, 2004).

Na reescrita da história da civilização humana, sob uma nova interpretação, portanto, o feminismo ganhou força tanto nas universidades, como nos movimentos populares, trazendo à tona uma pauta relacionada aos anseios feministas, o que

implica principalmente refletir sobre como

[...] a subordinação das mulheres resulta da supremacia masculina na definição de papéis e posições socialmente relevantes, sob a qual as diferenças de gênero são tornadas irrelevantes para a distribuição de benefícios, razão pela qual a solução passa por rever padrões de dominação [...] (KRITSCH, 2011, p. 1).

Essa abordagem específica da dominação requer, sobretudo, negar a pura distribuição do poder entre mulheres e homens, partindo-se da lógica da superioridade masculina ou da subordinação feminina, justificada em razões biológicas e ideológicas, fato este que exige rever os fundamentos da política. Assim, torna-se imperativo uma nova interpretação da justiça a partir de uma outra atribuição de papéis sociais e políticos para homens e mulheres, pautada sobre os novos fundamentos macrossociológicos que permitam rever as distintas posições dos indivíduos na sociedade (KRITSCH, 2011).

De fato, o sentido da participação efetiva das mulheres, sobretudo no campo político, requer uma interpretação que considere que o “pessoal é político”. Essa proposta entende os sujeitos femininos como mulheres portadoras de direitos. No terreno político, entende-se também a criação de um espaço propício para a construção e busca de interesses diversos, no qual o engajamento militante consiste nessa arena de construção de direitos e de disputas entre as forças humanas dispostas nesse campo social, atribuição igualitárias para mulheres e homens.

O engajamento militante feminino cresceu inclusive no sindicalismo docente, por constituir um cenário de presença majoritariamente feminino, e essa agenda de disputa política ainda busca ser capaz de promover a valorização da mulher docente (feminista), para além da conquista da valorização docente, classista, (LIMA, 2013), é notório que a profissão docente conta com uma maioria feminina (Quadro 4).

As professoras pesquisadas foram originárias da classe trabalhadora e construíram suas vivências na órbita educacional e dos movimentos sociais. O enfoque, dado à análise da trajetória das oito professoras, entendeu, por meio de entrevistas e dos seus relatos pessoais, como suas vidas pessoais e profissionais se desenvolveram-se junto ao ativismo sindical docente, num contexto de redemocratização política do país, em que a APP, deixou de ser associação dos professores para alçar o status de sindicato, posteriormente filiando-se a CUT, em meio as reflexões e mudanças trabalhistas, sob novas legislações. Suas atuações

concorreram para o enfrentamento e construção de suas carreiras enquanto servidoras públicas estaduais da educação básica no Paraná. A perspectiva da trajetória individual calcada na militância sindical, foi considerada sob o olhar do engajamento militante espontâneo e pessoal de cada sujeita de pesquisa.

Sobre o engajamento militante, no artigo de 2016, “Condições e Mecanismos do Engajamento Militante: um modelo de análise”, (SILVA; RUSKOWSKI, 2016) trazem para a discussão um conceito com base em outros dois autores franceses, Sawicki e Siméant (2011, p. 201), os quais situam o engajamento militante, ou militantismo, “como sendo toda forma de participação duradoura em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa” (apud SILVA; RUSKOWSKI, 2016).

Da explicação fundamentada de Silva e Ruskowski (2016), pode-se entender o engajamento militante como um movimento relevante acionado pelos indivíduos dispostos a organizar-se coletivamente junto aos seus pares para obter êxito na busca de seus interesses e objetivos que, embora partam de disposições solitárias de cada indivíduo, ganham a dimensão coletiva ao conseguir agrupar pessoas que contarão com este ajuntamento de forças e energias de diversas pessoas para, enfim, alcançar suas metas.

Nesse ponto, Silva e Ruskowski (2016) argumentam que é necessário considerar no processo do engajamento militante tanto as ações e atividades dos indivíduos (atores/agentes sociais) quanto esses mecanismos, que são operados no interior das entidades, ou instituições, através das ações intencionais dos atores sociais em questão para obter sucesso e conquistar seus objetivos. Para os autores, os mecanismos causais impulsionam as ações ou atividades dos agentes sociais no interior das entidades, promovendo mudanças. Esses fenômenos denominam-se processos sociais.

Os autores defendem, portanto, a possibilidade de atribuírem-se às análises explicativas no campo das ciências sociais, ao mesmo tempo que rejeitam qualquer tentativa de explicação de análise que possua validade universal, que opere numa dimensão de leis gerais de verdade generalizante. Eles postulam a existência de uma riqueza na percepção de que ainda a natureza dos processos seja similar. Isso posto, os resultados obtidos estarão contingenciados por variantes conjunturais ou circunstanciais, decorrentes dos contextos iniciais ou procedimentais que incidirão certamente em resultados diferentes no engajamento militante.

Discorrer acerca dos aspectos metodológicos da análise do engajamento militante será um aspecto essencial para ser ressaltado neste trabalho, pois a importância dessa modalidade metodológica, pode vir a explicar a participação das professoras sindicalistas por um tempo de suas vidas, sendo motivadas na defesa de uma causa a favor da educação pública, gratuita, laica e de qualidade, com boas condições para o exercício docente na rede estadual de ensino.

A base teórica fundada da sociologia individual, aqui mobilizada com Bordieu (1995) e Lahire (2013), concebendo a análise de trajetória como metodologia de autores como Ernesto Seidl e Marcelo Kunrath Silva, deverá ser capaz de sustentar os percursos de vida no sindicalismo docente feminino como um real modelo de expressão do ativismo sociopolítico contemporâneo, além de outros pesquisadores sobre o militantismo docente feminino.

Para Silva e Ruskowski (2016), o engajamento militante diferencia-se muito da mera participação ocasional em eleições, plebiscitos ou campanhas momentâneas. O comportamento do ativista militante é considerado consistente, pois é expresso na participação contínua, regular, com ações e atividades numa organização social, política e sindical. Isso se deve ao fato de as pessoas se engajarem individualmente, abraçando as causas, imbuídas da identificação com as agências/entidades. Assim, traçam uma prática duradoura, a favor dos seus objetivos e suas pautas, enquanto atores-indivíduos participantes, estabelecem uma simbiose, seja pelo perfil sociocultural político, configurando-se em eu – você – nós, ou ao estabelecerem-se por meio da convivência ativista, no reconhecimento da identidade coletiva, em que a entidade (agência) fica ainda maior e acolhe seus membros participantes.

Ainda no artigo de Silva e Ruskowski (2016), há a distinção entre o engajamento militante e o individualizado e também dos chamados “movimentos sociais urbanos” de 1970 e 1980, cujas causas eram imediatamente relacionadas às questões de posição ou condição social. Eles diferenciam-se dos movimentos ativistas on-line, o “clickativismo”, que se refere às diversas formas de ativismo na internet que não demandam um envolvimento posterior dos participantes em processos de ação coletiva off-line na prática social. Por isso, os autores em pauta estabelecem quatro tipos de processos de engajamento militante: a) disposicional, b) identitário, c) relacional e d) retributivo. Neste trabalho, consideram-se três marcadores, inspirados na indicação dos quatro, indicados pelos autores (SILVA;

RUSKOWSKI, 2016):

a) A formação e composição familiar – valores na infância – religião-lugar de origem. Será considerado, nesta análise o processo disposicional (fundada nos primeiros anos de vida, da infância e os primeiros valores adquiridos: princípios morais-religiosos por cada professora pesquisada), pois a importância das disposições, dos atributos pessoais acumulados ao longo do percurso de vida dos indivíduos como recursos ou condições específicas para que ele seja impulsionado, em maior ou menor intensidade pelos indivíduos, para o engajamento militante. Trata-se do “habitus” indicado por Pierre (BOURDIEU, 1995), quando as propensões (características) específicas, tendem a determinar o sujeito para o engajamento militante. Ainda que se saiba hoje que cada ator convive e sofre influências de uma gama de repertórios de comportamentos e ações convergentes ou divergentes (heterogêneas) passíveis ou não de serem incorporadas por cada indivíduo, ou ignoradas em sua herança sociocultural.

Um aspecto importante a ser considerado, será o processo identitário para esta pesquisa. Ainda que haja a inspiração neste padrão e nesta perspectiva, a produção e reprodução das ações coletivas estão imediatamente relacionadas à identidade coletiva ou a um certo sentido de ação compartilhada e conformada pelos sujeitos numa dimensão coletiva. Equivale afirmar que se trata de um processo de identificação numa arena de disputa política em que os indivíduos constroem suas consciências e formas de ações por meio da identificação nas relações sociais. Portanto, as normas e valores políticos são constructos das interações e identificações dos atores entre si, no mesmo espaço social. Ademais, as identidades são criadas e formatadas nessas ações coletivas no interior das próprias entidades ou instituições sociais.

Diante disso, o processo identitário fundamenta o engajamento militante na medida em que produz e reproduz congruência entre a identidade individual e a identidade coletiva, dando, afinal, o real sentido ao agir comum. As pessoas, à vista disso, tornam-se voluntárias e podem vir a frustrar-se na entidade ou organização. Essa congruência é capaz de oferecer afinidade e alinhamento dos indivíduos à entidade ou à instituição, pode em maior ou menor grau de intensidade torná-lo mais ou menos envolvido e participativo no movimento, por maior ou menor tempo de ativismo nas ações coletivas. Os autores, por consequência, citam a "categorização de molduras interpretativas individuais" como sendo uma metodologia que analisa o

impacto do envolvimento dos indivíduos nos movimentos de engajamentos militantes.

b) O contexto social (formação acadêmica, escolha magistério? Exercício profissional e relações afetivas - amizades-contatos-influências). O aspecto relacional é adquirido ao longo das relações desenvolvidas durante a formação e ademais, configura-se como uma perspectiva do que é essencial na estrutura e nas ações dos agentes no processo de ingresso e permanência no engajamento militante.

Esse aspecto diz respeito à conformação do indivíduo no movimento. Para análise desta abordagem, duas dimensões precisam ser levadas em conta: 1- a do interacionismo simbólico (baseada na literatura francesa sobre o militantismo), que analisa o aspecto das interações que cada indivíduo agrega ou realiza. Assim, sua rede de interações cotidianas tende a oferecer um certo contexto de sentidos e de negociações de mundos e de contextos distintos, congregando esferas diversas (por vezes conflitantes) de vida, tais como: família, igreja, clube, trabalho, estudo, bar, entre outros.

c) As posições ocupadas e a trajetória no engajamento sindical, os ativismos nas redes sociais, políticas, etc. Essa dimensão, para além da convivência extra relação familiar, é capitaneada pela rede de interações culturais, as relações de trabalho, lazer, formação acadêmica, bem como os contatos políticos estabelecidos com os demais grupos secundários, como associações, igrejas, sindicatos, movimentos sociais, ligados às militâncias como os próprios sindicatos ou partidos políticos, entre outros. Esse nível de relacionamento promove outras ligações políticas e ações, que requerem outros mecanismos mentais e cognitivos porque acionam os ideais sociais para o bem comum e impulsionam o prestígio de decisões humanas, que requerem certos padrões de escolhas humanas, impulsionadas por sentimentos altruístas como a própria vontade do engajamento militante de cada indivíduo no movimento social.

Ainda na esfera do interacionismo simbólico, a carreira militante é uma dimensão considerável, pois apresenta-se como acesso, intensidade, forma, duração e desenvolvimento. Dessa maneira, pode-se analisar o ciclo de vida dos indivíduos, as mudanças e permanências durante suas trajetórias de vida no percurso do engajamento militante. Além disso, outro aspecto atualmente considerado é aquele que diz respeito à interação, à participação, ao acesso e à

exposição das pessoas às redes sociais. Esse elemento tem-se mostrado relevante por impactar a vida dos atores-sujeitos sociais. Sabe-se que os eventos importantes na vida das pessoas, como ingresso no mercado de trabalho, a aprovação em um concurso, o nascimento de filho, o casamento, o divórcio, a aposentadoria, a mudança de casa, de cidade ou o luto marcam e mudam a trajetória de vida das pessoas.

Também o acesso e a comunicação dos agentes, por meio das redes sociais, modificam a estrutura de contatos, a influência e a informação, estabelecendo uma rede de reconhecimento, de sentidos, de afetos ao circundar a vida das pessoas. É possível perceber que existe uma lógica que motiva e incentiva a formação das disposições para se militar ou não. As redes sociais, por exemplo, operam hoje como a comunicação de uma trama de valores, de ideais e de padrões de comportamentos capazes de conectar pessoas que interpretam fenômenos sociais, fatos e atitudes e tecem seus julgamentos, proferindo sentenças. Segundo Silva e Ruskowski (2016), as redes socializam as pessoas e impulsionam para ações e atividades, chegando a oferecer gatilhos para engajamentos temporários ou duradouros sobre diversas questões: sociais, culturais e políticas.

Em vista disso, o potencial das redes sociais pode levar a mobilizações individuais e coletivas para o bem ou para o mal (chamado de alto risco). Igualmente, pode propiciar vínculos significativos entre indivíduos e organizações sociais, entidades e instituições, de maneira que as disposições podem ser acionadas externamente, conectando sentimentos e aptidões íntimas de cada sujeito.

O procedimento retributivo, por sua vez, consiste numa perspectiva das ações mais desinteressadas dos indivíduos, dos atores, ou seja, refere-se ao engajamento ideológico propriamente dito, do envolvimento subjetivo próprio de cada indivíduo para além do envolvimento cognitivo puramente dito. As ações, assim, podem tanto ser objetivas quanto subjetivas, estarem relacionadas ao sentido da causa pelas ideias do movimento, simplesmente pelos sentimentos relacionados ao prestígio, ao respeito, às amizades, sem buscar uma compensação material ou simbólica direta ou imediata.

Para cada ator ou agente social, o valor e a importância do engajamento podem ter um peso, um sentido ou uma lógica e fugir a qualquer enquadramento universalizante. Enquanto um aplauso ou um abraço pode ter valor para um, para o

outro, pode não ter peso algum. Logo, uma medalha, um reconhecimento, um evento realizado, uma rodada de negociação exitosa pode impactar a avaliação de alguém e não representarem muito para outro sujeito, esse aspecto, no entanto, não será considerado para análise deste trabalho, que se valerá dos três marcadores anteriormente mencionados: a), b) e c).

A intensidade do envolvimento ou do compromisso pode variar de acordo com o contexto, com a oferta e com a própria demanda do ativismo. Sem esquecer que pode destacar causas diversas e estabelecer uma própria maneira em que a instituição ou entidade encoraja e valida o comprometimento individual de seus membros. Acontece que, de acordo com Gutierrez (2020), desde o recrutamento como na promoção e reconhecimento da imagem do indivíduo na organização social ou agência, no caso desta análise, diz respeito ao funcionamento da própria entidade sindical APP, que terá sua especificidade tratada no capítulo seguinte.

Tratar o engajamento militante, segundo os autores estudados, requer superar uma categorização comum que reduz tais movimentos como apenas contestatórios e pouco complexos. Descrever esses processos sociais, demanda na compreensão de entender a formação, decomposição das causas do processo e o relato descritivo de como o procedimento realmente ocorreu.

A decisão para um agente participar de um movimento decorre de alguns fatores relacionados a um chamado ou a recrutamento, a uma ligação firme entre o movimento e a identidade, a um vínculo entre a identidade e a ação proposta, e à ausência de oposição entre a pessoa e a identidade do movimento apresentado. Comumente, a consolidação do convencimento pela continuidade na participação ocorre no processo da interação inicial, a própria convivência firma a argumentação e motivação para a participação continuada no movimento ativista.

De acordo com a exposição teórica de Silva e Ruskowski (2016), pode-se depreender que, levando-se em conta esse modelo apresentado, situado às condições e aos mecanismos para a inserção e participação no engajamento participante podem estar relacionados à socialização prévia, que representa as disposições, um aspecto central para esta pesquisa, que justamente utilizou-se do método da análise de trajetória para entender o fenômeno do engajamento militante das mulheres professoras na APP sindicato Londrina.

Portanto, os recursos possíveis, como também as habilidades dos indivíduos, somam contato com as causas e objetivos do movimento, por meio dos

vínculos afetivos criados na convivência. Posteriormente, numa fase de mediação das informações acerca do ativismo, tal agente social se convence pelo engajamento por alguma razão pessoal, ou seja, um motivo por vezes subjetivo.

É por meio da comunicação e interação socializante, os atores estabelecem proximidades e vínculos junto as causas e às pessoas, na sequência dessa interação associativa pode ocorrer uma conexão estrutural e, por estar convencido simbolicamente, ou pelo alinhamento identitário, ou por redistribuição, o engajamento militante ocorrerá por iniciativa individual do sujeito ou por convite coletivo.

A conformação do alinhamento identitário entre o indivíduo e a organização ou movimento militante pode levar à uma participação continuada, propiciando, possivelmente, a existência de uma carreira militante, todavia o processo relacional e interativo, é constantemente avaliado, negociado e ressignificado para bem do movimento, nas disputas e práticas vivenciadas.

Os atores e o engajamento militante precisam ser alimentados por condições materiais, simbólicas, afetivas e emocionais para a continuidade do processo social, pois segundo as últimas publicações de resultados de pesquisas acadêmicas, o tema tem intrigado um grande número de sociólogos e demais pesquisadores, que contribuem com novas argumentações e configurações sobre o fenômeno do engajamento nas lutas da militância ou militantismo social no país. É o que se demonstra no artigo do pesquisador Daniel Gutierrez, ao ponderar:

[...] “Nos últimos anos, o campo de estudos da Sociologia Política da militância vem sendo renovado através de novas perspectivas teórico metodológicas que entendem o ativismo político como uma atividade social específica e duradoura, constituída de um “ciclo de vida” representado pelos momentos de adesão, comprometimento e deserção [...]. (GUTIERREZ, 2020, p. 224)

Nesse sentido, com base no repertório teórico aqui escolhido, para melhor compreender o processo do engajamento militante, como a análise do próprio percurso das carreiras militantes ou ativistas, será necessária atenção e cuidado, para não cair no risco de protagonizar os personalismos, ou mesmo no determinismo estrutural da sociologia individual. Ainda que o interesse deste trabalho seja o de pesquisar um determinado contexto social específico, a partir das narrativas de histórias individuais desses atores sociais particulares, para uma compreensão da

entidade sindical (uma instituição social determinada) no contexto da cidade de Londrina, no período entre 1988 e 2020, a ideia não é reconhecer apenas a micro militância ou reduzir o engajamento militante, tão somente ao itinerário dessas professoras, desconsiderando a história macro do engajamento militante no sindicalismo docente, no caso da existência da APP enquanto entidade sindical.

Ao contrário, sabe-se que ao estudar as jornadas individuais, não se deve desconsiderar a estrutura macro da agência, pois esta pesquisa diz respeito a APP Sindicato, sua estrutura e funcionamento enquanto sindicato docente, classista e de maioria feminina (Quadro 5). O problema desta pesquisa é a análise e entendimento da participação das professoras ativistas e suas trajetórias, buscar compreender o contexto ampliado do sindicalismo docente e qual o protagonismo político dessa entidade sindical.

A pesquisa tem a finalidade de refletir as instâncias de construção dos atos, decisões e possíveis existentes na conjuntura cotidiana desse movimento ativista militante docente, pois sabe-se, segundo (GUTIERREZ, 2020) que as questões de gênero estão presentes no recrutamento e seleção dos movimentos ativistas, um campo notadamente masculino. E as mulheres são, muitas vezes, desencorajadas a empenhar-se em determinadas tarefas, no interior das entidades, dessa forma são selecionadas para fins específicos, de cumprir tarefas menores, burocráticas, sob a lógica cultural impregnada de estereótipos construídos, nas quais os espaços adequados as mulheres, são determinados pelo jugo dos homens. Num conceito de que o ativismo político não parece vocacionado ao desempenho de papéis femininos em geral. E algumas hipóteses apontam para que possamos transgredir esta realidade pois nos parece democrático que lugar de mulher pode ser onde, como e quando cada uma quiser estar, falar, decidir ou fazer (HIRATA, 2004).

### 1.1 BREVE REFLEXÃO SOBRE O SINDICALISMO E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

A esta altura, o foco narrativo das organizações populares, agora será sobre o sindicalismo, que igualmente se origina nos primórdios do capitalismo comercial e dos movimentos rurais do campesinato em uma sociedade denominada moderna, cujo advento do trabalho assalariado do operário não tem democratizado o acesso à riqueza produzida. Nessa perspectiva, os sindicatos foram, ao longo da história do desenvolvimento do capitalismo ocidental, um forte recurso de organização,

sobretudo das camadas populares mais pobres. Por outro lado, observa-se que o sindicalismo não possui a fluidez dos demais movimentos sociais, que detêm organizações mais livres, com motivações e acontecimentos mais periódicos e, em alguns casos, com facetas múltiplas, compostas por períodos determinados, cujas existências podem ser mais ou menos perenes (GUTIERREZ, 2020).

Cabe ressaltar que essa lógica trabalhista se iniciou com o próprio processo de colonização europeu na América desde o início do século XVI, um período de consolidação das estruturas capitalistas comerciais que expandiram suas fronteiras de dominação e opressão, conformando o mundo ocidental (HOBBSAWM, 1977), que fomentou essa estrutura desigual de privilégios aos homens e subordinação às mulheres. Essa estrutura patriarcal se arraigou na diversidade econômica a partir da economia e da divisão do trabalho, com a inculcação religiosa e as práticas culturais alimentando essa realidade de desequilíbrio e desigualdade social.

A organização dos sindicatos, assim como os partidos políticos, atingiu um nível de sistematização e de estruturação burocráticas que assumiu a própria lógica do Estado Capitalista vigente. No Brasil, por exemplo, os primeiros sindicatos organizados, no início do século XX, receberam a influência política de inspiração anarquista, vinda principalmente da Rússia. Na década de 1920, a inspiração recebida era da Itália dos associativismos e alguns sindicatos sofreram com a interferência e imposição de normas de certos governos, como o de Getúlio Vargas a partir da década de 1930.

Pode-se aferir ao menos cinco correntes ideológicas que atuaram no movimento operário brasileiro, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, do início do século XX a saber: anarco-sindicalistas, socialistas-amarelos, comunistas, trotskistas e católicos (DINIZ; ROCHA, 2018). A teoria de matriz anarquista predominou nas organizações sindicais urbanas e rurais até 1922. Depois dessa data, foi o comunismo que trouxe influências, trazendo o Partido Comunista do Brasil para ocupar o posto de afirmação teórica sobre os movimentos de organização dos trabalhadores, permanecendo até 1930 com o golpe dado por Getúlio Vargas. Na era do governo Getúlio Vargas, consolidou-se o predomínio do sindicalismo chamado oficial, o burocrático atrelado ao mando governista, mantendo-se essa relação estrutural e de funcionamento corporativista, durante todo o período da ditadura militar (1964 -1985) (DINIZ; ROCHA, 2018).

Esse contorno oficial fragilizou o movimento operário e o dos trabalhadores

em geral, causando desconfiança entre os sindicalizados, que perceberam a presença de dois oponentes: o patrão e o sindicato. Esse fenômeno denominado peleguismo, fruto de um sindicato corporativo de Estado, modificou a organização sindical e seus resquícios estão presentes até os dias atuais. O que faz adiar a hegemonia de um sindicato autônomo, com caráter propositivo em defesa das populações trabalhadoras, numa lógica genuinamente classista e popular (BOITO JUNIOR, 1994).

Existe nos sindicatos, desde o seu nascimento no século XIX, a presença do jogo de interesses políticos na composição das diretorias, em geral, os sindicatos de trabalhadores, estão relacionados a partidos políticos, ou mesmo a linhas ideológicas, a visões de mundo e à sociedade que os norteiam, embora não se possa negar ou generalizar tal fenômeno como característico do movimento sindical como um todo.

Embora, inicialmente, os sindicatos tenham surgido como agrupamentos rurais, ligados às corporações de ofícios. Posteriormente, no Brasil, com o advento da estrutura do engenho de cana-de-açúcar, da instauração das fábricas, da chegada dos imigrantes e das más condições de vida e de sobrevivência, transformam-se em uma arena de associações e, finalmente, em sindicatos. O ambiente sindical instaurou-se como um espaço organizado de coletivos resistentes, com estratégias de lutas, disputas internas e reivindicações junto aos patrões e governantes para melhorar a vida dos trabalhadores. Nesse período, receberam influência do anarco-sindicalismo vindo principalmente da Rússia e da Itália, como afirma o autor (DINIZ; ROCHA, 2018).

Esse itinerário avançou até os séculos XIX e XX, quando os sistemas se posicionaram em torno da órbita do mercado capitalista. Os sindicatos, então, caminharam forjando às formas das relações laborais, configurando-se aos lugares, à organização e à disciplina do mundo cada vez mais diversificado da divisão social do trabalho. Através de sistemas de apropriação da mão de obra do trabalho, da sujeição dos trabalhadores e da própria lógica capitalista que impôs uma ordem, interferindo ao operar nas tramas sociais e na diversidade das cenas culturais, bem como na situação posicional das classes sociais. Sobretudo, na organização operária das fábricas têxteis dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, como exemplo as greves gerais de 1917, em que o papel dos governos e os mecanismos de controle foram empregados com eficiência (ALVES, 2000).

Em alguns casos, os sindicatos, mesmo ditos classistas, alçaram sem maiores pudores o status de departamentos de governos, confundindo sua existência ao representar categorias de trabalhadores e, ao mesmo tempo, confundindo-se ao defenderem em mesas de negociação com os patrões, os interesses desses no momento em que deveriam reivindicar direitos, melhores condições de vida e sobrevivência para seus filiados.

Mesmo sobre esse caráter dual o sindicalismo assumiu relevância na representatividade das classes dominadas, que possuem escassos recursos de representatividade que lhes possam dar voz e permitir lutar por seus direitos humanos e trabalhistas, significando um aparato importante na busca desses direitos, mas fundamentalmente a maior bandeira é a econômica, pois as reivindicações, embora se dão na esfera política, partem das necessidades econômicas de subsistência e busca de melhoria de vida. Neste sentido, os sindicatos constituíram uma esfera política relevante, pois representaram seus atores sociais e passou por reformas internas e estruturais, decorrentes dos ventos democráticos surgidos, sobretudo, com a Constituição Federal de 1988 (BOITO JUNIOR, 1994).

Nas últimas décadas do século XXI, quando as novas configurações mundiais remodelaram o mundo do trabalho, essa nova conjuntura de vasta diversidade causou algumas rupturas e impôs novas lógicas e relações precárias de trabalho, permeadas pelo uso das tecnologias sob novas configurações das condições e dos direitos laborais e resultou no surgimento de novas frações de classes trabalhadoras, conforme (BOITO JUNIOR, 1994). Nessa lógica, o compromisso capital-trabalho foi imposto aos trabalhadores de forma desigual, beirando a barbárie.

Ao se tratar do sindicalismo, nota-se que os sindicatos, no Brasil, não nasceram apenas da organização de atos populares, mas também contaram com ações políticas de governos que visavam controlar suas massas trabalhadoras. Historicamente, tanto nos espaços rurais quanto nos urbanos, os sindicatos exerceram fascínio nas camadas populares e nos setores governamentais, “trazendo a necessidade de mobilização permanente” (HOBBSAWM, 1977).

No Brasil, o sindicalismo passou por uma transformação ideológica considerável, a partir de 1978, na chamada “crise da ditadura militar”, momento em que o campo político sindical se redefiniu e muitos historiadores e sociólogos

passaram a denominá-lo de “o novo sindicalismo nacional” (BOITO JUNIOR, 1994). Uniram-se os setores da classe média latifundiária associada ao agronegócio e os setores da indústria nacional, além de alguns setores do capital financeiro nacional e internacional. Juntas, essas frações das classes dominantes conduziram a mídia nacional e os setores religiosos, realinhando as frações de classes na sociedade brasileira (BOITO JUNIOR, 1994). Essa parceria estabeleceu consenso de objetivos e de linguagens únicas, como a tarefa de combater a corrupção e retirar a agenda social implantada por um partido trabalhista mais progressista, afinado aos trabalhadores, que vinha ameaçando os lucros e a acumulação de riquezas desses setores da sociedade capitalista brasileira (MARUANI; HIRATA, 2009).

A herança do sindicalismo corporativo de Estado, em que vários sindicatos de trabalhadores firmaram posições alinhadas aos governos, contribuindo para a permanência daqueles tutelados pelo Estado, ao oferecer alguns serviços assistencialistas, se distanciavam-se do sindicato de coalizão, das negociações e dos confrontos, das paralisações, de greves e de lutas mais estruturadas que reivindicavam reformas e mudanças mais abrangentes. Esta prática sindical permeou, inicialmente, o panorama em que ocorreram as greves de 1978 por todo o país, no período militar, inclusive no sindicalismo docente, como em São Paulo e no Paraná, com destaque para os metalúrgicos do ABCD paulista (Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema), sob a liderança de Luís Inácio Lula da Silva, do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo. (BOITO JUNIOR, 1994).

Todavia, o humor e as pressões dos governantes, no ano seguinte, em 1979, modificaram-se com repressão dura, prisões, entre outras medidas dos governos. Essa ação do Estado, com postura violenta, proporcionou um avanço nas negociações sindicais para além da reivindicação salarial, na qual os sindicalistas assumiram ações políticas de confronto, numa perspectiva social-sindical, o que instaurou uma nova fase histórica do sindicalismo nacional, num contexto social adverso, crise econômica, reivindicação por democratização e participação política.

Foram as mudanças políticas que promoveram divergências conjunturais nos paradigmas de ações e lutas de parte dos sindicatos. As greves de 1980 alteraram a concepção e a atuação do mundo sindical brasileiro. E abrangeu setores como dos bancários, dos movimentos estudantis, dos professores da educação básica e de universidades, de comerciários etc. (BOITO JUNIOR, 1994).

A culminância dessa mobilização social foi a criação do Partido dos

Trabalhadores, em 10 de fevereiro de 1980 e a fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), no ano de 1983, como uma entidade nascida para agregar e fortalecer os inúmeros sindicatos trabalhistas no país (BOITO JUNIOR, 1994).

Dessa maneira, o trabalhismo no Brasil atingiu outro patamar na sua organização, estruturando ainda mais o movimento sindical brasileiro, assumindo a concepção político-humanística de confronto e luta contra as desigualdades sociais e econômicas em todo território nacional. Assim, se modificaram e se consolidaram os movimentos sindicais, na esteira das mudanças sociais, políticas e econômicas, bem como das mudanças nas relações de trabalho, com a inserção das tecnologias aplicadas à produção mundial e local.

Ressalta-se que a nova fase do sindicalismo está inserida na trilha da globalização econômica mundial, cuja lógica neoliberal operou no campo sindical, desde sua organização, refletindo na defesa da categoria trabalhista à qual representava. O sindicato tornou-se um espaço de disputas, entre grupos, com a finalidade comum de assumir o poder da direção das entidades. Esta marca da disputa interna e as influências partidárias, têm conduzido o funcionamento da estrutura sindical, até os nossos dias. O engajamento militante e a atuação sindical, por vezes, implicam em arenas de negociação e embates tanto internamente, quanto com setores do governo (no caso do sindicalismo docente da educação básica), por exemplo, os responsáveis por conceder ou não o atendimento dos itens de reivindicação da categoria trabalhista (GUTIERREZ, 2020).

Na história recente brasileira, alguns setores das classes médias assumiram as ruas em 2013, aos domingos, nas principais capitais brasileiras e a cena dos movimentos sociais foi dividida ideologicamente, elevando o nível de cisão entre a população nacional: entre “Nós e Eles”, “Direita contra Esquerda”. Esse acirramento consolidou parte da população em dois extremos posicionais, este levante patrocinado por setores mais conservadores econômico-sociais e políticos que tomaram as ruas contestando acerca de problemas cotidianos nacionais e alguns sindicatos engrossaram esta multidão. (ANDRADE; LELIS; MONTEIRO, 2017).

Em termos mundiais, no contexto do agravamento da crise econômica, que

acometeu parte do mundo, desde 2008<sup>5</sup>, num cenário desfavorável ao emprego, os governantes brasileiros, notadamente, desde o ano de 2016, impulsionaram ações nas esferas federais e estaduais, promovendo uma série de medidas jurídicas, midiáticas e políticas numa campanha institucional de demonização das atividades sindicais em todo país. Foram também cerceando as contribuições dos trabalhadores, promovendo recadastramentos pessoais e entraves burocráticos para a renovação da filiação e contribuição sindical de cada trabalhador junto ao seu sindicato. Esse cenário tornou cada vez mais difícil à sindicalização e à participação dos trabalhadores, inviabilizando a mobilização sindical e levando, ao sufoco, a organização das camadas trabalhadoras, não foi o caso da APP sindicato, que conseguiu reverter estas medidas governamentais judicialmente, todavia houve um processo de desfiliação atribuído tanto a crise econômica, a perda salarial devido o congelamento dos salários e a polarização política nacional com o desprestígio das ações sindicais e campanhas difamatórias pela mídia que demonizam os movimentos sociais e em particular os sindicatos, tidos como “comunistas” ameaçadores à família e à nação (ANDRADE; LELIS; MONTEIRO, 2017).

De fato, o chamado “novo sindicalismo” desalentou-se e alguns sindicatos absorveram ainda mais uma influência ideológica, política, policial e moral (BOITO JUNIOR, 1994). Além disso, a mídia, o poder judiciário e as reformas trabalhistas aprovadas legalmente pelo parlamento brasileiro em 2017 - grande artífice do poder repressivo do Estado Burguês, dos discursos religiosos e das campanhas ostensivas - assumiram a tarefa de criminalizar os movimentos sociais de origens populares, rurais e urbanas.

Os sindicatos, considerados mais progressistas, possuem atuação caracteristicamente mais contestatória, utilizando-se de estratégias e métodos de caráter de confronto nas negociações junto aos patrões ou aos governantes, questionando as políticas econômicas de arrochos salariais. Ainda com a recorrente perda de postos de empregos e de condições de trabalho precárias, os sindicatos adotaram ações de pequenas e breves manifestações, impulsionando pautas

---

<sup>5</sup> O Capitalismo Mundial atravessou uma grande crise financeira-Imobiliária emergida no mercado estadunidense e impactando a economia mundial com desemprego, queda da Bolsa de Valores sobre Títulos Imobiliários. O Brasil também sofreu com fuga de investidores, choque no preço do dólar e queda de preços dos produtos primários de exportação (commodities). Além das tecnologias TI- tecnologias da Informação-repercutirem no subemprego e aumento da oferta de postos de trabalho precários.

específicas e momentâneas. Em particular no Brasil, em alguns casos, esses métodos assumiram certo caráter corporativista ou mesmo um alinhamento aos governantes, ou ao patronato, havendo quase um retorno histórico às práticas dos anos de 1970 e 1980 (ALVES, 2000).

Nesse processo, afirma-se que o ideário neoliberal influenciou setores sociais mais conservadores, em questionar, no campo político, as bases da democracia representativa. Sob esse contexto, as pautas feministas, indígenas e LGBTQIA+ foram postas nas ruas, cujos militantes contestavam, suas representações políticas e sobre a própria estrutura da república federativa que parecia ainda não atender à maioria dos cidadãos eleitores e aos contribuintes de impostos no país (CORONEL, 2014), estes setores contestaram a legitimidade das pautas sociais das populações trabalhadoras, camadas periféricas, mulheres, indígenas, deficientes, população LGBTQIA+, as demandas ambientais, desemprego, fome, direitos trabalhistas, direitos humanos etc. Estas causas são caras aos movimentos sociais, ao sindicalismo e permanecem como agenda permanente.

Dessa forma, cabem nesta presente análise, algumas considerações em relação a esse conceito que naturaliza a inferioridade feminina e é permeado pela lógica da dominação que, ainda na atualidade, parece estar imbricada na sociedade contemporânea, apesar dos diversos movimentos de emancipação feminina nas últimas décadas em todo o mundo, a julgar pela leitura da obra de Pierre Bourdieu, “A dominação masculina”, de 1995, que ilustra essa chave de interpretação sobre a história de luta das mulheres (BOURDIEU, 1995).

Essa desvalorização da identidade feminina permanece na lógica da estrutura social calcada no conceito tecido pelo autor de “habitus”, manifesto tanto nos discursos quanto nas práticas sociais e perpetuados de forma a impor a ordem de opressão sobre às mulheres. Essa lógica é sistemática e denotada na reprodução da subordinação das mulheres diante do mando masculino, que se constata no funcionamento interno das instituições e entidades civis, como escolas, empresas e sindicatos. Onde os homens governam e as mulheres cumprem tarefas repetitivas e menores. (FERREIRA, 2008).

Nessa perspectiva, embora alguns avanços tenham ocorrido na conquista de direitos civis e humanitários, a lógica desta hierarquia persiste na prática cotidiana, desde o processo eleitoral às tomadas de decisões relevantes. Daí a busca pelas

políticas públicas destinadas à inserção das mulheres nos diversos postos de trabalho, no acesso à educação pública, ao atendimento médico, às filiações partidárias e sindicais e aos postos de chefias em instituições públicas e/ou privadas que permanecem ineficazes. As mulheres continuam em situação de desvantagem recorrentes em alguns setores, embora muito tem se conquistado, conforme atestam as pesquisas de (FERREIRA, 2008). Observa-se ainda que na dimensão das relações sociais, econômicas, políticas, culturais e trabalhistas, as mulheres têm sido submetidas à hierarquia de poder, que acaba por desmerecê-las.

O gênero é compreendido como um “elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos (e como) um primeiro modo de dar significado às relações de poder” O lugar de homens e mulheres na divisão sexual do trabalho, bem como o saber que se produz sobre as diferenças sexuais e os vários significados que elas podem adquirir caracterizam sua variabilidade e natureza política: o gênero constrói a política e a política constrói o gênero [...] (SCOTT, 1995, p. 14).

Assentada na abordagem apontada por (SCOTT,1995), esta pesquisa consistiu em investigar a desigualdade de gênero na ocupação de cargos de presidentes na APP sindicato em Londrina, a partir da análise de trajetórias individuais de mulheres professoras atuantes no âmbito da educação básica<sup>6</sup>.

Após os vinte e um anos da ditadura militar (1964-1985), houve um período de notório enfraquecimento do desenvolvimento humano em vários aspectos sociais. Passado esse período, existiu a instauração de um campo vasto para a construção de possibilidade concreta de avanço na área social do país, emergida no seio popular, sobretudo e galvanizado pela produção acadêmica e científica.

No caso do sindicalismo do magistério da educação básica, envolve uma parcela populacional ampla, formada pela comunidade escolar e seu entorno, abrangendo o espaço escolar e as demais instâncias colegiadas formadas por professores, pedagogas, funcionários, pais, alunos, membros da APMF-Associação de Pais Mestres e Funcionários, do Conselho Escolar e diretores de escola. Essa população, repercute a atuação do sindicato docente, pois suas ações atingem inevitavelmente esta população. Conforme pesquisadores afirmam a ideia de que os sindicatos docentes, no Brasil, surgiram depois dos outros sindicatos das demais categorias de trabalhadores, contudo, os estudos sobre o tema ainda são incipientes

---

<sup>6</sup> Dados obtidos na secretaria da APP – sindicato atestam que cerca de 86% da categoria sindicalizada é composta por mulheres, entre funcionárias e professoras, na ativa e aposentadas.

até este momento para se afirmar tal concepção (DONATO, 2016).

Em particular o sindicalismo docente no Estado do Paraná, cujo cenário constatou-se nesta pesquisa, o que se sabia por observação, a maioria feminina de 86% (Quadro 5), sobretudo na educação básica. Entretanto, nas diretorias sindicais desde 1947, ano da sua fundação, somente no final da década de 1980, apenas uma gestão feminina na diretoria estadual, a professora Isolde Benilde Andreatta de 1988 a 1991. Nenhuma mulher presidente na década de 1990. E duas gestões estaduais consecutivas da professora Marlei Fernandes Carvalho, de 2008 a 2011 e 2011 a 2014. Portanto, na presidência estadual da APP sindicato, de 25 gestões, em 74 anos de existência somente 3 gestões, até o momento, tiveram presidentes sindicais de duas professoras mulheres.

No contexto de Londrina-Paraná, na APP Londrina, ocorreu em 1985 a última presidente mulher, mantendo uma realidade recorrente de mando masculino, demonstrando estar arraigada a uma estrutura machista, conservadora e preconceituosa, relegando às mulheres um papel subalterno (HIRATA, 2004). Na APP Londrina de 28 gestões, apenas 5 foram as mulheres presidentes: Aracy Turci Sidney -1956 a 1957, Yolanda Nella Voigt Cosentino -1963 a 1969, Dayse Aparecida Wolf Franzon-1976 a 1979, Edezina de Lima Oliveira – 1982 a 1984 e Alba Maria Perfeito – 1984 a 1985.

Portanto, desde 1985, não houve uma presidente mulher em Londrina, esse dado sociológico se contrasta com o número de filiadas mulheres, que de 1988 a 2021, representam mais de 83% a 86% do total de filiados / sindicalizados até este momento de 2021, (Quadro 5).

Nos anos de 2020 e 2021, acometidos por essa grande crise sanitária, isolamento social, ensino híbrido, ensino remoto, escolas fechadas, dispensas de professores e as diversas dificuldades enfrentadas tanto por professores e funcionários, como alunos e pais, estes assolados pelas dificuldades financeiras no acesso às tecnologias como computadores, tablets, celulares e, ainda, às fragilidades do não acesso a uma internet de qualidade. Fora o desprovimento desses aparelhos tecnológicos, as pessoas em questão sofreram também com a ausência de alimentos, de saneamento básico, de energia elétrica e de outros equipamentos. A vulnerabilidade de alguns lares submersos no alcoolismo e drogas e a violência familiar também contribuíram com os problemas que assolaram tantos lares, muito impactaram a educação pública, o funcionamento das escolas, as

condições de trabalho e atuação dos servidores públicos estaduais nas escolas paranaenses, objeto de ação da APP sindicato<sup>7</sup>.

A perspectiva escolhida para esta pesquisa centrada na análise de trajetória direcionou-se para este universo: debruçou sobre a jornada de vida de oito professoras, sobre suas disposições pessoais, suas referências relacionais, na formação cultural, profissional e como captaram essas heranças e impulsionaram forças, energias, capital emocional, humano e profissional para usarem na sua militância sindical na atuação na APP sindicato Londrina – 1988 a 2020. Essas questões, portanto, geraram esta pesquisa sob a luz do engajamento militante, quão relevante foram essas trajetórias para esta agência a APP Sindicato, como se deram essas jornadas profissionais das professoras e suas atuações militantes.

Sobre a pesquisa, não se pode negar as condições adversas em que as professoras exercem tanto o ofício nas escolas, como conciliam os demais papéis que exercem na sociedade, clubes, igrejas e sobremaneira nos seus lares, acumulando tarefas domésticas, criação de filhas e filhos, cuidando de genitores idosos e ainda atuando no sindicato docente. Os relatos das pesquisadas corroborou para a constatação de que a atuação política representa um desafio para as mulheres e suas extenuantes jornadas de trabalho, dentro de casa e no espaço escolar- além dos ativismos religiosos, movimentos de mulheres e negro, bem como o sindical.

---

<sup>7</sup> Pesquisa da APP Londrina, aponta para o grande número de alunos sem conexão com internet, acesso aos equipamentos eletrônicos, livros etc. (MOURA, 2020).

## CAPÍTULO 2 - PARTICIPAÇÃO FEMININA E SINDICALISMO

### 2.1 ASPECTOS DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO SINDICALISMO DOCENTE

Ao se tratar da participação política de maneira geral, os movimentos sociais enquanto expressão de luta, resistência ou reivindicações econômicas, políticas e sociais não têm feito justiça, especialmente, no caso da participação feminina. Ao contrário, aparenta-se urgente uma reflexão histórica visto que existe uma distorção visível e um insípido registro da organização feminina na cena política em geral (ALMEIDA; LÜCHMANN, 2010).

Ora, desde a Revolução Industrial, nas três fases dos séculos XVIII, XIX e XX, a população feminina foi tratada de forma secundária, quase que imperceptível pela história geral e oficial. Sabe-se que a população feminina herdou, desde a chamada pré-história, a invisibilidade nas narrativas oficiais na história da humanidade<sup>8</sup>. Desde o período neolítico, com a grande revolução agrícola, as mulheres exercem um papel relevante no desenvolvimento do trabalho e nas comunidades arcaicas. Apesar disso, as narrativas históricas não têm dado relevância a essa contribuição socioeconômica (CORONEL, 2018).

Embora a exploração das mulheres remonta a séculos passados, consolidou-se de fato na idade moderna (pós século XVI), com o surgimento das fábricas, da instituição de jornadas maiores de trabalho, da saída em massa dos seres humanos do campo para a cidade e das trajetórias utilizando transportes precários. A situação possui agravantes para as mulheres com a questão da maternidade e a inexistência de locais para deixarem seus filhos, acúmulos de tarefas, ausência de condições de segurança, higiene, assistência médica, vacinação, atendimento às idosas, às crianças, a partos, etc. Além das condições precárias de vida, confinadas a serem subalternas ao mando masculino em todas as instâncias, quer no espaço privado e doméstico, quer nas instituições religiosas e repartições públicas.

Existia uma notória invisibilidade feminina, cujas histórias de luta e resistências foram silenciadas pelas narrativas masculinas de herança judaico-cristã,

---

<sup>8</sup> Não é objetivo central deste trabalho traçar a história dialética da humanidade e seus modos de produção, portanto trata-se de uma breve abordagem despretensiosa e situacionista para exemplificar o contexto da pesquisa.

quando a estrutura da sociedade ocidental, pela história oficial e pelo aparato jurídico, elege uma perspectiva única de desenvolver o mundo e de narrar essa façanha, apenas com o olhar masculino (FERREIRA, 2008), embora o movimento de resistência feminino possui um percurso igualmente histórico, firmando-se no final do século XIX e começo do século XX com o movimento sufragista em vários cantos como na Europa, Estados Unidos e Rússia.

Sob essa lógica opressiva e discriminadora, as mulheres foram submetidas durante quase onze séculos de feudalismo na Europa Ocidental ao mando da igreja católica, na ordem do cerceamento de atuação, expressão e existência digna nessa civilização de enfoque central: os povos da Europa ocidental e a América do Norte (PERROT, 1998), embora como se sabe, as ações de resistência feminina foram recorrentes, tanto em atos isolados como em movimentos organizados. No campo e na cidade, as mulheres resistiram e, diante disso, a literatura, as ciências, a cultura e esportes registram -se suas manifestações.

Ao observar-se os dados a partir da década de 1970 até os dias de hoje, percebe-se que a participação das mulheres no mercado de trabalho apresentou uma vertiginosa progressão. Veja, em 1970 apenas 18% das mulheres brasileiras trabalhavam fora de casa. E chegou-se em 2007 com mais de 50% delas em atividade laboral remunerada fora de casa, embora não se registrou o crescimento de condições estruturais para essas mulheres estarem trabalhando fora de casa, pois ainda assim, manteve, em geral, as obrigações domésticas dos cuidados com os filhos e com a casa. (IBGE, 2014).

De fato, na estrutura da sociedade moderna e contemporânea, apresentaram-se ordens institucionais e dos demais sistemas de reprodução material, simbólica e sistêmica, muitos deles opressores às condições de vida, que influenciaram negativamente no estudo e no lazer das mulheres. No presente texto, ater-se-á à abordagem das mulheres brasileiras, em particular, às professoras, às docentes e às participantes no sindicato de professores no dito sistema democrático a partir da Constituição de 1988. Após a aprovação dessa Constituição Federal, houve a tentativa de normatizar a vida no trabalho da sociedade organizada, regulamentando inclusive as novas bases das associações e dos sindicatos. Assim, surge o questionamento de até que ponto as bases da dominação masculina fixam os limites da subordinação feminina. E no contexto dos movimentos sociais, essa estrutura social consolidada permanece.

Desde 1998, haviam 69.956,224 trabalhadores (as) ocupados (as) no Brasil, desse total, 60% eram homens e 40%, mulheres. Já em 2006, o número de trabalhadores ocupados foi de 89.317.241, 58% são homens e 42%, mulheres. Portanto, o total de mulheres ocupadas no Brasil somavam 37,5 milhões, com presença no setor de serviços. Entre 1998 e 2006, verificou-se um crescimento significativo das mulheres ocupadas (37%), enquanto que entre os homens, o crescimento foi de 22%. As mulheres, portanto, assumiram o espaço da produção econômica, mas as bases desse mercado de trabalho, de diversas formas, ainda são construídas para o sexo masculino. E o avanço nos movimentos sociais organizados, sobretudo nos sindicatos, ocorreu, assim, como em diversos setores da sociedade. (IBGE, 2014).

No campo sindical, as mulheres representaram em 2006, 40% das pessoas sindicalizadas no país. Já em 1998, eram 35%. O crescimento nessa forma de participação feminina ocorreu em todos os setores da economia, inclusive entre os trabalhadores rurais. De acordo com o Departamento Feminino da Central Única dos Trabalhadores (CUT), as trabalhadoras femininas estão se filiando aos sindicatos com o objetivo de lutar pela remuneração igual para o trabalho feminino, pelo combate ao assédio sexual e moral no trabalho e em busca de melhorias nas condições gerais de trabalho (CUT, 2008).

Desproporcional ao aumento das mulheres sindicalizadas, desde 2014 caiu em 11% o número de trabalhadores sindicalizados no Brasil, seja na zona rural ou urbana, isto é, atualmente há 10 milhões de trabalhadores sindicalizados, num universo de cerca de 92 milhões de trabalhadores empregados (IBGE, 2020).

Ao analisar esses dados, pode-se observar, então, que essa realidade se mostrou mais otimista ao pensar na população feminina participando das suas organizações sindicais, numa perspectiva nacional a saber: de acordo com dados apurados no PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) entre os anos de 1998 e 2006, enquanto a participação no mercado de trabalho para as mulheres aumentou em 37% (comparando-se com 22% para os homens), a participação no processo de sindicalização cresceu em 69% entre elas (comparando-se com um crescimento de 39% entre os homens) (CUT, 2008 ).

Entretanto, as questões estruturais da sociedade capitalista, como o desempenho da economia, as legislações e o jogo político operaram negativamente nesse cenário, determinando, e muito, as condições nas quais as relações locais,

políticas e culturais irão acontecer. À vista disso, as grandes decisões e reformas nacionais direcionam os eventos, configurando-os nos estados e municípios.

E nesse sentido, a reforma trabalhista aprovada pelo Congresso no Governo de Michel Temer, em 2017, Lei nº 13.467 de 13/07/2017, impactou grandemente o mundo do trabalho e do desemprego, traçando seus rumos significativamente. No ano de 2018, das 92,3 milhões de pessoas ocupadas no país, apenas 12,5% eram sindicalizadas (IBGE, 2020).

Ora, no ano anterior, 2016, esse percentual representava 14,4% do total. De acordo com essa informação, houve uma queda de 2% do número de trabalhadores na ativa e sindicalizados no país em apenas onze meses. Diante disso, vários fatores podem ter causado essa queda, pois segundo o próprio IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a mudança do número de sindicalizados “deve-se à própria dinâmica do mercado”, quando o número de trabalhadores registrados em carteira profissional decaiu e as relações legais entre patrões e empregados sofreram fortes alterações. Ainda conforme o instituto em questão, “em 2018 ocorreu novamente expansão expressiva da população ocupada, em 1,5 milhão de pessoas, o que não contribuiu para um semelhante aumento da sindicalização” (IBGE, 2020).

A reforma trabalhista do governo Michel Temer, Lei 13467/2017 começou a valer em novembro de 2017 e mudou trechos da legislação referentes à jornada de trabalho, às férias e ao intervalo de almoço dos trabalhadores (BRASIL, 2017). Também decretou o fim da obrigatoriedade de se pagar a contribuição sindical, que passou a depender de autorização individual dos funcionários. A reforma afetou os sindicatos, que viram a arrecadação despencar de R\$3,6 bilhões em 2017, para R\$500 milhões em 2018, sem a contribuição sindical. A cobrança, dessa forma, era feita com base no desconto de um dia de trabalho por ano, descontado da folha salarial dos trabalhadores (IBGE, 2019).

O dado acima apresentado faz-se refletir sobre o sindicalismo vigente e considerá-lo como uma esfera associativa, de organização local, regional e nacional, espontânea, movida aparentemente por um centro de interesses individuais, mas, sobretudo, coletivos, configurando numa modalidade de participação social importante da população responsável por permear as decisões políticas de sua comunidade.

A partir da base de uma pesquisa realizada sobre o associativismo e a

participação feminina no campo público, os dados revelaram a existência de uma relação direta entre as mulheres que se associam em agremiações com a representação política feminina no Brasil (LÜCHMANN, 2011). Isso atrela a participação feminina à militância associativa e à sindical, como a inserção na arena política e no universo do debate de ideias e proposições sociais, no caso do sindicalismo docente, a legislação assegura a existência de apenas um sindicato representante da categoria trabalhista, enquanto representação classista. Então, no Paraná, apenas a APP sindicato pode legalmente, representar os professores e funcionários da rede pública estadual da educação básica em todo território.

Sob essa lógica, ao considerar a participação política, deve-se atribuir que a origem principal da participação das mulheres brasileiras se tem iniciado em ações associativas, ONGs, conselhos tutelares, cooperativas e em causas próximas de suas vidas, ou seja, existe a correspondência da participação dela em uma tendência aos ativismos em causas diversas. Entre essas causas, mencionam-se as atividades trabalhistas, associações em defesa de causas humanitárias (questões de saúde, por exemplo), causas educacionais, movimentos por moradias, ações e grupos religiosos, ambientais, de proteção aos animais e, sobretudo, atividades em variados sindicatos trabalhistas.

A distribuição percentual no total do trabalho formal e percentual de associados(as), por gênero – 1998, no setor da educação, tanto no setor público como no privado, os homens eram 29% e as mulheres, 29%. Em 2006 os homens eram 24% e as mulheres cresceram para 76% dos associados ou sindicalizados (IBGE, 2016).

As maiores agendas nacionais, regionais e locais têm mobilizado a associação de mulheres, e dessas, um certo número se direciona à participação política, normalmente mantendo o ativismo original (LÜCHMANN, 2011). Portanto, supõe-se o ingresso no partido político como um passo decorrente de outras participações femininas na esfera do ativismo e do engajamento militante.

Entretanto, nos últimos anos, contrário a essa crescente participação numérica das mulheres e numa clara política de retrocesso social, em especial no ano de 2019, o governo federal brasileiro aprovou uma medida provisória, nº 873/2019, que proíbe o desconto da contribuição obrigatória nas folhas de pagamento dos trabalhadores da iniciativa privada. Tornando, então, a adesão do trabalhador ao sindicato, facultativa, com um desconto expressivo na folha salarial,

mediante autorização individual do trabalhador, desconsiderando quaisquer decisões sindicais tomadas coletivamente em assembleias ou seladas em dissídio coletivo de trabalho. Apesar das políticas de arrocho salarial, desemprego e desmantelamento das unidades escolares pelo país afora, com raras exceções em alguns estados e municípios, observou-se a acentuada desvalorização do setor educacional.

Uma medida foi assinada em março do ano de 2019, pelo presidente Jair Bolsonaro e revogada em junho pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho). Essa Medida Provisória alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-lei 5.452/43) (BRASIL, 1943) e o Estatuto do Servidor Público (BRASIL, 1990), ambos inspirados em leis de 1940. Segundo a MP, a contribuição sindical seria paga por meio de boleto bancário após autorização expressa, individual e por escrito do trabalhador.

Esta medida representou um ataque ao sindicalismo no país e impactou o ativismo sindical, cuja participação passa por iniciativa espontânea e livre de cada trabalhadora, significou um golpe aos sindicatos, tanto no tocante ao número de filiados, quanto na arrecadação para a estrutura e o funcionamento dos sindicatos. Não sendo o caso da APP sindicato, que obteve medida judicial e impediu a exigência para seus sindicalizados (BRASIL, 1990).

Neste mesmo ano de 2019, ocorreu a Reforma da Previdência com a publicação da Emenda Constitucional nº 103 de 13 de novembro de 2019, que estabeleceu novas normas para os segurados do Regime Geral da Previdência Social, bem como modificou a concessão de direitos de benefícios de pensão, aposentadoria, jornadas de contribuições etc. Na prática, ocorreu um aumento de tempo de contribuição e um maior tempo de trabalho e dificuldades ao acesso à aposentadoria integral. A Reforma representou um retrocesso humanitário e trabalhista, suspendendo décadas de conquistas de direitos da população trabalhadora brasileira e a diminuição da cobertura da seguridade social.

No exemplo particular do sindicalismo docente, tais medidas de destruição trabalhistas têm causado fortes impactos para além do constante desmantelamento das instituições educacionais públicas, por parte dos governantes e denota, portanto, repressão aos educadores e a desconstrução da função social da educação pública e as professoras são as mais prejudicadas e serão penalizadas.

A Reforma Trabalhista (Lei nº 13467) (BRASIL, 2017), no governo Michel

Temer, foi o instrumento legal de precarização oficial das relações trabalhistas entre patrões e empregados, flexibilizando salários, registros em CTPS, carga horária e demais direitos, como descanso semanal, férias e estabilidade, instituindo as negociações individuais como regra sobre dissídios coletivos ou acordos judiciais. No campo educacional, a defesa da escola pública, por princípio constitucional, é em prol da universalidade para todos, pela qualidade de ensino, laicidade e da formação crítica, para o exercício da cidadania, pois assim, perde sua missão de formar cidadãos pensantes e autônomos (GUTIERREZ, 2020).

A formação humanística também perdeu sua importância porque as medidas coercitivas têm exercido uma força silenciadora, imobilizando as forças mentais de resistência e escondendo as más condições de sobrevivência humana (BRUEL; SOUZA, 2015), interferindo, cada vez mais, no cotidiano dos profissionais da educação. São centenas de professoras doentes, endividadas, imóveis e silenciadas em pátios e em salas de aulas, ensinando aos seus educandos os conteúdos e também a passividade, o comodismo, a obediência e o consentimento do povo frente aos governantes opressores e a suas medidas repressoras.

Para a categoria dos servidores da educação incluindo funcionárias e professoras, a questão incômoda não cessou: Quando será, que homens e mulheres, sob a perspectiva legal da liberdade e utopia da igualdade, contidas nos contratos sociais e na Constituição Federal, irão desfrutar da abundância e do conforto que o capitalismo lhes prometeu entregar?

Ora sob esta lógica do bem estar social, dos direitos humanos, das razões e dos marcos da civilização humana, princípios da sociedade contemporânea, onde se concebe a presença de um Estado protetor de direitos, necessitará, no entanto, atuar para resolver as questões ambientais tão prementes, se debruçar sobre questões básicas imprescindíveis para a sobrevivência dos seres humanos, que dizem respeito à sobrevivência, ao sustento das pessoas, no direito ao acesso ao alimento, ao trabalho, à água, à saúde e à moradia.

Nesse contexto atual de crise econômica e sanitária, da emergência da vacinação como forma de preservar a vida, combate a pandemia da covid, faz-se necessário a presença e atuação de movimentos que busquem instaurar prioridades em defesa à vida humana. A busca por tais condições essenciais, impõe a responsabilidade da organização da sociedade em prol desses direitos tão necessários (DINIZ; ROCHA, 2018).

Sabe-se que o avanço tecnológico e os ganhos na maior produtividade não têm significado descanso ou lazer (bem-estar individual e social). Em vez disso, intensificaram-se as jornadas de trabalho e diminuíram os ganhos salariais. Devido essa marcha neoliberal, de intimidação sobre os servidores, como uma acirrada patrulha ideológica contra a liberdade de cátedra, de ações policiais repressivas contra as atividades docentes de cunho pedagógico-artístico-culturais, recai sobre as servidoras pobres, doentes e endividadas e, como consequência, esta pressão moral tem levado cada vez mais ao silenciamento, ao imobilismo e ao afastamento das atividades sindicais, sobretudo das docentes (MARUANI, 2019).

As políticas públicas atuais, seja em nível nacional ou estadual, têm demonstrado um alinhamento ideológico neoliberal que exerce sobre os movimentos sociais, um cerceamento de ação, causando dificuldades nas forças de mobilização, devido ao temor instaurado diante de tantas ameaças e punições trabalhistas administrativas e, sobretudo, do medo da sombra do desemprego e empobrecimento recorrentes.

Costumeiramente, as mulheres ao ingressarem nos sindicatos, deparam-se ainda com a estranheza de estarem num espaço culturalmente concebido como um lugar masculino, quer dizer, o lugar do outro – os homens. A constituição e configuração do poder sindical, bem como das demais estruturas sociais, é predominantemente masculina, e as mulheres, trazem consigo novas demandas para o sindicato, que são as questões e os valores das mulheres, aspectos ignorados por quem não possui tantas tarefas a realizar, tantas pessoas sob os seus cuidados, principalmente nos afazeres familiares e rotinas domésticas acumuladas com as inúmeras missões docentes: escola, alunos, planos docentes, avaliações, atendimentos aos pais, registros de frequência e tantas ocupações que tanto ocupam a jornada das profissionais inseridas no ambiente escolar.

Elas se deparam também com outra realidade, que limita sua participação na estrutura sindical: uma ideia de que a mulher não tem interesse pelo poder político. Esse condicionante remete ao processo de socialização e identidade de gênero. Se por um lado, as mulheres, enquanto indivíduos, não foram motivadas no processo de socialização para a participação política, por outro, são limitadas igualmente pela estrutura social e sindical, que tanto contribuem para que essa ideia permaneça.

Parece que mesmo quando existem mulheres nas direções, não há

interesse dos sindicatos em formar lideranças e quadros de lideranças femininas. Por mais que tenha sido implantado o sistema de cotas de 30% para mulheres na maioria dos sindicatos de trabalhadores do Brasil, ainda existem distorções na ocupação de cargos nas direções sindicais, conforme os dados a seguir de direções executivas dos sindicatos, segundo sexo, interpretando as informações da pesquisa de (LIMA, 2013), na busca de exemplificar a participação feminina, exclusivamente na direção executiva nos sindicatos. A seguir, apresenta-se o seguinte quadro demonstrativo dos dirigentes sindicais de 5 sindicatos do país que demonstram o fenômeno do predomínio de homens como presidentes:

**Quadro 1** - Demonstrativo dos dirigentes sindicais de 5 sindicatos do país

<b>Sindicatos</b>	<b>Homens %</b>		<b>Mulheres %</b>		<b>Total de dirigentes Sindicais %</b>	
Bancários	12	80%	03	20%	15	100 %
Metalúrgicos	09	100%	00	0 0	09	100%
SINDPD	06	75%	02	25%	08	100%
<b>SINTEPE</b>	<b>03</b>	<b>23%</b>	<b>10</b>	<b>86,9%</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>
SINTTEL	04	57%	03	42,9%	07	100%
TECELÕES	05	83,3%	01	16,7%	06	100%
Total	39	67,2	19	32,8	58	100%

**Fonte:** Adaptado de Lima (2013). Dados de 2000, de dissertação de mestrado, apresentado e configurados para estudo em 2020, numa amostra aleatória de cinco sindicatos de diversos estados do Brasil.

O quadro anterior indica a predominância masculina em 90% dos sindicatos. A diretoria sindical com número proporcional aparece como tão somente no SINTEPE, que possui em sua diretoria executiva a mesma proporcionalidade de gênero existente em sua categoria – dos professores (as). Os números apresentam na diretoria executiva, enquanto lugar de decisões e de poder, uma distância na representação política, isto é, as mulheres tanto se encontram em minoria, como o poder aparece centrado nas mãos de alguns homens. E, portanto, as trabalhadoras, em geral, ainda não se encontram inseridas nas esferas mais decisórias.

Ora, nos últimos anos do século XXI, o número de desempregados globalmente de fato cresceu, inclusive no mundo desenvolvido. Ao mesmo tempo, intensificou-se o trabalho precário, de produção manufatureira, com padrões informais e jornadas intermitentes de prestação de serviços temporários. (DINIZ, 2018). Essa lógica tem se mostrado perversa, criando uma aura de insegurança, temor e comodismo generalizado, conduzida a uma clara apatia e desalento,

associando-se, desse modo, ao agravamento da pandemia (2020 e 2021). Por conseguinte, a lógica em foco forjou um cenário de imobilismo diante da fome e das incertezas sociais e econômicas que se impõe e, com isso, essa conjuntura impactou o sindicalismo docente, cercada de restrições econômicas.

Em decorrência disso, o magistério tem sido atingido pelo crescimento do desemprego e da precarização nas condições de trabalho por causa da entrada significativa das tecnologias. O aumento da EaD, educação a distância, e especialmente a elevação dos cortes de recursos realizados pelos governos estaduais e federal, agravaram a situação devido ao isolamento social, referente à pandemia, e o ensino híbrido, o qual tanto acelerou e popularizou o ensino remoto, também se prejudicou.

Sob essa lógica, as professoras, mantenedoras de famílias, cuidadoras de seus lares, comprometidas com dívidas e com uma série de compromissos e despesas, sequer levantam a cabeça para lutar e, contudo, se calam, admitindo os discursos dos opressores, assumindo, cada vez mais, uma outra jornada e outras atividades laborais para sobreviverem. Agravou-se tal situação em tempos sombrios da pandemia da Covid-19 e inegavelmente se acumularam as tarefas para as mulheres professoras, atuando em domicílio como docentes, cuidando da casa, de filhos e participando de inúmeras reuniões e atividades remotas, cotidianamente em aulas online após planejamentos, pesquisa, preparação e correção de atividades e avaliações.

Uma escalada do discurso institucional violento, por meios das comunicações oficiais, contidas nas resoluções, portarias e imposições legais e trabalhistas, com medidas de controle, repressão e desinformação fizeram tais procedimentos serem impostos a uma tarefa urgente aos movimentos sociais, de resistir e de buscar novas metodologias de atuação e de mobilização para resistir tais ofensivas governamentais.

Em tempos do protagonismo das tecnologias de informação e demais tecnologias de operação econômica, militar, de estratégias políticas neoliberais e de encolhimento do Estado chamado protetor para uma sociedade guiada pelo consumo, mais vale a aparência individual do que qualquer outra coisa. Nesse ínterim, os ataques repressivos, os discursos de ódio e a intolerância utilizam-se de instrumentos ideológicos-religiosos, cotidianamente, nas relações humanas político-sociais, de trabalho, as guerras híbridas e que são impulsionadas e potencializadas

por simples toques digitais em smartphones e computadores, ou seja, muitas vezes à distância. Estamos, de fato, em tempos sombrios (FERREIRA, 2008).

Decerto, a interação das pessoas se modificou, pois está sendo mediada pela onipresença das tecnologias de informação, a rede mundial da internet, e pelo aparelho de telefonia móvel, o celular. Por meio dessas tecnologias, os fenômenos sociais têm se desenvolvido, aproximado informações/conhecimentos e pessoas geograficamente distantes e, por outro lado, afastaram as pessoas que vivem, estudam ou trabalham próximas fisicamente.

O debate tornou-se premente, na busca de construir outros pactos, outras saídas, outras estratégias para modificar e melhorar a vida e instaurar a democracia no mundo. Esses pactos deverão ter a chancela popular, iniciando por pequenas reuniões, cafés, encontros presenciais ou remotos, filmes e discussões em que poderão se construir outros mecanismos destinados a fortalecer as ações e movimentos sociais, incluindo os sindicatos. Nesses tempos obscuros, é necessário inaugurar novas rodas de conversa no miúdo para buscar o graúdo (LÜCHMANN, 2011).

O panorama feminino no Brasil, no campo do trabalho, é desigual: as mulheres são maioria, mas vivem em desigualdades. As mulheres correspondem a 52,4% da população em idade de trabalho, mas são 43% economicamente ativas. As mulheres são maioria entre as pessoas sem trabalho, 65,2%. O nível de emprego é de 63,6% para homens e 44,5% para mulheres. A taxa de desemprego é de 11,6% para os homens e de 15% para as mulheres. Trabalho de carteira assinada é mais baixo para as mulheres 71,1% do que para os homens 76,8%. As mulheres são ampla maioria no emprego doméstico, 93,5%. Mulheres são maioria no trabalho precarizado 75,7%. A Média salarial das mulheres é de 73,9% da média masculina. (IBGE, 2014).

Para interpretar os dados da desigualdade apresentada acima, deve-se recorrer a uma premissa: ter iguais oportunidades para alcançar estima social é um requisito da paridade participativa no sentido de excluir padrões institucionalizados de valores que neguem a determinadas pessoas ou grupos a condição integral de parceiros na interação, conforme postula a Lei Eleitoral nº 9.504 de 1997 (BRASIL, 1997). Faz-se essencial, portanto, refletir sobre três elementos: representação, deliberação e participação. As mulheres são maioria na população em geral no Brasil, todavia são minoria no usufruto dos ditos “direitos universais” em todas as categorias pensadas na civilização humana (BRASIL, 2018).

Embora cidadãos de sistemas democrático-participativos, não possuem

igualdade de direitos como população masculina. As mulheres ganham menos, mesmo em tarefas iguais aos homens, trabalham uma carga horária maior, são invisíveis em cargos públicos, sofrem mais violência doméstica e morrem em maior número nas mãos de homens. São o maior número de eleitoras 52%, cerca de 77 milhões, em 2018<sup>9</sup> mas em geral, não votam em mulheres, visto que os eleitos são a maioria homens e uma minoria de mulheres possui cargos eletivos. Vejam:

O Brasil, apesar de ser um país democrático, com uma ampla participação feminina, está muito atrás de muitos outros países na nossa região e no mundo no tocante à participação das mulheres no Parlamento”. Segundo a procuradora da república Raquel Dodge. Em sua opinião, este é um nicho da atuação na área eleitoral que precisa ser corrigido e incentivado. “Queremos mais mulheres na política”, disse ela ao destacar que as mulheres podem contribuir muito nessa área. Ela lembrou também que só em 1932 o país passou a reconhecer o voto feminino: “temos menos de 100 anos com participação da mulher na política. Em 1932 foi garantido às mulheres que elas poderiam votar e ser votadas, no entanto, a lei que garante às mulheres melhores condições para serem votadas ainda é uma lei muito recente. O que nós queremos é que os recursos públicos destinados à participação das mulheres sejam efetivamente empregados financiando campanhas femininas”, enfatizou “... é muito importante que se cumpra a lei que estimula a participação feminina nas eleições, tanto no sentido de fazerem parte dos comitês partidários quanto na condição de candidatas, finalizou. (BRASIL, 2018).

**Quadro 2 - Eleitores por sexo, no sul do Brasil, dados de 2018:**

Faixa Etária Eleitores-brasileiros- Região Sul	Masculino (M)	%M/T	Feminino (F)	%F/T	Não Informa do (N)	%N/T	Total(T)	%/TT
18 a 20 anos	3.898.203	49,130	4.036.668	50,870	0	0,000	7.934.871	5,390
21 a 24 anos	6.198.574	48,920	6.472.358	51,080	0	0,000	12.670.932	8,610
25 a 34 anos	15.042.450	48,310	16.096.690	51,690	0	0,000	31.139.140	21,160
35 a 44 anos	14.570.418	47,710	15.969.412	52,290	205	0,000	30.540.035	20,750
45 a 59 anos	16.894.828	47,150	18.917.115	52,790	19.783	0,060	35.831.726	24,350
60 a 69 anos	7.288.677	46,080	8.513.829	53,820	16.510	0,100	15.819.016	10,750
70 a 79 anos	3.555.212	44,630	4.397.595	55,210	12.442	0,160	7.965.249	5,410
Superior a 79 anos	1.761.789	43,160	2.306.884	56,510	13.232	0,320	4.081.905	2,770
TOTAL	69.787.597	47,420	77.311.195	52,540	62.173	0,040	147.160.965	100,000

Fonte: Brasil (2018).

Existe, portanto, um número maior de mulheres eleitoras em todas as faixas etárias apresentadas. Desde os 18 aos 79 anos, são as mulheres a maioria populacional eleitora. No quadro, apenas a população da zona sul apresentou dados que abrange o Estado do Paraná, foco em que se insere esta pesquisa.

<sup>9</sup> Ressaltamos que os dados apresentados são de 2018, pois não estão disponíveis dados mais atuais de 2021, tampouco foi realizado o CENSO mais recente. (BRASIL, 2018).

Segundo dados no TSE de 2020, houve um aumento de cerca de 30% de candidaturas femininas, embora também cresceu o número das chamadas candidaturas laranjas, onde mulheres emprestam seus nomes para alocar recursos partidários recebidos para candidaturas masculinas, da mesma maneira que cresceu o número de prefeitas e sobretudo de vereadoras eleitas nacionalmente, se comparado com eleições anteriores (BRASIL, 2020). Todavia, as mulheres eleitas ainda representam 30% dos cargos elegíveis no país, comparando com os 70% dos cargos eletivos ocupados por homens em todas as esferas municipais, estaduais e federais. O senado federal, por exemplo, apresenta uma concentração masculina de 80% dos senadores.

Para além dessa constatação, nosso país precisa superar o cenário de sub-representação das mulheres na política. E, para alcançar esse patamar, implica-se em aumentar a qualidade da democracia representativa, elevando a política brasileira a um nível de maior igualdade entre as representantes e os representados, condizente assim, com a maioria do eleitorado feminino e essa é uma questão central a equidade de gênero.

Uma abordagem assentada nas relações de poder existentes na sociedade deverá prescindir da existência do regime democrático. Todavia, aponta igualmente para o esclarecimento de que na relação entre representantes e representados, embora sejam inerentes as diferenças, não se devem limitá-las às questões identitárias. Desta maneira, uma representação política não pode ser pensada como uma relação de identidade ou mera substituição, mas como um processo que envolva uma relação mediada pelos eleitores entre si e seu representante, visando o bem comum da coletividade (LIMA, 2013).

Para esse enfoque, convém refletir e argumentar sobre a representação em termos de diferença em vez de identidade, o que significa levar em conta a sua temporalidade. A representação é um processo que ocorre ao longo do tempo e tem momentos ou aspectos distintos, relacionados entre si, mas diferentes uns dos outros. Ela consiste num relacionamento mediado entre os membros de um eleitorado e o representante e entre os representantes num organismo de tomada de decisões. Na qualidade de um relacionamento longo entre os eleitores e seus agentes, a representação oscila entre momentos de autorização e de prestação de contas: um ciclo de antecipação e retomada entre os eleitores e o representante, no qual seus discursos e ações precisam se traduzir em votos, em projetos e leis e em

ações de políticas públicas para o bem da sociedade em geral, o idealizado bem comum.

Ainda que vivamos num mundo muito desigual e conturbado, urge a defesa da participação popular, na busca da centralidade nos debates políticos e na resolução dos atuais dilemas e conflitos mundiais. Será através da participação do povo, que não se resume ao exercício do sufrágio universal, embora consista numa grande conquista da humanidade. Acredita-se que os associativismos, os movimentos sociais e as entidades sindicais possam constituir uma saída viável, na construção de novas metodologias de organização popular, para a reivindicação por direitos essenciais, trabalhistas e melhores condições de vida plena aos humanos.

Nesse sentido, ao ampliar a visão econômica única, do trabalho e renda, avançará sob a perspectiva identitária fracionada e maniqueísta de um mundo bipolar concebido para os ricos, contra os pobres. Ora, torna-se urgente outras possibilidades de luta com o uso das tecnologias da informação, do conhecimento das ciências humanas e das demais procedimentos. Assim, construir novos pactos e novos debates com outros enfrentamentos.

Essa pauta se faz premente e necessária, pois precisam-se criar novos consensos e novas hegemonias civilizatórias para a humanidade em crise (ESTANQUE, 2009b). Essa realidade tornou-se ainda mais caótica, nas últimas décadas do século XXI, porque as condições de vida das populações periféricas, pobres, não brancas, indígenas e as populações de mulheres, crianças, e idosos têm piorado consideravelmente, a julgar pelas atualizações de informações recentes de doenças, fome e desemprego, um panorama que tem assolado a massa de humanos no planeta, em contradição ao fenômeno de concentração de riquezas nas mãos de uma pequena fatia da população, muito rica no planeta (BRUEL; SOUZA, 2015).

Historicamente, podemos destacar, os sindicatos de professores da rede pública, no Estado do Paraná, como os protagonistas de conflitos e embates com os governos estaduais (lembrar os fatos do 30 de agosto de 1988 e 29 de abril de 2015, ambos deflagrados em Curitiba). Nas duas ocasiões foram resultado de mobilizações das categorias docentes e seus servidores, tanto de escolas quanto de universidades públicas estaduais. Nos dois movimentos, o papel dos sindicatos docentes foi relevante, pois os atos pacíficos eram de resistências contra as medidas e a ausência de negociações entre os servidores-representados pelos

sindicatos e os governantes (DONATO, 2016), ressaltamos que nas duas datas marcantes, eram as mulheres, funcionárias e professoras a lotarem o entorno do palácio Iguazu ocupando a praça Nossa Senhora de Salete em atos pacíficos de reivindicação junto aos parlamentares e governantes.

A realidade tem mostrado que no momento em que as mulheres, além de serem companheiras, mães e profissionais, conseguem conquistar mandatos políticos e cargos públicos, têm aliado suas práticas sociais às políticas públicas, aplicando maior sensibilidade e compreensão às condições femininas nos demais grupos sociais, sendo coerentes com suas realidades e, dessa maneira, contribuindo para diminuir os obstáculos que tanto afastam as mulheres da vida pública (LIMA, 2013). O exercício docente aliado ao ativismo sindical nos parece complexo, sobrepondo funções e obrigações no espaço escolar e na atuação sindical. Para ilustrar a condição feminina em cargos públicos ou escolas públicas, podemos observar o quadro seguinte de diretores escolares: os dados são da DEED/INEP com base no CENSO da escola pública de 2019:

**Quadro 3** - Diretores escolares

TOTAL		Diretores escolas estaduais		Diretores escolas municipais		Diretores escolas privadas		Diretores Escolas federais	
H	M	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER	H	M
1497	7631	823	1214	306	4732	344	1678	24	7
16,4%	83,5%	40,40%	59,59%	6,07 %	93,92%	17,01%	82,98%	77%	22,8%

Fonte: INEP (2019).

Notadamente, podemos considerar que, ao contrário do que se fala nas rodas educacionais, num discurso imbuído do senso comum, o número de diretores mulheres é maior, estando relacionado ao número de mulheres presentes nesse ambiente educativo, da educação básica. A exceção que se apresenta são as instituições federais que em se tratando de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio são em número reduzido em todo o país, e onde os homens são a maioria dos diretores. Cabe ressaltar que estão representadas, aqui, as escolas que participaram do CENSO escolar de 2019, ano base de dados 2018.

## 2.2 A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA APP SINDICATO EM LONDRINA NA PERSPECTIVA DO ENGAJAMENTO MILITANTE

O advento da globalização nas décadas de 1980 e 1990 trouxe diferentes requalificações no trabalho para homens e mulheres. Se por um lado houve a maior inserção das mulheres no trabalho, é importante pensar em quais postos de trabalho foram destinados a elas. Segundo Helena Sumiko (HIRATA, 2004) os cursos de formação e o recrutamento para o trabalho têm fornecido aos homens cargos de maior competência e habilidade. Em contrapartida, confere às mulheres postos secundários, de repetição mecânica, em tarefas que demandam cuidado, limpeza e obediência de rotinas reiteradas e extenuantes com salários mais baixos.

As condições desiguais no trabalho e na cidadania têm impulsionado cada vez mais mulheres a movimentos para a conquista de direitos, participação civil e garantia de perspectivas democráticas no Brasil. Portanto, a exigência por participação social e política feminina norteia as pautas por equidade no acesso a bens e serviços, bem como o direito e o reconhecimento por decisões políticas e econômicas da sociedade plural. Certo é que a flexibilização do tempo capitalista (HIRATA, 2004) e a precarização das forças de trabalho inegavelmente vitimizam muito mais as mulheres, a reprodução ligada a elas e aos seus filhos.

A provável gênese das desigualdades entre homens e mulheres faz supor a dominação dos homens sobre as mulheres assentada numa lógica puramente biológica. Para extinguir esse processo, é imprescindível estabelecer tratamento igual entre homens e mulheres, independente do binarismo sexual estreito, sobretudo na órbita da economia mundial.

Pode ser possível a construção social ao haver equidade nas relações de poder, ao nivelar os acessos legais e concretos das mulheres às benesses sociais: acesso igualitário aos processos eleitorais, serviços de saúde, trabalho, lazer, disponibilidade de tempo útil igual para homens e mulheres. Só assim as sociedades ditas democráticas terão o mesmo tratamento para a população masculina, feminina e outros gêneros. Dito isso, os movimentos sindicais terão a razão de existir contribuindo à natureza dessa construção social.

Não se pode desconsiderar que a feminização do magistério se faz presente, historicamente, conforme o pensamento essencialista porque as mulheres possuem requisitos biológicos para desempenhar atividades ligadas ao cuidado e

afetividade, características maternas ao trato com a instrução para crianças e adolescentes. No ocidente em geral e em particular no Brasil, essas concepções teimam em persistir nas mentes burocratas da educação e permeiam o trato com exercício docente.

Nesse sentido, espera-se que os sindicatos docentes obtenham êxito nas suas ações, encampando a inserção das mulheres e propiciando, no seio sindical, maior visibilidade e igualdade na participação política, em especial porque são sindicatos cuja maioria de filiados ainda são mulheres. Tais alegações, afirmadas sobre a maioria da categoria de pessoas sindicalizadas, serem de fato, mulheres 86%, torna-se necessário a consideração dos seguintes dados a saber:

As docentes são majoritariamente mulheres: números apresentam um perfil de 76% de profissionais mulheres e 24% de profissionais do sexo masculino. Conseqüentemente, é “impossível estudar a docência desvinculada das relações de gênero” (FERREIRA, 2008). Cabe lembrar que existe uma caracterização desta feminização do magistério. Observe o quadro a seguir:

**Quadro 4 - Feminização do magistério**

Modalidades de ensino na Educação Básica Somados Nº das cinco regiões geográficas	Prof. Mulheres Ano – 2007%	Prof. Homens Ano – 2007%
Total de professores no Brasil - (2,2milhões)	79,6%	20,4%
Educação Infantil-creche	97,9%	2,1%
Educação Infantil pré-escolar	96,6%	3,9%
Ensino Fundamental I	91,2%	8,8%
Ensino Fundamental II	74,4 %	25,6%
Ensino Médio	64,4%	35,6%
Ensino Profissionalizante	46,7%	53,3%

**Fonte:** APP – Sindicato dos Professores e Funcionários do Paraná (2021c).

Os dados apresentados pelo número de professores em exercício, por sexo, apresentam um panorama que atesta que quanto menor a faixa etária, contida na modalidade de ensino, maior é a população feminina atuante. E, à medida que os alunos ficam mais velhos, saindo da Educação Infantil- crianças de meses aos 6 anos de idade - 96% das professoras são mulheres. No Ensino Fundamental I- cuja população de alunos são de 6 a 10 anos - 91,2% são mulheres professoras. Na modalidade do Ensino Fundamental II, formado por crianças e adolescentes de 10 aos 14 anos, aumenta o número de professores homens para 25,6% e diminuem o

de professoras para 64,4%; o Ensino Médio, atende aos alunos acima de 14 anos em geral; a EJA - Educação de Jovens e Adultos - atendem aos alunos fora da idade e série e, finalmente, o Ensino Profissionalizante, acima de 14 anos, o número de professoras diminuem para 46,7%, ao passo que o de professores homens aumenta para 53,3%, única modalidade em que os docentes homens estão em maior número do que as mulheres, na educação básica.

Os dados apresentados demonstram a distribuição de professores por sexo e modalidade de ensino, capturados defasados de 2007. A proporção entre homens e mulheres se altera à medida que progredem as etapas de ensino, com progressiva redução da quantidade de mulheres e o aumento da quantidade de homens docentes nas etapas mais avançadas. Na Educação Infantil e nos anos iniciais, a participação das mulheres está em média, aproximadamente, de 90%. Nos anos finais do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e Profissionalizante, esse percentual cai para valores próximos e abaixo de 70%. Enquanto a participação dos professores homens que era de 2% na Educação Infantil, aproxima dos 54% no Ensino Médio.

Tal constatação é percebida na evolução das proporções entre homens e mulheres professores, de forma mais equilibrada nas séries finais, ensino médio e profissionalizante, mostrando, inclusive, que a docência ainda se apresenta como uma importante oportunidade de trabalho para as mulheres.

Entretanto, para a finalidade deste projeto de pesquisa, haverá maior relevância o número de professores sindicalizados, sobretudo o número de professoras sindicalizadas junto a APP Sindicato, alvo deste estudo acadêmico que ressaltará a trajetória das professoras militantes e como se deu suas jornadas de vida e sobretudo o ativismo sindical docente. Ressaltam-se os números dos professores sindicalizados, que apresentam 86% de mulheres, desde 2010 e o número de professores homens 13% desde 2007. Logo, mantém-se essa proporção, constando cerca de 2% de pessoas que não registram o seu sexo nas fichas de filiação sindical (Quadro 5).

Refletir sobre a profissão feminina, no ativismo sindical, é importante porque esta pesquisa versará sobre análise de trajetórias femininas, num ambiente de disputa nada neutro e ao mesmo tempo num sindicato de base de 86% feminina e com a participação nos cargos de diretoria executiva, principalmente na função de presidentes, em Londrina, por exemplo, constituídos em sua maioria por homens.

### 2.3 O CONTEXTO SINDICAL PARANAENSE RECENTE E SEUS DESDOBRAMENTOS EM LONDRINA

A historiadora francesa Michele Perrot afirma, que sempre se atribuiu às mulheres, “poderes” escondidos, negócios familiares e cotidianos difusos. Mas, ao mesmo tempo, com algumas exceções, elas foram excluídas do poder político, do poder de dirigir. Segundo a autora em questão, o advento do capitalismo trouxe consigo a difusão da ideia de que “o poder político é apanágio dos homens, e dos homens viris”. O que significava ser bem-nascido, bem nutrido, culto. O que representava não ser proletário e nem tampouco mulher (PERROT, 1998).

Portanto, analisar a participação das mulheres no contexto do sindicalismo em Londrina requer recorrer à metodologia adequada de análise. Julga-se que, para os fins aqui pretendidos, a saber, o de analisar tal participação de mulheres a partir de uma reconstrução de trajetórias de vida geracionais que militaram no contexto londrinense; a perspectiva do "engajamento militante" parece ser um instrumento adequado. Mas, do que falamos quando recorremos à ferramenta do “engajamento militante” para analisar a participação das mulheres.

A escolha pela APP-Sindicato apresenta como uma entidade sindical representativa, pautada por uma extensa história de luta pela classe trabalhadora. APP consolidou-se há mais de 74 anos (fundada em 1947), e por se identificar classista, além de uma identidade de luta pela democracia e contra toda forma de discriminação. Conforme seu estatuto, atualizado em 2017, o Art. 5º inciso VI visa “incorporar a luta contra qualquer tipo de violência e discriminação étnico-racial, de orientação sexual, de gênero, política, religiosa e cultural” (APP – SINDICATO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DO PARANÁ, 2017, p. 11).

Dessa forma, o estudo de discriminação de gênero assemelha-se a uma preocupação que o sindicato incorpora na sua pauta, inclusive com uma secretaria especializada nas pautas de gênero e uma diretoria das mulheres trabalhadoras e em defesa dos direitos LGBTQIA+. Como ilustração relevante para o trabalho, apresenta-se o quadro atual de sindicalizados homens e mulheres, na APP Sindicato Estadual pelos dados anuais de 1988 a 2021 a saber:

**Quadro 5** - Quadro atual de sindicalizados homens e mulheres, na APP Sindicato Estadual pelos dados anuais de 1988 a 2021

DADOS DA APP SINDICATO CURITIBA DE 1988 A 2021							
ANO	Nº Mulheres	Nº Homens	Em Branco	Total Sindicalizados	% Mulheres	% Homens	Cadastros Em Branco
2021	54.715	8.509	229	63.453	86%	13,40%	2%
2020	58.893	9.065	296	68.254	86%	13,28	2%
2019	61.398	9.362	262	71.022	86%	13%	2%
2018	64.017	9.655	226	73.898	86%	13%	2%
2017	66.210	10.024	216	76.450	86%	13,11%	2%
2016	68.777	10.540	228	79.545	86%	13,15%	2%
2015	69.481	10.782	228	80.491	86%	13,39%	2%
2014	66.713	10.173	231	77.117	86%	13,19%	2%
2013	66.840	10.138	253	77.231	86%	13,12%	2%
2012	63.864	9.875	266	74.005	86%	13,34%	2%
2011	59.741	9.256	277	69.274	86%	13,36%	2%
2010	55.565	8.753	276	74.004	86%	13,55%	2%
2009	52.459	8.448	277	61.184	85%	13,60	2%
2008	50.661	8.100	291	59.052	85%	13,71	2%
2007	50.085	7.942	300	58.327	85,65%	13,61	2%
2006	51.432	7.732	458	59.621	86%	12,96	2%
2005	52.075	7.535	402	60.012	86%	12,65%	0,66%
2004	49.104	7.187	415	56.706	87%	12,60	0,40%
2003	46.051	6.947	488	53.486	86%	13%	1%
2002	42.940	6.444	390	49.774	86%	13%	1%
2001	41.416	6.374	1.081	48.871	85%	13%	2%
2000	36.156	5.933	956	43.045	84%	14%	2%
1999	36.627	6.183	882	43.692	84%	14%	2%
1998	SEM REGISTRO DE DESCONTO "JAIME LERNER"						
1997	SEM REGISTRO DE DESCONTO "JAIME LERNER"						
1996	35.773	5.975	1267	43.015	83,16%	13,89%	2,90%
1995	SEM REGISTRO NO BANCO DADOS						
1994	SEM REGISTRO NO BANCO DADOS						
1993	SEM REGISTRO NO BANCO DADOS						
1992	SEM REGISTRO NO BANCO DADOS						
1991	SEM REGISTRO NO BANCO DADOS						
1990	SEM REGISTRO NO BANCO DADOS						
1989	SEM REGISTRO NO BANCO DADOS						
1988	SEM REGISTRO NO BANCO DADOS						

**Fonte:** Adaptado de APP – Sindicato dos Professores e Funcionários do Paraná (2021a).

Algumas decisões governamentais, tomadas nos últimos anos e anunciadas pela imprensa nacional, aliadas às políticas neoliberais, têm arrefecido a relação entre trabalhadores e patrões, trabalhadores e governos. No Paraná, numa ação antissindical, o governador Ratinho Júnior decretou que todo servidor estadual, ativo ou aposentado, deveria realizar um cadastro online, depois entregar pessoalmente e por escrito, a autorização para seu desconto sindical mensal em conta bancária. Tal medida foi contestada e impedida de ocorrer por meio da justiça estadual.

Nesse conjunto de ações de políticas governamentais, sejam em nível nacional ou estadual, trouxe um maior prejuízo às mulheres professoras, que agora precisam trabalhar muito mais, em cargas horárias maiores e por um tempo de cerca de 10 anos mais, fruto da (Reforma Trabalhista de 2017 e da Reforma da

Previdência de 2019) e recebendo um salário menor. Elas somente terão direito à aposentadoria, atuando, em média, por dez anos ou mais de contribuição previdenciária e, por medo de represálias e do desemprego, têm-se afastado cada vez mais da participação sindical.

As razões para o abandono podem ser tantas outras, mas sobre a perspectiva do exercício profissional, a atual conjuntura tem contribuído para o afastamento das lutas das trabalhadoras, que se manifestam em atos pontuais e em mobilizações de curta duração, o que tem contribuído para sucessivas derrotas e perdas como hora-atividade, reajuste salarial, abonos de faltas em greve, licenças especiais entre outros, bem como em recorrentes disputas na esfera judicial, que tem contemplado ora vitórias ou derrotas aos governantes e perdas e desgastes aos servidores estaduais e federais.

Cabe lembrar, numa perspectiva da memória histórica, nos termos de abrangência estadual, foi numa quarta-feira, em abril de 2015, na capital Curitiba, na Praça Nossa Senhora de Salete, que ocorreu um violento ataque, por terra com camburões e pelo ar, por helicópteros, em que, as forças policiais, do então governador à época, Carlos Alberto Richa, comandou e promoveu uma violenta repressão aos servidores estaduais.

Os servidores e (alguns estudantes universitários) em apoio, tentavam entrar na Assembleia Legislativa e impedir o confisco governamental/parlamentar do fundo previdenciário, pago pelos servidores, junto aos salários mensais, para custear suas aposentadorias futuras, para que fosse (como de fato acabou por acontecer), destinado a outros fins orçamentários. Por consequência, foram dezenas de professores, funcionários e estudantes universitários feridos por balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo.<sup>10</sup>

Utilizaram-se os mesmos métodos coercitivos e punitivos aplicados pelo governador Álvaro Dias em 1988, com seus cavalos sobre os educadores no entorno do palácio de governo. Tais governantes citados são adeptos da mesma cartilha de gestão e das políticas neoliberais- que defendem um estado mínimo, enxuto e a ausência de direitos sociais. Sem pudor algum, fizeram uso das iguais práticas perversas, retirando direitos de uma parcela populacional que sobrevive apenas do fruto do resultado do seu trabalho (GOZZI, 2016).

---

<sup>10</sup> Informações e dados fornecidos pelos registros da APP Sindicato Londrina e amplamente registrados pela imprensa.

Uma ampla investida recente, contra os direitos trabalhistas, no Brasil, ocorreu em 2017, transformando-se numa evidente manifestação de retrocesso em décadas de lutas e conquistas dos trabalhadores do país, consolidou-se, por ações jurídicas e parlamentares, denominada Reforma Trabalhista na Câmara de Deputados, em Brasília. Um projeto construído e promovido pelo então presidente em exercício, Michel Temer, que assumiu a presidência após compactuar com o afastamento sumário, configurado como um golpe parlamentar e judiciário, da contra a 36ª presidente Dilma Vana Rousseff, primeira presidente mulher, eleita do Brasil.

Essa manobra patrocinada e engendrada por setores da elite financeira, industrial e comercial, uma minoria populacional, igualmente alavanca a implantação da Reforma da Previdência no ano de 2019. Tal dispositivo, que consistiu num arcabouço legal e parlamentar, promoveu a retirada orquestrada de direitos humanos e de segurança e previdência social, somados aos trabalhistas, em todo país, e tais direitos que haviam sido conquistados a duras lutas e mobilizações de sindicatos, associações e demais movimentos sociais por décadas no Brasil.

Pode-se novamente recorrer aos dados do quadro do número de filiados da APP, que apresentam informações, após as duas greves ocorridas no ano de 2019, levando a um processo de desfiliação de sindicalizados(as). Os registros apontam que em Londrina e região (mais de dezenove municípios do norte do Paraná) são cerca de seis mil filiados, a maioria são mulheres e servidores aposentados(as) (APP – Sindicato dos Professores e Funcionários do Paraná, 2021b). Os números comprovam um número crescente de desfiliação, (vide quadro 5, em 2015 eram 80.491 filiados; 2016 cai para 79.545, 2017. São 76.450 o total de filiados entre homens e mulheres em 2017; em 2018 são 73.898 e em 2019, os filiados são 71.022, 2020; em 2020 68.254 e 2021 são 63.453 os filiados totais-quadro 5).

Os dados revelam o número de filiados diminuindo ano a ano, mas também fazem supor que o número de servidores também diminuiu devido ao visível enxugamento da máquina do estado. A progressiva queda de sindicalizados repercute nos efeitos de mobilização, no engajamento e na força motriz do movimento sindical. Por conseguinte, as pessoas continuaram lutando por melhorias profissionais e humanas, além dos anos 2020 e 2021, que apresentaram resultados insatisfatórios no quadro de servidores, devido à letalidade da pandemia da covid-19 por ter estado em descontrole por todo o país.

No caso principal das professoras da rede pública estadual, elas

representam setenta e seis por cento (76%)<sup>11</sup> dos docentes em atividade nas escolas em todo o Paraná. Entretanto, na era do capitalismo financeiro, perduram ameaças do desemprego, a crescente insegurança e a exclusão social, pois esses fantasmas ainda assolam as salas de professores e as assembleias sindicais.

Em relação ao caso das mulheres, professoras, a participação acontece no sindicato de professores. No caso do município de Londrina, existem algumas entidades de participação docente sindical, entre eles, há o que representa os professores da rede privada de escolas de Londrina, norte do Paraná, da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (SINPRO), sindicato dos professores da Universidade Estadual de Londrina (SINDIPROL) e um dos funcionários (SINDIPROL/ADUEL), o sindicato dos servidores municipais (SINDISERV) e a APP Sindicato dos professores e funcionários da rede pública estadual com sede estadual em Curitiba e APP Londrina, além de outras dezenas de núcleos-filiais por todo o estado.

Após sua eleição, o atual governador Carlos Massa Ratinho Júnior decretando que todo servidor estadual, da ativa ou aposentado, deve fazer um novo cadastro on-line, imprimir, assinar e levar pessoalmente às instâncias trabalhistas, sindicais para efetuarem a autorização de desconto sindical mensal em suas contas bancárias. Essa ação se revelou uma medida pensada, no sentido de reduzir a arrecadação sindical e, dessa forma, enfraquecer a organização e mobilização da APP Sindicato, uma entidade que incomoda a governança por atingir uma população considerável em todo o Estado do Paraná, nas pessoas diretas de servidores e indiretas de seus familiares. Essa ação governamental visou comprometer os sindicatos dos servidores públicos estaduais retirando grande número de filiados e buscando enfraquecer o movimento sindical, mesmo tendo sido cessada pela justiça.

A isso, somaram-se tantas outras decisões governamentais no sentido de diminuir, precarizar a estrutura e funcionamento das escolas da rede estadual, tais como: rescisão de contratos temporários de professores, fechamento de turmas de alunos, patrulhamento pedagógico na atuação dos diretores e pedagogos escolares, cerceamento aos projetos político-pedagógicos das escolas, na autonomia dos regimentos escolares e planos de trabalhos docentes, diminuição de carga horária

---

<sup>11</sup> Esse dado segundo a própria Secretaria Estadual de Educação do Paraná-SEED-PR no portal do servidor do estado, dados de 2021.

de disciplinas da área humana e suas linguagens como da Filosofia, Sociologia e Arte de duas para uma aula semanal, aumento da oferta de escolas cívico – militares, interferência na consulta/eleição para diretores das unidades escolares, fechamento de escolas, ou encerramento da oferta de projetos pedagógicos voltados para cultura e esportes, ensino de idiomas (espanhol, francês), cessação de oferta de reforço contraturno (para alunos com dificuldades de aprendizagens), diminuição do número de funcionários (com a terceirização da contratação de pessoas, por empresas privadas).

Esta gestão política neoliberal, portanto, resultou numa diminuição do número de servidores sindicalizados, que passam a ser funcionários particulares e não mais servidores públicos concursados. Entre outras tantas medidas que fragilizou a relação trabalhista e sindical, fragmentando o coletivo de servidores do estado, instituindo planilhas de metas para garantir melhores índices de frequência e aprovação de alunos, por meio de programas de aceleração de estudos, destinados a alavancar os números e marcadores do IDEB- Índice Desenvolvimento da Educação Básica, maquiando dados, tornando pedagogas, diretores e professores tão somente promotores de aprovação automática sem qualidade do potencial acadêmico dos estudantes. Uma evidente lógica de aprovação sem aprendizagem.

#### 2.4 BREVE HISTÓRICO DA APP – SINDICATO NO PARANÁ E EM LONDRINA

Em 1947, a APP Sindicato foi criada como Associação dos Professores do Paraná, mais precisamente em 26 de abril de 1947 em Curitiba. Ela era formada por professores e professoras, em sua maioria do Colégio Estadual do Paraná e do Instituto de Educação de Curitiba, tendo como seu primeiro presidente eleito o professor Faustino Fávaro. Era no período da redemocratização e da expansão da oferta do ensino público. Desde a sua fundação, em âmbito estadual, a APP tornou-se um sindicato relevante, tanto em termos de representação da população de servidores estaduais da educação básica, quanto por se tratar de uma entidade combativa, de implementação de ações políticas voltadas ao seu coletivo de associados.

Dessa maneira, são inúmeras pautas de lutas dos servidores ao longo dos anos: carreira, planos, cargos, salários, a realização de concursos públicos, capacitação continuada no exercício do magistério, eleição para diretores de

escolas, definição de carga horária, entre outras questões relacionadas. Isso resultou na criação do sindicato dos servidores estaduais em defesa de suas condições de vida, trabalho e dignidade, representando os trabalhadores da educação do Paraná desde 1948, bem como a publicação e vigoração do “Estatuto do Magistério”, com diretrizes básicas para docentes em 1977.

Para ressaltar essa relevância, destacam-se dois momentos da história desse sindicato, em 30 de agosto de 1988, dias antes da promulgação da nova Constituição Federal, os servidores sofreram uma repressão policial em uma passeata pacífica a favor do atendimento de suas reivindicações frente ao governo do estado, que à época era Álvaro Dias, e muitos foram feridos (GOZZI, 2016), na ocasião ainda como associação dos professores do Paraná.

E em 1989, depois da nova Constituição Federal, a APP tornou-se, de fato, o sindicato dos servidores estaduais paranaenses, unificando várias entidades de funcionários e professores do Paraná. A entidade possui um estatuto próprio que rege toda sua estrutura, funcionamento, bem como normas que regem suas eleições, composições, atuação das assembleias, conselhos, processos decisórios e a manutenção dos seus patrimônios humanos, capitais e físicos.

A segunda data histórica importante, em que foram utilizados os mesmos métodos contra os servidores estaduais, na Praça Nossa Senhora de Salete, foi em 29 de abril de 2015, quando o então governador Carlos Alberto Richa ordenou que camburões e helicópteros reprimissem os protestos e ocupações da ALEP, que tinham o objetivo de impedir o confisco do fundo previdenciário dos servidores sem consulta popular. Dezenas de manifestantes ficaram feridos e a opressão teve êxito (GOZZI, 2016).

Não é pretensão deste trabalho discorrer sobre a história da APP Sindicato, contudo cabe refletir que nos setenta e quatro anos de existência da entidade sindical, nas vinte e cinco gestões de presidentes sindicais da entidade na esfera estadual, apenas duas gestões foram femininas: as professoras Isolde Benilde Andreato, de 1988 a 1991 e a professora Marlei Fernandes de Carvalho em duas gestões de 2008 a 2011 e de 2011 a 2014.

**Quadro 6 - Presidentes da APP Sindicato – Estadual**

<b>PRESIDENTE</b>	<b>PERÍODO</b>
Faustino Favaro	1947 a 1954
José Scheinkman	1954 a 1961
Faustino Favaro	1961 a 1963
Ocyron Cunha	1963 a 1966
Ismael Fabrício Ganardini	1966 a 1969
Antônio dos Santos Filho	1970 a 1971
Faustino Favaro	1971 a 1973
Eduardo Tavares Pereira	1973 a 1976
Rubem de Oliveira	1976 a 1978
Izaías Ogliari	1978 a 1982
Unificação APP (Izaías Ogliari), APLP (Dino Zambenetti) e APMP (Sebastião de Paula Vieira)	1982
Izaías Ogliari	1982 a 1985
Paulo Maia de Oliveira	1985 a 1988
<b>Isolde Benilde Andreatta</b>	<b>1988 a 1991</b>
Izaías Ogliari	1991 a 1993
Mário Sérgio Ferreira de Souza	1993 a 1996
Romeu Gomes de Miranda	1996 a 1999
Unificação APP-Sindicato (Romeu Gomes de Miranda) e SINTE (José Valdivino de Moraes)	1997 a 1998
Romeu Gomes de Miranda	1999 a 2002
José Rodrigues Lemos	2002 a 2005
José Rodrigues Lemos	2005 a 2008
<b>Marlei Fernandes de Carvalho</b>	<b>2008 a 2011</b>
<b>Marlei Fernandes de Carvalho</b>	<b>2011 a 2014</b>
Hermes Silva Leão	2014 a 2017
Hermes Silva Leão	2017 a 2021

**Fonte:** Essa lista dos presidentes foi obtida nos registros da APP Estadual, através das cópias de Atas disponibilizadas pela secretaria geral, na pessoa de Márcia Valéria Schneider Dias, Curitiba, 2020.

Como ilustração deste trabalho, cabe citar os vinte e nove núcleos sindicais que compõe a APP sindicato e, atualmente, são as presidentes em quinze deles. As

professoras receberam um grifo sob seus nomes a seguir:

**Quadro 7 - Relação dos núcleos sindicais - (atualizada em 13/05/2021).**

1-Núcleo Sindical de Apucarana	Presidente: <u>Marlene Aparecida Pavan</u> apucarana@app.com.br
2-Núcleo Sindical de Arapongas	Presidente: Marcio Roberto Nogueira Diniz arapongas@app.com.br
3-Núcleo Sindical de Assis Chateaubriand	Presidente: <u>Eliane Heidemann Rocha Pandini</u> assischateaubriand@app.com.br
4-Núcleo Sindical de Cambará	Presidente: Maria das Graças de Oliveira cambara@app.com.br
5-Núcleo Sindical de Campo Mourão	Presidente: Ironei de Oliveira appcm@app.com.br
6-Núcleo Sindical de Cascavel	Presidente: Daniel Nascimento Matoso cascavel@app.com.br
7-Núcleo Sindical de Cianorte	Presidente: Marcos Alberto de Lima Fernandes cianorte@app.com.br
8-Núcleo Sindical de Cornélio Procópio	Presidente: <u>Helena A. Batista do Nascimento</u> cornelioprocopio@app.com.br
9-Núcleo Sindical de Curitiba Norte	Presidente: Boanerges Zulmires Elias Neto curitibanorte@app.com.br
10-Núcleo Sindical de Curitiba Sul	Presidente: <u>Natália dos Santos da Silva</u> curitibasul@app.com.br
11-N. Sind. Curitiba Metropolitana Norte	Presidente: <u>Ana Lúcia Zambão Gutier</u> metropolitanonorte@app.com.br
12-N. Sind. Curitiba Metropolitana Sul	Presidente: <u>Simone Barbosa</u> metrosul@app.com.br
13- Núcleo Sindical de Foz do Iguaçu	Presidente: Diego Jilson Valdez fozdoiguacu@app.com.br
14-Núcleo Sindical de Francisco Beltrão	Presidente: <u>Eliane Figura</u> franciscobeltrao@app.com.br
15-Núcleo Sindical de Guarapuava	Presidente: <u>Terezinha dos Santos</u> guarapuava@app.com.br
16-Núcleo Sindical de Irati	Presidente: Marco Aurélio Gaspar irati@app.com.br
17-Núcleo Sindical de Ivaiporã	Presidente: Eliaquim Sergio Chaves da Conceição appivp@app.com.br
18-Núcleo Sindical de Jacarezinho	Presidente: Roberto Potzik Junior jacarezinho@app.com.br
19-Núcleo Sindical de Laranjeiras do Sul	Presidente: <u>Rosangela de Fátima Rodrigues</u> laranjeirasdosul@app.com.br
20-Núcleo Sindical de Londrina	Presidente: Marcio André Ribeiro londrina@app.com.br
21-Núcleo Sindical de Mandaguari	Presidente: <u>Stella Maris Napolis</u> mandaguari@app.com.br
22-Núcleo Sindical de Maringá	Presidente: <u>Maria Anunciata Albanez</u> maringa@app.com.br
23-Núcleo Sindical de Paranaguá	Presidente: Maria Guilhermina da Luz Caetano paranagua@app.com.br
24-Núcleo Sindical de Paranavaí	Presidente: <u>Maria Julia Nunes da Rocha</u> paranavai@app.com.br
25-Núcleo Sindical de Pato Branco	Presidente: Everson José Lopes patobranco@app.com.br
26-Núcleo Sindical de Ponta Grossa	Presidente: Tercio Alves do Nascimento pontagrossa@app.com.br
27-Núcleo Sindical de Toledo	Presidente: Esion Fernando de Freitas apptoledo@app.com.br
28-Núcleo Sindical de Umuarama	Presidente: Clodoaldo Beraldo Antunes umuarama@app.com.br
29-Núcleo Sindical de União da Vitória	Presidente: <u>Salette Tonon</u> uniaodavitoria@app.com.br

**Fonte:** Da autora com informações da APP Sindicato em Curitiba – Sec. dos sindicalizados por Simei Prantl dos Santos dados de 2021.

Ao contrário do que se pensa sob o viés do preconceito e da discriminação feminina, cerca de 50% preside os núcleos sindicais da APP sindicato no Paraná, levando-se em conta a presidência da direção estadual do professor Hermes Leão e ao somar-se com os vinte e nove núcleos regionais mulheres e homens, numericamente são proporcionais ao número de cargos existentes. No entanto, há de se considerar a população total de pessoas sindicalizadas, que se apresenta hoje com 86% do número de sindicalizados. Assim, as mulheres ainda estão pouco representadas proporcionalmente à população de sindicalizadas. Devem-se analisar os números existentes, que podem ser comparadas às mulheres eleitoras, ou seja, existe uma desproporção numérica visível, o que fere a legitimidade da representatividade num sistema democrático de escolha.

Cabe uma reflexão sobre esta realidade, entre o número de sindicalizados homens e o número de sindicalizadas mulheres. Destacamos este quadro real do número das sindicalizadas e dos sindicalizados, especificamente no núcleo de Londrina, foco desta pesquisa, para percebermos de que realidade estamos tratando:

Os números demonstram que a média de mulheres sindicalizadas em Londrina é superior ao número de sindicalizadas em âmbito estadual de 86%, pois no núcleo sindical de Londrina o número de mulheres sindicalizadas passa de 87% chegando nos últimos anos a marca de 88% de mulheres sindicalizadas. No entanto, ao observarmos a formação das diretorias desde 2011 possui 11 cargos ocupados por mulheres, como o dos 11 cargos ocupados por homens, embora na presidência do sindicato APP Londrina, a última professora, mulher a ocupar tal cargo foi em 1985, Alba Maria Perfeito, ou seja nos primórdios da redemocratização, após um período de governo autocrático e na fase do chamado “novo sindicalismo”. Atualmente, o quadro das pessoas sindicalizadas no núcleo sindical de Londrina, aponta por um número de mais de 88% das sindicalizadas mulheres. A professora Isabel Alves de Souza, uma das sujeitas da pesquisa anuncia

*[...] lamento que a categoria composta por mais de oitenta por cento de mulheres seja tão desvalorizada e desrespeitada por governantes, secretários da educação, e, atualmente, por ministros da educação e pelo presidente do país. Para ela, inúmeros cargos de poder e de decisão ainda são ocupados somente por homens. Mesmo no sindicato, prevalece esta estrutura machista, de herança patriarcal,*

*na qual, em muitos momentos, homens mandam e mulheres cumprem [...], numa evidente condição real de misoginia...*

Observamos os números a seguir:

**Quadro 8 - Dados dos sindicalizados em Londrina - Paraná**

ANO	TOTAL	% FEMININO	% MASCULINO	% EM BRANCO
2021	5089	88,3%	4480	11,67% 594 0,27% 15
2020	5300	88,09%	4669	11,67% 619 0,23% 12
2019	5570	88,16%	4911	11,59% 646 0,24% 13
2018	5781	88,39%	5110	11,36% 657 0,24% 14
2017	6019	88,28%	5314	11,48% 691 0,23% 14
2016	6244	88,02%	5496	11,72% 732 0,25% 16
2015	6267	87,56%	5488	12,15% 762 0,28% 17
2014	6135	87,85%	5390	11,87% 726 0,28% 19
2013	6146	87,91%	5403	11,78% 724 0,31% 19
2012	5941	88,06%	5232	11,61% 690 0,33% 19
2011	5717	88,42%	5055	11,22% 642 0,36% 20
2010	5682	88,91%	5052	10,70% 608 0,39% 22
2009	5512	88,84%	4897	10,75% 593 0,41% 22
2008	5544	88,69%	4917	10,91% 605 0,4% 22
2007	5730	88,69%	5082	10,89% 624 0,42% 24
2006	5991	89,05%	5335	10,49% 629 0,46% 27
2005	6160	89,35%	5504	10,19% 628 0,46% 28
2004	5753	89,24%	5134	10,27% 591 0,49% 28
2003	5445	88,68%	4829	10,20% 587 1,12% 29
2002	5113	88,77%	4539	10,65% 545 0,58% 29
2001	4985	87,80%	4377	11,63% 580 0,57% 28
2000	4388	87,07%	3821	12,30% 540 0,63% 27
1999	4463	86,73%	3871	12,61% 563 0,66% 29
1998	Sem registro de desconto- Governo Lerner			
1997	Sem registro de desconto- Governo Lerner			
1996	4353	86,85%	3781	12,49% 544 0,66% 28
1995	Sem registro no Banco de Dados			
1994	Sem registro no Banco de Dados			
1993	Sem registro no Banco de Dados			
1992	Sem registro no Banco de Dados			
1991	Sem registro no Banco de Dados			
1990	Sem registro no Banco de Dados			
1989	Sem registro no Banco de Dados			
1988	Sem registro no Banco de Dados			

**Fonte:** Da autora com informações da APP Sindicato em Curitiba – Sec. dos sindicalizados por Simeí Prantl dos Santos-dados de 2021.

Em Londrina, fundou-se a APL, Associação dos Professores de Londrina, em 18 de outubro de 1947. Após a Associação dos Professores de Londrina juntar se à APP, Associação dos Professores do Paraná; e a APLP, Associação dos Professores Licenciados do Paraná; a APNP, Associação dos Professores do Norte do Paraná, organizou sua primeira reivindicação para os professores, para

regulamentar a Carreira do Magistério Primário no estado do Paraná. Isso porque a profissão era exercida por centenas de professoras com formação secundária, as normalistas. Posteriormente, a luta era motivada pelos professores licenciados: jornada de trabalho, piso salarial, hora- atividades, diminuição do número de alunos em sala, realização de concurso público, eleição para escolha de diretores, capacitação continuada, plano de cargos e salários também para os demais servidores e outras reivindicações/ direitos, foram sendo conquistados pelas lutas dos servidores. O quadro abaixo lista os Presidentes da APP Sindicato – Londrina. As mulheres estão destacadas em negrito:

**Quadro 9 - Presidentes da APP Sindicato – Londrina**

<b>PRESIDENTE</b>	<b>PERÍODO</b>
Nicolau Balazs Barros	APL 18-10-1947 a 02-04-1949
Newton Guimarães	1949 a 1950
Guilherme da Motta Correa	1950 a 1951
Josino Alves da Rocha Loures	APL – 1951 a 1952
Lauro da Veiga Pessoa	1953 a 1954
Olympio Luiz Westphalen	APL - 1954 a 1955
Vitorio Maggioni	APNP – 1954-1955
Pedro Berthomé de Mendonça	APNP – 1955- 1956
<b>Aracy Turci Sidney</b>	<b>APNP – 1956 a 1957</b>
Paulo Calovini	APNP – 1957 a 1958
Ladislau Kula	APNP – 1958 a 1959
Odésio Francisccon	APNP – 1959 a 1962
Sebastião Mendonça	1962 a 1963
<b>Yolanda Nella Voigt Cosentino</b>	<b>APNP – 1963 a 1969</b>
Anísio da Silva	APNP- 1969 a 1970
Dino Zambenedetti	APLP – 1969 a 1971; 1974 a 1976; 1979 a 1982
<b>Dayse Aparecida Wolf Franzon</b>	<b>APP 3ª região-1976 a 1979</b>
Sebastião de Paula Vieira	APP – 1979 a 1982
<b>Edezina de Lima Oliveira</b>	<b>1982 a 1984</b>
<b>Alba Maria Perfeito</b>	<b>1984 a 1985</b>
Luiz Teodoro Garcia	1985 a 1988
José Claudinei Postali Stachetti	APP- 1988 a 1991
Hudnilson Siqueira Pitta	1991 a 1993
Aristides Schiochet	1993 a 1996; 1996 a 1999
Luís Martins de Lima	1999 a 2002, 2002 a 2005
Nelson Antônio da Silva	2005 a 2008
Antônio Marcos Rodrigues Gonçalves	2008 a 2011; 2011 a 2014
Márcio André Ribeiro	2014 a 2017; 2017 a 2021

**Fonte:** Essa lista de presidentes da APP Londrina foi obtida na galeria dos presidentes no hall de entrada da sede na rua J.K,1834, em Londrina, e nas Atas de posse das diretorias, disponibilizadas pelo professor Sidney Paduan, em Londrina, 2020.

Entretanto, como não será alvo desta dissertação a história da APP Sindicato Londrina, cabe ressaltar o exposto, com o olhar voltado para esta pesquisa, que das vinte e oito gestões de presidentes sindicais, na cidade de Londrina, apenas cinco foram de professoras mulheres até 2021. A saber, eis as seguintes professoras: Aracy Turci Sidney – APNP – 1956 a 1957, Yolanda Nella Voigt Cosentino – APNP – 1963 a 1969, Dayse Aparecida Wolf Franzon - APP 3ª região - 1976 a 1979, Edezina de Lima Oliveira – 1982 a 1984 e Alba Maria Perfeito – 1984 a 1985. Destaca-se ainda o número das sindicalizadas e dos sindicalizados, especificamente no núcleo de Londrina, foco desta pesquisa, para se perceber de que realidade estamos tratando. Chama atenção os anos de 1972 e 1973 que não constam nos registros históricos da APP. E constata-se a alternância no cargo, como reza o estatuto da entidade, bem como, o predomínio dos professores homens no protagonismo, ao menos na função de evidente prestígio (o cargo de presidente-do núcleo sindical de Londrina).

### CAPÍTULO 3 - SOBRE A ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS

Esta pesquisa, escolheu uma abordagem que utilizou a técnica da Análise de Trajetória recomendada para o exame de modelos reais e causais na Sociologia para observar comportamentos a fim de entender processos estruturais de agências sociais, neste caso, do engajamento feminino militante da APP sindicato Londrina.

O presente trabalho teve o propósito de refletir sobre a militância feminina neste meio social sindical, com a necessidade de se esclarecer, como introdução deste capítulo, que esta análise pretende realizar uma biografia sociológica das oito entrevistadas escolhidas, representando mais ou menos o recorte temporal de 1988 a 2020, tempo de atuação profissional e, presumidamente, o período de militância sindical docente das integrantes em questão. O foco, portanto, será a interpretação dos relatos das pesquisadas em pauta a fim de se entender por meio de seus comportamentos, ações, modos de agir, hábitos e possíveis inclinações, entre outros para que se entenda a particularidade de cada uma, indivíduo (singular) e como agente (sujeito plural), atuando sobre à estrutura (a agência), que é a entidade sindical, APP Londrina (LAHIRE, 2013).

Pela escolha do método sociológico em pauta, não se operou, dessa maneira, uma narrativa linear com abordagem progressiva harmônica e idílica das jornadas de vida e do militância na APP sindicato. Ao contrário, realizou-se a interpretação da trajetória de cada uma das oito mulheres, professoras, na perspectiva que possam contribuir com o entendimento de aspectos relevantes no percurso de atuação dessas agentes e sua agência social atuante. Cabe ressaltar que a interpretação não reconheceu todo o conteúdo das falas como realidades concretas absolutas e acabadas, porém houve respeito com os conteúdos relatados pelas sujeitas de pesquisas, que forneceram uma chave de análises, a partir da evidência relatada pela sujeita pesquisada, que demonstra um indício e interpretação a partir de sua fala, da sua compreensão, da sua vivência e como se viu no percurso percorrido (LAHIRE, 2013).

Em vista disso, buscou-se também notar quais os vínculos e redes de pessoas que as professoras conseguiram mobilizar para o exercício sócio militante e trabalhista, entre outras palavras, o capital herdado e impulsionado por cada uma para a atuação no sindicalismo docente.

Isso posto, foi considerado período histórico da redemocratização de 1985

em diante, época de atuação profissional e de ativismo sindical de algumas delas, a sequência temporal na qual outras foram se incorporando, a profissão de professora e também a fase de abrangência do militantismo de outras delas nas décadas seguintes, bem como o início histórico que modificou a cena internacional e, em particular, o panorama social e dos seus movimentos em âmbito nacional.

Ganharam, em vista disso, forças políticas e o ritmo de desenvolvimento econômico ocorrido em vários países, no período das décadas de 1980/1990, especialmente na América Latina. No Brasil foi após o início de privatização de empresas estatais pelos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, na abertura irrestrita para a importação de produtos industrializados estrangeiros, em planos econômicos de combate à inflação e aos arrochos salariais aos trabalhadores de 1989 a 2001, como também sobre às camadas mais pobres da população, o contexto que impulsionou levantes nos movimentos sociais e sindicais.

Outra mudança relevante ocorreu com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, um sindicalista de origem periférica, originário do sertão de Pernambuco. Tal ex-presidente do Brasil governou por oito anos (2002 a 2010) e sua sucessora, a economista mineira, primeira mulher a governar este país, Dilma Vana Rousseff (2011 a 2016), modificaram as prioridades das pautas governamentais, incomodando setores econômicos que serviram de esteira, para uma manobra jurídico-parlamentar, que depôs a presidente do Brasil, um ato que fora sucedido por uma série de aprovação pelos parlamentares das Reformas Trabalhista (2017, no governo Michel Temer) e a da Previdência e Assistência Social em 2019, no recém-eleito Jair Bolsonaro em 2018).

Neste período, parte do mundo, se encontrava em uma crise financeira alarmante, provocada pela queda das bolsas de valores e de títulos imobiliários nos EUA, desde 2008. Diante desse cenário, a miséria agravou-se, e, conseqüentemente muitos começaram passar fome. Portanto, houve também um aumento dos movimentos de migração, do desemprego e das convulsões sociais, em especial a chamada “primavera árabe”, com levantes sociais e políticos no oriente médio, na América do Norte e Latina e alguns países da Europa e da Ásia.

Como foi abordado anteriormente, o capitalismo, sobretudo o financeiro, expandiu-se numa multiplicação de processos tecnológicos e agroindustriais. Todavia, as riquezas permaneceram concentradas nas mãos de uma pequena parcela da população mundial, uma elite dominante, que sustenta governos,

inclusive nem sempre democráticos, embora, na maioria dos países, tenham sido escolhidos pela vontade popular.

E é sob a conjuntura dos ares democráticos da década de 1980, com a reabertura política desde 1985 e sua consolidação na Constituição Federal de 05/10/1988, no Brasil, nesse contexto propício, que se darão as análises de trajetórias das oito professoras pesquisadas, conforme o objetivo inicial deste projeto. Ainda que algumas nasceram em 1940, outras 1960 ou 1970, o que importará para este trabalho serão os anos de atuação militante das professoras, conforme mencionado ao longo desta análise.

Para uma análise de trajetórias das oito professoras escolhidas como amostra sociológica para esta pesquisa qualitativa, ocorreu o estudo e inspiração teórica baseada nas categorias disposicionais do pesquisador Marcelo Kunrath Silva. Todavia, foram escolhidos e analisados três marcadores ou padrões de análise (definidos pela pesquisadora), norteados pela interpretação desta, nas pesquisas bibliográficas e na coleta das entrevistas:

a) A formação e composição familiar – os valores ensinados na infância, a religião, seu lugar de origem, chamado de “habitus primário”, segundo (BORDIEU, 1995, p. 145). “[...] Trata-se da socialização na infância, a estrutura familiar e constituem a primeira impressão do indivíduo, que sofrerá tantas outras sedimentações ao longo da vida [...]”; São as primeiras marcas que tanto impactam a personalidade de cada sujeito.

b) O contexto social (formação acadêmica, escolha e exercício profissional, as relações afetivas, amizades e demais contatos). Diz respeito à escolarização e outros espaços de sociabilidade, onde cada indivíduo recebe às suas influências, a carga do capital cultural, lazer, clubes, os grupos: culturais, artísticos e estudantis.

c) As posições ocupadas e a trajetória no engajamento sindical, ativismos, redes sociais, políticas, entre outras. Trata do seu cotidiano, as escolhas realizadas pelo indivíduo, suas atuações, a participação no movimento sindical e espaços políticos, seus gostos culturais, artísticos e leituras, como também sua rede de convivência.

Espera-se que a definição desses indicadores possa ter sido suficiente para estabelecer uma análise de trajetórias das sujeitas pesquisadas em questão, de forma coerente e sociologicamente relevante, para um entendimento acadêmico do engajamento militante feminino no sindicalismo docente da APP Sindicato de

Londrina, como um ativismo importante para os tempos contemporâneos.

Optou-se, por estabelecer marcadores abordados por todas as professoras pesquisadas. Assim, a autora destacou os pontos apresentados nas falas (quadro demonstrativo, ao final deste texto). O modelo de interpretação, apresentado na análise das trajetórias, insere o material obtido na pesquisa, que procurou identificar as contribuições das ativistas, na participação sindical através de entrevistas sobre suas trajetórias de vida de professores militantes”, como forma de identificar um modo sociológico próprio de engajamento militante feminino no ativismo sindical.

### 3.1 A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA EDEZINA LIMA DE OLIVEIRA – LONDRINA

**Figura 1** - Professora Edezina Lima de Oliveira



Fonte: Foto do professor Jonas Vieira da Costa – APP – Londrina.

#### **a) formação e composição familiar – valores na infância – religião-lugar de origem**

Edezina de Lima Oliveira nasceu em 1942 em Tamarana, hoje município do Paraná. Seu pai foi Octávio de Campos Lima e sua mãe Maria Angélica Lima. Teve cinco irmãos: Enezila de Lima, Dilma de Lima Picanço, Heloina de Campos Lima, Fausto Carmelo de Lima e Roseli Maria de Lima. A família é de classe média, e devido a isso, pôde estudar em colégios particulares católicos, onde teve acesso aos jornais e aos livros desde a infância, mesmo vivendo nesta pequena cidade na região metropolitana de Londrina.

A família consistiu-se num importante vetor de socialização primária dos

indivíduos dessa casa. Essa convivência primária é demasiadamente responsável por apresentar as primeiras noções políticas, sejam através de exemplos e modelos, por herança, sejam por proporcionar debates e discussões em sala, às mesas de refeições, que representarão um capital cultural, repleto de princípios morais fundadores da personalidade do ser humano. Esse convívio familiar, portanto, construiu conteúdos relevantes, fundamentando a comunicação e transmissão que irão favorecer o engajamento militante geracional, ficando demonstrado mais de uma ocasião, o peso que esse referencial desempenhou na vida de Edezina Lima.

Nesse sentido, Edezina demonstrou, desde cedo, disposição para liderar pessoas, tal como senso crítico apurado para denunciar injustiças sociais, bem como reivindicar melhores condições de vida dos estudantes, dos professores e, de um modo geral, para todos os seres humanos. Dessa forma, esses atributos eram pessoais, invocados e utilizados por ela no seu repertório familiar, no religioso, nos exemplos recebidos em casa, na igreja e nos grupos de convivência.

Sua formação familiar sob a influência do amigo da família, Magno Burgo, estudioso e militante comunista, vindo da Bahia, colaborou por ter convivido com a família, oferecendo referências morais e teóricas para o entendimento do funcionamento da estrutura social e quais posições cada uma adota nas diversas circunstâncias da sua vida e convivência.

O percurso desempenhado por Edezina fez jus às instruções recebidas em família. Logo, a adolescente aos 14 anos, para continuar seus estudos (como chama-se hoje o Ensino Fundamental, Médio e profissionalizante, o magistério), Edezina migrou de Tamarana, na época um distrito rural - região metropolitana de Londrina, para sede da cidade de Londrina. A princípio, por curto tempo, como aluna interna no colégio religioso Mãe de Deus, junto com as demais irmãs e seu irmão, foram estudar no Colégio Marista, também católico, na mesma cidade, uma decisão que os pais deles fizeram para oferecer aos seis filhos a continuidade da educação formal, com qualidade, um conceito que nas décadas de 1950 e 1960 não era tão comum nas famílias de classe média, mas seus pais tinham como um valor essencial, cuidar da educação dos filhos, de acordo com os princípios cristãos católicos, na qual professavam.

Esse deslocamento de moradia, de um espaço social para outro, constrói uma subjetividade própria, pois é comum que os indivíduos tendam a criar expectativas acerca da vivência na nova localidade, bem como, ocorre um certo

afastamento do grupo de convivência de origem, estabelecendo novos ritos de convívio com outros códigos de linguagens, vestuário, costumes, entre outros.

Sobre esse contexto peculiar, é possível que tenha conferido a Edezina à sua disposição “rebelde”, requisito para seu posterior impulsionamento ao ativismo e às manifestações de compaixão pelo próximo. Diante desse cenário, Edezina recebeu uma educação familiar conservadora e moralmente alicerçada nos preceitos da Igreja Católica, muito intimamente vinculada à ala chamada progressista da Igreja, inspirada pela Teologia da Libertação do teólogo Leonardo Boff e Frei Beto, com uma opção preferencial pelos pobres, tornada práxis-social por meio da metodologia do VER, JULGAR e AGIR, da defesa do combate às desigualdades sociais e todas as injustiças humanas, etc.

Segundo Lahire (2013), a socialização política acontece certamente na escola, basicamente em três registros distintos que, no entanto, podem ter seus efeitos sobrepostos à iniciação de algumas formas de participação, da aprendizagem em diferentes relações sociais, antes e durante o contexto escolar para além do conteúdo ensinado na escola.

Os estudos do Ensino Fundamental e Médio propuseram a formação dos propósitos humanísticos de Edezina. Os contatos com os livros, as práticas de tomada de decisões na liderança dos movimentos estudantis secundaristas, grêmio estudantil e eventos culturais, proporcionaram-lhe um envolvimento com a participação coletiva, da mesma forma que um exercício efervescente de ouvir o desejo e clamor da maioria das pessoas em prol do bem comum. Ter participado dessas instâncias colegiadas lhe amadureceram, num aprendizado de saberes e das aspirações dos seus iguais. O seu grito de indignação saltava-lhe no verbo de representar estudantes e buscar boas saídas para situações de problemas e conflitos. A vontade latente em militar levou Edezina naturalmente ao ativismo.

Diante disso, a professora em questão, deixa claro em sua fala a seguir:

*[...] eu escolhi fazer história pois eu era marxista, não foi a faculdade que plantou em mim o pensamento dialético [...] todas as minhas escolhas, o curso de história, meu marido jornalista, culto e comunista, minhas participações em grêmio, representante da ULES, APP - Associação dos Professores. Era para lutar 'pra' melhorar a situação e buscar resolver os problemas [...].*

Ressalta-se, por conseguinte, esta vontade de militar já parecia evidente nas

escolhas de Edezina. Mariana, sua filha, afirma que:

*[...] Minha mãe foi católica até o Ensino Médio, já pensou até em ser freira. Depois foi se desligando da Igreja Católica. Casou-se com meu pai no civil e fizeram questão de casar na Igreja numa cerimônia simples por respeito aos meus avós. Não fez parte de nenhuma religião. Mas sempre teve muita fé em Deus e a Santa Terezinha. Quando minha irmã Adriana foi atropelada com 5 anos, minha mãe chamou o padre no hospital e a batizou na capela do Hospital Evangélico onde estava internada. Contou com as orações de todos os amigos que mandaram energias positivas pela cura da minha irmã, afinal, ela nunca teve preconceito de nenhuma religião. Em uma certa época, participou da filosofia da Seicho-No-Ie, ligada mais a uma linha oriental. Hoje, ela diz que todas manhãs quando observa o seu jardim, o canto dos passarinhos e olha para o céu, sente uma enorme gratidão a Deus e diz muito obrigada pela vida! [...] Mariana Leal de oliveira.*

Todavia, Edezina não foi uma pacata cidadã londrinense. Ao contrário, sua disposição em se indignar, denunciar situações de injustiças nunca cessou: são recorrentes os relatos da sua participação em atos e protestos. “[...] Em uma ocasião, disse: “A Demora no atendimento numa agência bancária, me fez proferir um discurso de três minutos ao subir num banco e exigir respeito aos clientes, usuários e cidadãos que ali estavam, no que fui aplaudida pelos presentes [...]”.

Edezina possui um vasto repertório de disposições individuais, uma iniciativa latente em liderar, o que se remete a sua formação política desde adolescente e um espírito aguçado para questionar, com seu apurado senso de justiça e de buscar melhorias das condições para o seu entorno. Ela conviveu de perto com o mundo da educação e com as rodas das notícias do jornalismo escrito e falado. Vez ou outra acionava seu grito de indignação e tomava a palavra para argumentar sobre o que seria certo, justo, ético e necessário para todos os cidadãos da sua categoria, da escola, do sindicato, da cidade e do país. Dessarte, reporta-se costumeiramente aos exemplos de seus pais, que realizavam coletas de alimentos, materiais de construção, cobertores para ajudar moradores de praças e ruas e aos seus próprios empregados domésticos. Possui uma inegável eloquência de convencer ao falar. Portanto, parece dotada de carisma e altivez, que a fazem ser ouvida. Mesmo em situações adversas, quando em reuniões com religiosos, políticos e jornalistas, Edezina sabia ouvir atentamente, olhando nos olhos dos seus interlocutores. Com um raciocínio lógico rápido, logo se inteirava da ideia do falante e interagiu, com lucidez e genuíno interesse no que foi dito. Assim, cativava a todas as pessoas, pois valorizava a opinião dos outros e era respeitada quando contra argumentava.

Nas diversas incursões a sua casa, para a entrevista e na presença das filhas Adriana e Mariana, a militante lembrava-se do exemplo dos pais, das participações em missas, reuniões, campanhas filantrópicas, que segundo ela, todo o cidadão deve promover, de acordo com as suas condições. Essa habilidade de diálogo era muito importante numa mesa de negociação em que estavam presentes diferentes pessoas com ideias nem sempre homogêneas.

Edezina viveu grande parte da sua infância em Tamarana, lugar que atualmente é um município emancipado, mas que há décadas era um distrito de Londrina, um espaço rural, em uma época em que ela era uma menina e possuía um ambiente familiar muito propício para uma formação humanística como foi dito anteriormente. Pode -se afirmar que, do ponto de vista sociológico, havia um “ethos” voltado à estruturação do espaço social sobre uma tendência econômica e cultural que valorizava a importância da educação como um patrimônio familiar (COUTINHO, 2015), elemento que irá estabelecer uma formação peculiar nas crianças e nos adolescentes da família, visto que os seis filhos concluíram universidade.

No caso dessa professora, a transferência de escola e de cidade impulsionou sua formação acadêmica (capital cultural), assim como de seus irmãos, todos com formação universitária, sendo cinco professoras, três com carreira acadêmica em universidades públicas, e um arquiteto atuante. As carreiras profissionais dela e dos cinco irmãos, Enezila de Lima, Dilma de Lima Picanço, Heloína de Campos Lima, Fausto Carmelo de Lima e Roseli Maria de Lima, foram promissoras, todas fundadas na formação acadêmica e sendo a formação dos seis filhos, realizada em escolas católicas particulares em Londrina, as meninas no Colégio Mãe de Deus e o menino no Colégio Marista.

Desde adolescente, Edezina mobilizava jovens, promovia ações no dia de ações de graça, cursos de desenho, bordados, músicas, feiras e amostras. À vista disso, tinha um espírito de ajuda ao próximo, como era líder, ela mobilizava pessoas, e as filhas relatam que a mãe chegou a ser reprovada na disciplina do Ensino Religioso (no Colégio mãe de Deus) por incomodar muito como aluna questionadora.

**b) contexto social (formação acadêmica, escolha do magistério. Exercício profissional e relações afetivas - amizades-contatos-influências)**

Ela casou-se de terninho sóbrio, com tecido comprado por ela mesma, num

tempo em que saias e vestidos eram as vestes designadas para as mulheres, principalmente em cerimônias de casamento, no dia 26 de julho de 1966, aos 24 anos. Certamente, ocorreram desajustes e estranhamentos, pois o processo de adaptação ao novo grupo social pode não ocorrer de forma tão rápida e tranquila, por outro lado, a ansiedade ou alguma emoção pode tencionar as estruturas sociais, tanto do grupo anterior de origem, como no novo grupo social (escolar, por exemplo), onde se está chegando. Edezina incomodava, pois era inovadora.

Como outras professoras pesquisadas neste trabalho, Edezina tornou-se mãe, no caso dela, de três filhos: Marcelo Leal Lima, que é o primeiro filho, nascido em 02 de março 1968; depois, Mariana Leal Lima nascida em 18 de maio de 1974, e Adriana Leal Lima, a caçula, nascida em 10 de março de 1977.

Dessarte, a maternidade somente foi possível devido a uma rede de apoio desenvolvido desde funcionárias domésticas, irmãs e o marido, que compartilhavam as tarefas de zelar pela prole. E, devido ao grave acidente com a filha caçula, Adriana, aos cinco anos e seus cuidados, com tratamento médico e fisioterapêutico, as autoridades fizeram-na abreviar a aposentadoria e afastar-se da presidência da APP Sindicato em 1984. Aos poucos, a professora foi diminuindo o protagonismo nesse sindicato, participando apenas como professora sindicalizada, envolvendo-se, cada vez menos, nas ações, negociações e decisões militantes nos próximos anos que se seguiram.

A educação dos seus três filhos, também foi sob os princípios da esquerda, de (Karl Marx). Pode-se dizer que sua vivência nas décadas de 1950 e 1960, inaugurou com seus atributos personalistas, uma cidadania contemporânea do século XX e conseguiu acionar à luta coletiva, na busca pelo bem comum, dos colegas servidores educacionais da época.

A escolha do ofício de professora de história lhe pareceu na época decorrente das mínimas opções que se apresentavam para as mulheres, e dentre as que ela se sentiu com afinidade de pensamentos, foi o Curso de História, que lhe pareceu caber no seu contexto, porque consistia na prática do senso crítico em potencial. Como marxista, não se enxergava estudando idiomas, normas linguísticas, tampouco as ciências exatas ou da natureza.

Desse modo, Edezina começou a lecionar em 1960 e iniciou sua militância na década de 1970. E como já mencionado anteriormente, foi o período das décadas de 1970 e 1980 a de maior atuação profissional e sindical dessa

professora, período marcado por um processo gradual de redemocratização política do país. Juntamente com a reformulação da Constituição Federal em 1988, período em que ocorreram outros avanços culturais na estrutura do Estado brasileiro, como nos movimentos sociais que alavancaram mudanças nos costumes e nos movimentos sindicais, forçados por novos fluxos econômicos e sociais mundiais e internos.

A militante possuía, além da rede familiar, o vínculo com amigas e vizinhas professoras, além de transitar com docentes da UEL e do cenário jornalístico da cidade. Esses acessos lhe traziam inferências e referências sócio-políticas de todo o país. Logo, ressalta-se que ela sempre foi uma leitora assídua e os historiadores, filósofos, sociólogos e jornalistas agregavam referências teóricas da literatura então disponível para seu repertório pessoal.

Todavia, no tocante ao ativismo militante, Edezina foi a expoente na família, ou seja, a defensora dos princípios dialéticos e marxistas como já se mencionou acima. Desde adolescente, foi impulsionada por sentimentos individuais de indignação ao testemunhar injustiças sociais. Suas aspirações foram no sentido de promover justiça, nem que para isso precisasse questionar a norma estabelecida, para então vislumbrar uma outra realidade no ambiente ou a melhoria da situação ou do problema.

A inquietação, uma disposição peculiar, tornou possível seu engajamento militante e certamente norteou sua militância estudantil, tanto no magistério como na faculdade de História. Ainda que ela afirme: “[...] *Eu não fiz história e me tornei marxista. Eu era marxista, defendia o materialismo histórico, e daí fui cursar história [...]*”. Nesse ponto, fica notório o patrimônio disposicional de Edezina em liderar e, através da palavra, mobilizar as pessoas a favor de causas coletivas em prol do bem comum. No desconforto emocional diante de uma situação-problema, de conflito ou injustiça, ela reunia forças emocionais e cognitivas para mobilizar pessoas no sentido de encontrar novas soluções e saídas, além de promover atos, protestos, abaixo-assinados, paralisações, amostras, feiras, exposições e fóruns de debates liderando estudantes com as autoridades burocráticas da escola ou da universidade.

Diante desse exposto, a professora provocava modificações no meio escolar, estudantil e profissional, suscitando debates para que coletivamente as saídas, as soluções fossem construídas, numa mesa de negociações ela sempre perguntava: “*Bem-postas as questões, quais as mediações ou soluções podemos*

*possibilita a partir deste encontro?” De acordo com as entrevistas e informações prestadas pelas filhas Mariana e Adriana, as atitudes de Edezina sempre foram de acolhida para com as pessoas que estavam no seu entorno, nesse caso o depoimento da filha Mariana:*

*[...] Tenho a lembrança de estar sempre com ela e minha irmã nas reuniões da APP e das passeatas, para mim era uma diversão, estava no primário e alguns filhos de professores também estavam sempre por lá também. Eu e minha irmã gostávamos de levantar cartazes de cartolina, nas ruas e de participar do coro: "Professores unidos jamais serão vencidos", ou então: "Arroz, feijão, saúde e educação! Uma lembrança muito agradável que tenho da minha infância. [...].*

Então, assim fez Edezina no exercício da profissão: como professora não se limitou apenas a ensinar alunos e dirigir administrativa e pedagogicamente escolas. Foi uma feminista intuitiva na prática, com atitudes personalistas. E foi além, engajou-se primeiramente em associações de professores para reivindicar a construção de um plano de cargos e salários para as professoras e os professores de Londrina e região e se uniu aos jornalistas - a partir do conhecimento de seu marido Edilson Leal de Oliveira com o qual teve um casamento de 25 anos.

Seu marido e pai dos três filhos era jornalista, vindo da Bahia, um comunista e ex-estudante da UNB. Juntos, partilharam a fundação do jornal “Água Corrente”, numa alusão ao processo dialético, um método e princípio marxista em que sempre acreditaram e de inspiração do “Jornal Poeira” da UEL, organizado e produzido por jornalistas como Edilson Leal Lima, juntamente com estudantes universitários e outros membros.

Na sequência, a militante liderou o professorado, sendo a presidente da APLP- Associação dos Professores Licenciados do Paraná, de 1976 a 1980. Posteriormente, foi a presidente da APP (atualmente APP Sindicato), de 1982 a 1984, que na época se chamava Associação dos Professores do Paraná, quando já havia a sede própria na Av. Juscelino Kubitschek, 1834, no centro de Londrina.

Antes, os professores ora se reuniam em escolas, ora em salões de igrejas ou clubes. Mas os encontros eram acalorados, com direito de fala para todos, que quisessem se pronunciar. Edezina esforçava-se para unir seus colegas no estabelecimento de uma luta única e coletiva.

Cabe ressaltar que, neste momento, em Londrina, havia um grande número de mulheres nas associações de professores, um emprego sobretudo precário, pois

uma parte trabalhava meio período (chamado de “tempo parcial”), o que contribuía para os baixos salários, de acordo com Helena (HIRATA, 2006).

A feminização do magistério<sup>12</sup> pode ser uma das razões do padrão de salário menor e carreira mais instável, pois se a exploração do trabalho é fato, torna-se mais acentuada quando se trata de emprego feminino. A saber, os números comprovam que sobretudo nas séries iniciais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, a maioria de fato são mulheres com cerca de 80% e a medida que se chega no Ensino Fundamental II, séries finais e no Ensino Médio, o número cai para 60%, e profissionalizante, para 46%, porque aumenta o número de professores homens, mas que em geral, ainda permanece sendo uma profissão de mulheres em sua maioria (IBGE, 2014). Portanto, conforme a SEED- PR, 76% do total de professores atuantes nas escolas estaduais no estado, atualmente, são mulheres.

### **c) As posições ocupadas e a trajetória no engajamento sindical-ativismos-redes sociais, políticas etc.**

A inserção da Edezina no movimento sindical foi decorrente do momento histórico da entrada das mulheres no mundo do trabalho, em que o movimento feminista e o novo sindicalismo se despontaram, frente aos movimentos, influenciando e compondo o outro. Assim, a democratização, nova era das relações de trabalho e o novo sindicato compõe o mesmo processo.

Diante disso, um avanço levou ao outro. A militante, portanto, apresenta-se como uma mulher avançada para o seu tempo e considerava, pelo fato de ser ativista, uma tarefa séria. Por conseguinte, como havia poucas lideranças<sup>13</sup>, como Elza Correia, Professora Iolanda na APP, Alba Maria Perfeito, Leozita Baggio Vieira, Lucia Barros e Margarida Barros, ela sentia responsável e respeitada por seu trabalho, pois era bastante solicitada pela imprensa local:

*Uma mulher ativista sindical, fechando escolas, participando de reuniões, assembleias, quando no microfone, eu chamava as delegações de cada*

---

<sup>12</sup> A feminização do magistério, constata-se no quadro 4 deste texto. São mulheres, daí os baixos salários?

<sup>13</sup> Elza Correia ativista política, vereadora, deputada estadual na cidade de Londrina desde os anos 1970 no PC do B. Yolanda Nella Voigt Cosentino líder entre professoras da rede estadual, presidente na APP de 1963 a 1969. Alba Maria Perfeito docente na rede estadual e UEL, presidente da APP em 1985, Leozita Baggio Vieira sua colega de diretoria e as irmãs Lucia e Margarida de Barros atuantes e nomes de escolas na cidade.

*localidade era lindo em 1978, as faixas e braços se erguendo...” Ibiporã e os braços se levantavam sob os gritos ovacionando uahnnnnnnnn”, “Cambé e os braços se levantavam na saudação... uahnnnnnnnnnn”. Isto numa cidade jovem, como Londrina, ser liderança em momentos importantes da categoria era fantástico. Londrina era vanguarda, Londrina era oposição [...].*

A professora em questão era uma participante da cena cultural que liderava as mobilizações junto aos colegas professores e jornalistas, num cenário político vigiado e censurado (época da ditadura militar), mas cujas atividades culturais eram ativas, um palco político movimentado, entre festivais. Pelas amostras artísticas, ocorriam os atos, protestos e greves, por parte da gente que frequentava as praças, as ruas, os salões sindicais, as passeatas, as reuniões, as escolas, as zonas eleitorais, os teatros e os cinemas londrinenses.

Isso posto, parecia que o número de mulheres no ativismo, associativismo e sindicalismo docente, sobretudo das séries iniciais do Ensino Fundamental, conforme mostra o quadro 4 da feminização do Magistério da educação básica, seria maior em décadas anteriores, mas as mulheres continuam maioria, especialmente na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e mesmo no Ensino Médio, embora nesta categoria aumenta o número de professores homens.

Edezina afirmou que a presença nos salões, durante as reuniões, era de um “mar de mulheres” nos anos de 1978 a 1984, tanto nos atos e protestos, quanto nas direções e mesas de negociação. O período histórico era da ditadura militar, mas a motivação por vida melhor e pelo direito à livre expressão era genuinamente uma aspiração democrática; naquele contexto sócio-político, pairava nas assembleias o lema: lutar por uma educação pública e de qualidade.

Eis aqui uma boa problematização, porque em tempos de censura e de controle, o ativismo feminino na APP era caracterizado pela presença ampla de mulheres, de professoras, mães e esposas nas reuniões. Afinal, havia uma carreira profissional para elas organizarem.

Atualmente, percebe-se que o número de professores homens aumentou nas reuniões e assembleias, embora a maioria ainda seja mulheres. Todavia, nas mesas dirigentes dos eventos e em particular nas falas aos microfones, e em especial na APP, os homens mantêm-se como protagonistas.

Em Londrina, constatou-se pelos dados e listas dos presidentes que a Edezina foi a penúltima presidente da APP em pauta, sendo sucedida pela professora Alba Maria Perfeito até 1985, a última presidente. De lá para cá, nessa

associação, não se elegeu mais mulher alguma para dirigir esse núcleo sindical até a presente data de 2021, embora por força normativa do estatuto APP, exista paridade na composição da diretoria formada por (22) pastas/secretarias, em que (11) são ocupadas por (M) mulheres-professoras: Miriam, Bete, Maria Helena, Sandra, Vanessa, Rosemary, Zélia, Mara, Conceição, Neide e Sueli e (11) secretarias são ocupadas por (H) professores homens: Antônio, Edmundo, Nelson, Osvaldo, Flávio, Daniel, Rogério, Jonas, Anderson, Sidney e Luiz Rosin (in memoriam) mais o presidente (homem) Márcio André<sup>14</sup>.

A recente epistemologia feminina, levantada por tantas estudiosas, tem dado conta que o "conhecimento situado" estritamente elaborado sobre a realidade feminina estabeleceu um novo entendimento do conhecimento produzido por e sobre as mulheres. Helena (HIRATA, 2006) relaciona filósofas como Sandra Harding e Donna Haraway, que debruçadas na construção de uma epistemologia feminina, repercutem e trazem para centralidade do debate, a condição das mulheres na divisão de trabalho na sociedade capitalista, apontando a necessidade de adotar-se uma interpretação da realidade feminina com a criticidade e o entendimento peculiar às questões das mulheres. Portanto o relato da filha, Mariana:

*[...] Mamãe: Edezina foi presidente do movimento estudantil, defensora da democracia, de justiça para todos e todas: Meus avós paternos muito pobres, também foram combativos, fala-se que meu pai: Edilson Leal Oliveira, nasceu com saúde fraca e teve que tomar muito leite. Ele começou na Bahia, estudou Jornalismo e depois Direito, em Salvador. Morando em Brasília ele foi perseguido politicamente, veio parar em Londrina, indicado como jornalista na Folha de Londrina, transferiu o curso de direito etc. Meu pai foi fichado no DOPS, minha tia Enezila Lima - professora de história, da UEL, chegou a ser presa...[...] Mariana Leal de Oliveira.*

Diante desse certame, ela relata sua liderança na greve de 1978, em plena ditadura militar, a primeira grevista mulher, que fechou várias escolas em toda região de Londrina. Logo, sempre manteve seus valores e ideais de vida e de justiça social, com certo orgulho, pois sabia que era preciso muita coragem para enfrentar a repressão militar da época.

Fora uma marxista convicta, liderava reuniões com homens e mulheres, ajudou a fundar jornal "Água Corrente" balizado pelos princípios marxistas, um

---

<sup>14</sup> Dados obtidos no site APP Sindicato Londrina acessado em março de 2021. Por: Simei Prantl dos Santos.

instrumento revolucionário para a mobilização de pautas educacionais e que levantava bandeiras sociais em defesa da democracia e da participação política. A ativista, desse modo, foi uma atriz social relevante na sua caminhada profissional e como militante sindical. Engajou-se por compreensão do seu papel como cidadã. Como professora, buscava melhorar suas condições de trabalho e de vida, então levava seus filhos pequenos para participarem de passeatas nas ruas, porque acreditava que assim ensinava a eles que a luta por direitos precisava ser conquistada, e para isso, seria necessário unir forças com seus pares e fazer a sua parte, como reivindicar, gritar por liberdade e por melhores condições de vida.

Um fato importante a ser ressaltado foi a participação da militante nas primeiras reuniões das jornalistas Joana Lopes e Rosalina Santa Cruz, e outras que lideraram a criação daquele que foi o primeiro jornal feministas do Brasil – “O Brasil Mulher” - em outubro de 1975. E foi um jornal que circulou em algumas edições, tratando de vários problemas nacionais que abatiam as mulheres.

Esse fórum aberto de questões nacionais e internacionais, ali tão perto, era um laboratório cultural, no qual formou o caráter e o arcabouço relevante para os posicionamentos futuros da militante, marcando a personalidade dessa mulher cidadã, líder professora, mãe, ser humano arrojado, de espírito questionador e de postura ativa e altiva. O que denota uma personalidade típica sobretudo como professora. O seu meio de convivência, junto aos grupos de professores, jornalistas e estudantes universitários, somara no seu ativismo político e os debates, as posições firmavam-se e multiplicavam-se.

A sociabilidade ligada as afinidades, possibilitam o alicerce de rotas de vida. Ainda que o indivíduo também ofereça contribuição e influências no grupo, operando com o seu poder verbal e de convencimento, não há espaço para ilusão, pois os membros do grupo social estabelecem reforços linguísticos e comportamentais que igualmente exercem influências e coerção nos pensamentos, decisões, escolhas e ações dos demais indivíduos. Notadamente, o meio sociocultural vivenciado por Edezina corroborou com sua percepção de mundo, com suas escolhas profissionais e de ativista que adotou por toda sua jornada histórica. Dessa maneira, a filha Mariana Leal afirma que:

*[...] Minha mãe, e seus irmãos tiveram uma educação muito conservadora, rígida e burguesa. Todas minhas tias estudaram no internato do Colégio Mãe de Deus, e meu tio no Colégio Marista. Meu avô tinha uma venda de*

*secos e molhados em Tamarana na época distrito, e era desta venda que meu avô investiu na educação dos 6 filhos. Meus avós eram extremamente católicos, participavam ativamente na igreja da comunidade [...].*

A influência familiar sob os valores católicos consolidou a personalidade e atitudes da ativista em foco, desde sua escolha profissional pelo Magistério, que de forma natural acompanhou a escolha de três outras irmãs, como extensão da formação recebida no Ensino Médio na escola religiosa. Suas ações humanas, impulsionaram mobilizações e dispositivos humanos adquiridos ao longo da infância, desde os ritos de leituras e debates desenvolvidos no armazém do pai dela. Ela promoveu reuniões promovidas no movimento estudantil secundarista, organizando gincanas, amostras culturais, feiras artísticas, arrecadação de livros, alimentos, agasalhos para ações beneméritas, auxiliando pessoas na aquisição de casa própria. Participou de cursos de alfabetização para adultos, cobrando dos órgãos municipais o atendimento as pessoas vivendo em situação de rua. Liderou rifas e cooperativas escolares de materiais escolares, coletas de roupas e demais ações ligadas ao senso de justiça na busca por igualdade de direitos e promoção da vida. Portanto, sua postura pessoal foi sempre participativa, ativista e transgressora.

### 3.2 A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA LEOZITA BAGGIO VIEIRA – LONDRINA

**Figura 2** - Professora Leozita Baggio Vieira 2020 (faleceu em 2021 com 80 anos).



Fonte: Sueli Ap. Lopes – APP – Londrina.

#### **a) Formação e composição familiar – valores na infância – religião-lugar de origem**

Leozita nasceu em 1941, em Votuporanga. Iniciou cedo seus estudos

escolares e de música, em particular aula de piano, ainda nas décadas de 1950 e 1960. Vinda de uma família de classe média, estudou em conservatório musical e em escolas particulares. Um privilégio para a época.

Nascida no interior de São Paulo, Leozita é primogênita de pai comerciante, Luiz Baggio e de sua mãe, Regina Baggio. A professora em foco recebeu influências familiares e desfrutou igualmente do convívio com irmãos, colegas estudantes e professores, tanto na escola como no conservatório de música.

Sua irmã, Lizonete Baggio, hoje falecida, foi professora de Matemática e primeira concertista de acordeão, formada em Londrina. Seu irmão, Laudemir Baggio, artesão foi considerado excelente jogador de futsal na sua posição. Atualmente, também falecido. O outro irmão, Lizier Baggio, também artesão, hoje é divorciado e pai de três filhos.

Luiz Baggio, pai de Leozita era austero, comerciante desconfiado dos governantes, foi proprietário de serraria, mas insistia que para cada árvore derrubada, deveria haver o plantio de outra no lugar. Foi sua ascendência italiana lhe trazia recordações de confiscos e rigidez na cobrança de tributos.

A família fazia muitas viagens e Luiz Baggio sonhava em voltar para a Itália. Como dono de serraria, depois proprietário de máquina de beneficiar arroz, ele recusava-se a pagar impostos, pois dizia “[...] *como italiano ele sabia das coisas, que no Brasil a corrupção começou nas sesmarias, nas capitânicas hereditárias, então não se podia confiar nos governantes daqui [...]*”.

Diante desse cenário, a professora Leozita recebeu uma formação centrada no conhecimento e na apropriação cultural no âmbito artístico e sobretudo musical. Seu pai era um incentivador da educação dos filhos. Possuidor do espírito anárquico, tanto desconfiado dos governantes, plantou, assim, a semente do questionamento. E valorizava os saberes formais e científicos no preparo dos filhos.

Talvez, o surgimento da curiosidade em pesquisar e estudar cultura em geral foram heranças das relações familiares. Dessa maneira, a referida professora começou cedo a lecionar piano e igualmente casou-se, em 1960, com um radialista e jornalista que atuava em rádio e jornal da cidade de Londrina. Segundo Leozita, o esposo era tão conservador e machista quanto era o seu pai.

Todavia, ao mesmo tempo que seu marido dizia proibir suas atividades profissionais, ele incentivava sua ascensão acadêmica, pois à medida que nascia mais um filho, (foram cinco), sua contribuição financeira no sustento da casa foi

tornando-se cada vez mais essencial.

A família da professora era católica, a mãe levava os filhos à missa regularmente e tanto ela, quanto Leozita cantavam no coral da igreja. Nas visitas de sua avó materna, ela era a neta que acompanhava a avó às missas. No decorrer do tempo, após a mãe falecer com 82 anos e o pai com 88 anos, sua vivência familiar lhe conferiu um repertório cultural privilegiado, porque na casa a leitura e a música eram atividades constantes e incentivadas pelos pais, principalmente pela mãe.

**b) contexto social (formação acadêmica, escolha magistério. Exercício profissional e relações afetivas - amizades-contatos-influências)**

Leozita, então, continuou a ensinar música, sua formação profissional contava com o curso de três graduações: Língua Portuguesa, Arte e Pedagogia, suas habilitações, vão ocorrendo concomitante ao exercício docente em aulas particulares. Lecionou música em escolas particulares da cidade de Londrina, depois na rede estadual e foi ampliando sua atuação docente nas escolas.

Dentre as opções que se apresentavam, Leozita reconhecia o seu talento com a cultura em geral, mas sobretudo com a música. Ao iniciar sua aprendizagem de instrumentos musicais e na sequência, ensinar música, no conservatório, depois em escolas privadas, ela parece ter encontrado uma forma de subsistência e daí cursar as faculdades de Educação Artística na época, Letras e Pedagogia posteriormente. Com essa formação, ela conseguia arcar com o sustento dos cinco filhos e exercer um ofício em que se sentiu preparada desde menina.

Seu ingresso nas escolas, por meio de concurso público, ocorreu junto da maternidade. E sendo mãe, com crianças pequenas, a professora contou com uma rede de apoio que a possibilitou atuar fora de casa. E sua rede de apoio para cuidar das crianças enquanto trabalhava e militava eram desde o marido, seus irmãos, sua mãe, funcionárias domésticas e até vizinhos. Depois, contou com escolinhas do maternal e do jardim, entre outras. E às vezes, o filho mais velho cuidava dos temporãos (filhos caçulas).

A personalidade dessa militante, torneada nos princípios da formação católica, fê-la ser benemérita e ativista logo que iniciou a docência. Após o convívio com demais colegas nas escolas, a ativista motivou-se para a participação na associação de professores. Assim, ela promovia, na escola, campanhas

filantrópicas, festivais artísticos e literários, juntamente com seus colegas como Ruth Caldeira de Souza e Reinaldo Mathias Ferreira (Esc. Est. Padre José de Anchieta).

Por conseguinte, destacou-se na liderança e assertividade da argumentação verbal, Leozita foi-se envolvendo cada vez mais na participação de conselhos municipais, associações de mulheres da educação, em defesa de crianças em situação de vulnerabilidade, mulheres de negócios, mulheres artistas plásticas, etc. Também indicava nos caminhos, como acionava essas disposições de buscar justiça, no tratamento para trabalhadores na educação e das crianças sob quaisquer circunstâncias etc. Portanto, a concepção de vida da ativista está voltada para o aspecto de servir, ajudar, assistir aos menos favorecidos da sociedade.

Dos anos 1980 aos anos 2000, Leozita participou ativamente na APP Sindicato, inclusive em processos eleitorais, paralisações, assembleias, conselhos estaduais, atos e negociações locais e regionais. O sindicato praticado por ela, está inserido na concepção associativista e assistencialista. Moviada por seus propósitos pessoais, a militante não pode ser considerada uma ativista feminista. Todavia, sua atuação fora personalista, mas não totalmente solitária, pois fora de casa ela trabalhou, consolidou uma carreira nas escolas. Participou do sindicato, de ONGs e Conselhos, no intuito de servir o próximo, como cidadã para fazer a sua parte.

Destemida, a ativista destacou-se junto aos professores, especialmente por saber ouvir bastante e conseguir contemporizar os argumentos em proposições ativas onde inclui rodadas intermitentes de reuniões, de debate de ideias e proposição de ações e atitudes concretas junto à categoria de servidores estaduais.

Leozita desenvolveu sua participação em reuniões, com comissões, com representantes do governo estadual, por vezes, além de reuniões, com líderes religiosos. Numa ocasião, se indignou com a fala grosseira do Arcebispo Católico da Arquidiocese de Londrina, do final da década de 80, ele teria dito “não acreditar em abaixo-assinado ou greve de professores”. Sentada à mesa defronte a ele, ela lembrou-se de ter-se indignado com a postura conservadora do religioso, que jogou um balde de água fria nas professoras:

*[...] Naquele dia, “o bispo relatou que soube da fala de uma professora em discurso na Concha Acústica, após uma passeata, cobrando o posicionamento dele, como líder na cidade, que deveria de ter se manifestado”. Leozita, disse à época para ele, “que como religioso, deveria perdoar a fala da professora, pois era uma cristã e, como cidadão deveria estar ao lado de professores que estavam passando muitas dificuldades em*

*sobreviver nas condições de salário e de docência.” Logo, como relatou Leozita, o líder “arregalou os olhos e disse que o sindicato estava tendo postura inadequada” e não assinou o documento de reivindicação [...].*

A militante sempre assumiu seu caráter pessoal, transgressor e anárquico, de forma comedida, educada e calma, seu senso de justiça, lhe fazia defender os princípios democráticos, da participação popular nas decisões e escolhas da sociedade em geral. No entender da ativista, faz-se necessária a participação feminina como a força que alavanque mudanças sociais. Para ela, dever aumentar-se a participação nos conselhos municipais, estaduais e federais, associações classistas ou de bairros, para que a população perceba sua importância e construa saídas para os problemas e conflitos existentes, das mais diferentes ordens.

Leozita contou com uma rede de apoio para lecionar 40 horas semanais e com isso, precisou contar com a colaboração de todos, levando os filhos para o trabalho ou contando com babás para atender suas crianças, conforme mencionado anteriormente. Nas escolas paroquiais, particulares ou conservatórios, contou com as próprias freiras zelando por suas crianças enquanto ministrava as aulas. O exercício profissional da professora, durou cerca de trinta anos; nesse tempo, entre 1970 e 2000, também atuou nas associações e na APP Sindicato, onde participou da maioria das atividades, reuniões, assembleias, conselhos, atos, disputas em eleições, passeatas, paralisações menores e das grandes greves da categoria.

As disposições individuais da militante, fizeram-na envolver-se em redes de convivência de diferentes formações em Londrina, sejam de colegas professores ou de outra natureza de organizações não governamentais, como Rotary Clube, Elo Clube, Associações de Mulheres de negócio, Entidades Beneficentes de várias ordens e colorações políticas, sociedades em defesa da Paz e senhoras católicas.

Para além desse itinerário, Leozita participou desde o início da carreira de professora das comissões de festas e formaturas nas escolas, organização de eventos culturais, campanhas, mostras artísticas e concursos de diferentes modalidades de artes plásticas e musicais. Igualmente, foi membra ativa nos conselhos municipais da educação e da criança, o que sempre movimentou sua vida pessoal. Leozita atuou, até 2021, em associações beneméritas e artísticas, produziu artesanato, participou de eventos sociais em defesa da cultura de paz e de outras causas, além do ativismo sindical (pessoalmente ou por meios das redes sociais), mesmo sendo professora aposentada das salas de aulas (Leozita faleceu em 2021).

Diante do exposto, esse aspecto foi presente em todo o desenvolvimento da militante que, desde os quatorze anos, ensinou música nas casas dos estudantes e continuou estudando música no conservatório com o reconhecido maestro Andrea Nuzzi. Seu repertório de disposições, se solidificou na convivência com os colegas e o jornalista Edgar seu companheiro de décadas, como já referido neste trabalho.

O mundo da Leozita, portanto, adquiriu uma sabedoria própria da vivência, das experiências somadas, aliada à sua formação acadêmica, de um saber fazer como militante associativa e sindical e também como professora. Esses aspectos a fizeram acessar os saberes adquiridos ao longo da sua formação acadêmica, mas sobretudo suas habilidades pessoais e, embora sua condição feminina no sistema educacional, precisou se reconhecer enquanto trabalhadora, sobretudo, barganhando com as negativas sobre seu afastamento de casa para trabalhar e para participar das inúmeras reuniões e eventos sociais devido seu engajamento.

Diante disso, foram significativas as atuações de Leozita, articuladas aos processos de lutas sindicais e às suas aprendizagens já realizadas. De fato, não se pode reduzir as práticas de um sujeito apenas à sua identidade de gênero. Todavia, as instituições contemporâneas mantêm a arcaica estrutura masculina dos séculos XVIII e XIX, tornando difícil o caminhar das mulheres, em especial na arena pública.

Disputar espaço no campo sindical é o mesmo que buscar ocupar essa área da construção de mediações verbais, muitas vezes em posições desiguais com os homens, colegas militantes e dirigentes, formados na lógica machista em que os homens precisam ser superiores e viris o tempo todo. As questões de gênero não são debatidas no calor sindical com frequência e as mulheres sequer têm ocupado as tecnologias de poder, tampouco nas rodadas de negociação com número igual ao dos homens.

Todavia, Leozita exerceu suas funções como dirigente sindical, tomou o microfone nas reuniões e assembleias, e mesmo em tempos não tão fáceis, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Ela disputou eleições, compôs comissões de negociações, falou com autoridades políticas, religiosas e travou debate no campo das ideias com homens e mulheres, com os quais superou argumentos e provocou aplausos e respeito pela sensatez manifestada.

A militante, em vista disso, representou um grupo de exceção de mulheres, num cenário cujo protagonismo feminino incomodava o mundo político que era masculino. A dinâmica da arena pública tem sido hegemônica das personalidades

masculinas, e essa constatação nem sempre revela competência ou qualidade na condução das proposições. A ativista foi taxada mais de uma vez de comunista, embora nunca tenha tido filiação partidária. Ocorreu, assim, uma negação de Leozita com a sua habilidade política, como se essa tarefa lhe desmerecesse.

A professora de música mencionou várias vezes que seu marido Edgar era austero e não apreciava suas atividades fora de casa. No entanto, ele dividiram o sustento da casa, a educação dos cinco filhos e prezaram pela formação universitária deles; o que possibilitou que eles tivessem uma vida de classe média.

Por conseguinte, ficou claro que Leozita trabalhou muito, não só por necessidade, mas também, por suas atividades além do trabalho, pois suas habilidades criativas teriam que ser canalizadas. Diante disso, ela disse ao marido: “[...] *olha, você foi burro, poderia ter usufruído ainda mais da minha capacidade de produzir, se eu tivesse cursado direito ou engenharia poderia ter ganho mais dinheiro e contribuído ainda mais para o sustento da família*”.

Um princípio que impulsionou a trajetória de Leozita foi justamente o seu inconformismo com as injustiças e a vontade de mudar, de resolver situações-problema por meio da conversa. Para isso, ela demonstrou até certo distanciamento dos conflitos, de modo que pudesse operar com objetividade sobre o contexto. Mostrou bem essa postura quando contrariou o Arcebispo Dom Geraldo Fernandes, na ocasião em que estava presente na comissão e que solicitava dele a intervenção em favor dos professores junto ao governador Jaime Canet, em 1978.

Quando o arcebispo se referiu a uma fala da professora, que teria dito na Concha Acústica que ele se negava a ceder espaços na Igreja para a reunião dos professores, ela interveio e disse: “*Mas o senhor é cristão e como tal deve perdoá-la e como homem público, deve-se permitir a receber críticas próprias das autoridades*”. A ativista foi assertiva e, mesmo numa condição de estar ali pedindo algo, o apoio, a assinatura do arcebispo, agiu com os seus princípios e honradez. O desfecho, contudo, foi desfavorável, pois o arcebispo não assinou e ainda disse: “[...] *abaixo-assinado eu jogo pessoalmente no lixo!*”.

### **c) As posições ocupadas e a trajetória no engajamento sindical, ativismos, redes sociais e políticas**

No decorrer do tempo, percebemos os sindicatos como representantes dos

trabalhadores. Uma entidade principal, de organização coletiva, mediadora do conflito advindo das relações de trabalho. Leozita, portanto, fez parte do modelo de sindicato atrelado ao associativismo, ao assistencialismo e ao personalismo, ancorado na atuação exaltada dos feitos e lideranças personalistas. Isso posto, identifica a ativista como atuante deste sindicalismo da década de 1980 e início da década de 1990. Desde então, o sindicalismo busca romper com posturas personalistas e adquirir uma personalidade mais classista; em que os processos são pensados na dimensão coletiva e as decisões dessa forma, são tomadas após debates e enfrentamentos de ideias e métodos divergentes. Cujas as finalidades visam os interesses da categoria heterogênea e diversa, mas com propósitos únicos.

O fato de a militante em pauta ser alcunhada como comunista ou subversiva não lhe agradava, porque Leozita atuava em favor da profissão, nos anos da ditadura militar que foram difíceis. Em contrapartida, a dificuldade não deixou intimidar à sua atuação somente aumentou com o passar dos anos, pois ela impulsionou seu ativismo nos conselhos municipais e ONGs nas décadas de 1980 e 1990, o que acentua seu espírito inquieto e transformador. Por conseguinte, seu desempenho ativista denotou uma disposição em participar das causas sociais ligadas à educação, às crianças e às ações filantrópicas nas quais ela entendia como indispensáveis, visto que o estado não socorre todos os cidadãos e, com isso, uns precisam ainda mais do que outros, daí a importância das entidades sindicais.

Em vista disso, Leozita entendeu que a busca pelo atendimento de direitos não constitui uma tarefa gratuita e muito menos fácil de ser atingida. A militante conseguiu mobilizar-se espontaneamente com pessoas que possuíam objetivos próximos aos seus e, mesmo que não fossem remuneradas para isso, estavam dispostas a criar possibilidades de conquistas desses direitos, visando o bem comum.

Permeando essa rede de pessoas, homens e mulheres, de diferentes profissões se organizavam por meios de entidades não governamentais ou ainda professores com formações (licenciaturas diferentes) pelo sindicato classista e dispunham-se a mudar seus contextos de vida, movidos por aspirações salariais, na busca de melhores condições de vida e, sobretudo, dispostas a mudarem suas carreiras, conquistar benefícios que poderiam repercutir numa educação de maior qualidade, na perspectiva de tornar assim, o país melhor, mais humano e solidário.

A ativista entendeu-se capaz de liderar lutas, trazer colegas para a

construção deste ideal de mudanças, conseguiu evocar outras docentes para espaços, para além da sala de aula, no pátio, na quadra esportiva, no laboratório e na biblioteca. Mesmo que os homens sejam os mais liberados para o ativismo, devido à flexibilidade do seu tempo, ao passo que as mulheres ainda possuem um tempo menor, em razão de se ocuparem ainda mais com as tarefas de casa, mesmo que trabalhem quarenta horas semanais nas escolas.

O compromisso com o engajamento militante faz-se necessário e pode ser satisfatório sobre o ponto de vista social e humano para os seus participantes, pois acionam outras áreas do intelecto e vislumbram as facetas do ser humano. Em se tratando das questões de gênero, militância e trabalho pedagógico, não é difícil perceber que existe uma certa hierarquização das atividades, como se o trabalho de ensinar, de lecionar e as atividades de militância sindical ou os afazeres domésticos tivessem categorias diferentes e menos valorizadas.

Existe, desse modo, uma ambiguidade presente nesta análise:

a) Se o ofício da docência pode ser nobre, erudito, intelectual, será igualmente para homens e mulheres?

b) Se o engajamento militante é mais aguerrido, subjetivamente apresentado às tarefas da liderança, da negociação e da oratória perante os microfones dirigidas aos mais capazes, por que não às mulheres?

c) O que acontecerá quanto as tarefas menores, burocráticas, de registros, agendas, cartazes, faixas, o caminhar nas passeatas, estas são destinadas aos menos(as) vocacionados(as)? Quem afinal são? Homens? Mulheres?

d) E as tarefas domésticas, como limpeza, cuidados com filhos, preparo dos alimentos destinadas às mais vocacionadas ou aos presentes na casa?

Diante desse contexto, não é possível que dentre as categorias mais prestigiadas socialmente, somente os homens sejam os responsáveis. E, em relação às categorias tidas como menos racionais, mais operacionais e repetitivas sejam destinadas às mulheres. Existe, dessa maneira, um sistema muito perverso contra e sobre as mulheres, uma estrutura socioeconômica e cultural que privilegia em grande parte os homens. Diante o exposto, a ativista Leozita postulava que:

*[...] Os sindicatos precisam tornar-se jardins cujas sementes devem germinar e crescer com frutos, flores, caules e raízes diferentes, mais igualitários, mais justos e democráticos [...]. Os espaços carecem de valorizar a pluralidade.*

A trajetória de Leozita tornou visível uma microssociologia que pode ser

transposta para uma visão macrosociológica em que o engajamento militante manifesta muito mais que uma escolha de vida.

Então, faz-se supor que a militância sindical é mais que um propósito de vida, pois se trata de um compromisso de cidadania, uma perspectiva social que pode ser presente nas sociedades democráticas ou não, como uma agência social, onde os atores estão ali por responsabilidade social, em que buscam modificar o mundo consumista e degradado que está se deteriorando paulatinamente, mais as marcas deixadas por cada cidadão, residem o limite de interação que cada um se propõe a construir na sua comunidade, no seu meio ambiente, no seu trabalho e lazer, entre outros.

O Engajamento militante constitui uma visão evidente de vida, um estilo de sobreviver às desigualdades sociais que estão postas atualmente. Diante disso, Leozita chegou a dizer:

*[...] Eu era tão ignorante politicamente que, acredita? Cheguei a homenagear o 31 de março e ficar na fila, com minha mãe, para doar ouro pelo Brasil, coisa que hoje me arrependo e tenho até vergonha de falar [...]*. Hoje ela reconheceu que se engajou no ativismo por confiança nas colegas e amigas professoras, descontentes com as condições de trabalho as quais estavam submetidas.

*[...] Com relação ao ativismo no Sindicato, antes Associação, foi desde que a Edezina era presidente, ou mesmo antes na gestão de Dino Zambenedetti, quando realizamos uma greve e numa reunião na casa dele, que era o presidente, no final da reunião no carro da Edezina, durante uma carona, estávamos pensando em terminar com a greve, pois as pessoas estavam bem cansadas, desanimadas, a imprensa já não noticiava mais a greve, os deslocamentos para as cidades vizinhas era muito cansativo [...]*

Daí eu disse à Edezina:

*[...] Olha você é presidente do Fórum de diversas entidades, então anuncia que todas as entidades estão nos apoiando [...] Feito isto, a greve continuou e foi uma injeção de ânimo [...] Tínhamos o ideal, não era somente uma luta salarial mas, também de melhorar a educação, na qual fazíamos parte [...]. Edezina de Lima Oliveira, Alba Maria Perfeito, Jovita Kaiser<sup>15</sup> foram todas muito importantes para ampliar meus conhecimentos. Conhecer um pouco melhor o campo político da carreira de professora, que escolhi como meio de subsistência e precisava somar forças com as colegas, para no coletivo melhorarmos a estrutura da profissão, eram salas superlotadas, atrasos salariais, falta de merenda escolar, materiais pedagógicos, livros didáticos,*

---

<sup>15</sup> Jovita Kaiser professora atuante das causas educacionais, foi Chefe do Núcleo Regional de Ensino de Londrina entre 1984 e 1986, sendo também ex-secretária da saúde do município.

*licenças, hora atividade, e tantos direitos que gostaríamos de obter, para ensinarmos melhor a população pobre [...]*

A professora em tela tornou-se militante impulsionada por reuniões com as amigas, professoras, e nos relatos realizados, elas se identificavam, reconheciam-se, portanto, iguais em direitos profissionais e sociais. Daí surgiu a militância e Leozita identificou-se na busca por modificar seu exercício docente e encontrou na associação, seu espaço de luta.

De fato, sua inserção no ativismo sindical ocorreu devido a sua rede de sociabilidades, nos encontros com as professoras. A ativista, em vista disso, construiu seu modo de operar na militância e era obstinada contra as injustiças. Seu desejo inclusive, era ter cursado Psicologia ou Direito, por ter-se despertado para a política durante as greves de professores. Portanto, ela se fez ativista e cidadã ativa nos movimentos sindicais, nas ruas, nos atos e protestos. Posto isso, a militante percebeu seu papel político, contestando os governantes e reivindicando direitos de trabalho e de vida educacional:

*[...] Hoje tenho vergonha e me arrependo de ficar na fila para doar ouro pelo Brasil, era um ideal de salvar a pátria, ampliando meus conhecimentos no campo político, embora eu não tivesse a exata noção de cidadania na época. Muito jovem acreditava no país, e imaginava fazer a minha parte, a conclamação dos governantes eu entendia como uma responsabilidade para com a democracia[...].*

À vista disso, Leozita relatou suas memórias, permeando suas atitudes individuais com as ações coletivas e de fato, entendia estar agindo coletivamente para o bem da categoria dos professores e dos cidadãos que agiam pelo país. Não havia, portanto, entendimento do peso das mobilizações que podiam incomodar os governantes e modificarem o status quo da atualidade.

A militância da professora foi numa época de exceção política, quando os movimentos sociais eram monitorados pela polícia política, as pessoas eram fichadas no DOPS: Delegacias que eram Departamentos da Ordem Política, órgãos de controle e repressão aos movimentos sociais e populares, que se constataram na prática, centros de tortura e opressão, durante a ditadura militar de 1964 a 1985, conforme atesta (CORONEL; FERREIRA, 2018).

Pode-se perceber que a formação de Leozita como militante ocorreu de forma político-pedagógica com a finalidade funcional em atender sua demanda de

alguma maneira posta na luta sindical e para a melhoria das suas condições do exercício profissional. A convicção da ativista se fez no engajamento militante, veio do convencimento real, no cotidiano do espaço sindical docente, no trato coletivo travado nas reuniões, nas passeatas, nas assembleias. Das conversas entre seus pares, na convivência no dia a dia da escola, nos encontros durante as mobilizações. E essas mulheres professoras forjaram e consolidaram, suas lutas. Leozita, a professora ativista, tomou consciência do valor de sua participação na luta pelos professores, pela educação, pela sua própria vivência, por sua labuta diária na escola e no sindicato, (inicialmente a associação). (Leozita faleceu em 2021, dias depois de receber uma visita da pesquisadora).

### 3.3 A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA ROSEMARY DIAS DA COSTA-LONDRINA

**Figura 3** - Professora Rosemary Dias Costa - Londrina – 2019



Fonte: Sueli Ap. Lopes - APP- Sindicato.

#### **a) A formação e composição familiar – valores na infância – religião-lugar de origem**

Rosemary nasceu em Itararé, no interior paulista. Perdeu o pai quando tinha apenas nove anos, sendo então criada por sua mãe austera, mas uma incentivadora dos seus estudos. Ela exigia de Rosemary e das suas irmãs a mesma dedicação como estudante, o que contribuiu para sua formação acadêmica e profissional. Ela usufruiu de uma infância muito protegida por sua mãe, que foi seu maior exemplo de

honradez e força de luta pela sobrevivência, pois ela temia que acontecesse com as filhas, o que ocorreu com ela. Quando se tornou viúva cedo e precisou criar as filhas sozinha, com o suor e dedicação do seu trabalho.

Diante desse contexto, surgiu a preocupação da formação profissional, a condição primordial para a uma digna manutenção de vida. A formação docente e o seu consequente exercício fariam suas filhas serem independentes. Rosemary, diante disso, estudou e iniciou cedo a sua docência. Sua mãe chamava-se Maria Aparecida Dias Costa e o pai João Pauser Costa, Rosemary teve duas irmãs: Wilma Dias Costa Ribas que sempre fora dona de casa e Gladys Costa Santos, professora de didática no Magistério e falecida a caminho do colégio onde iria dar a primeira aula, num acidente com moto.

A formação de Rosemary foi essencialmente católica e as quatro participavam ativamente das missas na sua cidade, sendo este, o maior compromisso da família, principalmente aos domingos. A mãe foi onipresente na sua infância e representou a maior referência para ela e para suas irmãs e priorizou os estudos. Maria Aparecida tornou-se servidora pública no correio e quando viúva, labutou para criar as três filhas. Como sua mãe, depositou na educação, o instrumento principal para orientá-las ao futuro e à independência financeira, Rose acreditou que o estudo e ter uma profissão digna, a faria dona do seu destino. Este é o seu desejo para suas três filhas. Fica assim, nítido o orgulho de Rose pela mãe.

Como sua mãe, Rosemary teve três filhas e buscou repassar todas as referências cristãs e de valorização da educação para elas, sendo que as três (como a sua mãe), tiveram formação universitária e a filha mais velha, Simone, também se tornou professora de Artes e de Libras.

Embora nascida em Itararé, no estado de São Paulo, a servidora pública foi criada no estado do Paraná por sua mãe, Maria Aparecida Dias da Costa, que era funcionária dos Correios e Telégrafos. Pelo fato de ter perdido seu pai ainda quando criança, certamente, esse fator criou, na dinâmica familiar, um laço forte da mãe viúva com suas três filhas já mencionadas anteriormente.

Por conseguinte, essa realidade familiar forjou uma disputa no campo do conhecimento, pois esse capital cultural de apropriação do conhecimento seria um recurso de sustento e de ascensão social. Rosemary, por vezes, reporta-se a sua mãe como uma mulher séria, dedicada, responsável, que cobrava das filhas o estudo acima de tudo, com boas notas e bom desempenho escolar, para um preparo

à altura e ingresso na faculdade, este legado firmou a sua personalidade e caráter.

Ela relata que sua infância foi feita também de sacrifícios. Nesse aspecto, a orientação da mãe foi fundamental para as escolhas que Rosemary realizou na vida, sobretudo quanto ao Magistério, uma profissão que ela alcançou devido às ofertas dos cursos para mulheres, às licenciaturas que ela conseguiu cursar ainda estando casada e com filhas pequenas, o que foi possível devido a uma rede de contatos com parentes, marido e uma filha mais velha que compartilhou o acolhimento às irmãs menores.

Nesse contexto familiar, Rosemary, assim como as irmãs, tornaram mulheres empoderadas, com iniciativas como mães e profissionais. Rosemary lecionava cinco dias da semana, oito horas por dia, concomitantemente com a criação das filhas, participando da Igreja, entre outros compromissos. Na família contou regularmente com funcionárias domésticas para atender as filhas.

**b) contexto social (formação acadêmica, escolha magistério. Exercício profissional e relações afetivas, amizades, contatos e influências)**

A professora em questão praticou os ensinamentos recebidos na infância, que foram as marcas fundamentais na sua formação cidadã. Com isso, a professora deslocou-se do seu lugar de origem para classe média, trabalhadora, porque teve no magistério a possibilidade de ascensão social, com melhor ganho financeiro e acesso às rodas sociais mais abastadas dos lugares onde viveu.

Ao casar-se, Rosemary protelou um pouco a realização das faculdades de Língua Portuguesa e Pedagogia, que ocorreram no interstício das três gestações. Seu marido, ao contrário das outras ativistas mencionadas acima, era parceiro dela na vida doméstica era um trabalhador, mas não possuía formação universitária como ela. Durante a vida de casada com Elias Lemes Gonçalves, cursou as faculdades (Faculdade Est. de Filosofia Ciências e Letras de Cornélio Procópio, PUC- Curitiba e UNESP – Assis- SP.), ainda que de forma precária, deslocando-se nos finais de semana para outra cidade maior, Cornélio Procópio, o que lhe proporcionou outros contatos com demais universitárias, com ideias afinadas em relação à melhoria social e à qualificação na carreira docente.

A ativista, dessa maneira, atuou nas escolas em vários municípios do Paraná, na rede estadual de ensino. A maior parte do tempo, participou da direção

de escolas, como coordenadora pedagógica ou supervisora de ensino, comum e usual nas cidades menores. Rosemary exerceu cargos na burocracia escolar devido às referências políticas, aos contatos por amizade e ou pelos familiares, sendo nomeada para cargos diretivos, na gestão escolar, inspetoria de ensino e nas escolas próximas da sua residência, o que lhe proporcionou condições melhores de vida e de bem-estar para sua família.

Como diretora e supervisora de ensino, liderou ações e eventos educacionais, culturais e escolares, jogos escolares, torneios e gincanas. Durante décadas, a ativista ficou no meio escolar. Quando em 1990, prestes a se aposentar, as filhas em idade de cursar faculdades, Rosemary vem para a cidade de Londrina. Iniciou sua participação na APP Sindicato, a convite do professor Aristides Schiochet, ainda para conhecer o meio. Com isso, se aproximou para colaborar e aos poucos, foi assumindo tarefas na organização da pasta dos aposentados. E mesmo nesse período, ela continuou frequentando a igreja católica e aos poucos foi estreitando laços com a rotina e os cursos de formação política na App sindicato.

Notadamente, Rosemary não participou de formação ou atuação política anterior ao seu ingresso na APP, somente depois de aposentada. Cabe ressaltar que os aposentados totalizam até esta data, 47% do número total dos sindicalizados na APP<sup>16</sup>. Ela não militou em outros grupos e associações, tampouco em partido político, ou movimentos sociais, como o estudantil, entre outros. Seu ativismo, por conseguinte, ocorreu após o exercício docente em escola, sendo sua trajetória de vida ligada, ao cotidiano da escola e do funcionamento interior. O sindicato, por sua vez, era ausente na sua vida, em razão dela não entender o papel desse aparato para os trabalhadores e, diante disso, o papel da ativista, nas cidades pequenas era perceber o sindicato como uma entidade de oposição aos governos e patrões, mas ficava distante desconhecendo o seu funcionamento.

A pedagoga exerceu sua carreira profissional e as lembranças de seu percurso apontam o sindicato como uma entidade não presente em sua jornada em escolas, ela lia os informes, contidos no Jornal impresso 30 de Agosto, acessava os sites da App, esporadicamente, na busca de se inteirar dos informes, da realização dos Atos e Protestos, bem como das pautas de reivindicações da categoria. Era uma servidora da base que apoiava a App, limitando-se a participar de cursos e eventos

---

<sup>16</sup> Dados fornecidos pela APP Sindicato Curitiba- Secretaria dos Sindicalizados -por Simeí Prantl dos Santos.

de reuniões de representantes, vez por outra.

**c) As posições ocupadas e a trajetória no engajamento sindical, ativismos, redes sociais e políticas**

Ao aposentar-se, após viuvez em 1996, veio para Londrina, acompanhar as filhas que cursavam faculdades e estreitou a participação na APP Londrina, a princípio, a convite do presidente como mencionado anteriormente. A ativista aproximou-se e não saiu mais da APP, atuando diretamente junto aos aposentados, o que demanda um envolvimento grande, devido ao assessoramento, necessário e constante na acolhida e orientação, promoção de eventos e reuniões regulares, junto ao coletivo de aposentados, além da participação nos atos e assembleias.

Rosemary sentiu-se disposta a realizar atividades e tarefas relacionadas ao atendimento das aposentadas, na orientação em procedimentos burocráticos junto à APP, referente a busca de direitos trabalhistas, processos judiciais. E também promover eventos, viagens, confraternizações, palestras- promoção de saúde, direitos dos idosos, campanhas de vacinação, cadastramento de “prova de vida”. Orientar sobre seguros de vida, riscos aos empréstimos aos aposentados, visitas aos doentes, entre outras atividades. Nesse aspecto, ela opera com a visão e a prática da concepção sindical- associação, afeita às ações personalistas de seus membros e de atuação assistencialista, que atende interesses e necessidades pontuais dos sindicalizados aposentados-mais velhos e distantes do espaço escolar.

Estes entendem o sindicato “como um clube assistencial” - a entidade para atender o indivíduo um tanto quanto apolítico, sendo promotor de eventos de confraternização ou atividades culturais como: palestras, cursos, oficinas, excursões para as sedes de colônias de férias. Para esta parcela de sindicalizados, conservadores, não há arena de disputas políticas, negociações ou embates contra o estado ou os governos e (não cabe aqui, o caso do “etarismo” - preconceito a velhice).

Todavia, Rosemary se sente responsável pelos aposentados do núcleo de Londrina, ela assumiu, dessa forma, o acolhimento para eles se manterem atrelados ao sindicato. Assim, promove regularmente cursos, palestras, encontros de confraternização, viagens para a sede praieira da App em Guaratuba, para que os aposentados se sintam pertencentes ao sindicato e assim para que se mantenham

informados sobre todo o processo de luta, reivindicações e dos processos judiciais nas diversas ações em que a APP, após esgotar as etapas de negociação, recorre aos tribunais para fazer valer os direitos dos seus filiados.

Atualmente, mais do que nunca, a ativista em questão entende que o sindicato seja vital para acudir seus associados/ filiados e promover informações e defesa dos seus direitos como trabalhadores e cidadãos. À vista disso, ela sente-se muito útil e relevante no acompanhamento dos filiados da sua pasta enquanto dirigente sindical, muito mais em prestar serviços de proteção às mulheres, há várias idosas, orientando sobre seus direitos e os perigos de assédio aos seus ganhos financeiros, relações familiares tóxicas, abusos, e alguns posicionamentos que podem lhes render prejuízos ou desgastes. A sua missão, entretanto, demanda muita paciência para relacionar-se com os aposentados, pois o grau de entendimento, percepção e tomada de decisão pode comprometer o cumprimento de prazos, levando ao esquecimento de processos e medicamentos. (sem etarismo)

Rosemary entende como sendo sua tarefa benemérita a de atender e monitorar esses seres humanos. Apesar do isolamento social devido à pandemia causada pela covid-19, tem realizado incursões, vigílias, tudo on-line, atendendo aos aposentados e aos seus familiares, principalmente no tocante aos procedimentos jurídicos frente aos processos movidos pela APP, no sentido de requerer direitos trabalhistas em favor desses sindicalizados. Suas ações, em vista disso, têm sido fundamentais para tranquilizar esses seres. Ainda que Rosemary também atenda seus familiares como mãe e avó, seu ativismo se baseia, sobretudo, nas condições retributivas em que o sindicalismo atua com ações assistencialistas, sem ela deixar de agir como instrumento de luta classista de buscar melhores condições de trabalho e vida para seus membros sindicalizados.

Nesses tempos de pandemia, muitos estão assustados com a vacina por receberem inúmeras informações falsas e aterrorizantes. Um grupo grande desses funcionários é seguidor e admirador do atual presidente, Jair Bolsonaro, que não acredita nos males da infecção causada pela Covid-19. Rosemary, diante desse cenário alarmante, tem mobilizado os assessores jurídicos e de formação política/sindical no sentido de esclarecer a esses servidores, aos professores e aos funcionários aposentados sobre o problema em questão. Como dirigente sindical, ela corrobora mobilizando recursos, inclusive da área da saúde, para auxiliar na orientação das(os) aposentadas(os).

Rosemary, portanto, não é uma militante orgânica, de esquerda, tampouco se apresenta como uma feminista, resistente ao machismo estrutural ou antirracista, defensora das causas LGBTQIA+. Diferente das demais entrevistadas, seu perfil é conservador, uma mulher ativa, que atua no sindicato como uma forma de ajudar seus pares aposentados, igualmente conservadores e não apreciadores de debates políticos. Ora, segundo a APP, são 52,42% o número de sindicalizados efetivos da ativa e 47,57% sindicalizados aposentados<sup>17</sup>. Rosemary consiste numa educadora, benfeitora e de perfil assistencialista e solidário.

Sob essa ótica, a disposição pessoal de Rosemary foi objetiva e personalista, o que tornou possível sua ascensão social e política na pequena cidade onde vivia. A lógica nos pequenos municípios está centrada no clientelismo, o prefeito é, analogamente, um senhor feudal que possui uma rede em torno do poder executivo e cabe a ele a nomeação de diretores de escola, chefia de regionais de educação e de saúde. Além disso, sua ação aparelha o chefe da igreja local, os comerciantes, a diretoria da creche, a equipe do posto de saúde, da delegacia, da escola e fórum etc. Rosemary era uma um braço do poder local.

Assim, essa entusiasta supervisora ou gestora escolar, frequentemente ocupou cargos educacionais, diretora de escola e demonstrou habilidades administrativas, além das características capazes de liderança, com iniciativas na promoção de reformas regulares e constantes manutenção nas escolas. Rosemary, por vezes, foi indicada aos cargos, por seus familiares terem prestígio político junto aos poderes locais. Essa realidade não lhe causou constrangimento, pois ela mencionou que estava certa que tais condições lhe foram propícias ao ingresso, mas ela somente se manteve nos cargos por responsabilidade e bons serviços prestados à comunidade escolar.

*[...] O sindicato ainda não era minha realidade, pois os cargos em cidades pequenas são todos nomeados por prefeitos, são de confiança de grupos políticos que estão na governança, em geral todos de direita, que não veem com bons olhos sindicatos ou gente militante de esquerda. Eu somente começo a militar quando eu saio de Amoreira e venho pra Londrina, em 1994, ao me aposentar [...].*

Diante desse certame, essa estrutura clientelista e patrimonialista do

---

<sup>17</sup> Dados atualizados fornecidos pela APP Sindicato Curitiba- Secretaria dos Sindicalizados, por Simei Prantl dos Santos em maio de 2021.

funcionamento das atribuições de cargos, na trama dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, certamente, representa uma prática comum apresentada nos milhares de lugarejos interioranos brasileiros. Sobretudo nas pequenas localidades, onde o mando político é muito próximo das pessoas, o que propicia a indicação pessoal, baseada nos laços de confiança pessoal entre as famílias, personalizando cargos, hierarquias e administração local.

Embora, para esta pesquisa a trajetória de Rosemary apresentou singularidades, encontraram-se certas ambiguidades com seu ativismo posterior.

Por décadas, Rosemary exerceu seu ofício como supervisora de ensino, coordenadora pedagógica, secretária escolar, documentadora, chefe de inspetoria regional de educação (uma filial da SEED-PR, equivalente ao NRE, Núcleo Regional de Educação) e diretora de escola. Durante o exercício profissional, a professora não se aproximou muito do sindicato, porque, segundo ela, as autoridades, sobretudo os prefeitos das cidades pequenas onde viveu e trabalhou, eram de direita e conservadores e não viam com bons olhos a atuação dos sindicatos, que sempre demonstravam insatisfação.

A entusiasta, portanto, como gestora escolar, buscou cumprir seus afazeres orientando professores, pais e alunos no cumprimento de suas funções. Sua atuação era crítica em relação aos governos, mas sem grandes atuações, embora ela acompanhasse as atividades e informações da APP estadual ou local. Essa ambiguidade caracterizou sua carreira escolar, pois ela cumpria as agendas escolares. No entanto, seu repertório de ações legitimou, segundo ela, cumprindo as responsabilidades e as determinações na burocracia da mantenedora estadual-SEED-PR, ainda que silenciosamente discordasse dos atos governamentais que, por vezes, dificultava o bom andamento das escolas e as atuações dos profissionais de educação no espaço escolar.

Na resolução de conflitos e problemas, no âmbito escolar, buscou reunir os envolvidos e negociar saídas legais e possíveis nos limites da função de supervisora, diretora e não procurou orientação ou estreitou aproximação com o sindicato durante sua jornada escolar. Cabe então, uma reflexão sobre esses atributos femininos, mulher e professora, encontrados e permanentes na prática do ofício docente:

[...] uma realidade que vincula as mulheres ao trato com as tarefas de cuidado e proteção, aspectos femininos que tanto tem justificado os baixos salários das professoras - tratam-se de mulheres, com vocação para se ocupar de atitudes de cuidados como uma extensão do trabalho doméstico, com um tempo dedicado que não compromete os demais afazeres domésticos, como mãe, cuidados com a casa etc.[...] (LOURO, 1997, p. 88).

De fato, o ambiente escolar é perpassado por desigualdade de gêneros e a maioria das pessoas que trabalham nesse ambiente, são as mulheres, professoras e funcionárias. Diante disso, no caso da APP, essa maioria é de 86%, além das alunas e mães, que são as mais participativas da vida escolar dos filhos. Portanto, no espaço escolar, muito se engendra dos papéis e representações de gênero. Para se operar como dirigente escolar, professoras e diretoras de escolas precisam tomar atitudes imperativas, de autoridade severa, para conquistarem respeito e aprovação de suas decisões, similar ao modo masculino.

Um processo comum aconteceu em vários países da América Latina, as associações tornaram-se sindicatos no período de redemocratização política dos países e nesse cenário, surgiu uma outra imagem das docentes militantes, grevistas e imbuídas de um outro status identitário de trabalhadoras. Também é comum, no Paraná, professores não terem aceito a condição de sindicato de professores ou a filiação à CUT até a atualidade, reconhecendo o sindicato como uma entidade subversiva. Sob essa lógica, a ativista em questão vivenciou nos lugares onde lecionou essa menção à APP Sindicato, o que afastava os mais conservadores da prática sindicalista, pois era visto como entidade subversiva de esquerda.

Diante desse cenário, após ela se aposentar em 1994 e depois de vir morar em Londrina, Rosemary novamente foi convidada pelo presidente da APP Londrina, professor Aristides Schiochet, parente dela, a participar das reuniões da APP, com a realização de assembleias locais. O fato de ter participado de cursos de formação política e de ter entendido a importância da atuação sindical, conscientizou-a para o ativismo. Pode-se afirmar que fez muito sentido o conjunto de ações que ela tomou ao chegar à APP para se apropriar dos modos operantes, dos ritos e dos significados do sindicato.

Faz supor que, novamente, Rosemary foi levada a exercer funções pelos laços e contatos afetivos da sua rede de conhecimento político ou de parentesco, pois ela efetivou seu engajamento não por identidade feminina ou por militância social, mas sim pela prática nas reuniões após um tempo de conhecimento do

convite pessoal recebido. A militante consolidou, dessa maneira, sua presença na participação nas reuniões na APP Londrina. A partir dessa inserção, ela abraçou a causa sindical por identificação pessoal com as demandas das aposentadas e passou a cumprir tarefas e participar das ações, eventos, cursos e palestras, por esse motivo, manteve-se na APP, por convencimento da importância do papel do sindicato docente na vida daquelas pessoas.

Embora Rosemary reconheça que o sindicato ainda permaneça como um espaço muito machista, ela tem conseguido se impor nas suas atividades na pasta dos aposentados, que representam 47,57% dos atuais sindicalizados na APP, comparados com os da ativa, que são 52,42%, uma causa que lhe mobilizou de prontidão, por uma identidade e afinidade pessoais, por ela também estar na condição de aposentada<sup>18</sup>.

Rosemary tornou-se então uma ativista voluntária, por empatia junto aos seus pares, o que também pode ter se tornado como ideal pessoal de vida, ocupando-se do propósito nítido de continuar atendendo e servindo as pessoas. Essa disposição pessoal consiste num atributo pessoal relacionado à solidariedade e à compaixão humana, numa evidente disposição de servir, ajudar pessoas, como numa tarefa cristã católica de “*amar o próximo como a ti mesmo [...]*” Rosemary se identifica-se com essa pasta dos aposentadas(os), pois bem pode agir na prática para orientar pessoas, solidarizar-se com as dificuldades no trato com as tecnologias da informação, e buscar orientar essa população no trato com os seus direitos de servidores aposentados, mas que constantemente precisam atualizar seus dados, realizarem prova de vida, acionarem seus dados para obterem informações de processos judiciais, entre outros.

Todavia, a entusiasta assumiu seu engajamento nas atividades na militância sindical, tornando um novo propósito para sua vida. Além da sua função de avó, Rosemary participa, ativamente, dos eventos junto aos aposentados e às mulheres, inclusive em viagens, assembleias estaduais, protestos, encontros, cursos, palestras, etc.

A ativista mencionou, algumas vezes, que se fosse homem seria muito mais ouvida e respeitada nas reuniões da APP Sindicato, no entanto, ela, como mulher idosa, nem sempre tem um lugar de escuta ou um lugar de fala nos eventos. Ao

---

<sup>18</sup> Ressalta -se que o número de sindicalizados aposentados é de 47,57% comparando com os sindicalizados atuantes que são de 52,42%.

longo de toda sua jornada, sentiu-se muito desprestigiada em atividades, pois percebeu a muito tempo que alguns cargos e decisões políticas são nitidamente conferidas para alguns homens, e mesmo entre os dirigentes, esse aspecto é percebido: “[...] São os homens falando para as mulheres, nas reuniões, nos cursos, nas comissões de greve e nas assembleias. Poucos homens palestrando para uma multidão de mulheres...[...]”, quem sabe a tentativa de convencê-las para paralisar suas atividades, para cruzarem os braços e virem para as ruas, etc. Ela demonstra sua evidente percepção do machismo estrutural existente na vivência sindical.

Esse processo desencadeia um embate, uma diminuição de ânimos e, ao contrário, tem provocado, por inúmeros motivos, imobilismo, silenciamento e desencantamento das professoras que têm se negado a lutar diretamente nas ações da APP sindicato, sobretudo as servidoras aposentadas num total de 47,57%, enquanto os sindicalizados efetivos da ativa da categoria representam 52,42%, segundo a própria APP sindicato Curitiba<sup>19</sup>. Esse contingente de sindicalizados precisa ter suas demandas acolhidas pela APP sindicato, e o ativismo, como da Rosemary, representa esse trabalho voluntário destinado a acompanhar esses servidores que não estão mais nos espaços escolares, mas tiveram suas jornadas profissionais atuando a favor da educação pública nas escolas, junto aos alunos e à comunidade escolar.

Pode-se dizer, diante do exposto, que o ativismo de Rosemary está arraigado à postura assistencialista, de ações corporativas no atendimento de necessidades prementes, de uma legião de aposentadas(os) que veem no sindicato um apoio humanitário e “não gosta da militância política direta e franca, tampouco atuação da CUT ou dos esquerdistas baderneiros”, todavia, essa população existe e está atrelada ao sindicalismo também. São os sindicalizados conservadores, que abominam posturas progressistas e incomodam o senso de mobilização classista da categoria que busca avançar, nas agendas políticas e sociais, para além das reivindicações salariais, mas que mantém a enorme estrutura burocrática sindical.

Entretanto, o que se observa é uma relevante atuação da militante em pauta, após a sua inserção na APP por volta de 1996, onde ela busca contemporizar esses membros tradicionais da APP sindicato, em conversa permanente, pois ela tenta trazê-los para encontros e palestras que atuam no sentido de desqualificar as

---

<sup>19</sup> Dados atuais da APP Sindicato sede estadual em Curitiba por: Simei Prantl dos Santos Ano de 2021.

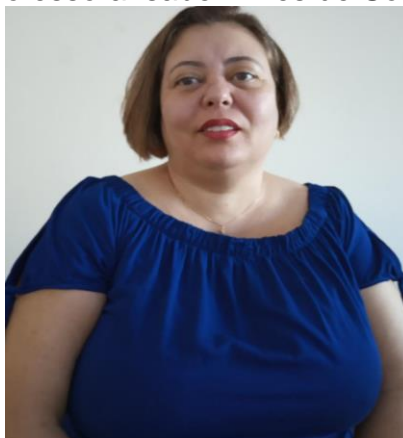
informações falsas das quais eles têm acesso pelos aplicativos de mensagens, à luz de dados, muitas vezes equivocados. A formação política deve ser atualizada no contexto do cenário socioeconômico e político nacional, regional e mundial. Será preciso forçar a relevância do aparato do sindicato, como forma de libertar, instruir e retirar conteúdos alienantes e opressores, os quais essa população é bombardeada diariamente, quer por telejornais, cultos e missas nas igrejas, ou mensagens no aplicativo de mensagem WhatsApp.

Em vista disso, há de se considerar que a relação familiar ainda é uma realidade que condiciona às mulheres a relação conjugal, determinante como papel cerceador na participação política ou ainda mais na militância sindical. Este círculo dificulta, muitas vezes, o comprometimento dessas mulheres.

Nesse ponto, pode-se entender o engajamento tardio de Rosemary no militantismo sindical. O fato é que depois de viúva, ela migrou para uma cidade grande, com as filhas já jovens/adultas ingressando nas universidades. Este contexto possibilitou uma maior liberdade de atuação à época, daí sua participação na APP. Esse vínculo sindical preencheu, sobretudo, o sentido de sua vida pessoal, que sempre foi ativa dentro e fora de casa e agora, encontrou com um calendário e agendas destinadas aos seus afazeres pessoais, em que ela pode escolher quando e o que fazer, como participar e se programar sem maiores dependências familiares.

#### 3.4 A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA ISABEL ALVES DE SOUZA-IBIPORÃ

**Figura 4** – Professora Isabel Alves de Souza-Ibiporã - 2020



Fonte: Sueli Ap. Lopes – APP- Londrina.

#### **a) A formação e composição familiar, valores na infância, religião-lugar de origem**

A professora Isabel Alves de Souza nasceu em 1970 e teve uma infância calma com brincadeiras, leituras e cercada de adultos. Isabel nasceu em 14 de setembro de 1970 em São Jerônimo da Serra norte do estado do Paraná. A infância da professora foi na cidade paranaense de Ibiporã, contudo foi a última filha de Getúlio Alves e Izaura Piola Alves. Ao nascer, os irmãos Edevaldes Alves, Geraldo Alves e Leonora Paes Pontes já eram adultos e casados, não morando mais na casa dos pais. Como filha caçula, Isabel conviveu ainda mais com seus pais. A mãe era dona de casa e foi a maior responsável pelos seus cuidados na infância. O pai era pequeno agricultor, e depois tornou-se comerciante. Por parte dos seus irmãos, também era tratada como filha, pois a diferença de idade era grande.

*“[...] Olha, minha infância foi dentro da normalidade, muita alegria, muito carinho, da minha família. Eu nasci em São Jerônimo da Serra, mas praticamente eu não vivi lá. Vim com seis meses de idade para Ibiporã [...]”.*

Desde criança, Isabel desenvolveu um gosto preferencial pelos livros e aos autores como Machado de Assis, Graciliano Ramos, Millôr Fernandes, Aluísio de Azevedo, Mauricio de Souza, Glauco Matoso, Mario de Andrade como suas referências na Literatura Nacional e apreciava os artistas músicos: Toquinho, Belchior, Chico Buarque, Titãs, Legião Urbana, Ira, Milton Nascimento, Engenheiros do Havai, Luís Gonzaga e Gonzaguinha como companheiros culturais, formadores e inspiradores para a vida. Todavia, dentre todos os teóricos, o que mais a tocou foi Paulo Freire.

Os estudos iniciais da Isabel foram na Escola Est. Francisco G. Beltrão. Depois, continuou os estudos no Colégio Olavo Bilac até 1988.

*“[...] Minha formação inicial e toda minha vida foi ali. Eu estudei na Escola Francisco Gutierrez Beltrão – conhecida na cidade como Beltrão. Fiz de 1ª a 4ª séries ali. Ela é uma das escolas mais antigas de Ibiporã. Foi a primeira escola construída. Ela tem o nome do primeiro engenheiro da cidade, foi ele quem traçou as primeiras casas, os primeiros bairros de Ibiporã. Foi o planejador urbano da cidade. Depois eu fui para a Escola Olavo Bilac, onde cursei de quinta a oitava séries e o Ensino Médio também. É uma escola que eu lembro com muito carinho, depois comecei a lecionar lá também no início da carreira. Eu tive o prazer de voltar ao Colégio Olavo Bilac, como professora e encontrar meus professores, que me inspiraram no início de caminhada, ainda que alguns já estivessem em fase de aposentadoria [...]”.*

À vista disso, a convivência familiar da professora em foco foi regada de proteção e cuidados por causa dos pais e irmãos maduros. Isso posto, a família

reunia-se à mesa para desfrutar de boas comidas, acompanhada por boas músicas, conversas e telejornais. A caçula, então, às vezes acompanhava a mãe às missas dominicais.

Como estudante, Isabel foi uma aluna dedicada às atividades escolares e uma assídua leitora. Participava dos eventos escolares, sobretudo os destinados à leitura e a festivais de talentos nas feiras, gincanas e amostras culturais nas escolas. A referida professora foi fruto de uma família de classe média, moradores da zona rural e depois em bairros centrais da cidade de Ibiporã, região metropolitana de Londrina, (fundada em 1933/1934 e hoje com cerca de 55 mil habitantes). A família, contudo, não tinha hábitos de frequentar clubes, associações e era praticante esporádica da Igreja Católica. O maior exemplo da Isabel foi o pai, uma pessoa honesta, com hábitos caseiros e um trabalhador assíduo, que adveio do mundo rural, e posteriormente se tornou um pequeno comerciante em Ibiporã.

Com a vida de classe média, ela não precisou trabalhar quando menina, pôde estudar de forma plena e desenvolveu as aptidões na área de língua portuguesa e de literatura, razão pela qual conserva inúmeras referências da literatura brasileira e como Machado de Assis, Graciliano Ramos, Millôr Fernandes, Aluísio de Azevedo, Maurício de Sousa, Glauco Matoso, Mario de Andrade entre outros. Também aprecia cantores, como Toquinho, Belchior, Chico Buarque, Titãs, Legião Urbana, Ira, Milton Nascimento, Engenheiros do Havaí, Luiz Gonzaga, Gonzaguinha e muitos outros.

Diante desses bons costumes, é possível se reverenciar à relevância dos relatos orais dos sujeitos, com o efeito de dar significado às vivências das pessoas, sobretudo, aos hábitos domésticos, que guardam o poder de preservar as falas, os costumes de pessoas, em micro histórias ou microssociologias, que podem representar conteúdo de um período histórico e de gerações de populações até invisíveis nas narrativas oficiais.

De fato, a sociedade é caracterizada pela soma e sobreposições de sons e ruídos, de aspectos da expressão dos seres humanos, nos seus diversos grupos, nos mais diferentes espaços e culturas. O resultado desses processos todos que ocorrem de maneira simultânea ou mesmo fragmentada, revela um cenário de realidades múltiplas que alimentam e constroem a sociedade como um todo. Isabel, portanto, teve uma infância reservada num ambiente com o predomínio de vidas adultas (SOIHET; CONTIJO, 2007). Esse traço pode ter lhe atribuído a disposição

de ouvir e observar pessoas, discernir as ideias, para assim se posicionar e tomar decisões que a convêm, atributos importantes para seu ativismo.

**b) O contexto social (formação acadêmica, escolha magistério Exercício profissional e relações afetivas, amizades, contatos e influências)**

Isabel participou como estudante do grêmio estudantil no Ensino Médio, as reuniões, dessa forma, eram com um número de estudantes da escola e trazia pautas a serem levadas para a direção escolar. “[...] *Reivindicávamos melhorias na escola, mais atividades de campo, eventos culturais, mais livros nas bibliotecas, músicas no intervalo, extinção da exigência de uniformes e ensino melhor mais dinâmico etc. [...]*”.

Quando ingressou na Universidade Estadual de Londrina, a professora em questão também atuou no movimento estudantil,

*[...] o Centro Acadêmico de Letras estava inativo, nós reativamos, foram tempos de luta: pelo Restaurante Universitário de qualidade, Passe Livre aos estudantes, Maior segurança em todo campus, sobretudo no período noturno, melhor acesso ao acervo dos livros, diminuição do serviço das fotocópias, passes livres e outras pautas [...]*.

Foi no Colégio Olavo Bilac, que Isabel iniciou a docência em 1992, porém ainda como contratada, temporariamente, substituindo uma professora que também já havia lecionado a ela. Ela aceitou esse desafio e depois de formada no curso de Letras pela Universidade Estadual de Londrina, no mesmo ano, prestou concurso público. “[...] *Então eu encerrei a educação básica em 1988. Entrei na faculdade em 1989, fazendo Letras. Em 1992, eu iniciei a lecionar e concluí a graduação em 1993 [...]*”.

Assim, o início da vida profissional, oficialmente, foi em 1993, após concurso público, foi na sequência no Colégio Estadual Teothônio Vilela e ali permaneceu por vinte e sete anos. A atuação da Isabel foi como docente em sala de aula, no Ensino Fundamental e Médio e, em seguida, assumiu parte da carga horária de 20 horas, da jornada total de 40 horas semanais na qual sempre trabalhou, na função pedagógica, junto aos professores e alunos na equipe diretiva da escola.

No mesmo ano, em 30 de janeiro de 1993, Isabel casou com Marcos Vinícius Medri. E depois da separação, realizou um segundo casamento, em 1998,

numa cerimônia oficial realizada somente em 15 de agosto de 2018, com o professor e igualmente - dirigente sindical Luiz Martins de Lima. Ele foi presidente da entidade regional em Londrina por duas gestões (1999 a 2002 -2002 a 2005). Isabel, embora tenha realizado dois casamentos, fez uma opção racional de não ser mãe, um projeto de vida definido desde adolescente.

Antes mesmo de concluir a Universidade no curso de Letras, iniciou a docência, substituindo a sua ex-professora de Língua Portuguesa e foi nas cadeiras da sala de professora, que iniciou seu ativismo sindical, encorajada pelos colegas de escola que respeitavam seus posicionamentos, ponderações e calma nos debates sobre as dificuldades que assolavam o ofício de professora na educação básica, quando ela emergiu conclamada pelos colegas a representá-los na APP sindicato.

Foi como representante escolar do sindicato que efetivou sua militância na APP Sindicato. A ativista ouvia, ponderava e registrava os anseios dos seus pares e, nas reuniões e assembleias, relatava as preocupações e dúvidas dos colegas servidores, sindicalizados ou não.

Assistindo às reuniões da APP sindicato, Isabel foi convidada por dirigentes a participar mais diretamente na APP. Por conseguinte, continuou aprendendo. Não demorou para ser chamada pelos membros e pelo presidente professor Aristides Schiochet a participar, ajudar internamente, na APP Sindicato, ainda em 1994. Então, Isabel constituiu uma liderança emergida da base da categoria. Foi alçada à secretaria geral, devido ao hábito de registrar os conteúdos das reuniões e assembleias para comunicar aos seus colegas de escola. E seguiu construindo com os colegas.

*[...] Durante oito anos, só atuei em sala de aula. E novamente nesse contexto de falta de equipe na escola, de pessoal contratado. Depois desse período, acabei assumindo a equipe pedagógica, na supervisão e orientação educacional, em 20 horas, e as outras 20 horas em sala de aula. Foi mais um tempo de muita aprendizagem de como funciona a estrutura e funcionamento administrativo e pedagógico da escola, no atendimento de alunos, pais e de assessoramento de professores. Mediar conflito, no trato com pessoas etc. E daí já estava na APP, e foi fortalecendo minha liderança na escola também. Os colegas foram me elegendo e por três gestões democráticas (nove anos), atuei como diretora geral no colégio. Mas o desgaste mental e físico foi muito grande. Então optei por colocar o pé no freio, me afastei em 2013, do contrário iria adoecer muito, pois já estava começando a sofrer. Então, fiquei seis anos em sala de aula e me aposentei em janeiro de 2019. [...].*

Isabel acionava as suas habilidades pessoais e profissionais como

professora de Língua Portuguesa e seguia secretariando as reuniões e assembleias, representando seus colegas nos comitês escolares e, portanto, tornou-se a representante de base.

Ela menciona a relação com seus colegas de escola e nos bancos da Universidade Estadual de Londrina, como sendo importantes na sua formação e visão de mundo. Diante disso, a professora encontrou nos livros de literatura dos autores, Machado de Assis, Graciliano Ramos e Paulo Freire e nos músicos Gonzaguinha e Chico Buarque, a inspiração social para atuar na profissão e no ativismo sindical. Nesses literatos e cantores, Isabel encontrou um respaldo cultural identificando valores e recursos para tornar sua vida mais leve na luta e resistência.

E foi igualmente na militância sindical que após o rompimento com o primeiro casamento, a militante conheceu e se apaixonou pelo segundo marido. Esse círculo de relações sociais e sindicais, então, consolidaram seus posicionamentos e ações no engajamento militante: *“[...] aqui na APP, eu conheci Luiz Martins de Lima, nos tornamos amigos, depois namorados. E acabamos nos casando. Era 24 horas, escola, App, educação. Foi um período muito frenético. Não sei como demos conta [...]”*.

### **c) As posições ocupadas e a trajetória no engajamento sindical, ativismos, redes sociais e políticas**

Após Isabel tornar-se, em tal caso, uma porta-voz dos colegas, junto às comissões escolares e o coletivo da APP Londrina, sua participação foi qualificando-se, na intensidade da participação. A cada evento, reunião, assembleia ou conselho, participava com maior vivência e representatividade. Consequentemente, ela falava por vários colegas do interior e entorno da escola onde trabalhava.

*[...] Foi logo no início da carreira, no Colégio Teotônio Vilela, quando alguns professores da APP sindicato, foram fazer uma conversa na escola, e nesta reunião meus colegas já me apontaram como representante sindical na escola, devido ao fato de eu sempre falar bastante na sala dos professores etc. Então, a partir daí, comecei a participar das reuniões na APP, para trazer os informes para a escola. E desde 1995, 1996, como sou organizada, eu anotava sobre os conteúdos, para poder repassar. Eu fui percebendo a importância de se inteirar, de participar melhor, pois eu representava o coletivo dos colegas da escola. O então presidente Aristides Schiochet percebeu meu interesse, quando eu fazia perguntas para repassar na escola, daí me convidou para ajudar na secretaria geral da diretoria. Eu considerei muito estranho, eu não sabia de nada, daquele universo, que eu não tinha capacidade para o cargo. Ele insistiu, pois, a professora secretária da época, precisou se afastar por licença, ele pediu*

*para eu ajudá-los. Depois de pensar, eu aceitei no intuito de colaborar, na promessa que quando surgisse alguém mais qualificada para a função, eu me afastaria. Aí as coisas foram acontecendo, eu acompanhei esta gestão. E participei mais duas gestões com o Presidente Luiz Martins de Lima, (foi o período de Jaime Lerner, dos avanços neoliberais, de ataques às nossas carreiras), a gente não respirava [...].*

Como dirigente sindical, a ativista foi se inteirando do funcionamento de cada instância, do rito das assembleias, aspectos da participação e começou a se incomodar com o fato, de muitas vezes, as mesas serem compostas por maioria masculina. Nas reuniões e nas assembleias, por via de regra, o microfone era ocupado na maioria das vezes por homens, que argumentavam, apresentavam as propostas e a maioria das mulheres presentes votavam, aplaudiam, até discordavam, mas raramente alguma tomava o microfone para si, por conseguinte, quase nunca alguma propunha algo, discordava ou era votada.

Isabel, com toda sua bagagem intelectual, pesquisou e confirmou que as mulheres são em maioria, mas não contam com voz ativa ou protagonista. Não dirigem, mas são dirigidas. São lideradas, na ocasião das mobilizações em atos, nas ruas, passeata elas são a maioria marchando. Já no carro de som, no megafone, são os homens os “chefes”.

Isabel ficou os anos de 1990 e início dos anos de 2000, atuando na direção sindical, como secretária geral, talvez por sua formação linguística, no Curso de Licenciatura em Letras, além de contar com uma habilidade na escrita cursiva, detalhada ou objetiva, conforme a situação assim requerer. Em 2002 voltou para a escola como diretora geral escolar, participava nas reuniões e assembleias, enquanto professora da base e constatou que o panorama pouco mudou. Também se envolveu e observou alguns avanços no movimento feminista nacional.

Isabel testemunhou o aumento da participação das mulheres da Marcha Mundial das Mulheres e a Marcha das Margaridas crescer, assim como os movimentos “*Ele Não*”, “*Black Lives Matter*” e “*Me Too*”. No entanto, também observou o crescimento de grupos cristãos e evangélicos de direita, do movimento “*Pró Vida*”, que igualmente alcançaram grande visibilidade, assim como os movimentos de 2013 e 2014 do MBL e do “*Vem pra Rua*”, com o discurso de ódio, na ótica entendida por “eles contra nós”, tais movimentos conservadores de direita.

Diante de tal cenário, a ativista está convicta de que a sociedade precisa avançar em favor dos direitos humanos, na superação do preconceito racial, do

combate à homofobia e à exploração do trabalho, sobretudo, do trabalho infantil, à xenofobia, à violência contra as mulheres, do extermínio das populações periféricas e negras, à existência das milícias, do crime organizado e às desigualdades sociais. Faz coro com a reivindicação do avanço da participação democrática entre as camadas populares, em particular das mulheres, para modificar este status quo.

Isabel, em face a esses combates, acredita que os sindicatos têm um papel importante nesse processo de democratização do acesso do povo pobre e trabalhador às instâncias políticas da sociedade brasileira e deposita nos movimentos sociais populares o alcance da democracia e participação das mulheres, em particular, em todos os campos da sociedade.

No sindicato, a professora e ativista sonha com a maior participação das mulheres na linha de frente. Também almeja que o sistema de cotas se torne um mecanismo para incluir os homens, em um sindicato de maioria feminina em todos os setores sindicais.

*[...] Olha, sempre foi uma preocupação minha, eu sempre falava com as pessoas, em toda reunião, assembleia, a mesa formada era na maioria composta por homens. Onde estão as mulheres? Sequer eram chamadas. Numa atividade estadual, os dirigentes eram homens, nas mesas. E isto sempre me incomodava. Mas assustava-me ainda mais a ausência de mulheres, como dirigentes. Em muitas vezes, em muitas tarefas, em viagens, assembleias, reuniões, conselhos, eu era a única do grupo, mulher. Muitas vezes, mulheres muito interessantes, inteligentes, com boas ideias, mas que na hora de falarem de se posicionarem, recuavam. E os homens nunca tiveram pudores em dominar esses espaços públicos. Ainda que falem errado, não falem tão bem. As vezes o que dizem nem sequer merecia ser dito. Mas eles não deixam de marcar território. Eles falam, eles ganham visibilidade. Eu priorizei então, meu trabalho, na direção da escola. Era um momento que minha consciência crítica estava bem incomodada com a atuação masculina e a invisibilidade feminina [...].*

Diante dessa fala de Isabel, a militante nos pareceu desde o início do exercício profissional, a militante orgânica, assim podemos afirmar. Uma atriz social que emergiu da base, junto aos demais servidores, para agir sobre a agência, nesse caso, a APP Sindicato em Londrina, no tocante ao processo de representatividade dos colegas professores da escola em que lecionava. O modo de vida da ativista, foi construído de forma simples, nas relações pessoais, e seu ativismo era num sindicato que pretendia ser, cada vez mais, coletivo, ou seja, que todo o processo de decisão fosse de forma plural, após os debates de ideias. Foi nessa luta para a

participação em igualdade, que Isabel emergiu como representante de base<sup>20</sup>.

Na cidade de Ibiporã, próxima e pertencente ao Núcleo Sindical de Londrina, Isabel iniciou a carreira, lecionou no Colégio Engenheiro Beltrão e Olavo Bilac, depois como professora concursada, no Colégio Teotônio Vilela, no qual foi designada diretora e encerrou sua carreira, após vinte e sete anos. Seu repertório pessoal de disposições e habilidades de Isabel foi impulsionado pela convivência no mesmo grupo familiar, escolar e profissional.

A militância se iniciou motivada pelas manifestações estudantis e posteriormente, nos comitês de escolas, onde por aclamação, despontou como liderança genuína dentre os seus pares, tornando-se porta voz dos anseios de seus colegas (base sindical), quando os representava junto à APP Sindicato, nas reuniões e assembleias, relatando suas críticas, dúvidas e sugestões. Independente da polêmica ou repercussão, as representações nas comissões de escolas ou comitês escolares foram um primeiro passo para o engajamento militante sindical exercido por Isabel nas duas décadas de 1990 e 2000.

A participação contínua da ativista nas reuniões e assembleias, despertou, pois, a atenção sendo convidada para compor a direção da APP, a princípio no apoio e participação dos eventos e depois assumindo cargo na diretoria onde permaneceu por três gestões de dois diferentes presidentes, os professores Aristides Schiochet e Luiz Martins de Lima.

A postura aparentemente discreta de Isabel, demonstrava segurança, porque não aparentava medo de se expor, ao apanhar o microfone e argumentar perante grandes plateias. Essa facilidade como professora de Língua Portuguesa, num léxico assertivo e de argumentação ponderada, despertava interesse e respeito. Assim, a professora em tela manifestava interesse legítimo nas falas dos seus pares, o que lhe conferia maior propriedade no registro das atas e no apuramento da síntese das falas proferidas. Recorrentemente, o que a incomodava era o domínio da presença masculina em detrimento da feminina.

Em vista disso, como as demais entrevistadas, Isabel manifestou a percepção e compreensão da subalternidade conferida às mulheres na APP Sindicato. Relatou explicitamente como alguns homens monopolizavam a oratória,

---

<sup>20</sup> Base consiste no conjunto de sujeitos representados por um determinado sindicato. (ANDRADE, 2018, p. 15).

os encaminhamentos, o debate, as propostas e as decisões sem pudor algum em repetir conteúdos, para marcar presença. O objetivo era ser notado, como estratégia, principalmente às vésperas de eleições, às mesas, nas reuniões e nas assembleias.

Também ficou nítido, que a militante percebia as manobras políticas de sobreposição de ideias, posicionamentos e estratégias para garantir aos homens maior visibilidade, no trato com a imprensa, com outras entidades e instituições, bem como em prestigiar certos nomes de pessoas, na articulação de se manterem no seio sindical, com algum reconhecimento e prestígio junto à categoria de servidores.

Nesse contexto recorrente, a professora mencionou o surgimento de cotas para garantir a inserção de mulheres em partidos políticos e nas candidaturas em eleições regulamentada por força da Lei Nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, numa cota para inserção de 30% de candidaturas de mulheres nas esferas municipais, estaduais e federais para as eleições proporcionais. Essa medida tardia, mas necessária, igualmente alcançou a composição das eleições e diretorias sindicais, regulamentadas nos anos 2000 por meio dos estatutos dos diversos segmentos sindicais pelo Brasil afora, no intuito de corrigir tais distorções.

No entanto, Isabel alertou que embora tenha sido um passo importante no sentido de dar visibilidade e igualdade no tratamento legal à presença das mulheres nesses organismos, um espaço para as pessoas não representadas, o ato legal ainda não tem assegurado a posição ou comando nos planos e ações das políticas públicas e sindicais, tampouco atingiu uma abrangência das mulheres, no comando das direções dos partidos ou direções sindicais, um desafio ainda existente.

Em menor grau, a discriminação e desigualdade ainda persistem. Embora tenha garantido o acesso, não se efetivou ainda o pleno exercício e iguais espaços de atuação, às mulheres pois ainda persistem mecanismos de perpetuação do mando masculino numa estratégia de silenciamento das vozes femininas.

Enquanto militante sindical, Isabel professou que haverá um dia no qual existirá sistema de cotas participativas para o ingresso masculino, na perspectiva de todos igualmente ocuparem espaços, representando a categoria dos servidores estaduais. A militante, pode ser considerada uma feminista em defesa da igualdade de gênero e contra o sexismo. Sua participação no ativismo político demonstra simpatia aos partidos de esquerda, os mais progressistas e pautados pelos direitos humanos, por programas sociais e classistas como o Partido dos Trabalhadores.

A feminista evidencia uma percepção crítica da atual sociedade capitalista,

da conjuntura política, social e econômica em que se encontra o país, sobretudo de que lado ela se posiciona, em favor dos movimentos sociais populares de esquerda, na defesa do sindicalismo classista e prioriza a luta pela superação das desigualdades sociais e da necropolítica que está sendo implementada em âmbito estadual no Paraná e na esfera federal pelo projeto eleitoral vencedor em 2018.

A ativista, diante dos fatos, pode ser enquadrada numa análise de um sujeito plural, que espera ajudar a intervir no rumo deste capitalismo mundializado e predador. Acredita que são os movimentos sociais organizados que irão democratizar o funcionamento dos sistemas e alterar as macroestruturas dessa sociedade capitalista, excludente e elitista. Isabel mobilizou seus recursos pessoais, construídos, no espaço escolar, em prol da sua militância sindical, seu propósito de vida, tal como do companheiro de jornada Luiz, foi o de participar enquanto cidadãos do ativismo sindical junto a APP. E nesse sentido, ela destinou parte da sua história de vida para este propósito e continua atuante como cidadã crítica.

O limite de atuação da militante pode ser explicado no acúmulo de responsabilidades em dirigir uma escola, somadas às demandas de permanecer como dirigente sindical e as imprevisíveis agendas de uma entidade movida pelo imprevisível, na dinâmica surgidas devido às ações e às medidas tomadas pelo governo estadual, fatores que desencadeiam reações e mobilizações repentinas. Assim, ainda que não tendo obrigações tão vinculadas aos cuidados com casa ou filhos, por exemplo, Isabel sofreu um de acúmulo de atividades que a adoeceu. O que a fez optar pelo afastamento das funções como dirigente sindical, embora permaneça como ativista, sem preservar a responsabilidade de cargos na entidade.

Ao continuar nessa luta infinda, a professora evidenciou a defesa permanente na sua atuação sindical, do papel social da escola pública, pois se sabe que tal instituição agrega os elementos socioeconômicos e culturais, presentes no modo de vida e nos sonhos das famílias que vislumbram mudanças futuras, a partir de aprendizagens mais significativas, capazes de desencadear modificações comportamentais no sentido de fundar práticas e vivências voltadas aos princípios democráticos, em prol da transformação a sociedade, que se pretende mais justa. Trata-se aqui, portanto, de um projeto de construção de uma cidadania real, que sonha em dias melhores, como professora (DEL PRIORE, 2012).

De fato, uma mudança qualitativa na cidadania brasileira pressupõe que os sistemas organizados sejam, efetivamente, promotores de mudanças e que as

entidades sindicais sejam articuladoras e distribuidoras de operações democráticas, que visem superar as desigualdades econômicas e sociais, que tanto emperram o desenvolvimento humano da população brasileira, capitanear esse ideal, significa vislumbrar uma sociedade mais inclusivas, afirma (SOIHET; CONTIJO, 2007).

De fato, do sindicato docente esperam-se processos qualitativos de valorização dos seus sindicalizados, docentes e demais profissionais de educação, esses, por sua vez, são permanentes representantes desses coletivos, que devem manter nas suas práticas a defesa consciente da construção de uma sociedade macro mais igualitária, com a participação consciente de cidadãos políticos e atuantes na superação da exclusão, do preconceito, do racismo do sexismo e do elitismo social. A autonomia dos cidadãos, afirma (HIRATA, 2004), requer um avanço no trato contra as contradições sociais, sobretudo na operação com os mecanismos institucionais que se esperam democráticos.

A trajetória de Isabel aponta para um ativismo crítico, pois se sabe que a própria estrutura sindical precisa avançar nas suas relações internas para melhor atingir seus propósitos externos. A possibilidade de compreender o percurso da professora militante, diante do exposto, remete-se à necessidade de elucidar esse cenário político que mantém arraigados usos e costumes nacionais impregnados de machismo e sexismo, nas suas práticas cotidianas em exemplos nas instâncias de reuniões e assembleias, atos, protestos e movimentos de mobilizações frente à categoria de servidores estaduais.

*[...] Olha, eu continuo vendo que na tomada de decisão, nas grandes escolhas, as mulheres ainda estão na retaguarda. Mulheres ainda são poucas. Penso que somos tão humilhadas, sobretudo por governantes, porque na maioria ainda somos mulheres. Mulher não é profissional, não precisa de salários. Não há respeito às mulheres. Nessa herança patriarcal: Os nossos homens falam por nós, nas rodadas de negociação, pois lá nas ruas estamos nós, mulheres. Mas eles, os homens falam por nós. E isto influencia. Quando temos situações em que as mulheres poderiam assumir situações e cargos. Ainda assim, nós não somos as protagonistas, por que as mulheres não vão às escolas? Por que não as mulheres ministrarem mais cursos e palestras? Atuarem Ainda mais na formação no dia a dia do cotidiano do sindicato? [...].*

Isabel mostra, em seu relato, uma percepção relevante sobre o papel secundário exercido pelas mulheres em diversas instituições e entidades sociais, tanto como a necessidade de reconstruir esse contexto por causa da desigualdade de gênero. No entanto, os sindicatos permanecem sendo um espaço formador para

as mulheres e os demais servidores, carentes de formação política, como conclui (ANDRADE; LELIS, 2017). Em vista disso, ao mesmo tempo, os espaços sindicais acabam se tornando uma referência para descobertas, questionamentos e crescimento político. Serve, desse modo, como um instrumento de resistência e de busca de direitos (ANDRADE; LELIS; MONTEIRO, 2017).

O sindicato docente ainda consiste num espaço predominantemente masculino que tende a reproduzir os valores e práticas nas quais as mulheres têm dificuldades de inserção e existe desconfiança dos homens nelas, ao tratar-se de representação externa. Logo, toda a estrutura e agendas sindicais são feitas por eles, homens, sem levar em conta os compromissos familiares muitas vezes atribuídos às mulheres, como os cuidados com casa e filhos, ainda pouco compartilhado por eles, hegemônica e culturalmente destinados às mulheres, estas afirmações foram proferidas por (LIMA, 2013).

Nesse sentido, Isabel realizou opções pessoais independentes, não tendo a maternidade como contexto de vida, ocupando-se do exercício profissional e conciliando o engajamento militante na APP com agendas relativamente compatíveis. Ela acionou às suas disposições pessoais junto as relações sociais, sindicais, políticas, disponibilizando seu tempo e recursos humanos ao ativismo social, construído desde a juventude nos movimentos estudantis tanto no Ensino Médio como na Universidade Estadual de Londrina, Isabel pondera:

*[...] Olha, nós estamos num período de desalento, mas penso que nós mulheres temos um papel fundamental, na verdade na história da humanidade, nós mulheres sempre tivemos um papel fundamental: De reerguer uma sociedade. E espero que passando a pandemia, este governo também. E que nós mulheres e sindicatos possamos nos unir, pra reerguer a sociedade, principalmente a brasileira, pois esta vai precisar de muita união para ser reerguida. Não é uma crítica somente aos homens, mas nós mulheres podemos humanizar a sociedade. Voltar lá no princípio da humanidade, pra pensar na questão do cuidar do outro. Uma sociedade de cuidados, mas não é o cuidar de pegar no colo, “nana neném”, mas o cuidar no sentido de uma sociedade que cuida e pensa e faz para todos. [...]”.*

Esta perspectiva pressupõe a igualdade de gênero entre as pessoas filiadas à APP Sindicato e em especial na atuação da direção de toda a estrutura sindical a bem do ativismo trabalhista e social.

### 3.5 A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA SANDRA REGINA DA ROCHA- LONDRINA

**Figura 5** - Professora Sandra Regina da Rocha – Londrina 2020



Fonte: Sueli Ap. Lopes – APP- Londrina.

#### **a) A formação e composição familiar, valores na infância, religião, lugar de origem**

Sandra nasceu em 14 de março de 1970, no Limoeiro, zona rural de Londrina, numa área de concentração de nordestinos, em plena ditadura militar, numa família negra de origem nordestina entre seus antepassados, no interior da Bahia, com vários irmãos e pais zelosos pela educação dos filhos. Diante desse contexto, Sandra começou a estudar em escolas rurais multiseriadas, o ensino fundamental I, depois no Colégio Est. Eudice Ravagnani de Oliveira em Florestópolis o fundamental II e após o ensino médio numa Colégio Beneficente que cobrava uma taxa para a população estudar o Colégio Soite Taruma. Sua família mudou-se de cidade, mas todos sabiam da importância da educação para a ascensão social.

Nesse interim, conviveu com os familiares maternos e seus pais baianos, Zilda de Novais Rocha, alfabetizada pela própria mãe dela, e o pai, Roque Luiz da Rocha. O avô materno era João da Banha e sua avó letrada, tinha como profissão escrever cartas para a vizinhança e tinha sete filhos: Luiz Carlos Paixão da Rocha, José Roque da Rocha, Claudionor Luiz da Rocha, João Paulo da Rocha, Ana Cristina da Rocha, Monica Cristina da Rocha, além dela, Sandra Regina da Rocha. A composição dessa família traz elementos diversos para as referências da Sandra.

As referências dessa ativista surgiram da presente preocupação com a educação e a cultura dos pais para com a formação desses sete filhos. A exigência de um bom desempenho estudantil, portanto, por parte dos pais, estava muito relacionada à consciência da etnia a qual pertenciam. Eles percebiam que a educação seria um requisito importante para a sobrevivência e para qualquer aspiração à ascensão social, pois os pais sabiam que as dificuldades por ser negro implicavam num preparo ainda maior, porque seria cobrado muito mais competência profissional e as portas poderiam ser abertas mais devagar e por pouco tempo.

*[...] A educação e a cultura eram muito valorizadas por meus pais. Para nós era uma coisa natural, ter que estudar. E ser bom na escola. Pois o fato de nós sermos negros, fazia a minha mãe exigir que a gente estudasse bastante, pois ela dizia que a gente iria sofrer preconceitos, então, nós tínhamos que ser muito bons para passarmos por isto também. Tínhamos que ser preparados para enfrentar as dificuldades que ela supunha que teríamos que enfrentar, mais que em outras famílias. Então, em 1980, quando eu terminei o fundamental I, quando nós fomos para prosseguir no fundamental II, a quinta série, eu já tive que estudar à noite. O pessoal todo de Florestópolis estudava à noite. Na minha casa não se discutia a possibilidade de não estudar. Tinha que estudar. E eu era pequeninha, magrinha para ir até a cidade, ou mesmo estudar à noite. Naquele tempo era permitido, e eu não tinha como, com onze anos comecei e até a oitava série e todo ensino médio eu cursei à noite. E eu tive a sorte naquele período, não tive que trabalhar [...].*

Com esse relato da ativista, a percepção sociológica, evidencia a realidade das dificuldades enfrentadas pela população negra na sociedade capitalista e dita democrática. O discurso presente no contrato social, de que todos são iguais perante à lei, está escrito nos papéis, todavia, o registro prático cotidiano das relações sociais demonstra um cenário diferente, onde as questões racistas são evidenciadas na escolha de funções e ingressos em postos de emprego, ou na promoção de cargos e salários, o que torna a população negra do país muito mais incumbida de resistir a opressão e se obrigar aos esforços para superar essa condição social excludente e perversa:

*[...] Meus irmãos trabalhavam e estudavam. Eu sou a terceira filha e a primeira mulher. Dos sete filhos quatro são homens e três mulheres. E a primeira mulher numa família negra e nordestina, tem muito peso, muitas responsabilidades. Tais responsabilidades, eram difíceis, pois eu era um pouco rebelde, gostava de coisas que diziam que era de menino, até porque eu cresci num universo masculino, tinha mais meninos em casa. Eu tinha dois irmãos mais velhos e um mais novo. Eu queria brincar com os meninos. Acho que decepcionei muita gente [...] dentro de imaginário social que se esperava, do estereótipo que se esperava [...] ah, primeira menina da*

*família, ah bonequinha, rosinha tal ...tal ... Eu era de jogar bola, andar de cavalo, subir em árvore. Essa era eu. Daí, em Florestópolis, eu gostava de ir pro pasto cuidar do gado etc. e tal. Quando chegou a hora de escolher o ensino médio, lá em Florestópolis, só haviam duas opções, magistério e contabilidade. Não havia outra opção. Então eu fui fazer o magistério. E fiz, não amando ainda não [...] Mas, era a opção que eu tinha. Depois, eu me encontrei no magistério. Após eu terminar o magistério, a família foi amadurecendo a ideia de vir pra uma cidade maior [...].*

Sandra, diante do exposto, fugiu do estereótipo de menininha delicada, que somente brincava com bonecas. Possuía, então, habilidades em lidar com animais, jogar brincadeiras competitivas, de corridas, com destreza, agilidade, livres escolhas, raciocínio lógico e atributos racionais concebidos aos homens. E sim era uma mulher que curti o mundo público, possuía a necessidade de realização, embora tivesse na sua vivência efeitos aculturados vindos dos irmãos. Como por exemplo, ela dispunha de aspectos que foram acionados posteriormente para o engajamento militante; tais como a liderança, a perspectiva de luta coletiva na busca por direitos, manifestados na aparente rebeldia infantil, iniciativa de embate, liderança e consciência crítica.

*[...] Em 2020, completei vinte e cinco anos do ofício de professora em sala de aula, embora tenha ficado um tempo na secretaria da escola, e quatro anos na gestão étnico racial, na prefeitura municipal de Londrina. Mas depois, eu pedi pra voltar pra sala de aula, o meu norte, minha zona de conforto...Nesse processo todo da minha vida, minha família foi fundamental, para alicerçar o meu gosto pela escola, pela educação. E até mesmo por minha escolha [...].*

#### **b) O contexto social (formação acadêmica, escolha magistério). Exercício profissional, relações afetivas, amizades, contatos e influências**

Sandra cursou o Ensino Médio profissionalizante- o Magistério ainda em Florestópolis, concluindo em 1987 aos dezessete anos. Voltando para Londrina, começou a trabalhar cedo, no comércio local, para ajudar no sustento de casa e somente anos depois, em 1995, prestou concurso na rede municipal de ensino, começando a lecionar de 1ª a 4ª séries. Iniciou sua militância no movimento negro de londrinense, ainda na década de 1980.

Na sequência essa simpatizante socialista ingressou na Universidade Estadual de Londrina em 1996 e graduou-se em Ciências Sociais na UEL, no ano de 2000. Em seguida, prestou outro concurso, agora para a educação básica, no ensino médio, na disciplina de Sociologia, quando completou sua carga horária em 40 horas semanais, atuando como docente de sociologia no ensino médio, na rede

estadual de ensino. A essa altura, Sandra já havia iniciado também na militância no sindicalismo, tanto na rede municipal (SINDISERV) quanto na APP Sindicato de Londrina. “[...] Conclui ciências sociais em 2000, na UEL. Fiz uma especialização em sociologia da educação. E assim fui me inserindo cada vez mais na militância sindical e no movimento negro [...]”.

A militante ministra palestras em encontros e assumiu como dirigente sindical no ano de 2012, mesmo ano que se tornou mãe em 19 de maio de 2012 de Maria Flora. Sandra manifesta-se como uma mulher dessa época contemporânea, participante dos movimentos da sociedade, atendida com as demandas sociais e com a luta antirracista, antimachista, antifascista e antihomofóbica. Enquanto mulher negra e ativista, tem a consciência do seu papel e da representatividade que exerce em sala de aula e na militância no movimento negro e sindical.

*[...] Mesmo depois de terminar o magistério eu lia muito, pois esta era uma prática cotidiana em casa. Todos líamos muito. A leitura, a música. Nessas leituras, eu comecei a descobrir conhecimentos sobre a África, que eu não conhecia, e as minhas indignações com a desigual sociedade e fiquei muito em dúvida [...].*

Sandra avalia o sindicato e os movimentos sociais atuais, como o “Black Lives Matter”, o feminismo, o MST, o MTST, CUFA, “Me Too” e os movimentos ecológicos contra os desastres ambientais, como a legítima manifestação das populações pobres, negras e periféricas por condições melhores de trabalho e vida.

*[...] Eu sempre estive aliada à educação, porque assim que surgiu o conselho municipal da educação eu fiz parte. Eu sempre estive presente, no SINDSERV-sindicato dos servidores municipais de Londrina, no início da década de 2000 e também na APP Sindicato Londrina- rede estadual. Antes mesmo de assumir o concurso, pois eu sempre apoiava, participava, estava por perto, acompanhando os meus irmãos atuavam e eu participava intensamente na vida sindical, ministrando palestras, etc. Eu militava tanto no movimento negro, no sindicato, no movimento das mulheres, em defesa da educação na escola pública, de qualidade, e muito na sala de aula. Porque quem me conhece acompanha meu trabalho, vê o resultado com os alunos [...].*

A militante, diante disso, sabe da importância do seu ofício em sala de aula, proporcionando a reflexão sobre a população pobre da periferia, sobre o reconhecimento da sua identidade de mulher negra, da cultura do cabelo e da pele negra ser aceita conforme é. Sandra, assim, está certa da importância de se desmistificar a história única, a história branca eurocêntrica, que inviabiliza a cultura

e a história da África e seus descendentes espalhados pelo mundo afora...

*[...] Sim, de conscientização de empoderamento, das questões (africanas), a questão das mulheres, em sala de aula você pode todo refletir e dia a dia, gota a gota, até encher o pote. Quando você vê alguns alunos, com questões LGBTQIA+, você consegue abrir janelas, despertar olhares e conscientizar cada aluno, para que conheça o seu direito. Quando você recebe um aluno, no primeiro ano do ensino médio, que acredita que ele não é ninguém, e no final do terceiro ano ele se percebe como um ser humano, um cidadão que tem os seus direitos, isto é fundamental para o trabalho de um educador.[...] Pois o aluno dá conta que é um ser humano, com toda a sua diversidade. Isto para mim é uma prática cidadã, uma faceta da militância social, a favor do respeito aos seres humanos com toda a sua pluralidade. [...] Não sei como dizer isto, nas palavras de Paulo Freire, mas é a nossa vivência de todo dia, que faz florir na sala de aula esta cidadania adormecida ali. E que em nós mesmos, na nossa geração ninguém nos falava, dos nossos direitos, de ser, e ser o que somos. Isto foi fundamental, pra nós conhecermos direitos [...]. E na minha formação na UEL, também, tive professores maravilhosos, críticos, militantes, pois despertaram o olhar desses horizontes, de direitos humanos, educação e cidadania. Para fazer emergir o militante em nós. Quando estamos em sala de aula, observando cada olhar, cada criança e adolescente na nossa frente. Não sabemos bem o que se passa nas cabeças ou vidas de cada uma. Mas podemos ser a mão estendida para acolher, dar escuta e encaminhar para uma ajuda mais especializada. Com uma fala, com um colhimento. Você é gente, você pode. É a questão da representatividade [...]. Eu sou uma professora negra. Eu me lembro quando cheguei numa escola, pobre de periferia, e as meninas, me olhavam, e riam demais quando da minha chegada. Meses depois elas diziam, ah, professora, como foi bom receber a senhora, como a gente. Você se torna referência e empodera jovens esquecidos, que são maravilhosos e ninguém nunca falou aquilo para eles. Eu usava como muitas delas formol, chapinha no cabelo. E como elas, eu via o meu cabelo se arruinar nesse processo de alisamento capilar. Eu decidi parar e assumi meus cachos e fui percebendo muitas delas, fazendo o mesmo, mostrando traços tão bonitos, próprios dos negros que são os cabelos cacheados. Então são várias formas, enquanto professora, que temos de realizar a militância. Esta é uma delas. É importante a militância sindical é de fundamental importância fazermos, mas a prática no interior da escola tem que fazer parte desta militância, pois é uma prática diária, na fala, e na prática social [...].*

A ativista, enquanto mãe e educadora, busca atuar nas importantes manifestações e mobilizações do movimento negro, em apresentar a cultura afro, pois acredita dar esse exemplo à sua filha Maria Flora para que ela tenha acesso à literatura de autoras negras, das cientistas negras, das artistas, da música, das artes plásticas, dos inventores negros, sobretudo. Para ela, a realidade é negada pela história oficial branca que inviabiliza a cultura, a religião e a expressão das populações africanas e seus descendentes no mundo.

Sandra é uma agente social atuante do ativismo sindical e assim, ela vislumbra possibilidades de mudanças sociais, no combate a uma série de desigualdades econômicas, políticas e sociais. Notadamente, a militante combate ao

racismo e o machismo estrutural, na medida em que convive e vivencia as atitudes de preconceitos, especialmente, no meio escolar, onde são reproduzidos tantos preconceitos, discriminação e desigualdade de gênero, numa estrutura que tem perpetuado os valores estruturais machistas, homofóbicos e que precisa promover avanços na reflexão tão premente, são questões apontadas por (CORONEL, 2018).

Acredita-se que há a necessidade de novos métodos e militâncias humanistas e sociais, e essas possibilidades irão aparecer com as novas gerações, oxigenando a arena sindical, alternando a composição das diretorias e dos rumos dos encaminhamentos e decisões, como atesta (GUTIERREZ, 2020). Serão bem-vindos outros métodos e práticas, que possam ser capazes de mobilizar mais as mulheres, trazendo-as para a linha de frente, no comando das ações e decisões, quem sabe, na construção de novos mecanismos e estratégias a bem da comunidade escolar e educacional.

Sandra reconhece que as ações dos sindicatos têm sido reativas ao avanço das medidas da necropolítica, implementadas pelos governantes em nível estadual e federal, nos últimos anos no país. Ela tem convicção da importância do papel de resistência que cabe aos sindicatos classistas, sobretudo nesses tempos nefastos em que vivem os trabalhadores, que mal conseguem sobreviver, na atual conjuntura.

Os dados do IBGE (2018), em relação a isso, atestam que o número de pessoas desempregadas no país é maior entre as populações negras e periféricas, o que reforça a preocupação dos pais negros, para além dos medos comuns à paternidade e à maternidade, mas também no tocante aos dados da violência urbana, em que os jovens negros são os mais vitimizados e exterminados nas ruas e nos eventos sociais populares. Esses elementos são objetivos e causam além de perplexidades, a certeza de que se vive em momentos de divisionismos e discurso de ódio, que apavoram ainda mais a população que vive nas cidades, relegadas às políticas públicas cada vez mais ausentes dos brasileiros mais necessitados.

Embora essa ativista e sua família tenham desde a década de 1980 sido ativos nos movimentos sociais, como no movimento negro em Londrina e tenham primado pela escolarização, pela formação acadêmica, a sombra do racismo nunca deixou de assustá-los, mas, sobretudo, Sandra foi esta menina que quebrou estereótipos, convivendo muito mais com meninos, irmãos, primos e vizinhos, além de gostar de brincar com coisas supostamente designadas para meninos.

Ela iniciou o ativismo estudantil, quando era adolescente e atribui essa

consciência coletiva a sua participação na Pastoral da Terra em Florestópolis. Até hoje, essa socióloga considera o Padre Sebastião Benedito muito importante na sua formação sócio-política. Assim, esta vivência católica teve um papel formador na elaboração da reflexão, sobre o mapa das desigualdades sociais e econômicas na realidade das sociedades capitalistas atuais, notadamente das populações periféricas. Sua inserção no sindicalismo docente no início dos anos 2000, ancorase, portanto, nessa mesma tomada de consciência e de sua identidade social.

### **c) As posições ocupadas e a trajetória no engajamento sindical, ativismos, redes sociais e políticas**

*“[...] Nunca deixei o fato de ser mulher atrapalhar minha atuação sindical. Com certeza já senti barreiras, porém como cresci num universo masculino, as enfrento desconsiderando o machismo em torno [...]”.*

Pode-se dizer que Sandra contrariou as estatísticas, tornando-se professora, cientista social, ativista do movimento negro, sindicalista e ativista política em um partido político considerado de esquerda, de socialdemocracia. Tornou-se mãe solo de Maria Flora em 2012, por escolha,

*“[...] O fato de ser mãe solo, dificulta algumas ações no sindicato. Isso está relacionado ao sexismo. Homens não tem tanta responsabilidade com os filhos então como a responsabilidade fica toda com a mulher, muitas vezes temos que optar pelo cuidado da criança. Eu sou católica. Desde a infância, já fui mais atuante, até catequista. Hoje sou só católica. Particpei da pastoral da terra em Florestópolis e destaco o Padre Sebastião Benedito. Ele foi muito importante na minha formação [...]”.*

Por ser uma pessoa determinada, a ativista possui perspectivas disposicionais nos seus contextos de atuação, convivências e habilidades pessoais que a identificam com o engajamento militante, em condições relacionais, pois estabelece identidades coletivas e compartilha significados junto aos seus pares, atribuindo e recebendo sociabilidades com as interações que promove ao longo das diversas esferas de contextos de convivências.

A carreira militante de Sandra, dessa maneira, perpassa toda sua trajetória profissional e suas objetividades permeiam também as subjetividades na estrutura de vida, da rede de relacionamentos, dos ativismos sociais e sindicais, que compõem a integralidade da vida da Sandra. Enquanto sujeito de sua vida, ela é um

indivíduo singular, todavia as experiências e interações, as contradições e conflitos como ator social e agente de suas escolhas, sofrem as marcas das mais complexas relações sociais as quais, em escala maior, são influenciadas pelas agências e estruturas sociais da sociedade contemporânea na qual ela se insere.

A professora, em questão, manifesta sua preocupação identitária como docente em sala de aula, pois está ciente de que, como mulher negra, ao lecionar em escolas da periferia, tornou possível que dezenas de meninas negras se sentissem representadas, sabendo que também elas poderão alçar voos como o da aquisição de conhecimentos que poderão levá-las à construção de uma vida melhor. Ou seja, ao acessar seu escopo cultural, irá ascender socialmente, um sistema que diz que é para todos e a C.F de 1988 aponta que o estado deve assegurar para todos, o direito ao acesso a uma cidadania plena e o usufruto desses direitos, as benesses de um mundo capitalista de consumo, pois assim, assegurar, o acesso ao menos aos requisitos essenciais: a oportunidade de alimentação, saneamento básico, saúde, educação, transporte e lazer, o que é inerente ao bem-estar humano:

*[...] Entre as minhas maiores referências de vida e visão de mundo foram os meus pais, fundamentais na edificação importante dos meus ideais de dignidade, justiça e na relevância da educação como alicerce na minha formação humana. E personalidades como: Che Guevara, Paulo Freire, Lélia Gonzalez, Dr. Oscar do Nascimento tiveram grandes influências na luta ativista e humanitária, incluindo a postura educacional [...].*

Dessarte, a militante destaca-se como uma dirigente sindical dos dias atuais, faz-se ativa, antenada com as redes sociais. Logo, ela é uma professora que defende uma pedagogia afetiva e inclusiva numa relação próxima entre professora e alunos, num processo ensino-aprendizagem, que uma interação de afetos e escutas; na construção qualitativa de uma educação não hierarquizada e esse aspecto cabe ressaltar a importância desse marcador identitário para esta pesquisa, pois Sandra se tornou fundamental para elucidar a relevância do engajamento militante, como uma face do ativismo social espontâneo, na perspectiva interseccional no período histórico em que vivemos:

*[...] pois acredito nos movimentos sociais, como o MST, na ação de algumas igrejas e alguns movimentos populares para o bem da sociedade. No futuro, serão os movimentos sociais, os sindicatos, os responsáveis pela organização da sociedade, em defesa da população pobre e da democracia. E nossa luta deve ser por um país justo para todos. São os movimentos sociais que poderão garantir direitos sociais para todos e defender nossa*

*democracia que está sendo açoitada todo dia. Lutar pelo respeito uns aos outros e espaços para todos. Nós vivemos uma falsa democracia. Os movimentos sociais devem se unir, para além das ideologias, ao contrário, poucos permanecerão em pé, por nossa dignidade e para nossos filhos e netos. Para as próximas gerações [...].*

A entrevista de Sandra demonstrou, em especial, a sua realidade vivida no ativismo do movimento negro associado ao ativismo sindical docente. Ela configura-se como uma genuína militante, engajada em causas consideradas necessárias e prementes para sua vida. Percebe-se sua mobilidade em torno de causas morais e sociais, na busca da superação da injustiça social e econômica, relacionada à certa privação e exclusão de oportunidades, da sobrevivência propriamente dita, que legitima seu engajamento militante. Suas escolhas e referências a tornam uma mulher qualificou o seu engajamento, crente num sindicalismo plural feito interna e externamente nos processos coletivos da categoria trabalhista na qual está inserida.

*[...] E quem deu o empurrãozinho na minha luta sindical foi meu irmão o Luiz Carlos Paixão, que sempre vi na luta, Romeu Gomes de Miranda (ex-presidente da APP Estadual de 1996 a 1999 e depois 1999 a 2002) e Antônio Marcos Rodrigues Gonçalves (ex-presidente da APP Londrina de 2008 a 2011 e 2011 a 2014), quem lhe fez o convite decisivo [...].*

### 3.6 A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA MARIA DE FÁTIMA BERALDO

**Figura 6** - Professora Maria de Fátima Beraldo- Londrina -2021



Fonte: Arquivo pessoal.

**a) A formação e composição familiar valores na infância, religião, lugar de**

## origem

A professora Maria de Fátima Beraldo nasceu em 23 de abril de 1956, num sítio em São Sebastião de Amoreira, foi a primeira filha de José Altidor Beraldo (hoje com 89 anos) e Maria Barboza Beraldo (hoje com 84 anos), dois pequenos lavradores, que produziam na terra o sustento dos sete filhos biológicos: Maria de Fátima Beraldo, José A. Beraldo, Maria Avani Beraldo, Carlos Beraldo, Antônio Beraldo, Esmael Beraldo, Vanderlizio Beraldo e o Florisvaldo Laurindo, o oitavo filho, adotivo, escolhido como filho do coração (conforme ela salientou), eles possuíam uma propriedade rural que foi herança da família: seus avós paternos eram: Júlio Corrêa Beraldo e Rita Beraldo

*[...] eu nasci em 23-04-1956 numa área rural da região metropolitana de Londrina, em São Sebastião de Amoreira, onde minha família tinha um pequeno sítio, uma pequena propriedade que era dos meus avós. Foi lá que nasci, cresci e fiz os primeiros anos do hoje, o chamado ensino fundamental, até o quinto ano, em escola pública municipal. Como sou a primeira filha de sete, eu disse a mamãe que gostaria de continuar os estudos. E diante desta minha reivindicação, meus pais que já não estavam muito felizes lá, juntaram toda a família e a mudança, colocaram num caminhão e vimos para Londrina [...]*

Fátima iniciou seus estudos ainda na zona rural, vindo com a família para Londrina em 1969, foi uma escolha dos pais para dar estudo e um melhor futuro para seus filhos. Na cidade em questão, a mãe tornou-se empregada doméstica e o pai um operário. Fátima, então, no sétimo ano do Ensino Fundamental, estudou no Colégio Marcelino Champagnat até a oitava série. Nesse período, começou a trabalhar como babá dos filhos da professora de inglês, pois precisava repor conteúdos, já que no sítio ela teve aulas de francês. Iniciou depois o Ensino Médio, na época chamado de colegial, no Colégio Vicente Rijo, com o curso profissionalizante de redator auxiliar e o terceiro ano, concluiu no Colégio Anglo em 1976, como aluna bolsista.

Nesse ponto, convém considerar que Fátima Beraldo nasceu numa família de classe média, na zona rural de uma cidade pequena, de família negra e toda disciplinada no trabalho da lavoura. A migração para uma cidade grande, Londrina, foi motivada pela busca de um melhor futuro aos sete filhos, oito com o filho adotivo. A razão maior era a necessidade da escolarização dos filhos.

*[...] Chegamos à Londrina em julho de 1969. Nossa migração era em busca de condições melhores de vida e fugir dos conflitos agrários, mas a razão principal era buscar melhores oportunidades de estudos para os filhos. Eu fiquei um tempo mais lá, para concluir o ano letivo do sexto ano (quinta série na época), então cheguei no sétimo ano, (sétima série na época), no Colégio Marcelino Champagnat onde estudei até o nono ano, (oitava série, na época). Depois fui fazer o colegial (ensino médio), no Vicente Rijo, pois no Champagnat não havia o curso profissionalizante (técnico) que eu queria, que era de redator auxiliar, pois eu gostava muito de língua portuguesa, gostava muito de escrever. Mas acabei não concluindo no Vicente Rijo, pois fui ao Colégio Anglo, pois eu queria me preparar para o vestibular para entrar na faculdade. Mas por conta do trabalho, eu não entrei na faculdade logo que terminei o ensino médio em 1976. Continuei trabalhando desde menininha, eu comecei como babá, em São Sebastião a língua era o francês, quando eu cheguei em Londrina era o inglês e eu tive dificuldades em me adaptar, daí minha professora de inglês na escola, me ofereceu aulas deste idioma, em troca, eu cuidava dos filhos dela, dois meninos, para eu ficar na casa dela e brincar com eles. Minha mãe disse que não pois eu era muito nova (eu tinha 11 anos) e não saberia cuidar de crianças [...] Mas eu fui, fiquei dois anos, e tendo aulas de inglês para eu continuar a acompanhar a sétima série [...].*

A professora sempre trabalhou fora e dentro de casa; primeiro como babá, depois ingressou em supermercados da cidade e na sequência no sindicato dos rodoviários em 1982, onde já iniciou contato com as lutas políticas, resultado talvez do exemplo do pai, um participante desde jovem das lutas camponesas e operárias. Seu pai havia sido jogador de futebol em times pequenos em Minas Gerais e em suas viagens, regularmente trazia livros de presentes aos seus filhos, incentivando o contato com a cultura escrita. Essa disposição marcou, inclusive, a escolha profissional da Fátima, que optou pelo Curso de Letras, intensificando o seu universo com a língua portuguesa, a literatura, a poesia e o hábito de leitura diária.

Assim, reflete Fátima:

*[...] Em Londrina, nós fomos morar na periferia, numa vida diferente da que tínhamos no sítio, com conforto, fartura etc. Eu valorizo muito meus pais, dois grandes guerreiros e visionários, eles tiveram muita coragem e valentia, para fazer este enfrentamento [...].”*

Na esperança de proporcionar dias melhores para seus filhos vieram para Londrina. À vista disso, pode-se dizer que a trajetória de Fátima Beraldo, significa a ascensão da mulher negra, professora voltada para o respeito da cultura nacional, por expressar a importância de cancelar sua história relevante, como a da luta dos povos negros originários da África. O percurso dessa militante representa tantas outras mulheres portadoras dos valores étnicos e que igualmente, identifica-se com as mais diversas manifestações sociais e culturais de norte ao sul do país.

*[...] Comecei trabalhando desde menininha, como babá, em São Sebastião, cuja a língua estudada era o francês. Quando eu cheguei em Londrina era o idioma inglês e eu tive dificuldades em me adaptar. Daí minha professora de inglês na escola, me ofereceu aulas deste idioma, em troca, eu cuidava dos filhos dela, dois meninos, para eu ficar na casa dela e brincar com eles. Minha mãe disse que não, pois eu era muito nova (tinha 11 anos) e não saberia cuidar de crianças. [...] Mas eu fui, fiquei dois anos, e tendo aulas de inglês, nesta casa, para eu continuar a acompanhar a sétima série na escola [...].*

## **b) O contexto social (formação acadêmica, escolha do magistério, exercício profissional, relações afetivas, amizades, contatos e influências)**

A professora Fátima como a chamavam, diante de todo esse contexto social no qual está inserida, possui uma trajetória de trabalho, mas sobretudo da participação ativista nos movimentos negros e sindicais, atuações que permeiam todo o seu percurso profissional:

*[...] Sim, a escolha do magistério, nasceu assim: meu pai, sobretudo, ele viajava, teve um período que ele foi jogador de futebol, jogou lá em MG pois ele e mamãe eram de Minas Gerais. Papai jogou em pequenos times de várzea, até recebeu proposta de um time do Rio de Janeiro, mas como ele era menor, a família não autorizou e eles vieram aqui para o Paraná. Sua família então chegou, na leva de os mineiros virem para o Paraná e aqui, ele conheceu minha mãe. E por isto, após ter se estabelecido na Fazenda Cachoeira, ele continuou indo pra Minas buscar mais mineiros para contratar para trabalharem por aqui. E a cada viagem papai trazia livros para presentear os filhos. E nos seus contatos ele trazia os livros e contava as histórias. Mamãe também, contava as histórias, embora tivessem apenas a quarta série do fundamental [...].*

Em 1984 foi aprovada no vestibular no curso de Licenciatura em Letras noturno, assim passa a ter contato com o movimento negro e em pesquisa sobre cultura (disciplina da professora Raimunda), conhece Dona Vilma dos Santos de Oliveira, referência da religião de matriz africana, na cidade, quando se conecta com suas raízes ancestrais. Fátima ingressou como servidora contratada na UEL de 1984 a 1992. Essa rede de convivência, no ambiente universitário, selou de vez seu vínculo com a educação e com o ensino da Língua Portuguesa. Além de ter propiciado o contato com as lutas pela reivindicação de direitos e sobretudo com a cultura brasileira, em especial, a cultura africana, assim se deu o seu reconhecimento histórico com seus ancestrais.

Concluiu o curso de Letras em 1988, mas em 1987 já começou a lecionar na rede estadual, como professora contratada (CLT), no Colégio Vicente Rijo, no ensino

de Língua Portuguesa, Produção de Texto e Literatura. Seu trabalho no sindicato dos rodoviários, contribuiu com à sua aprendizagem sobre a luta trabalhadora.

Dessarte, a vivência no meio universitário, lhe proporcionou uma ascensão social determinante na sua trajetória de vida, pois

*[...] Eu concluo o ensino médio e continuo trabalhando por anos, em empresas, diferente de quando trabalhava em casa de famílias, como doméstica, pois eu conciliava com os horários com estudos, mas quando fui trabalhar em empresas, supermercados, era por escalas e tive que interromper os estudos. Somente alguns anos depois, eu prestei meu primeiro vestibular e entrei em 1984, na UEL, no curso de Letras Noturno. Na verdade, o que me fez cursar universidade foi meu trabalho no sindicato dos rodoviários em 1982. Lá eu fiz contatos com pessoas e com a luta. Ao acessar estas causas políticas, que já haviam sendo despertadas pelo exemplo do meu pai, que havia desde jovem, antes de trabalhar no sítio com meus avós, ele trabalhou na fazenda Cachoeira, e participou de listas, greves, e eu acompanhei meu pai em algumas ações destas, mesmo menina pequenininha, meu pai sempre foi político, ele participava de partidos políticos, na época, Arena e MDB, ele era MDB. Meu pai considerava justa a luta por uma vida melhor. Ele lia muito pra gente, nos presenteava com livros, ele com mamãe, consideravam importante o estudo. Foi por isto que viemos para Londrina, eles pegaram seus oito filhos e vieram pra cidade grande, priorizando os estudos dos filhos, a escola enfim, como um meio para um futuro melhor [...].*

É possível que o exemplo de ativismo político familiar, tenha inspirado Fátima na participação e engajamento no movimento sindical. Diante disso, ela percebeu que havia dois caminhos para a vida dos trabalhadores pobres: acomodar-se, aceitando tudo como está, como a ordem posta das coisas, ou seja, a situação imposta, ou resistir e lutar para modificar o estado das coisas, quer dizer, reivindicar mudanças, melhores condições de trabalho e vida; e para isso, a ativista soube que a luta precisa ser coletiva, organizada e corajosa:

*[...] Eu me lembro de bem pequena, acompanhar a professora da escola rural, do sítio onde vivíamos, ia e voltava com a professora, e nessas caminhadas a professora me ensinou algumas letras antes da idade escolar. Meu pai me ofereceu para acompanhar a professora. Então nossos grandes incentivadores na cultura escrita foram meus pais. Eu tive acesso aos livros muito cedo. Assim como na luta política meus pais nos deram exemplo da participação política, assim como na questão da minha negritude [...]. O caminho do associativismo e em especial do sindicato e dos partidos políticos é a instância que luta na prática, com as leis, com os recursos e ferramentas que se espera na civilização humana, a construção democrática baseada no campo da argumentação, do diálogo e da união de interesses e propósitos: o sindicato docente, portanto, representa essa ferramenta social" [...]. Sim, a escolha do magistério, nasceu assim: meu pai, sobretudo, ele, viajava. E a cada viagem papai trazia livros para presentear os filhos. E nos seus contatos ele trazia os livros e contava as*

*histórias. Mamãe também contava as histórias, embora tivessem apenas a quarta série do fundamental [...].*

Nesse cotidiano se fez seu maior exemplo e inspiração que a fez valorizar tanto a leitura, a literatura, o conhecimento, quanto a escolha da profissão.

Diante desse exposto, Fátima parece ser esta agente social, a sujeita que participa da construção coletiva, da busca de mudar os rumos da sua vida e do seu entorno, da vida dos colegas, vizinhos e familiares.

*[...] Ao acessar estas causas políticas, que já haviam sendo despertadas pelo exemplo do meu pai, que havia desde jovem, antes de trabalhar no sítio com meus avós, ele trabalhou na fazenda Cachoeira, e participou de listas, greves, e eu acompanhei meu pai em algumas ações destas, mesmo menina pequenininha, meu pai sempre foi político, ele participava de partidos políticos, na época, Arena e MDB, ele era MDB. Meu pai considerava justa a luta por uma vida melhor. Ele lia muito pra gente, nos presenteava com livros, ele com mamãe, consideravam importante o estudo. Foi por isto que viemos para Londrina, eles pegaram seus oito filhos e vieram pra cidade grande, priorizando então os estudos dos filhos, a escola enfim, para um futuro melhor. Em Londrina, nós fomos morar na periferia, numa vida diferente da que tínhamos no sítio, que era com conforto, fartura etc. Eu valorizo muito meus pais, dois grandes guerreiros e visionários, eles tiveram muita coragem e valentia, para fazer este enfrentamento [...].*

Neste ponto, vale considerar o fenômeno de transfuga de classe social. Maria de Fátima Beraldo escolheu o estudo, o caminho da formação educacional como a possibilidade de ascensão social. Sua decisão influenciou o percurso das pessoas no seu entorno. Desde de seus familiares aos vizinhos, houve a influência do seu exemplo, de que estudar pode melhorar as condições de vida, abrindo alguns caminhos para a obtenção de direitos sociais.

### **c) As posições ocupadas e a trajetória no engajamento sindical, ativismos, redes sociais e políticas**

No mesmo ano que começou a lecionar em 1987, a professora filia-se à APP Sindicato, participando ativamente das reuniões, assembleias, concorrendo a eleições, greves, caravanas para outras cidades, em particular para Curitiba, em movimentos memoráveis de luta, resistência e reivindicação de direitos humanos e trabalhistas.

*[...] E quando eu fui trabalhar no sindicato dos trabalhadores rodoviários de Londrina, estas questões se intensificam. Na época o diretor era o Sr. Ivanildo, e eu passo a conhecer legislação trabalhista e a luta sindical. Lá eu encontro o Rick que era um jornalista, que lá trabalhava e que ajudou a fundar o PT em Londrina. Eu faço contato com ele, ainda no período da ditadura militar. Assim, como participei da luta estudantil, tanto no Col. Champagnat e Col. Vicente Rijo, época de muita repressão, a gente era muito vigiado o tempo todo, mas a gente pulava muro, e ia para as lutas. Quando eu chego na UEL em 1984, como já vinha das lutas estudantis e também do sindicalismo em que participava das lutas, eu me engajo no movimento negro. Naquele momento esta luta estava em alta, em Londrina, no Paraná e contatos com o sul do país [...].*

Fátima casou-se em 1996 com o ativista Daniel Moreira Junior e tornou-se mãe aos 40 anos de Daniel Layo Beraldo Moreira, hoje, com 23 anos, é um estudante de artes visuais e “uma boa cabeça”, segundo ela. Após a professora ter se tornado mãe, não houve mais descanso, porque cada vez que seu filho sai de casa, fica temerosa, com medo da violência urbana e sobretudo da violência de policiais contra negros e pobres moradores das periferias das cidades:

*[...] Como mulher negra, ela lamenta que 75% das mortes em 2018, segundo o mapa da violência de 2019, tenham sido de jovens negros de até 27 anos. Ela denuncia que a polícia armada apenas está a serviço para proteger o patrimônio e as pessoas brancas, ricas da elite econômica e social; ela atira e mata à população negra e periférica das cidades [...].*

Por conseguinte, ela afirma ter aprendido com seus pais a coragem para a luta, mas foi na sala de aula, no sindicato, nos atos e protestos que encontrou a inspiração e a valorização da educação e da luta permanente para a construção de um mundo melhor. Manifesta, portanto, seu sentimento e sua luta estão na universidade, na constante busca pelo conhecimento (pois está certa que sua formação universitária inspirou familiares, amigos e vizinhos a também a ocupar a academia. A ativista, atualmente, cursa mestrado em Sociologia na UEL).

*[...] Nesse ponto eu estava também trabalhando na UEL, como servidora contratada (de 1984 a 1992) eu começo a lecionar na rede estadual em 1987, como CLT, no Col. Vicente Rijo, por solicitação da Chefe do NRE da época, Professora Genoveva, eu comecei como substituição e não parei mais, no cursinho pré-vestibular criado pelo Vicente Rijo, em língua portuguesa, literatura e produção de texto. Neste mesmo ano de 1987 eu procuro e me filio a APP. Então começo a fazer a luta sindical da educação, primeiro como associação depois sindicato. Um momento de luta grande para transformar de associação para sindicato a APP. Um embate grande, pois havia muita resistência contra o sindicato, por parte de filiados. Para alguns, sindicato era coisa de comunista, também não havia interesse por parte da diretoria estadual, na pessoa do Prof. Isaías, que era ligado ao governo. Então a pauta central era urgente transformar a APP em sindicato*

*e também filiar à CUT, central única dos trabalhadores, uma entidade vista por alguns como algo do demônio, do mal comunista [...].*

Ao iniciar a carreira docente, como concursada, Fátima já ingressou também, no ativismo sindical docente, na APP Sindicato Londrina e se deparou com a realidade: *“[...] nesse momento era um cenário desproporcional, uma entidade formada por imensa maioria de mulheres (86%), mas dirigida por homens. Pois quem estava nos cargos de execução e tomada de decisão eram homens [...]”*.

Sua rede de relações sociais e profissionais reconhecem o seu entorno entre iguais: professoras que se desdobram em jornadas extensas de quarenta ou sessenta horas semanais de trabalho, às vezes em mais de duas escolas, com acúmulo de afazeres de casa: os cuidados com filho, entre a preparação de aulas, correções, avaliações e demais tarefas burocráticas, somando a responsabilidade da luta sindical, na busca de melhores condições de trabalho nas escolas.

Enquanto mulher negra, feminista, professora da rede pública e candomblecista, após ter superado a aculturação e domesticação católica que a castrou e negou sua ancestralidade africana; Fátima, firma agora suas posições antifascista, antirracista, antihomofóbica e antimachista. Ela diz acreditar na força da luta popular, da resistência e esperança sobretudo na luta sindical docente e na importância da participação das mulheres. *“[...] Agora, nos nossos dias, mais do que nunca devemos nos engajar nos movimentos sociais lutar e resistir buscando a construção de um Brasil menos desigual, menos injusto e menos pobre [...]”*.

É exatamente no trato com seu ofício docente que procura a motivação para os movimentos sociais:

*“[...] Juntamente com outras mulheres, eu questionava: “ não eu não quero assessorar, não quero ser a secretária” [...] pois se é um sindicato majoritariamente de mulheres, deve ter os cargos de poder às mulheres! Nesse contexto, a chapa Opa, vence a eleição afastando do poder Izaías Ogliari, presidente da APP Estadual, de 1978 a 1988, depois retorna de 1991 a 1993 [...].*

*“[...] Aqui em Londrina eu atuo na direção ao lado do professor Aristides Schiochet, ao lado de Maria da Conceição Santos (que havia sido minha professora no Vicente Rijo), Anavali, a Ileizi, a Elvira, o Valdiceu, o Pita, o Celso, mais tarde a Giane e a Elizamara, para citar alguns nomes de companheiras da luta sindical [...]. E foram grandes lutas, de 1988, em Curitiba, fomos reprimidos duramente pelo Sec. Luiz Carlos Haully do governo Álvaro Dias, quando muitos foram agredidos pelos policiais. Eu fui numa segunda leva de servidores, na Assembleia fomos destratados [...]. Ainda com o relato da militante em questão:[...] em 1989, igualmente, quando fomos para Curitiba, não fomos bem recebidos. Muitas foram as*

*lutas por melhores condições de vida, por reajustes salariais, pelo piso salarial. Pelo direito à hora – atividade, enfim, foram muitas ações como greve de fomes, caminhadas até Curitiba, greves, e muitos colegas ficaram pelo caminho, perderam suas vidas lutando por dignidade e melhores condições de trabalho nas escolas [...].*

*[...] Foram muitos protestos e ações, vi muito colega partir devido à violência do Estado, por conta de não suportar a pressão, devido à pressão arterial alta, vi colegas como o Carlos Mungo Genes, que era da direção da APP Londrina, perder sua vida, num aneurisma vascular cerebral. Ele foi um mártir, pois era jovem novo, atuante, por conta da intransigência, do descaso, deste Estado que é genocida mesmo. Como o Carlos Genes, muitos perderam no trabalho, no exercício da profissão, no seu dia a dia. E isto violenta a todos nós. Assim como a Conceição, que infartou, na escola. Como o Aristides Schiochet que não resistiu e morreu [...].*

*[...] Nós enfrentamos governos terríveis, como José Richa (pai), truculentos e sem diálogos como o Jaime Lerner e Carlos Alberto Richa (filho) etc. Imagina ir a pé até Curitiba (cerca de 400 km), debaixo de sol e chuva, para reivindicar direitos humanos e trabalhistas que são seus. Então, nós temos muito tempo de luta [...]. Puxa vida, de 1947 (APLP, APN, ALP, APP), até nossos dias, são muitas lutas; é uma luta incessante...[...]" “[...]Sim, nós servidores, professores vivemos massacrados por políticas públicas excludentes e perversas, vivemos oprimidos em salas de aulas com 45, 47 alunos em jornadas de 40 aulas semanais, oito horas diárias em sala de aula, baixos salários, e após dias de luta, a semana toda e na sexta à noite, irmos para Curitiba nas passeatas e visitas ao Palácio do governo ou à Assembleia Legislativa do Paraná, tão somente para assegurar direitos para à nossa sobrevivência e de nossas famílias e na segunda feira, estávamos novamente na sala de aula. E todos nós na luta para conseguirmos algum avanço na carreira. Eu fico aqui pensando. Que país é este que não valoriza seus profissionais da educação? Que país é este que não valoriza a educação? [...].*

Tais afirmações da professora Fátima denota sua preocupação com os aspectos sociais, no tocante à construção da cidadania permeada pela participação popular nos movimentos que reivindicam mudanças estruturais na sociedade impregnada de desigualdades sociais, que necessitam de superação.

*[...] Quando eu vejo a questão racial, a Lei 10.639, por exemplo, não sendo cumprida, eu tenho colocado para meus colegas, num país que precisa uma lei para assegurar direito a educação básica, para eu ter direito de estudar, de entrar numa sala de aula, tem alguma coisa errada. A educação nesse país continua não permitida para os pobres e negros do país, assim como na Constituição Federal do Império de 1824. Não houve muitos avanços não, sobretudo para a população negra e pobre do país. É o meu entendimento. Nós professores, permanecemos lutando para exercer o nosso ofício, nossa luta é feita de cuspe e giz. Eu entrei na educação, trinta anos, se passaram, eu me aposentei e a nossa condição de professores, continua difícil. Parece que inalterada [...].*

Maria de Fátima Beraldo, desse modo, representa a ativista sindical engajada por empatia às causas da educação pública, seu ofício fora escolhido por

identidade, idealismo e crença na prática social como sendo capazes de mudar o status quo imposto pela macroestrutura supremacista, social e capitalista vigente. Tornou-se, em vista disso, uma militante participante dos processos coletivos intrínsecos no aparato sindical classista acionando suas disposições adquiridas na infância e demais vivências no trabalho, na prática religiosa e na universidade.

### 3.7 A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA GIANE DE SOUZA SILVA

**Figura 7 - Professora Giane de Souza Silva – Londrina- 2021**



Fonte: Arquivo pessoal.

#### **a) A formação e composição familiar, valores na infância, religião e lugar de origem**

A professora Giane nasceu em 29 de agosto de 1966, num sítio, zona rural de Iepê, interior de São Paulo, terceira filha de Benedito de Souza Silva e Erondina Cândida da Silva (falecidos), seus irmãos: Maria Aparecida-professora municipal, Julia Mara-assistente social- servidora municipal dos serviços de saúde, José Carlos -físico (UEL) e diretor da Vara do Trabalho em Porecatu-PR e Ermelindo (Quico) - servidor municipal de Londrina. Ela iniciou seus estudos na Escola Municipal João Antônio Rodrigues até o oitavo ano. Na Escola, Almeida Prado cursou o Ensino Médio.

*[...] Os estudos, a educação era um valor para a família. Era importante estudar. Sim, importantíssimo, tanto é que todos nós estudamos. Durante toda a nossa infância, meu pai assinava a Folha de São Paulo, e nós íamos a folhinha, no domingo, que era o nosso jornal, a forma de estimular nossa leitura. Meu pai estudou até o terceiro ano do ensino fundamental I, minha mãe até o quarto ano. Meu pai vivia de bico, terminou a vida vendendo loteria, minha mãe dona de casa, costureira. A vida era de perrengue. Mas estudar era importante e fazer concurso público. A forma de ter uma*

*estabilidade na vida. E veja, mesmo sendo criança, no ensino fundamental II, a gente perguntava para a professora de Educação Moral e Cívica mesmo nós crianças: - Nós indagávamos a professora Selma, por que você não fala da Ditadura? E ela dizia que não podia pois era fichada no DOPS- delegacia da ordem política e social [...].*

O pai de Giane priorizava o hábito da leitura em casa, ele assinava a Folha de São Paulo e às crianças, cabiam ler a Folhinha. Em vista disso, eles incentivaram bastante os estudos, pois valorizavam a educação, com o objetivo de prestar concursos públicos para adquirir estabilidade profissional. Esse elemento demonstra o papel que os pais atribuíam à educação. Já nas escolas, Giane participava ativamente dos eventos como festas juninas, gincanas, dando trabalho nas aulas de Educação Moral e Cívica e OSPB- Organização Social e Política Brasileira. Questionava as professoras, que eram, inclusive, fichadas no DOPS – Delegacia da Ordem Política e Social como subversivas e, com isso, foram impedidas de ensinar certos conteúdos, devido à censura reinante da ditadura militar, anos difíceis da década de 1970, de patrulha, de perseguição, de controle da comunicação e da livre manifestação política no país.

Ainda adolescente em Iepê, Giane participou ativamente de grupo de jovens católicos, entre 1980 a 1983 na Paróquia de Assis e envolveu-se com grêmio estudantil e também com a campanha eleitoral, do deputado metalúrgico e constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. Já em Londrina, participou da Pastoral da Juventude sob a liderança do Padre Paulinho Naves de 1984 a 1989

*[...] No ensino médio, a disciplina de OSPB- organização social e política brasileira - tinha uma professora que gritava muito. Mesmo que uma das gêmeas, filha da diretora estudasse com a gente na turma, daí nós dizemos não era certo esta professora gritar tanto conosco. Então nós, fizemos greve de silêncio absoluto, por duas semanas para ela parar de gritar nas aulas. Um professor de português veio mediar a situação e falar conosco. “Olha, vocês precisam relevar a professora é assim mesmo”. Sabe, num trabalho de escola, nosso time “brasileirinho” - por conta da música. Eu já vesti verde e amarelo, nesta vida...hehehehehe... Nas festas juninas, era uma grande alegria, eu já fui noiva de quadrilha. Até hoje, nossos bons encontros se dão nas escolas [...].*

A ativista em questão, no início da sua militância, ainda nos grupos de jovens católicos em Iepê afirmou:

*[...] comecei a militância nos grupos de jovens católicos, entre 1980 a 1983 em Iepê- SP, participei nas pastorais em Iepê desde o grupo de jovens em 1980, 1981,1982 e 1983. Em Londrina atuei nos grupos de jovens entre*

*1984 e 1989. Estando aqui, ingressei na a UEL de 1984 a 1989. Moramos no Conjunto Chefe Newton Guimarães, no Conjunto Vivi Xavier e no Centro, sempre em “república”<sup>21</sup> [...].*

Giane sempre estudou em escola pública:

*[...] Eu terminei o ensino médio ainda em Iepê, e vim com minha irmã Julia Mara, para Londrina no segundo semestre de 1984, ingressei na UEL em 1984, depois de sermos aprovadas no vestibular de história, cursei a Licenciatura, no período noturno, comendo a pipoca e a coxinha do tio da vendinha nos corredores do CCH/UEL. [...].*

## **b) O contexto social formação acadêmica, escolha do magistério. Exercício profissional e relações afetivas, amizades, contatos e influências**

Conforme o relato da ativista acima, ela e sua irmã Julia Mara, em 1984, ingressam na Universidade Estadual de Londrina, UEL. Giane passou no vestibular em História, concluindo em 1989. Ainda nesse período, participou da campanha para Lula presidente. Giane reconhece a importante influência dos seus professores da UEL como Willian Reis Meireles, Gilmar Arruda e Mariana Almeida.

Giane concluiu a universidade em 1989 no segundo semestre. Todavia, durante o período de estudante, sempre trabalhou fora de casa, tendo iniciado desde adolescente, ainda na lavoura em Iepê. Já em Londrina, igualmente trabalhou em diversos postos:

*[...] trabalhei na roça, de boia fria e num escritório de contabilidade na minha cidade natal, Iepê-SP. Eu trabalhei no escritório de uma metalúrgica, escritório de loja de produtos de som, Cartório de Imóveis e fui atendente de saúde em UBS-Unidade Básica de Saúde da Prefeitura Municipal de Londrina. Tive Bolsa do Núcleo de Bem-Estar da UEL, trabalhando na loja da Fundação Nacional do Livro em frente à Biblioteca Geral da UEL por 2 anos [...].*

Em 1991, a militante começou a lecionar, em diversas escolas em Londrina, como Colégio Maria Aguilera, Colégio Hugo Simas, Colégio Sagrado Coração de Jesus (hoje, Olímpia Tormenta), Colégio Aplicação (1996 a 1998) e em escola do Distrito de Guaravera. Filiou-se à APP Sindicato, onde participava ativamente, em reuniões, assembleias, viagens, caravanas, atos e protestos, greves e mais greves.

---

<sup>21</sup> Dizia -se o termo “República”, para as casas cujos moradores eram estudantes, geralmente de fora da cidade e que moravam juntas/os dividindo todas as despesas. Casas de estudantes.

Também concorreu às eleições e compôs a diretoria de 1996 a 1999, na gestão do Professor Aristides Schiochet, na secretaria de políticas educacionais.

Convém considerar que o ex-presidente da APP Sindicato, Aristides Schiochet (falecido em pleno exercício da carreira docente) foi o responsável, de maneira pessoal, por inserir várias docentes nesse ativismo sindical, pois ele possuía um diálogo acolhedor, que trouxe, à APP, Rosemary Dias Costa, Isabel Alves de Souza, compartilhando sua gestão com Maria de Fátima Beraldo, Giane de Souza Silva, entre outras, conforme relatado, anteriormente, nesta pesquisa.

Naquele mesmo período, em 1995, Giane filiou-se ao Partido dos Trabalhadores e lecionou como professora contratada na UEL entre 1991 a 1993. Uma experiência da qual não considerou prazerosa. Após, assumiu o concurso público da SEED-PR em 1996, lecionou em 20 horas semanais, na rede estadual de ensino, participou do PDE - Programa de Desenvolvimento Educacional, uma pós-graduação realizada em convênio SEED-PR (Secretaria Estadual de Educação) com as IES- (Instituições de Ensino Superior), de 2008 a 2009. Esta política do então Governador Roberto Requião, destinou-se à formação contínua dos professores da educação básica -uma especialização profissional, premiada internacionalmente; Giane também concluiu Mestrado em Educação na UEL em 2014.

Como as demais entrevistadas neste trabalho, a professora participou regularmente de capacitação profissional docente, aprimorou seu repertório epistemológico para atuação, para além das políticas de governo de valorização do quadro funcional dos professores da educação básica da rede estadual. Este aspecto permeia o ativismo sindical, pois trata-se de uma reivindicação dos trabalhadores da educação, a fim de assegurar uma educação pública de qualidade, um quesito, presente nas pautas anuais de negociação junto aos governantes.

Em 1990, Giane uniu-se ao companheiro de jornada (até esta data), Antônio Carlos Kasprovickz (descendência polonesa), tornando-se mãe de (Marília Kasprovickz em 02 de fevereiro de 1993, formada hoje em Psicologia, mas atua como docente do idioma inglês em escola privada CNA, em Londrina). Em 2010, assumiu a dobra de padrão de carga horária para 40 horas semanais na Escola Estadual Tsuru Oguido (de 1999 a 2018), ocasião da sua aposentadoria.

### **c) As posições ocupadas e a trajetória no engajamento sindical, ativismos, redes sociais e políticas**

Ao chegar em Londrina, a militante em pauta já se relacionou com lideranças políticas e religiosas:

*[...] Mas veja, na minha adolescência em lepê eu frequentava a Igreja católica, os grupos de jovens e tínhamos um padre bem crítico, progressista, de esquerda, que bastante me influenciou, como adepto da CEBS - comunidades eclesiais de base social- Padre Paulinho Naves. A Paróquia era em Assis. Quando cheguei em Londrina, já procurei as Pastorais da Juventude, os Palotinos, com o Padre José Alves. Em 1986, eu votei para o Lula, para Deputado Constituinte em São Paulo, ainda lá em lepê. Aqui em Londrina, logo me uni as pessoas que estavam construindo o partido dos trabalhadores em Londrina [...].*

As relações sociais dessa professora favoreceram sua militância e seu engajamento se consolidou na APP Sindicato, no Partido dos Trabalhadores, no exercício profissional.

*[...] tive meus professores referências na UEL: Willian Reis Meirelles, Gilmar Arruda, Mariana Santos Almeida. Alguns autores são inspiração: Eric Hobsbawm, Karl Marx, F. Engels, A. Gramsci, Paulo Sergio Pinheiro, Janine Ribeiro, Anísio Teixeira, Paulo Freire, Nilton Santos; entre outros. Tenho lideranças políticas que prezo: Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Haddad, Nedson Micheleti, Márcia Lopes; entre outras. Minhas maiores influências políticas, valores de vida, visão de mundo, seus incentivos para atuação ativista, em causas humanitárias ou sindicais, foram meus professores da UEL [...].*

Giane teve uma rede de relações sociais, religiosas, teóricas e acadêmicas que sustentou seus princípios e valores que a mantiveram engajada nas causas sociais e trabalhistas. Um exército pacífico que povoou seus pensamentos, mantendo-a na resistência do trabalhismo, do combate ao fascismo, ao machismo, a homofobia, ao racismo, na defesa dos direitos humanos, por salários e vida decentes. Essas bandeiras as mantêm no papel de sujeita/agente social na busca de transformar o estado das injustiças e desigualdades sociais.

Para uma jovem que saiu da zona rural, junto de familiares, chegou numa cidade grande, engajou-se no sindicato em partido político para coletivamente procurou unir suas forças aos coletivos que acreditam promover mudanças. E quem sabe melhorias na vida de trabalhadores e cidadãos brasileiros, sobretudo dos pobres que precisam cada vez mais tomar a consciência de que a organização de

sujeitos plurais pode alterar a ordem posta e imposta pela macro estrutura social capitalista que pouco oferece o bem-estar e vida digna para a maioria da população do país:

*[...] Os maiores motivos que me fizeram atuar como ativista ou me engajar no sindicalismo docente, foram sem dúvida: combater a desigualdade social no Brasil, racismo, homofobia e o machismo, estas causas sempre foram meu combustível, por um mundo mais justo e para todas/os. E o sindicato é um espaço onde várias lutas são travadas. O maior bem sem dúvida é a vida e pautada pela educação [...].*

Atualmente, a ativista representa a APP no Conselho Nacional das entidades no CNTE-Conselho Nacional dos Trabalhadores em Educação, além de estar, desde 2020, na presidência do Partido dos Trabalhadores de Londrina. Giane faz parte do agrupamento Artsind, Articulação Sindical no campo da CUT e Art. Educação na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, CNTE, estas correntes internas presentes nas organizações de trabalhadoras/es. Ela acredita no ativismo sindical, como um essencial instrumento das classes trabalhadoras. Como mulher, mãe, cidadã, feminista e ativista, ela deposita, nos movimentos sociais e populares, a representação da maioria da população trabalhadora, que agora encontra-se também desempregada, na busca por direitos humanos e trabalhista. À vista disso, Giane ressalta que:

*[...] O sindicato é um instrumento social da classe trabalhadora, uma ferramenta de luta, de reivindicação dos direitos sociais e trabalhistas. Tudo que tivemos até hoje, de diminuição de jornada de trabalho, de atendimento de direitos, tanto no setor privado quanto no setor público, foi graças a luta sindical. Eu falo assim, eu entrei na carreira fazendo greve e sai fazendo greve. E foram vinte e nove anos de jornada. E isto é o que temos que conscientizar, nessa época agora, não temos outra alternativa, pois há sindicato ruim, sim temos sindicatos ruins pelegos, que estão ao lado dos patrões. Mas mesmo agora, depois da reforma trabalhista de 2017 e da reforma da previdência de 2019, temos que promover negociações. Os sindicatos ainda são instrumentos de luta dos trabalhadores e na sua maioria são classistas, como é a nossa APP sindicato, uma entidade de defesa dos direitos dos servidores da educação da rede estadual do Paraná [...].*

No atual contexto de crise humanitária e sanitária, parece haver um cenário de desconstrução de valores e de firmação dos princípios democráticos da sociedade capitalista contemporânea. No Brasil, os movimentos de 2013, “Vem pra Rua”, de 2015, o processo de Impeachment, a reforma trabalhista de 2017, a eleição de Jair Bolsonaro - um representante da direita raivosa, a reforma previdenciária de

2019, um aumento, enfim, das posições machistas, homofóbicas, fascistas e racistas. Nos impõe um compromisso maior: a luta contra essa onda conservadora.

Nesse sentido, Giane aposta na participação das mulheres, num papel importante na desconstrução dessa realidade presente tão tóxica. Ela afirma estar nas mãos dos movimentos populares e sobretudo das ações sindicais a construção de dias melhores. Para além da tragédia da pandemia, o engajamento militante, nas ruas, poderá mudar essa ordem social e econômica vigente, tão desfavorável aos pobres, trabalhadores, negros e particularmente às mulheres. Tem-se muito que avançar na consolidação dos direitos humanos e trabalhistas. O protagonismo feminino, diante desse contexto, é urgente.

*[...] Minha luta pelo partido, também é uma luta por representação, por uma luta parlamentar, o PT, representa uma luz em busca de condições de vidas melhores, para os trabalhadores. Consiste na força do trabalhismo, como uma ferramenta de reivindicação por vidas melhores. Veja este presidente Jair Messias Bolsonaro, desde sua eleição de 2018, assumindo em 2019, nunca sentou para conversar com os sindicatos, com trabalhadores. No Paraná também, este governador Carlos Massa Ratinho Junior, desde a eleição de 2018, assumindo em 2019 também não conversa pessoalmente com a APP sindicato, ou com fórum de servidores, o maior sindicato classista do estado. Existe um projeto claro, desde o governador Jaime Lerner, de pretender acabar com a APP. Anular o processo de filiação e contribuição sindical, pois enfrentar assembleias de 20 mil pessoas não é fácil não [...].*

O sindicalismo atual necessita de modificações nos seus métodos. E, observar as trajetórias das sujeitas, tem apontado para essa direção.

*[...] no passado como agora, existe um grupo de líderes, de vanguarda, puxando a maioria. Em 2014, 2015, fizemos greves gigantes, mobilizando centenas de milhares de servidores, dando um basta e sendo reprimidos duramente. Com o advento da pandemia, 2020, 2021, temos mesmo que nos refugiar, nos isolar em nossos lares, afinal, não há leitos hospitalares, não há vacinas, não há remédios, cilindros de oxigênio para todas as pessoas mesmo! Eu sou contrária as carreatas, passeatas, a quaisquer tipos de aglomeração. As pessoas ficam perto para conversar...se aproximam para interagir, então temos que refazer o percurso: mudar os métodos, quem sabe utilizando ainda mais as redes sociais etc. [...].*

Nesse sentido, o percurso percorrido pela professora Giane demonstrou que o associativismo, bem como o engajamento militante, passa por crise existencial. Em particular, devido ao atual contexto sociopolítico econômico agravados pela pandemia da covid-19 e seu grau de contágio e letalidade, têm impedido a população organizada de ir para as ruas e reivindicar os direitos.

Dessa forma, a professora, uma mulher participativa nos espaços públicos de Londrina, como representante CNTE, APP e do Partido dos Trabalhadores, em vista disso Giane tem protagonizado, em instâncias deliberativas, as demandas feministas, pois os governantes também têm se aproveitado da crise sanitária:

*[...] Então, são os homens que comandam a APP em Londrina desde 1985. Quem define, quem decide, são os homens. Muitas vezes, existem conversas preliminares e quando as mulheres chegam está tudo definido, tudo certo com os homens. E as mulheres, apenas cumprem tabela, acatam as decisões... Quantas vezes as mulheres servem água, cafezinho para estes homens nas reuniões, preparando as reuniões... Um papel subalterno, secundário para as mulheres. As mulheres são inferiorizadas. E os homens tomam a palavra, dominam os microfones, repetem ideias, falas, marcam presenças e mulheres são silenciadas. Numa categoria de 86% das sindicalizadas são mulheres, a base é de maioria feminina. O comando não!!! [...].*

Diante desse discurso, a militante enfatiza esse assunto, que é a ideia central deste trabalho:

*[...] Ver os homens no comando. Isto afasta as mulheres. É uma herança patriarcal, machista que temos que combater. Temos que cobrar a manifestação das mulheres. Isto é muito gritante, as mulheres precisam se posicionar, um relato, uma denúncia, um repúdio feminino. Precisamos exigir a manifestação feminina. Cadê as mulheres? [...]*

Ao longo dessa dissertação, os dados demonstraram que a ocupação dos cargos na APP Sindicato ainda é legal, protocolar, por força do estatuto, mas os cargos de maiores prestígios e força de liderança e poder estão nas mãos de homens, numa categoria formada por 86% de mulheres subalternizadas:

*[...] A mulherada é deixada de escanteio. A “mucharada” discursa pra categoria, mas não há identificação, pois, este machismo estrutural alega a não disponibilidade para a militância feminina, pois são esposas, mães, precisam cuidar da família, do marido, dos filhos etc. E caso as mulheres enfrentam são agressivas, brigam questionam espaços, são tidas como feministas, abortistas, lésbicas... exemplo em Londrina, temos lideranças aguerridas, feministas, mães ou não, elas enfrentam dezenas de processos jurídicos pois não se apequenam. Enfrentam e se impõem. Historicamente desde a Comuna de Paris de 18 de março a 28 de maio de 1871 na França, a Marcha do Pão e Paz na Rússia em 22 de fevereiro de 1917(nosso 8 de março), as mulheres se impunham até no vestuário com ombreiras, para se fortalecerem nos embates. Como uma estratégia com ombros largos para colocar uma postura altiva. Olha, já avançamos muito, pois nossa luta é interna dentro dos partidos, dentro dos sindicatos e muito maior externamente, na sociedade [...].*

O testemunho de Giane fundamenta, a lógica desse trabalho, traz luz e voz às mulheres que lutam e disputam espaços no meio público, do campo político, tanto no sindicato, como no partido político. As sujeitas mulheres avançaram pouco diante do cenário que resiste no machismo, do mando masculino. Embora tenham acumulado vivência e influências para a ação política, ainda se encontra no processo de construção e desconstrução de valores, mentalidades e práticas culturais e sociais/políticas que permanecem sob o jugo masculino. As disposições acumuladas por Giane ao longo de suas experiências, esbarram na perspectiva de se alcançar a sororidade em todos os níveis, abrangendo as mentes e corpos para torná-los em decisões e ações, a favor da igualdade de gênero, ainda uma utopia.

### 3.8 A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA ELIZAMARA GOULART ARAÚJO

**Figura 8** - Professora Elizamara Goulart Araújo- Curitiba -2021



Fonte: Arquivo pessoal.

#### **a) A formação e composição familiar, valores na infância, religião e lugar de origem**

A professora Elizamara nasceu em 09 de setembro de 1968, quando sua família vivia na casa recém-adquirida na avenida Rio de Janeiro em Londrina. Foi a primeira dos três filhos de Erasmo de Araújo, funcionário público do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, então com 41 anos e de Geni Goulart Araújo de

29 anos. Os outros dois filhos foram: Edvarlei G. Araújo nascido em 27 de agosto de 1969 e Alexksandro G. Araújo de 25 de abril de 1975, ambos formados em Teologia e religiosos da Igreja Presbiteriana Independente até os dias atuais.

Desde menina, Elizamara recebeu importante influência do convívio com seus avós maternos, Antônio Goulart e Eliza Cândida do Lago (uma senhora nascida em 1908, que foi letrada e isso era um triunfo para a época, por ser mulher), eles haviam se fixado em Londrina, no ano de 1966. Elizamara também conviveu com primos maternos e especialmente com sua mãe, uma evangélica fervorosa que exercia em casa os estudos bíblicos, em cultos diários realizados duas ou mais vezes no dia, sendo cobrada a leitura e a declamação de versículos e trechos da “sagrada escritura”, diariamente, além da Dona Geni, representar uma liderança em toda comunidade em que viviam, no Jardim do Sol, bairro da região oeste do município de Londrina, local onde sua avó morava e onde seus pais depois de mais um negócio frustrado, (que foi a venda da casa na Av. Rio de Janeiro-centro da cidade) em tela, terminam por construir uma casa no terreno da avó materna.

*[...] Eu fui a primeira filha deles. Eles foram pais tardios, pra época. Eu tinha uma relação muito boa com meu pai, ele me levava muito para passear, eu me lembro em passeios no aeroporto, numa ocasião eu conheci O Jaime Canet, autoridade, na época, pai do Jaime Canet Junior que foi governador do Paraná. Eu me lembro do contato com este político, pois as mãos dele eram muito macias, parecia uma almofada tão diferentes das mãos que eu conhecia calejadas, as quais eu estava acostumada, mãos de pessoas do nosso convívio, pessoas trabalhadoras. Eu me lembro bem, pois eu era muito pequena, devia ter quatro ou cinco anos, no máximo e este episódio me marcou, fiquei bastante impressionada. Não me lembro do rosto dele, mas sim das mãos muito macias... Eu tenho dois irmãos, um nasceu bem próximo de mim, Edvarlei Goulart Araújo de 27/08/1969, onze meses depois do meu nascimento e o caçula Alecksandro Goulart Araújo nascido em 25/04/1975. Atualmente não somos tão próximos pois eles se tornaram pessoas muito conservadoras, com de pensamentos de direita, ambos fizeram teologia em seminários de Londrina. Sempre tivemos personalidades muito diferentes, eu voltada para as curiosidades do mundo e eles de posições religiosas e conservadoras [...].*

Elizamara estudou em creche filantrópica, mantida pelas senhoras do Rotary Club do bairro, por vontade própria, ao acompanhar seus irmãos, pediu e se matriculou. Em seguida estudou na Escola Municipal Leônidas Porto, onde recebeu sua formação inicial, permeada pela participação da família Presbiteriana, da qual a mãe era uma líder das senhoras cristãs e ajudou a fundar a 3ª, 6ª e 9ª Igrejas Presbiterianas Independentes de Londrina (entre os anos de 1970 a 1990), na região dos Bairros Leonor e Jardim do Sol. Seu pai, era presbítero da igreja em

questão.

*[...] Veja, tivemos uma infância pobre mas saudável, meu pai funcionário público, em plena ditadura, recebia um baixo salário no IBGE, às vezes eles não pagavam, lembro de uma vez que papai ficou seis meses sem receber salário, pois era sempre atrasado, foi tão grave esse período, pois meu pai ia trabalhar, todos os dias e sem retorno financeiro ou de salários cortados. Então quem nos acudiu com alimentação foi minha avó materna, Dona Eliza Cândida do Lago (bisneta do barão mineiro Nicolau Navarro. Ela foi uma pioneira, devido a origem nobre de sua família, mas com fortes raízes na agricultura. Mesmo sendo mulher aprendeu a ler e escrever nascida em 1908, uma mulher letrada numa família no norte de MG foi um acontecimento. A família de minha avó era toda muito culta, falava corretamente o português e ela mesmo casando muito cedo com meu avô Antônio Goulart já sabia ler e escrever, muito raro pra época [...].*

Em 1977, a família adquire uma casa própria no Jardim Leonor (na era Belinati), seu pai, além de presbítero, também era um militante do MDB-partido do movimento democrático brasileiro considerado de oposição legal ao partido situacionista ARENA-aliança da renovação nacional. Todavia, a educação em casa era rígida e liderada pela moralidade religiosa, puritana e conservadora da sua mãe, que se incumbia de inculcar os medos do diabo, da morte e do castigo nas mentes e corações de seus filhos. Seu pai aposentou-se aos 54 anos.

*[...] Eu que convenci minha mãe para eu estudar, pois queria ir pra escola. Então eu forcei minha entrada nesta creche. Eu queria era socializar, queria crianças para brincar [...] pois, meu irmão era apegado demais à minha mãe. Era grudado nela, ele não era parceiro nas brincadeiras etc. Até hoje temos dificuldades em ser parceiro na vida, tanto politicamente e como nas escolhas pra vida [...].*

Como moradores, de um bairro de classe média, onde vivem trabalhadores de diversos ofícios, Elizamara e sua família eram além de religiosos trabalhadores igualmente:

*[...] Na história oral e relatos dos meus familiares. Meu avô veio para o Paraná e meus tios chegaram aqui na região de Londrina por volta de 1930 e eles cortavam madeiras, vendiam madeira, toras etc. Meu avô trabalhava, comprava sítios e vendia esta coisa toda. Em Londrina, eles se fixaram de fato em 1966. Meu avô já estava adoentado e acabou falecendo de câncer de estômago que generalizou e ele faleceu ainda em 1966. E minha avó muito tempo depois, faleceu em 1990. As meninas casavam muito novas, de casamentos arranjado pelas famílias. Era um problema ter meninas em casa, pois davam despesas. Os meninos cedo já eram força de trabalho na lavoura e traziam rendimento para as famílias. As meninas não, representavam gastos [...].*

Depois de um tempo de vida em Brasília entre 1980 e 1983, quando após um infarto de seu pai, eles retornam para Londrina, então, Elizamara conclui a Oitava Série (hoje nono ano). No Colégio Polivalente, já atuava como líder estudantil, dando trabalho aos professores de Educação Moral e Cívica, como a ativista Giane, e demais disciplinas, com os questionamentos e senso de justiça. Em 1986, ela ingressou no Ensino Médio (colegial profissionalizante- Curso de Patologia Clínica), no Colégio Vicente Rijo, onde recebeu suas primeiras lições marxistas e influências do colega Carlos, militante do PCdoB.

Em relação à educação familiar, Elizamara foi, então, criada numa casa onde os preceitos religiosos eram demasiadamente importantes, os ensinamentos presbiterianos eram essenciais nas relações familiares, cujos hábitos eram ler a bíblia e orar mais de uma vez, todos os dias.

*[...] Minha família era toda protestante da 3ª IPI- Igreja Presbiteriana Independente de Londrina, próxima da avenida Leste Oeste. Ela marcou muito minha infância, meu pai era presbítero e minha mãe líder da sociedade de senhoras. E eu me lembro muito pois, ao ir para a igreja meu chinelo arrebatava na lama do barro da cidade. Eu chegava descalça em casa, e minha vó tinha ancinho em frente de casa para raspar o barro, quando se chegava em casa. E tudo mais. E nós passávamos defronte de uma creche ao ir para minha casa. Que era das senhoras do Rotary de Londrina, e lá eu recebi o apelido de pantera cor de rosa. Por ser bem espoleta. Meu cabelo era comprido cacheado [...] as professoras diziam você podia ser a noivinha da festa junina, mas você é muito espoleta [...].*

Nesta época, mesmo adolescente, ela já trabalhava para se custear e ajudar nas despesas da casa. Ela trabalhou em clínicas satélites do antigo INPS- Instituto Nacional de Previdência Social (hoje SUS - Sistema Único de Saúde) depois da Constituição Federal (C.F de 1988), foi estagiária do IPE-Instituto de Previdência do Servidor Estadual e consolidou a sua participação no movimento estudantil secundarista, por meio dos grêmios escolares.

*[...] A religiosidade acompanhou toda minha infância. Nos cultos, vigílias, encontros, eu acompanhava minha mãe. Das minhas tias, a minha mãe era a mais birrenta das filhas. Minha avó ensinou todas as filhas a ler e acompanhar as leituras bíblicas, mas minha mãe era tida por ela como ruda. Ruda significava burra, com dificuldade de aprender. A minha mãe se retraiu e levou pra vida todo esse título, acho que a didática oferecida pela minha avó não era eficaz para minha mãe. Ela com raiva, se rebelava, se recusava a aprender. E passou a vida toda achando que não era inteligente. Fui eu que fiz com ela, esta desconstrução, já na idade adulta, minha e dela. Porque assim, quando nós eramos crianças ela fazia cultos domésticos, até duas vezes por dia, em casa. E nós tínhamos que recitar um versículo, um trecho para ela. Era uma forma de nos fazer a ler, prestar atenção e a*

*aprender a sagrada escritura, isto foi durante toda nossa infância e adolescência. Festa de aniversário por exemplo, em casa era muito engraçado. A mesa posta repleta de doces e guloseimas e nós tínhamos de participar do culto, a palavra de Deus lida, a palavra de Deus falada, as orações. E os doces lá, e a criança morrendo de vontade de comer.... Uma tortura de vontade de roubar os brigadeiros [...].*

O aspecto da religião foi fundante na família de Elizamara. Assim, alicerçou a formação moral de todos os familiares, condicionou os costumes, hábitos e toda a vida cotidiana na casa. Também conduziu as escolhas acadêmicas dos dois irmãos: Edvarlei e Alexksandro, ambos estudaram em seminários evangélicos, e formaram-se em Teologia, professando, até hoje, a religião presbiteriana, eles manifestam suas crenças conservadoras de mundo e de sociedade.

*[...] Numa ocasião eu e papai passamos numa feira livre e eu ganhei uma rosa e fomos pra igreja. Como éramos brancos, ele presbítero, nós sentávamos bem à frente, nos bancos. E eu levei o botão de rosa e deixei na igreja, pois imaginei que não estarei viva ao chegar em casa, para minha mãe. Minha mãe era rígida ela chegou a queimar roupa minha, pois tinha figuras de personagens da Disney. As “fake News” de hoje perdiam para a rede de mitos, lendas e mentiras de décadas atrás [...].*

Ainda no Ensino Médio, Elizamara, por meio de um amigo, Carlos, a ativista lembrou “[...] o Carlos me iniciou politicamente nas leituras de Karl Marx, o que me motivou a ingressar no curso de História, pois queria saber muita coisa, inicialmente a curiosidade me moveu, eu entrei na UEL em 1989 no segundo semestre [...]”.

## **b) O contexto social (formação acadêmica, escolha do magistério. Exercício profissional e relações afetivas, amizades, contatos e influências**

Enfatiza-se que em 1989, Elizamara ingressou UEL, no Curso de História, motivada pela curiosidade exagerada no conhecimento e na humanidade. Então, a ativista estreitou amizade com Paulo Benatti (hoje docente da UFGP) e um grande leitor e teórico anarquista com ideias progressistas, como a obra *Brasil Nunca Mais!* Na UEL, participou da criação do Centro Acadêmico de História, indo participar do congresso estudantil de 1990 em São Paulo, ainda trabalhando no setor da saúde. No congresso em questão, aproximou-se de Lula e do Partido dos Trabalhadores.

Em 1991, conheceu Ivanilson Gomes da Silva e tornou-se mãe de Djauara Araújo dos Santos, nascida em 15 de abril de 1991, a filha formou-se em Geografia, mas atua em Tecnologia da Informação (T.I). Diante desse contexto, enfrentou a

repulsa familiar e da Igreja Presbiteriana, pois ser mãe solteira, aos 23 anos, o que levou à condenação pela igreja mencionada e ela sendo vista como pecadora. Diante desse cenário, a militante afastou-se da Igreja, um tempo depois se aproximou da Igreja Católica, identificando-se com uma ala mais progressista, associada aos ensinamentos da Teologia da Libertação (ala esquerda da Igreja Católica), da ação preferencial pelos pobres, galgada na metodologia: do Ver, Julgar e Agir, um cristianismo que atuava com os movimentos sociais populares. Isso posto, Elizamara postula que:

*[...] em 1990 eu vou para São Paulo no congresso da UNE e conheço Ivanilson Gomes Silva, um baiano e que viria a ser o pai da primeira filha Djauara que nasceu em 15/04/1991, em Londrina, eu fui expulsa da comunhão da Igreja. O pastor veio me aconselhar, querendo saber se Ivanilson era casado, se eu iria casar etc. Eu deixei claro que nenhuma diferença faria, pois, a filha era minha e o pai dela estava na Bahia e lá ficaria [...].*

A ativista, portanto, fez uma escolha pela maternidade, mesmo sem a presença do pai de sua filha, que continuou vivendo na Bahia. Essa decisão dele permanecer na Bahia, abalou as relações familiares da militante. E, por outro lado, impõe-lhe uma responsabilidade importante de ser mãe aos vinte e três anos e sustentar a filha, tendo que trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Dessa forma, Elizamara argumenta que

*[...] Numa conversa mais dolorosa com minha mãe, eu disse: olha, a diferença das demais meninas da igreja é que elas abortaram e eu não, pois terei minha filha. O que chocava era minha autenticidade, pois eu assumia minhas ações. Mas, quando ficou próximo do nascimento da Djauara eu me reaproximo da igreja, pois temia pelo nascimento da filha, em que ambiente ela seria recebida? Afinal, era o ano de 1991, nosso pagamento era muito pequeno um salário mínimo, ao engravidar fui demitida [...].*

Mesmo ela tendo feito a escolha de ser mãe solteira, teve consciência dos aspectos de sua formação familiar e humana:

*[...] a minha formação foi protestante conservadora, galgada na oralidade, mas tinha o mesmo efeito de imobilizar e formar mentes e senso moral. Muito atrelado ao puritanismo estadunidense [...] a moral americana. Quando eu penso na minha família, eu penso assim: eu não me enquadrava, diante da minha mãe, dos meus irmãos. Meu pai não tinha convicção. Se minha educação, fosse paterna seria mais libertária. Minha mãe me segregada ao espaço doméstico, do lar. Tanto que meus dois irmãos Edvarlei e Alecksandro fizeram teologia no seminário teológico de Londrina, pagos pela Igreja. [...].*

Contudo, na prática, toda a família teve uma vida voltada para o trabalho, o estudo e a luta para à sobrevivência. Em 1992, ela iniciou um trabalho na educação infantil no campus da UEL, ficando até 1998, (quando a legislação passou a exigir concurso para atuar no Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI). Devido aos contratempos financeiros e trabalhistas, a militante concluiu o curso de História em somente em 1994. Logo após, ingressou na Secretaria de Estado de Educação, SEED, como professora contratada, no Colégio São José, cujo diretor era Cristiano Simon, docente na UEL.

Neste mesmo ano de 1994, Elizamara casou-se com Paulo da Fonseca e, em 1995, tornou-se mãe de Desirée Goulart Araújo Broca, nascida em 31 de julho de 1995, atualmente, (curso biomedicina e trabalha no comércio). O primeiro concurso no estado da ativista foi em 2003, aprovada em nono lugar, assumiu as aulas na Escola Tsuru Oguido. O segundo concurso SEED foi em 2008, aprovada em nono lugar, assumiu na Escola Cássio Leite. Dessa maneira, devido a sua atuação funcional no sindicato, aposentar-se-á, como funcionária pública, em 2025 de um padrão e o outro será em 2030. Atualmente, exerce a carreira em Curitiba, indo para Londrina, mensalmente, ou quando necessário.

Foi em 1995 que se filiou à APP sindicato, concomitantemente ao Partido dos Trabalhadores. E desde então, participou de inúmeros atos, protestos, assembleias, reuniões, passeatas, carreatas, greves e disputou eleições desde 1999, tanto em Londrina, como na direção estadual da APP com sede em Curitiba, onde a militante permanece dirigente sindical desde 2010, por três gestões consecutivas. Entre 2014 e 2018, foi dirigente nacional da Central Única dos Trabalhadores - um período intenso de debates sobre a reforma da previdência, dos ataques aos movimentos sociais, com passeatas à Brasília, lutas e disputas.

### **c) As posições ocupadas e a trajetória do engajamento sindical, ativismos, redes sociais e políticas**

Elizamara participa ativamente do movimento feminista na marcha mundial das mulheres, também do sindicalismo docente e não abre mão da sua crença no protagonismo feminino, pois embora reconheça que se tenha havido avanços como mulheres, no campo dos movimentos públicos, ela admite que a sociedade têm se revelado muito mais herdeira do patriarcado, do machismo estrutural, da misoginia,

homofobia, do fascismo e do racismo, como nunca se imaginou que ainda permanecia, assim, tão entranhado nas mentes e atitudes de homens e mulheres da nossa sociedade.

*[...] Durante os anos de 2014 a 2018 fui dirigente Nacional da CUT - período muito intenso. Desde os debates sobre a reforma da Previdência que a Dilma estava propondo - Passando pelo Impeachment e os ataques a Lula e sua prisão. Fui muitas vezes à Brasília, participei de discussões sobre a emenda 95 nos gabinetes do PT que já eram oposição na época. Passeatas em Brasília e articulações e visitas aos deputados para tentar convencer não voltar na emenda 95 dentro do congresso. Depois fomos tentar barrar a reforma da Previdência... Lutas inesquecíveis [...].*

Nesse cenário de muitas lutas, a militante diz:

*[...] Então, temos muito por fazer. Temos que ocupar as ruas, pois todas as conquistas dos movimentos sociais e sobretudo do ativismo sindical, desde o início do século XX, estão sendo ameaçadas. [...] Nesse contexto, nós que somos sujeitos de fala, temos a legitimidade de quem representa um grande contingente populacional, o movimento feminista, o movimento negro, o sindicalismo docente, como os demais movimentos populares, precisamos ainda romper de fato, com a desigualdade de gênero e nos conectarmos com os anseios da sociedade, que clama por mudanças e melhorias de vida. A pandemia covid, esta trágica crise sanitária; escancarou as desigualdades sociais. Então quem somos? Quais afinal são as nossas lutas? [...].*

Elizamara participa de eventos culturais e se considera uma leitora assídua, bem como apreciadora da boa música e das artes em geral:

*[...] Meus teóricos são: Marx/Engels e autores marxistas, Leonardo Boff / Teologia da Libertação, Paulo Freire (educação). Personalidades como: LULA, José Dirceu, José Genoíno, Márcia Lopes, Gleisy Hoffman. Minhas amigas: Giane de Souza Silva, Maria de Fátima Beraldo. Meus amigos: Mário Sérgio Ferreira, Celso dos Santos, Nedson Micheletti. A família: Meu pai e minha mãe. Minhas filhas que são progressistas e antenadas com o mundo atual e com o feminismo (me inspiram todos os dias). Meu companheiro Nelson Dantas de Oliveira Jr. Que me aconselha e me fortalece quando o desânimo tenta me alcançar...Nossa presidenta Dilma Rousseff e sua admirável força e coragem [...].*

Atualmente, a militante casou-se com Nelson Dantas Oliveira Junior, paulista sindicalista do SINA – Sindicato Nacional dos Aeroportuários nascido em 29 de setembro de 1968, e como seu esposo é estudioso da Guerra Híbrida, ela evoca a obra: “Como morrem as democracias?” (Steve Levitsky e Daniel Ziblatt), será preciso construirmos a resistência ao extermínio, do avanço do autoritarismo! Devemos lutar pela Democracia, exercemos a militância digital precisa, ocupar as ruas e

parlamentos. Precisamos estar atentas. Os sindicatos precisarão organizar o povo, pois a multidão assusta, o caminho para a igualdade está na força do trabalhismo, devemos superar, resistir e insistir para avançarmos, quando nos calamos, prevalece a fala do opressor. Portanto, mulheres vamos lutar de mãos dadas.

Para finalizar o registro das entrevistas, destaca-se alguns aspectos relevantes nas trajetórias das oito professoras ativistas sindicais, segue **quadros gerais das entrevistas:**

**Quadro 10 - A formação e composição familiar, valores na infância, religião e lugar de origem**

Trajetórias	1-Edezina Lima	2-Leozita Baggio	3-Rosemary Dias	4-Isabel Alves
<b>I-Infância-origens relações familiares</b>	Tamarana (cidade pequena) 5 irmãos: Enezila, Dilma, Fausto, Heloína, Rosely Pais: Octávio e Maria Angélica. Formação Católica. Defensora de justiça social, indignada com os maus feitos, com desrespeito aos seres humanos e preconceitos.	Londrina-Pais 3 irmãos: Lizonete, Lizier e Laudemir Pais: Luiz Baggio e Regina Baggio. Formação Católica. Ativista em várias áreas, viver é movimentar-se, é melhorar seu meio ambiente e promover a vida, mulheres, idosos, crianças, pobres etc.	Itararé-S.P. 2 irmãs: Wilma, Gladys Pais: Maria Aparecida Costa e João Pauser. Formação Católica. É preciso ajudar o próximo sempre, sem olhar a quem. A educação é o mais importante instrumento de mudança nos humanos.	São Jerônimo da Serra- PR e Ibioporã. Irmãos: Edevaldes, Geraldo e Leonora. Pais: Getúlio e Izaura. Formação Católica. Sua militância é no sindicato docente- APP.
<b>I- Infância (família)</b>	Tamarana- Pr. Pai comerciante de Secos e Molhados- Recebe Influência Sr. Magno Castro Burgo (Leu: O Capital- aos 15 anos), Além das Leituras Diárias. Uma importância à cultura, um Exemplo dos familiares.	Iniciou seus estudos de piano em Votuporanga, conservatório particular. Pai comerciante de serraria – incêndio ela tem 10 anos. Casa em 1960.	Nasceu em Itararé- SP. Grande influência da mãe: Maria Apª Dias Costa (viúva aos 33 anos, criou os três filhos).	Seus estudos iniciais foram em Ibioporã. Colégio Francisco Beltrão, depois no Col. Olavo Bilac. Casou-se duas vezes, não tendo filhos. Atual marido Luiz Martins, professor já foi ativista sindical da APP- como dirigente etc. (quando se conheceram)
<b>I- Aspectos da família</b>	Mãe: 3 Filhos: Marcelo 02/03/1968. Mariana: 18/05/1974. Adriana: 10/03/1977. Excesso de afazeres.	15/12/1941.Londrina Mãe de 5 filhos: Edirlei1961, Elton1964 Edmilson1965, Eduardo 1978 e Liani 1982. Múltiplas atividades e deveres.	Mãe: 3 filhas: Simone - 1969 Patricia-1974 Fabiana – 1980 Excesso de tarefas.	Conciliar as atividades sindicais com Direção escolar (jornada de 40horas semanais). Excesso de afazeres.
<b>II-Educação escolar E. F. e E. Médio</b>	E.F. Tamarana E.M- Col. Particular – Mãe de Deus-Londrina.	Colégio Particular-Mãe de Deus. Conservatório Musical.	E.F.I -Congoinhas E.F. II - Jacarezinho E.M. Magistério Nova Fátima. Escolas públicas. Letras- Pedagogia- Formação conservadora- Postura de amparar e ajudar as pessoas generosamente.	E. F. Francisco Beltrão e E. M. Olavo Bilac.Ibioporã. Escolas públicas.
<b>II-Educação Superior Formação Profissional</b>	UEL- Licenciatura plena História. Estudos Sociais- História -formação progressista-esquerda. Sempre esteve na Liderança, nata e aplicada.	Faculdades em Londrina Pres. Prudente. Letras- Pedagogia- Formação conservadora- Atitude de amparar e ajudar as pessoas – engajar -se em diversos movimentos – ONGs.	Faculdade de Letras/ Filosofia. Cornélio Procópio/ PUC-CTBA- UNESP- ASSIS/Pedagogia.	Curso Licenciatura Letras – UEL. Letras-Disposição para atuar em prol da melhoria das condições de trabalho- de vida (linguagem ativa).
<b>II-Maternidade/ Casamento</b>	3 filhos: Mariana, Marcelo e Adriana 1-casam. Edilson Leal Oliveira	5 Filhos: Edirlei, Edmilson,Elton Eduardo e Liani. 1 casam. Edgar Vieira	3 filhas: Simone, Patricia e Fabiana. 1Casamento: Elias lemes Gonçalves	Escolheu não ser mãe 2 casam. Marcos V. Medri e Luiz Martins de Lima.

<b>III-Relações sociais e políticas</b>	Amigo familiar Magno Burgo Comunista. Alba, Yolanda, Dino Zambenedeti e jornalistas.	Colegas das escolas e APP: Ruth Caldeira, Alba, Edezina, Reinaldo e Yolanda,	Colegas da APP-aposentadas.	Relações nas escolas e APP Londrina.
<b>III-Influências / convívios Referências</b>	Capital- K.Marx Jornalistas Jornal Poeira	Colegas da APP e escolas: Alba,Edezina, Yolanda, Reinaldo, Jovita.	Aristides Schiochet, Cursos, encontros APP	Colegas/profºs Paulo Freire, Machado de Assis, Chico Buarque, Graciliano Ramos, Gonzaguinha.
<b>III-Aspectos da militância</b>	Personalistas e associativismos. Simpatiza: Catolicismo	Ações que priorizam as decisões coletivas – assoc. Católica.	Ativismo associativo, Ações Personalistas. Católica.	Mov. Estudantil -E.M. e Univers.
<b>III- App Sindicato. - Atuação</b>	Presidente Sindical. APP-1984-1984 Londrina	Dirigente sindical até 1988.	Dirigente sindical. (2012 até o momento)	Dirigente sindical. Sind. Participativo-Processos coletivos.
<b>Trajetórias</b>	<b>5-Sandra Rocha</b>	<b>6-Maria de Fátima</b>	<b>7-Giane Souza</b>	<b>8-Elizamara Goulart</b>
<b>I-Infância-origens relações familiares</b>	Londrina região:Limoeiro. Pais: Roque e Zilda. 6 Irmãos: Luiz Carlos, José Roque, Claudionor Luiz, João Paulo, Ana Cristina e Monica Cristina. Formação Católica. Pela consciência é possível despertar os oprimidos para lutar por direitos e condições melhores de vida.	Irmãos:Maria de Fátima, José A. Beraldo, Maria Avani, Carlos, Antônio, Esmael, Vanderlizio e o (adotivo)Florisvaldo Laurindo. Pais: José Altidor e Maria Barboza Beraldo. Formação Católica / Encontro com Candomblé. Defensora dos direitos humanos, do reconhecimento da ancestralidade africana -da força feminina. Lutar e resistir na busca por atendimento de direitos humanos.	Iepê-SP.Pais: Benedito de Souza Silva e Erondina Cândida da Silva. Irmãos: Maria Aparecida, Julia Maria, José Carlos e Ermelindo. Formação Católica. É imprescindível o envolvimento com os mov. Sociais, sendo trabalhadora, professora e cidadã. A atuação partidária significa outra instância de luta organizada na sociedade que se quer mudanças...	Londrina -PR Pais: Erasmo Araújo e Geni Goulart Araújo. Irmãos:Edvarlei e Alexksandro-(ambos pastores). Formação Presbiteriana. Encontro com CEBs católica. Ativista, humanista, feminista, sindicalista, filiada ao Partido dos Trabalhadores só percebe o mundo nesse movimento de construção e desconstrução contínuas. Na luta no engajamento militante eu me percebo viva.
<b>I- Infância (família)</b>	Seus estudos sempre foram incentivados por seus pais que valorizavam a educação. "Nós somos pretos, precisamos estudar, pois as portas estarão fechadas". "A cultura e o conhecimento serão nossas diferenças na sociedade".	Fátima é irmã de seis irmãos biológicos: José, Mª Avani, Carlos, Antonio, Esmael, Vanderlizio, Florisvaldo e Laurindo- adotivo.Zona rural-vida simples, peq. proprietários rurais. Em Londrina ,1969. Teve acesso aos livros e a literatura.	Nasceu como a terceira filha de cinco irmãos: Maria Apª- professora da rede municipal, Julia Mara-servidora da saúde em Londrina. José Carlos- advogado- diretor do tribunal do Trabalho e Ermelindo (Quico)-servidor municipal em Londrina.	Teve mais 2 irmãos: Edvarlei G. Araújo em 27/08/1969 E Alexksandro G. Araújo de 1975. Ambos formados em teologia. Tias: Jandira, Gessi e Geni(sua mãe).Avós:
<b>I- Aspectos da família</b>	Conciliar as atividades do mov. Negro, trabalho e sindicalismo. Tornou -se mãe de Maria Flora em 19/05/2012.	Conciliar a maternidade, foi Mãe: aos 40 anos um Filho: Daniel Layo Beraldo Moreira, o Ativismo negro, religiosos e sindical, com a docência.	Em 1990 Casou-se com Antonio Carlos Kasprovicz, marido até esta data. Mãe de uma filha de 09/02/1993: Marília Kasprovicz. Dificuldades em conciliar os afazeres da casa, da escola com o ativismo sindical, partidário e feminista.	Mãe de duas filhas:15/04/1991- Djauara(filha de Ivanilson Gomes Silva), aos 23 anos. Casa em 1994, tem Desiree em 31/07/1995 (filha de Paulo). Atualmente, casada com Nelson Dantas Oliveira sindicalista.
<b>II-Educação escolar E. F. e E. Médio</b>	E. F. Londrina e Florestópolis (z.Rural) e E. M. (magistério) Florestópolis. Escolas públicas	E.F- início São Sebastião da Amoreira E.F. Col.Champagnat E.M- Vicente Rijo e Col. Anglo(privada). Escolas públicas.	E.F.Escola Municipal João Antônio Rodrigues. E.M. Col. Almeida Prado. ambas Iepê-SP Escolas públicas	E.F. Londrina e Brasília. E.M.- Londrina Col. Vicente Rijo. Escolas públicas.
<b>II-Educação Superior Formação profissional</b>	Curso Ciências Sociais-UEL. Especialização. Concluiu o magistério em 1987. Concluiu o curso Ciências Sociais – UEL 1999. Influência familiar e do Mov. Negro – Londrina.	Curso Ciências Sociais- UEL .Especialização em Educação. Curso de Licenciatura Letras-UEL – 1987. Fez pós-graduação em ____ Iniciou mestrado em sociologia em 2021.	UEL- Licenciatura plena História. Concluiu o curso de Licenciatura de História em 1989. PDE em 2009 e Mestrado em Educação em 2014.	UEL- Licenciatura História. Ensino médio - curso técnico profissionalizante-Patologia Clínica. Atuou em clínicas de à saúde, o IPE (hoje SAS) - serviço de atend. ao servidor estadual.
<b>II-Maternidade/ Casamento</b>	1 filha: Maria Flora da Rocha Mãe solo.	1 filho: Daniel Layo Beraldo Moreira 1Casamento:Ativista Daniel Moreira Junior	1 filha: Marília Kasprovicz 1casamento Antônio Carlos Kasprovicz	2 filhas: Djauara e Desiree 1namoro-Ivanilson 2 casam. Paulo e atual Nelson Dantas Oliveira Junior (sindicalista).

<b>III-Relações sociais e políticas</b>	Relações nas escolas, APP Londrina. Mov. Negro.	Relações nas escolas, APP Londrina. Mov. Negro.	Relações nas escolas, APP Londrina e MMM.	Relações nas escolas, APP Londrina e MMM.
<b>III-Influências / convivências Referências</b>	Colegas prof <sup>os</sup> . Autores brasileiros Paulo Freire.	Colegas prof <sup>os</sup> . Poetas brasileiros Paulo Freire.	Colegas prof <sup>os</sup> . Paulo Freire. UEL- Willian R. Meireles, Gilmar Arruda e Mariana S. Almeida.	Colegas prof <sup>os</sup> . Paulo Freire.
<b>III-Aspectos da militância</b>	Pastoral da Terra-Florestópolis Mov. Negro	Sind. Rodoviários Mov. Negro, princípios ancestrais Africanos.	Pastoral Juventude Mov. Estudantil -E.M. e Univers. UEL.	Mov. Estudantil -E.M. e Universidade.
<b>III- App Sindicato. - Atuação</b>	Dirigente sindical. Sind.2012/202. Participativo- Processos coletivos.	Dirigente sindical. Sindicalismo Participativo- Processos coletivos.	Dirigente sindical. Sindicalismo Participativo- Processos coletivos.	Dirigente sindical. Sindicalismo Participativo- Processos coletivos.

Fonte: Da autora.

### Quadro 11 - O contexto social (formação acadêmica, escolha de profissão e exercício profissional e relações afetivas, amizades, contatos e influências)

Trajetórias Tabela 2	1-Edezina de Lima	2-Leozita Baggio	3-Rosemary Costa	4-Isabel Alves
<b>II- Considerações sobre educação</b>	Educação importante na formação dos cidadãos, para transformar a sociedade e promover uma vida mais igualitária	Educação é primordial, pois graças a sua formação e atuação profissional, ajudou no sustento e educação dos 5 filhos.	Condições de sobrevivência da família: "Lecionando você conquistará sua liberdade financeira" (Mãe funcionária pública dos Correios: Maria Aparecida).	Lamenta a categoria - professores Ed. Básica, seja tão desvalorizada por governantes.
<b>II- Vida Profissional - Aspectos</b>	Iniciou a carreira em 1960. (séries iniciais). Prof <sup>a</sup> História. 1976 – Participa da criação do "Jornal Água Corrente" (influência do Jornal Poeira) - Trabalho Jornada 40 horas na escola conciliando com os afazeres de casa. Professora de História Gestora escolar Presidente sindical.	Aos 14 anos começa a lecionar aulas particulares. No Estado, inicia a lecionar música em 1969, posteriormente assume os concursos em Rolândia, depois em Londrina. Trabalho Jornada 40 horas na escola mais as tarefas de casa. Professora de Língua Portuguesa de Educ. Artística (plástica e de música). Supervisora escolar.	Primeiro Concurso- 1 <sup>a</sup> a 4 <sup>a</sup> – 1967 Segundo Concurso em 1980- Terra Nova Trabalho Jornada 40 horas – Santa Cecília Pavão (gestão escolar), escola e os deveres de casa. Professora de Língua Portuguesa (Gestora escolar em toda carreira) Ativismo sindical tardio – como aposentada.	Início da carreira foi em 1992, por contrato, assumindo o Concurso Público em 1993. No Colégio Teotônio Vilela, atuou como docente no Ens. Fund. E Médio, supervisora de Ensino e diretora geral (nove anos), totalizando 27 anos de exercício neste Colégio Estadual. Professora de Língua Portuguesa e Gestora escolar em grande parte da carreira.
<b>III - opiniões acerca do sindicalismo</b>	O Sindicato necessita fomentar a participação da base nas escolas, sobretudo, das mulheres,	O Sindicalismo atuante pressupõe um sistema político democrático, para efetivar a participação popular.	O Sindicato é a ferramenta de luta, para melhorar a vida das pessoas da categoria.	Os cargos de poder são ocupados por homens, ainda que 86% sejam mulheres(professoras/funcionárias). O sexismo ainda carece ser superado.
<b>III- opiniões sobre a militância feminina</b>	Lamenta o pequeno número de mulheres no sindicalismo pois em tempos duros da Ditadura, foram as mulheres pra rua, fechar escola e reivindicar mudanças.	Fruto de uma educação e casamento machistas, precisou resistir e lutar para trabalhar, atuar no sustento dos filhos e em ações sociais.	No Sindicato do magistério se estuda. Representa um instrumento de defesa dos trabalhadores-um escudo- uma parede de proteção dos direitos da luta e trabalho dos servidores.	Os projetos atuais vencedores nas urnas são conservadores, promotores de políticas neoliberais contra o setor público (mulheres são as mais penalizadas) e os movimentos sociais e sindicatos.
<b>III- Perspectivas sobre as ações sindicais</b>	Acredita na força do sindicato, sobretudo em tempos sombrios- mudar e dinamizar os métodos e comunicação. Mídias sociais como informação e formação.	O sistema político vigente está se distanciando dos princípios democráticos. Acredita na democracia participativa, a fim de garantir os princípios de justiça social e direitos aos cidadãos todos.	A APP- sindicato ampara os aposentados- muitas vezes passa por dificuldades e exploração (familiar). Desde 2012 acolhe os aposentados.	Havemos de desconstruir este avanço que diminuiu direitos humanos, sociais e trabalhistas (mulheres são mais penalizadas- Reforma Trabalhista 2017, Reforma da Previdência 2019, privatizações).

Trajetórias Tabela 2	5-Sandra Rocha	6-Maria de Fátima	7-Giane Souza	8-Elizamara Goulart
<b>II- Considerações sobre educação</b>	Orgulho de pai baiano e mãe alfabetizada em casa pela avó, Pai alfabetizado adulto. Valor importante dado aos estudos e à leitura em casa.	Considera a Educação importante na formação dos cidadãos e sua identidade como cidadã. “Eu sou o que sou porque sou professora, sou da educação. Nossa vida é feita de cuspe e giz”. Lamenta o atual controle e burocratização na rede estadual.	Condições de sobrevivência da família, pois era muito importante na família: Estudar, ter profissão e passar em concurso público- para estabilidade profissional.	Educação é a forma de formação racional dos seres civilizados. Um processo contínuo que dura a vida toda dos cidadãos. Consiste numa jornada ininterruptas e necessária para civilizar as relações humanas.
<b>II-Vida Profissional- Aspectos</b>	Assumiu o concurso na Prefeitura em 01/08/1995. Assumiu o concurso da disciplina de sociologia, na rede estadual em 2009. Em sala de aula está desde 1995. Ingressou em Concurso 1ª a 4ª séries em 1995- rede municipal e na rede estadual em 2009(concurso de sociologia).	Ainda adolescente inicia trab. Babá (profª inglês). Depois no comércio varejista, em 1982 sindicato rodoviários e na UEL 1984. Iniciou a docência em 1987(CLT). Concursos assume em 1994, na SEED-PR13/06/94 e PML16/03/94. Professora de Língua Portuguesa, Prod. Texto e Literatura. Atuou em cursos diversos ens. Fund. Médio, profissionalizantes e curso-pré-vestibular. A Educação modificou a vida da minha família.	Em Londrina começa a lecionar em 1991(CLT), Col. Maria José Aguilera. Em 1996 presta Concurso (gov. Lerner) - Colégios: Hugo Simas, Aplicação-até 1998, Tsuru Oguido 1999. Em 2010 dobra para 40 horas sua jornada semanal. Lecionou na UEL, como contratada nos anos de 1991 a 1993.Aposentou da rede estadual em 2018. Professora de história, desde 1991 atuou como docente em diversas escolas e na UEL.	Em 1990 começa a trabalhar em clínicas(saúde),1992 a 1998 atua na creche da UEL-ed. infantil. Ingressa na SEED-PR em 1995 como CLT. Desde 1995 lecionou, primeiramente na ed. infantil (hoje CEME-UEL). Depois no ensino fund. E médio até hoje com 40 aulas semanais.
<b>III - Opiniões acerca do sindicalismo</b>	O sindicato é uma entidade dos trabalhadores e para eles. Ele planta a indignação, da contestação. Aponta injustiças e revela os direitos. Desvenda os olhos para a opressão das elites. Busca mudar a sociedade para que os filhos negros e negras possam ter direito à vida e à cidadania.	O sindicato docente APP é uma entidade classista. Defende trabalhadores da educação, luta e conquista de melhores condições de trabalho e vida na escola pública. Representa uma categoria de milhares de profissionais atuantes na educação no Pr. Reivindicam melhorias e avanços para o exercício nas escolas.	O sindicato significa uma arma contra a opressão sobre os trabalhadores. Representa uma arena da construção de consensos e saídas para melhorar a vida dos seus filiados	O sindicalismo precisa ser destinado também as mulheres, pois é preciso desnaturalizar o papel das mulheres como “cuidadoras”, da casa e da família.
<b>III- Opiniões sobre a militância feminina</b>	Sobretudo as mulheres negras, começam a não ter vergonha de suas aparências, dos seus cabelos. A se reconhecerem belas, inteligentes e dignas de respeito. Uma alternativa para meninas negras terem seus direitos atendidos.	É fato: Somos mais de 86% da categoria. Mulheres que trabalham para o sustento de suas famílias. Assim, precisam de uma rede de apoio nas casas para se disporem a participar da vida sindical, para melhorar seus ofícios nas escolas.	Cabe às mulheres saberem das suas importâncias. Na sociedade, nos diversos grupos sociais as quais pertençam.	Participar em movimentos sociais para mulheres, é considerada uma chance para assédio-consideradas disponíveis. Gênero desigual, pois mulheres não podem errar, aos homens é destinado um lugar confortável.

Fonte: Da autora.

### Quadro 12 - As posições ocupadas e a trajetória, o engajamento sindical, o ativismo, nas redes sociais, políticas.

Trajetórias Tabela 3	1-Edezina de Lima	2-Leozita Baggio	3-Rosemary Costa	4-Isabel Alves
<b>II- Disposições para o engajamento</b>	Liderança Rede familiar de apoio Rede de contatos com jornalistas/ reuniões UEL-Religiosos- políticos Rede de contato com demais professores.	Professora, conselheira, Artesã, ONGs – mulheres de negócios – Cultura da paz, outubro rosa, Rotary etc. Ativista desde 1978.	Rede familiar de apoio Em cidades pequenas contatos políticos, reuniões e encontros regulares,	Ativista estudantil, Professora, diretora de escola e ativista sindical docente há 30 anos.

<b>III- Engajamento Militante/ Ativismo Sindical</b>	Em 1968- Inicia Ativismo 1978- a pres. Na APLP- Assoc. dos Prof Licenciados do Pr. Até 2000. Considera o sindicato um palco de ação política para mudar a vida.	Inicia seu ativismo sindical em 1978, conciliando com suas atuações sociais em Conselhos, Ongs, Projetos de Educação, ACALON, Cultura, CAE, ELOS Clube, BPW Brasil- COMPAZ, Assoc. Mulheres de Negócio Profissionais,	Desde 1994. Em 1996, muda para Londrina e atua como dirigente na APP Sindicato. Entende o sindicato como espaço de pluralidade política- combate a doenças, violências contra mulheres e feminicídio	Iniciou na militância sindical por volta de 1994, representante de escola, secretária geral e diretora sindical.
<b>III-Dificuldades encontradas</b>	Mãe de três filhos: Marcelo, Mariana e Adriana, Tempo e recursos para o encontro de qualidade com os colegas – estudo/ debate. Trabalho, jornada excessiva, conciliar maternidade de trab.	Mãe de cinco: Edirlei 1961 Elton 1964 Edmilson 1965 Eduardo 1978 e Liani 1982. Trabalho, jornada e excesso de tarefas.	Mãe de três filhas: Simone, Patrícia e Fabiana. Redes de contatos políticos e educacionais.	Conciliar vida familiar, Direção de escola e sindicato. Tempo e realização de tarefas e encontros. Machismo.
<b>III- Aspectos do engajamento militante e do Ativismo Sindical</b>	Presidente APP – Londrina 1981 a 1984. Atuou nas escolas e no sindicato ativamente na década de 1990.	Professora e coordenadora escolar- Projetos artísticos, atuante em diversas entidades filantrópicas e de ações educacionais e sociais (1976 até 2020).	Professora e diretora aposentada- sindicalista (1994 até hoje) - “São as árvores que mais dão frutos que são apedrejadas ...”	Professora e diretora (1994 a 2017) Ativista sindical na escola até 2017. Dirigente sindical na APP até 2012. Ativista sindical e social até hoje.
<b>III-Posicionamentos Políticos Ativismos</b>	Progressista, Humanista, Liderança junto aos professores,	Humanista, atuante em diversas ONGs, progressista, Liderança junto aos professores	Solidariedade Assistencialismo, Liderança junto aos professores aposentados.	Sempre foi de esquerda progressista e com ideais socialistas, Liderança junto aos professores.
<b>III-Perspectivas sobre as ações sindicais</b>	Acredita na força do sindicato, sobretudo em tempos sombrios- mudar e dinamizar os métodos e comunicação. Mídias sociais como informação e formação.	O sistema político vigente está se distanciando dos princípios democráticos. Acredita na democracia participativa, a fim de garantir os princípios de justiça social e direitos aos cidadãos todos.	A APP- sindicato ampara os aposentados- muitas vezes passa por dificuldades e exploração (familiar). Desde 2012 acolhe os aposentados.	Havemos de desconstruir este avanço que diminuiu direitos humanos, sociais e trabalhistas (mulheres são mais penalizadas- Reforma Trabalhista 2017, Reforma da Previdência 2019, privatizações).
<b>Trajetórias Tabela 3</b>	<b>5- Sandra Rocha</b>	<b>6- Maria de Fátima</b>	<b>7-Giane Souza</b>	<b>8- Elizamara Goulart</b>
<b>II- Disposições para o engajamento</b>	Ativista estudantil. Ativista de mov. Social negro e no sindicato desde 2009. Dirigente sindical desde 2011.	Liderança construída a partir da descoberta na religião de matriz africana. Trabalhadora e leitora desde menina. Atuou no comércio, sindicatos e como servidora contratada UEL, afirma que foi a rua, a sala de aula quem a fez ativista e professora e não a universidade.	Rede familiar de apoio com marido ativista partidário desde o início de 1990. Relações com o movimento estudantil, CA e DCES, Comunidades católicas, mov. Feminista e App sindicato.	Professora, conselheira Desde jovem, no movimento estudantil no ensino médio- no Col. Vicente Rijo e no C.A de História na UEL.
<b>III- Engajamento Militante/ Ativismo Sindical</b>	Iniciou no engajamento militante negro na década de 1990, na APP Sindicato atuava como palestrante. Primeiro na escola. Depois, em 2010, passou a atuar como dirigente sindical na APP Londrina.	Inicia Ativismo APP em 1987, sendo que já havia iniciado no mov. Negro desde 1984. Mesma época do início da participação na religião de matriz africana.	Desde 1991 atua na APP sindicato. De 1996 a 1999 compôs a diretoria da APP Londrina. Em 1995 filiou-se ao Partido dos Trabalhadores. Sendo atualmente presidenta PT Londrina. Além de participar da Marcha Mundial das Mulheres etc.	Inicia no mov. Estudantil 1989.1990 participa congresso Estudantil SP.
<b>III- Dificuldades encontradas</b>	Mãe solo, considera importante sua filha aprender e reconhecer a luta social. Pois acredita que a geração dela poderá ser melhor.	Mulher negra, pobre, periférica, sobrevivente na busca pelo atendimento de direitos humanos e sociais. Mãe aos 40 anos. Sempre precisa se afirmar como antirracista e antimachista, credita à sua ancestralidade sua força e coragem para lutar. Machismo.	Mãe de uma filha, sendo igualmente responsável por sua formação, com o companheiro de luta e de militância. O ativismo humano, sindical, educacional, feminista necessita de dedicação, empenho e seriedade, pois em geral é uma atuação não remunerada. Sexismo. Machismo.	Ser Mãe, profissional, militante social, sindical, com jornadas extenuantes representa um desafio diário. Sobretudo porque ou as mulheres estão criando filhos trabalhando, ou não tem uma rede de apoio que lhe garanta dignidade em atuar fora do campo doméstico. Machismo.

<b>III- Aspectos do engajamento militante e do ATIVISMO SINDICAL</b>	Iniciou no engajamento militante negro na década de 1990. Atua como dirigente sindical até os nossos dias.	Desde o início da docência filiou-se a APP, participando da direção, de eleições, de negociações e atos e protestos, fechamentos de escolas etc. Paralelamente atuava como feminista, militante negra e como atuante religiosa.	Professora e diretora de escola, dirigente sindical e agora professora aposentada- mas atuante; sindicalista, e conselheira CNTE etc.	Desde 1995 foi ativista APP sindicato, em Londrina e desde 2020, me divido entre Londrina e Curitiba- como dirigente sindical em âmbito estadual.
<b>III-Posicionamentos Políticos Ativismos</b>	Atenta as questões sociais – sempre de esquerda-antirracista, antifascista etc.	Ativista de sindical e do Mov. Negro Esquerda, progressista Antirracista antirracista, antifascista etc.	Ativista de sindical e de Partido Político, de esquerda-progressista antirracista, antifascista etc.	Ativista de sindical e de Partido Político de esquerda progressista antirracista, antifascista etc.
<b>III-Perspectivas sobre as ações sindicais</b>	O sindicato é o microfone das classes trabalhadoras. Certo alento, um recurso, para se obter direitos. Nós docentes, podemos despertar a consciência de que nós, mulheres negras, podemos existir. Mudar a sociedade para que a justiça social alcance a todos.	Mudanças de métodos para alcançar as mulheres. Para impulsionar a participação por meio de encontros e reuniões remotas. Favorecer reuniões e debates mais democráticos. Em tempos de perseguições e notícias falsas todos os dias.	Pode piorar ainda antes de um insight para tomada de consciências e de produção de mudanças estruturais na sociedade contemporânea.	Por meio das redes sociais, do encorajamento da participação feminina, considerando os horários e disponibilidades das mulheres.

Fonte: Da autora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz dos autores que sustentaram o escopo teórico desta análise, tais como Pierre Bourdieu, Bernard Lahire e Priscila Coutinho, este trabalho acadêmico escolheu a microssociologia para analisar a trajetória de oito professoras engajadas na militância sindical docente, da APP Sindicato no contexto de Londrina no período de 1988 aos dias atuais. O enfoque dissertativo baseou-se nos autores Marcelo Kunrath Silva, Bianca Runskowski; Márcia Ondina Vieira Ferreira, André Gunder Frank, Daniel Gutierrez, Helena Sumiko Hirata, Ernesto Seidl, Luanda Oliveira Lima, Marluce Souza de Andrade e os demais autores que estudam o engajamento militante, o sindicalismo e, em especial, o ativismo político e sindical feminino.

A pesquisa de campo transcorreu de maneira intuitiva e colaborou na elucidação da participação feminina na APP Sindicato, uma entidade sindical constituída de mulheres em sua maioria, com cerca de 86% dentre as pessoas sindicalizadas. Nesta análise, por meio dos relatos orais e escritos das professoras pesquisadas da APP regional de Londrina, ficou nítido no cenário em foco que ainda prevalece o sexo masculino dentre os ativistas, uma estrutura muito pensada e executada por homens, sendo adverso e hostil à participação feminina.

Em relação às narrações dos percursos profissionais e sobre o militantismo das professoras, houve testemunhos de trabalho árduo, com jornadas exaustivas, cumprimento de inúmeras tarefas domésticas, especialmente com os cuidados com a casa e com os filhos, pois das entrevistadas, sete são mães: Edezina, Leozita, Rosemary, Sandra, Fátima, Giane e Elizamara. Apenas Isabel optou por não ser mãe, numa demonstração racional de escolha de seu projeto pessoal de vivência.

Mesmo sendo ou não mães, todas essas militantes somaram desafios de jornadas triplas: casa, escola e sindicato. É importante ressaltar que todas tiveram referências familiares de incentivo às leituras, ao estudo e ao ideal de escolarização como instrumentos de vida para obterem um futuro promissor. As entrevistadas, Edezina e Leozita, tiveram o privilégio de estudar em escolas privadas, pois suas famílias eram, na época, mais abastadas. Já para as demais a escolarização foi mais difícil, desde o acesso a mobilidade e a permanência na vida escolar.

Quatro professoras: Sandra Rocha, Maria de Fátima, Giane e Elizamara trabalharam desde adolescentes para ajudar no sustento da família, sendo Maria de Fátima a que mais cedo trabalhou fora de casa, como babá desde os onze anos.

Incluindo Isabel, todas as cinco sempre estudaram em escolas públicas, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio. Embora Maria de Fátima concluiu o terceiro ano do Ensino Médio em escola particular, foi sob a condição de bolsista no Colégio Anglo em Londrina.

Todas as professoras entrevistadas, fizeram a migração de cidades menores ou de zona rural para uma cidade maior e tornaram-se sindicalistas em Londrina Paraná, mesmo Isabel professora e moradora em Ibiporã, atuou na APP Londrina, a sede do núcleo sindical que agrega seu município e sua escola de atuação.

O engajamento militante dessas professoras ocorreu, acima de tudo, por meio do reconhecimento enquanto professoras, trabalhadoras da educação e reivindicadoras de direitos sociais e trabalhistas. Elas foram convidadas por um membro ou se identificaram com as causas, tornaram-se conhecedoras de direitos, em busca de condições melhores do exercício profissional e em consequência para as suas vidas, como mulheres, cidadãs e portadoras de ideais a serem construídos a fim de uma cidadania e um bem-estar socioeconômico e cultural delas e coletivo.

Ao atuarem em atividades públicas, contaram com uma rede de divisão das tarefas domésticas em casa, para que pudessem dispor de condições para participarem nos movimentos sociais e no sindicato. Em geral, conforme os relatos as professoras contaram com parcerias nos seus lares, incentivos e disponibilidades para o ativismo sindical. Ficou claro, Rosemary, por exemplo, tornou-se ativista quando encerrou seu exercício de 40 ou 50 horas semanais nas escolas e a criação das três filhas, convidada por Aristides presidente da App na época. Com a aposentadoria ela pode dedicar-se para a agenda sindical, por vezes diversificada, repleta de eventos e reuniões.

As ativistas como Edezina e Leozita receberam a parceria próxima dos maridos jornalistas (Adilson e Edgar), apoiadores das suas atuações sindicais. Enquanto Sandra, Isabel, Giane e Elizamara contaram com familiar (Sandra- o irmão Luiz Paixão) ou companheiros sindicalistas e ativistas políticos e sociais (Isabel-Luiz Martins, Giane- Toninho e Elizamara- Ivanilson, Paulo e Nelson), Já Rosemary e Fátima tiveram parceiros os colegas dos sindicatos, pessoas evoluídas, que influenciaram em algum momento para a concretização desse ativismo feminino. Somente ao lado de pessoas afinadas com seus propósitos foi possível a participação qualitativa das militantes no movimento sindical.

Em vista disso, os caminhos trilhados por essas mulheres ativistas buscaram

aprimoramentos em suas vidas docentes e familiares, formulando, cada uma a sua maneira, uma rede capilar de ativistas, por meio dos processos coletivos integrados à militância sindical, na qual elas fizeram parte. Cada uma somou evidentes dispositivos de engajamentos, tecidos por suas atuações individuais e coletivas dentro da entidade sindical, impulsionando suas disposições individuais, adquiridas tanto na vivência familiar e escolar; como na trama de relacionamentos sociais, culturais, religiosos e políticos, como parte de suas vidas, das suas escolhas ou circunstâncias das suas trajetórias.

Em relação à hipótese inicial deste trabalho, de que as mulheres participam pouco e possuem discreta atuação no sindicalismo docente na APP, verificou-se apenas em parte essa afirmação, pois se constatou que as mulheres têm ocupado postos de liderança em 50% dos núcleos sindicais pelo Paraná todo. Contudo, a máxima permanece sendo confirmada em Londrina, onde o Núcleo Sindical, cumpre o preceito da paridade nos demais cargos da diretoria sindical. Mas já no posto da presidência nas gestões desde 1985, até a presente data, somente homens foram os mandatários de maior projeção, visto que nas assembleias, comissões, plenárias e mesas protocolares dos eventos, são os homens, os líderes - maioria reconhecidos e protagonistas dos encaminhamentos em Londrina.

De todo modo, é reconhecido que os insucessos dos últimos anos que a categoria tem sofrido, somado ao contexto de políticas de governos federais e estaduais de repressão, políticas neoliberais de desvalorização dos movimentos sociais, desqualificação da pessoa do profissional de educação, desmantelamento de estruturas estatais; entre outras medidas impopulares têm levado a uma grave crise no sindicalismo e no engajamento militante social, agravado pela trágica pandemia da Covid-19, com elevado número de doentes, mortes, desemprego, miséria, isolamento social e convulsão humanitária.

A cena é ainda mais sombria para as mulheres trabalhadoras com jornadas extenuantes dentro e fora de casa, se desempregada as dificuldades são ainda maiores. O número da violência doméstica aumentou nesse período, inclusive sob meninas aprisionadas em casa. Nesta realidade perversa, torna-se muito improvável as mulheres militarem em movimentos sociais, pois seus percursos de vida estão estreitos às rotinas de trabalho: casa-escola e à luta pela sobrevivência.

A autora do presente trabalho, por conseguinte, reconhece a capacidade das entrevistadas em situações adversas, que se mantiveram ativistas numa sociedade

brasileira que evidencia suas desigualdades econômicas e sociais, desde a oferta de moradias, de acesso de qualidade aos processos educacionais, repetidas vezes, refém de políticas descontínuas, de recursos parcos e de estruturas elitistas, em que as crianças que nascem nas periferias das cidades não têm o mesmo acesso que as crianças nascidas nos centros das cidades, que possuem escolas, redes de serviços de saúde, saneamento, lazer, bibliotecas, comida, brinquedos, livros e segurança pública (GUTIERREZ, 2020) esta realidade de desigualdade impacta a vida sindical.

Constata-se, assim, que o engajamento e militância representam recursos de sobrevivência às camadas trabalhadoras e permite entender como as trajetórias individuais podem somar-se aos ativismos como forças relevantes nos processos coletivos que resultarão em práticas exitosas. O sindicalismo evoluiu nos processos de participação, numa tendência mais democrática. Entretanto, as disputas políticas internas, fracionadas por correntes ideológicas impregnadas de bandeiras partidárias, podem levar a divisões e desconfianças e, errando os movimentos sociais, ganham os governantes e o patronato organizado e eficiente, sobretudo, na tarefa de dividir os trabalhadores para triunfarem os projetos liberais que cooptam as mentes e corpos dos trabalhadores, reduzindo-os em meras peças na engrenagem do capital e seus adjacentes, é o que afirma (ALVES, 2000).

Como um último balanço, da pesquisa, convém reconhecer as disposições acionadas pelas oito professoras, mulheres e militantes sindicais, como de suma importância nas suas biografias pessoais, no tocante à liderança e à capacidade de servir e aglutinar energias, visando o bem comum. Os diversos repertórios dessas professoras: intelectuais, emocionais, sociais foram empregados no ativismo, pois depreenderam esforços individuais e coletivos na participação de campanhas, viagens, greves, assembleias, reuniões exaustivas, passeatas, carreatas, buzinação, acampamentos, greves de fome, fugas até da repressão policial ostensiva, além das ameaças administrativas e punições burocráticas: as militantes sofreram cortes de salários, atribuição de faltas, descontos salariais e campanhas difamatórias etc.

Diante desse cenário de luta, as entrevistadas se comprometeram com as causas educacionais; persistiram, resistiram, enfrentaram preconceitos, discriminação: pois ser mulher e ativista, muitas vezes, é não ser bem vista, inclusive pelas próprias mulheres, colegas, ou por parte de pais, de alunos, por membros da imprensa, da Assembleia legislativa, por juízes, por religiosos, entre outros.

Todas as pesquisadas possuem formação universitária, a maioria delas

foram arrimo de família, sustentaram seus filhos e filhas, ou ainda sustentam e estudam sua prole, uma situação familiar recorrente no Brasil, onde, segundo o (IBGE, 2019), 56% dos lares são mantidos por mulheres. Todas relataram apego à leitura, à música, às artes, à família, sobretudo aos filhos e às filhas. Foram responsáveis, assim, por suas histórias de vida e por seus caminhos trilhados até agora, cujos itinerários foram muitas vezes tortuosos.

Elas mencionaram, especialmente, a preocupação pela subalternidade, ainda presente, em menor grau, das mulheres nos espaços públicos, políticos e no púlpito dos sindicatos (HIRATA, 2004). Todas elas, de alguma forma, comprometeram-se com a militância, na qual, espontaneamente, envolveram-se. Elas relataram, em virtude disso, a esperança e a crença na ocupação pelas mulheres, dos cargos em questão, como uma grande estratégia de mudança na lógica universal, trazendo as mulheres à frente das mesas, com o microfone nas mãos.

Contudo, pelo fato das mulheres assumirem na versão pensada e institucionalizada a partir de uma lógica e visão de mundo masculina, parece não estar funcionando a contento e precisa ser desconstruída e construída sob novos pilares com a base de uma sociedade plural e com igualdade de gêneros, com sindicatos fortes, com movimentos sociais vivos; onde a lógica será outra, a da parceria, das mãos dadas e onde ninguém ficará de fora, nem atrás nem na frente de ninguém (FERREIRA, 2008).

Por fim, vale considerar, o aspecto sócio-político da população londrinense que pode demonstrar a hegemonia do mando masculino no sindicalismo local: em Londrina os dois governantes atuais de direita; presidente Jair Bolsonaro e governador Carlos Massa Jr, foram eleitos em 2018 com 80% dos votos válidos na cidade. Este dado faz supor um predomínio conservador e machista na população com uma vocação moralista, além disto, é preciso registrar a população de aposentados que representa 47% dos sindicalizados, no Paraná, mas em particular em Londrina. Estes, têm demonstrado ideias e posicionamentos conservadores.

Espera-se alcançar condições para que as instituições e entidades possam ser democráticas, plurais e participativas. Que as agentes possam atuar, sem discriminação com igualdade, fraternidade e liberdade. Assim, um lema não impedirá o outro. Os indivíduos para a sociedade e a sociedade para os indivíduos, como professa (BOBBIO, 2000). A pesquisa, espera ter contribuído apontando para

esta reflexão, para que a cena da participação sindical, evolua na inclusão e relevância do protagonismo das mulheres professoras, demonstrando que a utopia do poder feminino pode construir práticas mais democráticas e participativas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla C.; LÜCHMANN, Lígia. A representação política das mulheres nos conselhos gestores de políticas públicas. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 86-94, jun. 2010.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2000.

ANDRADE, Marluce Souza; LELIS, Isabel Alice; MONTEIRO, Oswald. **O sindicato como espaço de formação**: trajetória de professores militantes do SEPE/Caxias. 2017. 193 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

APP – SINDICATO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DO PARANÁ. **Arquivos de registros nos sites**. Curitiba: APP, 2020. Acesso em: 5 fev. 2020.

APP – SINDICATO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DO PARANÁ. **Estatuto**. Curitiba: APP Sindicato, 2017. Disponível em: [https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Estatuto\\_APP\\_2017.pdf](https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Estatuto_APP_2017.pdf). Acesso em: 9 jun. 2021.

APP – SINDICATO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DO PARANÁ. **Levantamento dos dados do número de sindicalizados do Paraná**: por sexo 1988 a 2021. Curitiba: APP, 2021a. (Responsável: Simeir Prantl dos Santos).

APP – SINDICATO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DO PARANÁ. **Levantamento dos dados do número de sindicalizados do NS Londrina**: por sexo 1988 a 2021. Curitiba: APP, 2021b. (Responsável: Simeir Prantl dos Santos).

APP – SINDICATO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DO PARANÁ. **Levantamento dos dados do número de Diretores dos 29 NS do Paraná**: por sexo 1988 a 2021c. (Responsável: Simeir Prantl dos Santos).

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOITO JUNIOR, Armando. De volta para o novo corporativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 3, jul./set. 1994.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 133-184, jul./dez.1995.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 1943. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm). Acesso em: 24 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do

Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm). Acesso em: 9 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8112cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm). Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas do eleitorado**: por sexo e faixa etária. Brasília: TSE, 2018. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>. Acesso em: 9 jun. 2020.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Representação feminina na política**: informações selecionadas. Brasília: TSE, 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/representacao-feminina-final.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2021.

BRUEL, Ana Lorena; SOUZA, Ângelo Ricardo. **Sindicalismo docente e a gestão democrática da educação no Brasil**. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

CORONEL, Márcia Cristiane Völz Klumb. **Gênero e sindicalismo docente**: uma análise da produção acadêmica na Pós-Graduação. Pelotas: Universidade Federal Pelotas, 2014.

CORONEL, Márcia Cristiane Völz Klumb; FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Abordagem das desigualdades de gênero e diversidade sexual em sindicatos de trabalhadoras/es em educação: o caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 99, n. 252, p. 404-428, maio/ago. 2018.

COUTINHO, Priscila de Oliveira. **Meu sonho era maior que eu**: biografia sociológica de uma trãnsfuga de classe. 2015. 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CRESCER número de mulheres candidatas e eleitas no pleito de 2020. **Senado Notícias**, Brasília, 16 nov. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/16/cresce-numero-de-mulheres-candidatas-e-eleitas-no-pleito-de-2020>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CUT – Central Única dos Trabalhadores. **Igualdade é o máximo, cota é o mínimo**: as mulheres no mundo sindical. São Paulo: CUT, 2008. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05609.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2020.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

DINIZ, Eder Carlos Cardoso; ROCHA, Simone Albuquerque. Dos movimentos ao

movimento: a importância dos movimentos social, popular e sindical na constituição da identidade política docente. **Tendências Pedagógicas**, Madrid, v. 32, p. 106-118, 2018. doi: 10.15366/tp2018.32.008.

DONATO, Débora Pinheiro. **Percepções sobre o sindicato e a sindicalização de professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná**. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

ESTANQUE, Elisio. Sindicalismo e movimentos sociais: ação coletiva e regulação social no contexto europeu e português. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 23, p. 55-67, 2. sem. 2009a.

ESTANQUE, Elisio. Trabalho e sindicalismo – Os impactos da crise. **Finisterra**, Lisboa, v. 65-66, 2009b.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Desconforto e invisibilidade: representações sobre relações de gênero entre sindicalistas e docentes. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, p. 15-40, jun. 2008.

FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. Sobre os movimentos sociais: questões conceituais. Dez teses acerca dos movimentos sociais. Tradução de Suely Bastos. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 23, jun. 1989.

GOZZI, Ricardo. **Educação sob ataque: resistência e luta dos educadores do Paraná**. São Paulo: Editora Serpente, 2016.

GUTIERREZ, Daniel. O engajamento militante enquanto prática social: ciclos de adesão, comprometimento e deserção. **Revista Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 51, n. 1, p. 223-248, mar./jun. 2020.

HIRATA, Helena Sumiko. **O universo do trabalho e da cidadania das mulheres: um olhar do feminismo e do sindicalismo**. Reconfiguração das relações de gênero no trabalho. São Paulo: CUT, 2004. p. 13-20.

HOBBSAWN, Eric. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

IBGE. Em 2019, mesmo com expansão da ocupação, sindicalização segue em queda no Brasil. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 26 ago. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28666-em-2019-mesmo-com-expansao-da-ocupacao-sindicalizacao-segue-em-queda-no-brasil>. Acesso em: 5 fev. 2021.

IBGE. **Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. (Estudos & Pesquisas, n. 36).

INEP. **Censo da educação básica – 2019: resumo técnico**. Brasília: INEP, 2020. Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_da\\_educacao\\_basica\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2019.pdf). Acesso em: 28 jun. 2021.

KRITSCH, Raquel. Justiça e gênero: o olhar crítico da teoria política feminista. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35., 2011, Caxambú. **Anais** [...]. Caxambú, 2011.

LAHIRE, Bernard. Le singulier pluriel. *In*: LAHIRE, Bernard. **Dans les plis singuliers du social**: individus, institutions, socialisations. Tradução de Thiago Panica Pontes. Paris: La Découverte, 2013. p. 16-26.

LIMA, Luanda de Oliveira. Práticas invisíveis: mulheres e SINDICALISMO no Brasil. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE TRABALHO E GÊNERO- ASSOCIATIVISMO, 3., 2013, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

LÜCHMANN, Lígia. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 15., Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba, 2011.

MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. As configurações do trabalho. *In*: LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Ângela M. C. **O trabalho reconfigurado**: ensaios sobre o Brasil e o México. São Paulo: FAPESP, 2009. (Coleção Trabalho e Contemporaneidade).

MARUANI, Margarete (org.). **Trabalho, logo existo**: perspectivas feministas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEIDL, Ernesto. Repensar os movimentos sociais. *In*: FILLIEULE, Olivier; AGRİKOLIANSKY Éric; SOMMIER, Isabelle (org.). **Penser les mouvements sociaux**: conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines. Paris: La Découverte, 2010.

SILVA, Marcelo Kunrath; RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 21, p. 187-226, set. 2016.

SOIHET, Rachel; CONTIJO, Rebeca (org.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.